

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

MAURÍCIO PEREIRA

"PARA ABRIGAR MENORES":

**O Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à
infância (São Leopoldo/RS - 1944-1960)**

São Leopoldo

2021

MAURÍCIO PEREIRA

"PARA ABRIGAR MENORES":

O Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS - 1944 -1960)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer

São Leopoldo

2021

P436p Pereira, Maurício.
"Para abrigar menores" : o Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS - 1944-1960) / por Maurício Pereira. – 2021.
225 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2021.

“Orientadora: Dra. Ana Paula Korndörfer”.

1. História social da infância. 2. Assistência. 3. Ensino agrícola. 4. Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. 5. Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. I. Título.

CDU: 981.65:364.4-053.2

MAURÍCIO PEREIRA

"PARA ABRIGAR MENORES":

O Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS - 1944-1960)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer (Orientadora) – UNISINOS

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS

Prof. Dr. José Carlos da Silva Cardozo – FURG

Para minha família, por tudo o que me ensinaram:
Neusa, Flávio, Mateus, Marcelo e Mateus Camboim.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Ana Paula Korndörfer, por ter aceitado essa missão, pelos conselhos, pela paciência, pela excelente orientação nessa jornada de dois anos e por ser uma pesquisadora a quem admiro muito;

Aos professores Paulo Moreira, Luciane Sgarbi Grazziotin e José Carlos da Silva Cardozo, por terem gentilmente acolhido esse convite e por todos os apontamentos que ajudaram a construir este trabalho;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que tornou possível a realização dessa pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, pela oportunidade de realizar um curso de Mestrado, que foi a concretização de um sonho;

Aos professores do PPG de História da Unisinos, pelas aulas ministradas e pelos ótimos debates, que deixaram muita saudade;

Ao Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo, por apoiar esta pesquisa e por ter me concedido acesso ao seu precioso acervo;

Aos professores da minha graduação na Universidade La Salle que fizeram parte da minha formação, em especial: Carla Renata Gomes, Raul Cardoso e Cleusa Gomes Graebin;

Aos amigos que me acompanharam durante minha trajetória pela graduação em História: Gabriela, Drika, Masaaki, Nielly, Yuan, Camila, Jamily, Évylin e Samuel;

Aos amigos que compartilham comigo minhas lembranças do Museu do Trem de São Leopoldo: Marina, Ícaro, Mayla e Lucelia;

Às amigas das tardes de estágio no Arquivo da UFCSPA: Luana, Luciana e Graziella;

À minha amiga e colega de temática Lisiane, pelas conversas sobre a vida e por toda a ajuda prestada desde que eu decidi fazer um projeto de Mestrado;

Às minhas amigas Amanda e Bruna, pelos anos de amizade e pelas lembranças felizes que temos;

À minha avó Francisca (*in memoriam*), pelas memórias doces de outras épocas que nos deixou;

À minha madrinha Camila, por sempre ter sido presente e por ter me incentivado a seguir neste caminho;

Às minhas cunhadas Ana e Jéssica e ao meu sobrinho Bernardo, por tornarem nossos momentos em família mais alegres;

À minha melhor amiga Carolina, pela amizade que já dura mais de uma década e por sempre ter estado do meu lado, em tantas fases da minha vida;

Aos meus irmãos, Mateus e Marcelo, por todas as vezes em que me ajudaram e pela enorme admiração que tenho por vocês;

Ao meu namorado Mateus, por todos os anos de companheirismo desde o início da graduação e por sempre me incentivar a ser um aluno e um ser humano melhor. É um privilégio dividir minha vida contigo;

Aos meus pais, Neusa e Flávio, por tudo o que já fizeram por mim e por sempre terem prezado pela minha educação. Tenho muita sorte em ter vocês.

RESUMO

Em *“Para abrigar menores”*: o Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS – 1944-1960), nosso objetivo é analisar a atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1960) na assistência à infância da região no período delimitado, com ênfase na discussão sobre os menores atendidos pela instituição (perfil e realidade familiar na qual estava inseridos), buscando verificar se houve permanências e/ou transformações a partir da mudança de patronato para aprendizado. Inserida nos debates sobre a História Social da Infância, esta pesquisa faz uso de fontes localizadas no arquivo da própria instituição (atual CEEPRO Visconde de São Leopoldo), como o Livro de Matrícula Escolar do patronato, relatórios sociais, fichas individuais e ofícios, além de outros documentos. A partir do debate historiográfico realizado e da análise empreendida, é possível perceber que a instituição recebeu, em sua maioria, meninos que não possuíam familiaridade com a vida e o trabalho no campo, de modo que tanto o Patronato quanto o Aprendizado Agrícola de São Leopoldo acabaram servindo principalmente à tarefa de assistência a menores pobres, oriundos de famílias com poucos recursos financeiros e, em sua maioria, vinculadas ao contexto urbano.

Palavras-chave: História Social da Infância. Assistência. Ensino Agrícola. Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo.

ABSTRACT

In “To shelter minors”: the Patronato / Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo and childcare (São Leopoldo / RS - 1944-1960), our objective is to analyze the performance of the Patronage (1944-1949) and the Apprenticeship Visconde de São Leopoldo (1950-1960) in childcare in the region in the defined period, with an emphasis on the discussion of minors served by the institution (profile and family reality in which they were inserted), seeking to verify whether there were permanences and / or transformations from the change from patronage to apprenticeship. Inserted in the debates on the Social History of Childhood, this research makes use of sources located in the institution's own archive (currently CEEPRO Visconde de São Leopoldo), such as the Employer's School Enrollment Book, social reports, individual forms and crafts, in addition to other documents. From the historiographic debate carried out and the analysis undertaken, it is possible to notice that the institution received, in its majority, boys who were not familiar with life and work in the field, so that both the Employers and the Agricultural Apprenticeship of São Leopoldo they ended up serving mainly the task of assisting poor minors, coming from families with few financial resources and, mostly, linked to the urban context.

Key-words: Social History of Childhood. Assistance. Agricultural Education. Agricultural Patronage Visconde de São Leopoldo. Agricultural Apprenticeship Visconde de São Leopoldo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio escolar e alunos internos da instituição	108
Figura 2 - Recorte do Jornal <i>Correio de São Leopoldo</i> , n. 623, 12 de outubro de 1944	114
Figura 3 - Recorte do Jornal <i>Correio de São Leopoldo</i> , 23 de outubro de 1943	116
Figura 4 - Espaço do dormitório da instituição.....	119
Figura 5 - Espaço do refeitório da instituição.....	120
Figura 6 - Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo.....	129
Figura 7 - Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, ano de 1947.....	130
Figura 8 . Alunos trabalhando na plantação	154
Figura 9 - Alunos trabalhando na plantação (2).....	155
Figura 10 - Alunos trabalhando no campo.....	156
Figura 11 - Lida com os animais.....	157
Figura 12 - Lida com os animais (2)	158
Figura 13 - Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo.....	164
Figura 14 - Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1958)	165
Figura 15 - Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de alunos matriculados no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	126
Tabela 2 – Cidade em que os alunos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo residiam (1945-1949).....	131
Tabela 3 – Idade de ingresso dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	133
Tabela 4 – Ano em que os alunos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo estavam matriculados (1945-1949).....	134
Tabela 5 – Registro de pais/responsáveis dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	136
Tabela 6 – Grau de instrução dos pais dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	137
Tabela 7 – Profissões dos pais dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	138
Tabela 8 – Grau de instrução das mães dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	140
Tabela 9 – Profissões das mães dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	141
Tabela 10 – Grau de instrução dos tutores dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	142
Tabela 11 – Profissões dos tutores dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949).....	142
Tabela 12 – Número de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957).....	178
Tabela 13 – Cidade de residência dos alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957).....	180
Tabela 14 – Idade de ingresso dos alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957).....	182
Tabela 15 – Registro de pais/responsáveis dos alunos internos no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957).....	183
Tabela 16 – Grau de instrução dos pais de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957).....	184

Tabela 17 – Profissões dos pais de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	185
Tabela 18 – Grau de instrução das mães de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	187
Tabela 19 – Profissões das mães de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	188
Tabela 20 – Grau de instrução dos tutores de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	190
Tabela 21 – Profissões dos tutores de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	190
Tabela 22 – Grau de instrução das tutoras de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	191
Tabela 23 – Profissões das tutoras de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)	192

LISTA DE SIGLAS

CEEPRO	Centro Estadual de Educação Profissional
DES	Departamento Estadual de Saúde
EVAI	Escola Vocacional Agro-Industrial
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
SESME	Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A CRIAÇÃO DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS NO BRASIL	26
1.1. Assistência à infância no século XX.....	26
1.2. O ensino agrícola no Brasil	40
1.3 O surgimento dos patronatos agrícolas: uma nova forma de assistência	53
CAPÍTULO II – O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1944-1949).....	92
2.1. A cidade de São Leopoldo, o local de instalação do Patronato.....	93
2.2. A criação do Patronato Agrícola e a infância assistida.....	103
2.3 A educação pelo trabalho.....	150
CAPÍTULO III – O APRENDIZADO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1950-1960).....	169
3.1. De Patronato a Aprendizado: mudanças e permanências	169
3.2 O Aprendizado Agrícola e a infância assistida	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	217
REFERÊNCIAS.....	219

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da assistência à infância e pela atuação dos Patronatos Agrícolas surgiu durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹ da Graduação em História (Licenciatura) na Universidade La Salle, realizado no ano de 2017. Na época, o tema do nosso trabalho foi a trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEPRO) Visconde de São Leopoldo, uma escola estadual de ensino técnico, localizada na cidade de São Leopoldo/RS, que está vinculada à instituição que é objeto de pesquisa desta Dissertação. A escola em questão possui origem no ano de 1944, quando foi inaugurado o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, uma instituição de internato e formação agrícola destinada a menores de famílias pobres, além de meninos órfãos e abandonados. Essa instituição desenvolveu um trabalho de caráter assistencial durante as décadas de 1940 e 1950, período durante o qual passou, ainda, por uma transformação, se configurando em um Aprendizado Agrícola. O estabelecimento acabou sofrendo outras modificações posteriormente, se tornando, por fim, uma escola agrícola no início da década de 1960.

Durante a realização do TCC, desenvolvemos uma pesquisa no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, no qual estão localizados documentos referentes aos diferentes momentos de atuação da instituição, desde o período do Patronato e do Aprendizado Agrícola (do qual essa pesquisa se ocupa) até o período atual de funcionamento como uma escola agrícola². Por meio do contato com esses documentos (como o livro de matrícula escolar do Patronato e relatórios

¹ O trabalho mencionado foi intitulado “Trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo: do patronato à escola agrícola” e possuía como objetivo realizar uma análise sobre a trajetória histórica dessa escola, desde seu período como um Patronato Agrícola, evidenciando as transformações ocorridas na instituição e a criação dos cursos técnicos existentes até hoje. Essa pesquisa foi desenvolvida e apresentada no ano de 2017, sob orientação da profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin, sendo um requisito para obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade La Salle. PEREIRA, Maurício. **Trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo: do patronato à escola agrícola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade La Salle, Canoas, 2017.

² Atualmente, a instituição funciona como uma escola agrícola de ensino técnico vinculada à rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Nesse local, os alunos realizam o ensino médio integrado ao ensino técnico, existindo duas opções de curso: Técnico em Florestas e Técnico em Agropecuária. De acordo com dados existentes no livro da história da instituição, “a Unidade possui uma estrutura de cinquenta e dois hectares, distribuídos em prédios para o alojamento principal, administrativo e diversos setores como três grandes Unidades Educativas de Produção e doze Unidades de Apoio, quadras de esportes, área de lazer e acolhedores espaços para deslocamento e convívio” (TREMARIN et. al, 2012, p. 79). Maiores informações a respeito do funcionamento da escola podem ser encontradas no site da instituição: <http://www.ceepr.com.br/> Acesso em 25 de mar. 2021.

sociais e fichas individuais dos menores internos do local) e do interesse pela atuação dessa instituição no atendimento a menores pobres, órfãos e desvalidos, decidimos, então, desenvolver esta pesquisa.

Embora a ideia de escrever um projeto de Mestrado que possuísse como tema a atuação desse Patronato Agrícola tenha surgido nessa época, nossa relação com a instituição é ainda mais antiga. No ano de 2010, fui aluno do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, tendo cursado o 1º ano do ensino médio, juntamente com o curso Técnico em Florestas, nesse colégio. Anos mais tarde, em 2016, realizei um dos estágios obrigatórios do curso de Licenciatura em História nessa escola, período em que tive contato, pela primeira vez, com o livro “68 Anos Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo”³. Esta publicação foi elaborada pela Associação de Ex-Alunos do colégio e apresenta informações sobre o período em que o local atuou como Patronato e como Aprendizado Agrícola. A partir da leitura da obra, decidimos desenvolver a já mencionada pesquisa para o TCC do curso de Graduação em História e, posteriormente, um projeto de Mestrado em História. No final do ano de 2018, o projeto em questão foi submetido ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, no qual fui selecionado para uma bolsa CAPES/PROSUC na modalidade Integral, o que possibilitou o desenvolvimento desta Dissertação.

Um dos fatores que nos levou a desenvolver a pesquisa foi o fato de que não localizamos nenhuma investigação acadêmica sobre o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, o que torna esta Dissertação uma contribuição, na área de História, para esse tema. Além disso, ainda não existem muitos trabalhos acadêmicos que versam sobre Patronatos e/ou Aprendizados Agrícolas no estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, localizamos somente uma dissertação de Mestrado em Educação sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas⁴, que acabou se tornando uma referência para a pesquisa. Sendo assim, consideramos que nossa análise possa contribuir, ainda, para o desenvolvimento de uma historiografia sobre essas instituições.

³ TREMARIN, Antônio Cladir; COELHO, Carlos Dinarte; ROSTIROLLA, Flávio Luís; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **68 anos Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.

⁴ VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2010.

Os patronatos, surgidos no país na década de 1910, foram criados com o objetivo de realizar um trabalho de assistência e regeneração da infância desvalida e formar trabalhadores agrícolas educados nos moldes científicos e técnicos então vigentes. Alvos de críticas, os patronatos foram transformados em aprendizados a partir dos anos 1930, com a proposta de reduzir seu caráter assistencial e focar a formação de trabalhadores para o campo. Em *“Para abrigar menores”: o Patronato/Aprendizado Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS – 1944-1960)*, objetivamos analisar a atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1960) na assistência à infância da região no período delimitado, com ênfase na discussão sobre os menores atendidos pela instituição (perfil e realidade familiar na qual estava inseridos), buscando verificar se houve permanências e/ou transformações a partir da mudança de patronato para aprendizado.

No que se refere ao *corpus* documental, esta pesquisa faz uso dos documentos que estão salvaguardados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, referentes ao período de atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola (1949-1960), sendo eles: o livro de matrícula escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, relatórios sociais, fichas individuais de menores internos e boletins escolares, além de ofícios com pedidos de matrícula na instituição e outros com pedidos de desligamento de menores do internato. Além das fontes mencionadas, foram utilizados, ainda, exemplares do jornal *Correio de São Leopoldo*, que publicou matérias referentes à instituição. Para nosso pesar, não foram localizadas, no arquivo do CEEPRO, fontes ou referências que evidenciassem, de forma concreta, como se dava o funcionamento da instituição, nem como estava organizado o ensino ministrado no local. Pretendíamos, ainda, realizar um trabalho de pesquisa em outros arquivos, a fim de buscar mais fontes para nossa análise. Porém, devido à situação decorrente da pandemia de COVID-19, infelizmente essa tarefa não foi possível. Neste sentido, foram ainda mais importantes as análises historiográficas sobre o funcionamento dos patronatos e aprendizados com as quais dialogamos, uma vez que nos ajudaram a elucidar como funcionaria a instituição alvo de nossa investigação.

As fontes utilizadas no desenvolvimento de nosso projeto são analisadas de forma qualitativa e quantitativa. A análise quantitativa está relacionada, mais especificamente, à investigação referente aos dados sobre os meninos internos

disponibilizados no livro de matrícula da instituição - idade de ingresso na instituição, ano em que eles estavam matriculados e a cidade de onde eram provenientes – e que nos permitem discutir quem eram os menores atendidos. Informações sobre os familiares também foram quantificadas, objetivando pensar a origem social e a condição familiar dos meninos.

O recorte temporal delimitado para essa pesquisa compreende os anos entre 1944 e 1960. Durante este período, a instituição desempenhou um papel de assistência à infância, tendo sido criada, como Patronato Agrícola, em 1944, e transformada em Aprendizado no ano de 1949. Em 1960, a instituição passou a atuar como uma escola técnica (que continua em funcionamento até hoje), justificando, assim, a escolha desse recorte temporal. Cabe reforçar, então, que a análise sobre a atuação da instituição será dividida entre dois períodos, compreendendo, o contexto de atuação do Patronato Agrícola (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola (1950-1960)⁵. Essa divisão foi motivada não só pelo debate historiográfico sobre a transformação de patronatos em aprendizados, mas também por mudanças significativas, identificadas na análise das fontes, no que se refere ao público atendido pela instituição nestes dois períodos.

Quanto ao recorte espacial, este trabalho enfoca a cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, local onde esteve situado o estabelecimento que é objeto desta Dissertação.

Entendemos que nossa pesquisa está inserida no campo da História Social da Infância e, neste sentido, torna-se importante discutir o desenvolvimento dessa área nos estudos historiográficos. Em seu trabalho, José Carlos da Silva Cardozo (2015) aponta que “A História da Criança, há pouco tempo, era considerada um recorte dentro da História da Família, mas, com o passar dos anos, foi se consolidando como um domínio, com relativa autonomia, dentro do campo acadêmico da História” (p. 20). É interessante perceber, tal como é destacado pelo autor, que somente nas últimas décadas a infância vem recebendo um espaço próprio na historiografia, uma vez que, anteriormente, as pesquisas que abordavam temas sobre crianças e adolescentes estavam vinculadas ao âmbito da família. Nos últimos anos, diversas investigações produzidas no cenário da historiografia

⁵ Como discutiremos no Capítulo 3 desta investigação, no período referente ao funcionamento do Aprendizado Agrícola, a análise do perfil dos menores internos e de seus responsáveis está delimitada entre os anos de 1950 e 1957, uma vez que o Livro de Matrícula Escolar da instituição só possui registros até o ano de 1957.

brasileira têm buscado analisar e evidenciar um grande número de perspectivas e abordagens que envolvem a temática da História da Infância no país. Muitos pesquisadores e pesquisadoras vêm se ocupando, por meio de diferentes publicações, de trazer à tona as realidades, vivências, problemáticas e contradições que podem ser suscitadas ao se abordar a infância, ou melhor, as infâncias brasileiras, através de trabalhos com enfoques sociais, políticos, culturais e econômicos, entre outros.

Fazendo uso das palavras de Ana Silvia Volpi Scott (2016), “a história da infância tem recebido a atenção de pesquisadores preocupados em dar ‘voz e vez’ a essa parcela considerável de nossa população” (p. 18). Os trabalhos situados no contexto de uma historiografia mais tradicional não proporcionavam espaço para a infância em suas produções, mas este panorama se alterou a partir de mudanças ocorridas na área da História brasileira. A respeito desse novo cenário, Lisiane Ribas Cruz (2017) afirma que “Na década de 1980, pesquisas relacionadas à História Social ganharam força, havendo por parte da historiografia brasileira uma expansão de temáticas e abordagens e, dessa forma, criaram-se diversos subcampos” (p. 25). Do mesmo modo que as transformações ocorridas na década de 1980 proporcionaram mudanças no que se refere às temáticas e abordagens nas pesquisas em História de modo geral, as consequências desse cenário de mudanças podem ser percebidas em novas abordagens nas pesquisas sobre a infância em nosso país. Essas novas discussões são destacadas por Maria Luiza Marcílio (2006) em trabalho sobre a infância abandonada, no qual a autora afirma que:

A historiografia brasileira, até fins da década de 1980, pouco se ocupou da criança e mesmo da família. Foi a utilização dos recursos da Demografia Histórica, no Brasil, e da chamada “História Nova”, ambas valorizando as pesquisas sobre os excluídos sociais, que possibilitou a descoberta de realidades novas, inusitadas, na nossa paisagem social histórica (p.12).

Foram justamente esses novos recursos que possibilitaram aos historiadores e historiadoras brasileiros trazer à tona esse grupo anteriormente marginalizado e que, até os dias de hoje, sofre com estigmas e preconceitos em nossa sociedade: as crianças órfãs, abandonadas e em situações de vulnerabilidade social. Estes aspectos são sublinhados por Mary Del Priore (2008):

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa. O mundo que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes, sobrevive (p.8).

Neste trecho, a autora nos apresenta um elemento que será fundamental para a análise desenvolvida nesta pesquisa: a ideia de que existe não apenas uma infância, mas sim uma realidade marcada pela existência de diferentes infâncias, de modo que o modelo de “criança ideal” que passa a ser projetado pelos governantes dos séculos XIX e XX não corresponde, necessariamente, ao cenário em que grande parte das crianças brasileiras estão, de fato, inseridas. Neste trabalho, serão abordados elementos relacionados justamente a essa infância caracterizada pela pobreza e, em alguns casos, pelo abandono. Essa infância, como veremos, era objeto de discussões e debates, assim como da atuação de instituições como os patronatos e aprendizados agrícolas.

Ainda no que se refere à existência dessas diferentes infâncias na história brasileira, podemos identificar, no trabalho de Ana Paula Korndörfer (2016), outros elementos que marcam essa divisão, de modo que “Os defensores da infância brasileira deparavam-se, ao final do século XIX, com problemas de ‘infâncias’ bastante distintas: a infância das camadas privilegiadas e a infância desamparada, abandonada, marginalizada” (p. 101). Essas diferenças são ainda mais acentuadas devido a processos de mudança que ocorreram no contexto brasileiro na passagem do século XIX para o século XX, tais como a urbanização do país, a abolição da escravidão, a instauração da República e a chegada de levas de imigrantes de diferentes regiões da Europa. Assim, tal como é afirmado por Korndörfer (2016), nesse período:

Havia um choque, um abismo, entre a infância que se desejava ter, associada a termos como amor, ternura e alegria de viver e que representaria o progresso do país no porvir; e a realidade de crianças abandonadas, desamparadas, em perigo ou já consideradas perigosas (p. 101).

O abismo mencionado pela autora permanece durante o século XX e é possível pensar que ele também persiste até os dias de hoje, visto que ainda temos, em nosso país, uma grande desigualdade social e econômica entre crianças e adolescentes que pertencem a diferentes classes sociais. Porém, cabe, aqui, nos

atermos à maneira como a infância foi percebida no período correspondente ao século XX, uma vez que é este cenário que irá embasar e orientar o trabalho de assistência à infância realizado pela instituição a qual se dedica este estudo.

A passagem do século XIX para o século XX, bem como a transição do governo monárquico para a República, trouxe diversas mudanças relacionadas ao âmbito da infância. O papel das crianças na realidade brasileira passa a ser problematizado e, com isso, ocorre uma transformação nas ideias e imagens relativas à infância difundidas nesse período. A respeito disso, Marcos Cezar de Freitas (2003) afirma que “O advento da República, nesse sentido, ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de diversas maneiras a imagem da criança como herdeira do novo regime que se instalava” (p.17). Uma vez que as crianças se tornam, então, herdeiras do novo regime, como afirmado pelo autor, surgem propostas e projetos para a infância, de modo que diversos profissionais passam a se ocupar em transformar a realidade das diferentes infâncias identificadas no período. É nesse período, então, que “o desconhecido universo infantil começa a ser explorado e a criança/infância é colocada sob as lentes dos especialistas” (KORNDÖRFER, 2016, p. 84), um trabalho que é atravessado pela atuação de médicos, professores e juristas, entre outros. Enfocando as transformações das ideias com relação à infância e a atuação de médicos e profissionais da saúde nos cuidados com as crianças e suas famílias, Korndörfer (2016) aponta que:

A recém surgida figura do “reizinho da família” e a sua grande importância dentro do ideal de família – nuclear e higiênica – possibilitou a interferência dos médicos higienistas no interior das famílias, buscando a transformação de hábitos populares (p. 87).

Como é possível perceber, a relação entre saúde e assistência estabelecida no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX também engloba questões relacionadas à infância. Nesse momento, são instituídas formas de cuidado específicas para esses indivíduos que, até então, não recebiam tanta atenção por parte de profissionais da saúde, uma vez que é nesse período que “intensificam-se as discussões em torno da infância e de questões relativas a ela, como a mortalidade infantil e a criminalidade” (KORNDÖRFER, 2016, p.90). Essa relação entre a saúde, a assistência e o trabalho com a infância será debatida no decorrer deste trabalho, uma vez que a instituição da qual esta pesquisa se ocupa

em analisar está vinculada a questões de saúde e higiene, tanto pelo fato de que as crianças enviadas ao Patronato Visconde de São Leopoldo vinham, em grande parte, do Departamento Estadual de Saúde, como também pelo fato de que, nas fontes documentais analisadas, é possível localizar diferentes informações sobre a saúde física e mental dos menores internados no Patronato e, posteriormente, no Aprendizado Agrícola de São Leopoldo. Essas informações de caráter médico-higienista⁶ e, também, essas relações entre instituições de assistência à infância serão analisadas de maneira mais aprofundada ao longo desta Dissertação.

No âmbito da assistência à infância, tema ao qual este trabalho está relacionado, é importante compreender que as primeiras décadas do século XX (e também as últimas do século XIX) são fortemente marcadas pelo surgimento de instituições encarregadas de assistir e amparar a infância, principalmente as crianças pobres, assim como as que serão abordadas no decorrer desse trabalho de análise. É justamente nesse período que crescem os debates sobre a maneira como a infância “em perigo” (caracterizada pelas crianças pobres, abandonadas, órfãs e marginalizadas) deveria ser abordada, trabalhada, de modo que “vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correccionais e profissionalizantes” (KORNDÖRFER, 2016, p. 100). Essas instituições mencionadas pela autora são fundamentais na configuração da assistência à infância no século XX, uma vez que esses estabelecimentos eram responsáveis não só por prestar amparo a crianças em situação de vulnerabilidade econômica e social, mas também por realizar um trabalho de enquadrar esses indivíduos no modelo de infância estabelecido com o advento da República e desenvolvido ao longo da primeira metade do século XX.

Como já sublinhamos, existiam crianças que viviam realidades completamente distintas no início do século XX. Os indivíduos que não se encaixavam nos modelos estabelecidos se tornaram alvo de diferentes formas de intervenções. O trabalho com essas crianças se deu por intermédio de diversas instituições que começam a surgir e se ocuparam de abrigar e educar a infância

⁶ Em seus estudos, Edivaldo Góis Júnior (2002) estabelece que “No fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convencionou-se chamá-la de ‘movimento higienista’ (p. 47). Esse movimento exerceu forte influência nas políticas de assistência à população que são desenhadas nesse período, sendo embasado por conhecimentos e teorias científicas.

desvalida. Nesse contexto, vemos, ainda, a reformulação de um tipo de assistência que é anterior a esse período: o internamento. A prática de internar crianças em instituições que seriam responsáveis por abrigá-las e lhes proporcionar, de alguma forma, um “encaminhamento para o futuro”, também sofre alterações a partir dos novos debates e ideais sobre a infância, em especial relativos às crianças em situações consideradas de risco. Em seus estudos, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) apontam que:

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (p.13).

Este aspecto destacado pelas autoras - de que crianças, mesmo possuindo uma família, eram encaminhadas pelo Estado para instituições de internato - será de grande importância para o trabalho de análise dessa Dissertação, uma vez que os Patronatos Agrícolas se encaixam nesse tipo de instituição. Como veremos, muitos eram os motivos e as situações que levavam crianças a este tipo de estabelecimento, uma análise que demanda a compreensão do contexto relacionado à infância no recorte em questão.

Algumas das ideias e conceitos elaborados pelo filósofo francês Michel Foucault nos ajudaram a desenvolver a discussão proposta nesta pesquisa. A instituição analisada – o Patronato/Aprendizado Visconde de São Leopoldo – pode ser pensada como uma das instituições na qual encontramos o que Foucault define como *poder disciplinar*, um tipo de poder que age sobre o corpo dos indivíduos. Segundo Foucault,

A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. [...] Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil do seu trabalho e sua atividade, graças a um poder suscetível de controlá-los. Nas grandes oficinas que começam a ser formar, no exército, na escola [...] aparecem essas novas técnicas de poder que são uma das grandes invenções do século XVIII (FOUCAULT, 2003, p. 205).

Os patronatos/aprendizados, a partir da sua concepção, organização e funcionamento, fabricaria os indivíduos desejados: obedientes, moralizados, higiênicos e saudáveis.⁷

Para a realização deste trabalho, dialogamos com diversas pesquisas a respeito da atuação de outros patronatos, bem como com investigações que se propuseram a analisar o contexto da assistência à infância no século XX. Em relação aos estudos sobre os Patronatos Agrícolas, foram de grande importância para este trabalho a dissertação de mestrado de Magda de Abreu Vicente (2010) intitulada *O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas*, a dissertação de Daniel Alves Boeira (2012) - *Uma “solução” para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)*, bem como a dissertação de Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006) - *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas* e a dissertação de Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015) - *Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947)*. Estes trabalhos foram importantes na medida em que nos proporcionaram informações essenciais sobre o contexto de criação dos Patronatos Agrícolas no Brasil e sobre o funcionamento dessas instituições em relação ao atendimento à infância, além de elucidar sobre a realidade e os métodos da educação empregados nesses estabelecimentos. As reflexões desenvolvidas pelos autores nos auxiliaram na compreensão do funcionamento do Patronato Agrícola de São Leopoldo e na análise de elementos identificados na documentação que será trabalhada. Além disso, como já mencionamos, contribuições presentes nesses trabalhos foram importantes para preencher lacunas em relação ao funcionamento do Patronato de São Leopoldo que não puderam ser evidenciadas nesta pesquisa.

⁷ Para a realização deste trabalho, fizemos uso também das contribuições de Michel Foucault em sua obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (2009), uma vez que a atuação dos Patronatos Agrícolas está relacionada a um sistema de controle e vigilância sobre os menores que foram alunos internos desses locais. Outros autores que pesquisaram sobre estabelecimentos desse tipo se valeram de reflexões do autor. Identificamos, por exemplo, discussões sobre as contribuições de Michel Foucault e a relação dos pressupostos elaborados pelo autor com a realidade de atuação do sistema de controle e vigilância dos Patronatos Agrícolas nos trabalhos de Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006) e Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015). Embora não nos aprofundemos nas discussões elaboradas por Foucault, buscamos relacionar algumas de suas considerações ao funcionamento da instituição que estudamos aqui.

No que se refere às pesquisas que analisam a temática da assistência à infância no século XX, cabe destacar o trabalho de Ana Paula Korndörfer (2016) intitulado “*É melhor prevenir do que curar*”: *A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928)*, bem como o de Maria Luiza Marcílio (2006) - *História Social da Criança Abandonada* e a obra de Irma Rizzini e Irene Rizzini (2004) - *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Além das pesquisas mencionadas, são importantes ainda os trabalhos organizados por Davi Félix Schreiner (2009), José Carlos da Silva Cardozo (2016), Mary del Priore (2008), Marcos Antônio Witt e Isabel Cristina Arendt (2011) e Marcos Cesar de Freitas (2003). Por meio destas referências, é possível identificar elementos essenciais da realidade para a compreensão do sistema de atendimento à infância no século XX, além das transformações relativas às concepções de infância e de criança que ocorrem na passagem do século XIX para o século XX, sendo evidenciados ideias, medidas e projetos desenvolvidos em prol da infância nesse período.

Ademais, foram relevantes obras sobre assistência à saúde, com destaque para a obra organizada por Luiz Antonio Teixeira (2018) - *História da Saúde no Brasil*, além da dissertação de Cristiano Enrique de Brum (2013) - *O “interventor da saúde”: Trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (1938-1943)* e do trabalho de Gabrielle Werenicz Alves (2015) – *Os caminhos da saúde pública rio-grandense: continuidades e transformações na era Vargas*. Por fim, destacamos os trabalhos e contribuições de Marcos Cesar Alvarez (1989), Lisiane Ribas Cruz (2017), Milton Ramon Pires de Oliveira (2004), Ramon Victor Tisott (2008), Luciene Chaves de Aquino (2013), Joaquim Tavares da Conceição (2010), Sérgio C. Fonseca (2012), Vera Regina Beltrão Marques (2003), Ariane dos Reis Duarte (2014), Rodrigo Luis dos Santos (2018), Natália de Lacerda Gil e Joseane El Hawat (2015), Franciele Rocha de Oliveira (2017), Diana Gonçalves Vidal (2008), Ana Paula Zanella (2016) e Antônio Cladir Tremarin et. al (2012).

A presente dissertação está organizada em três Capítulos. O Capítulo I - A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A CRIAÇÃO DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS NO BRASIL será dedicado a uma análise das transformações ocorridas no âmbito da assistência à infância no decorrer do século XX e das medidas e projetos desenvolvidos em prol desse campo. Além disso, será analisado o contexto de

criação dos Patronatos Agrícolas em sua relação com a assistência, além de buscar compreender o ensino e o trabalho desenvolvidos por essas instituições, as medidas de saúde e higiene adotadas nesses locais, bem como o ensino agrícola e os métodos de educação pelo trabalho ministrado nesses estabelecimentos.

No capítulo II - O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1944-1949), será realizada uma contextualização do surgimento da instituição que é objeto de pesquisa deste trabalho, buscando evidenciar o cenário de criação desse estabelecimento na cidade de São Leopoldo. Além disso, realizaremos um breve estudo sobre o desenvolvimento do município, em especial no que se refere à importância da produção agrícola nos diferentes períodos da história da localidade. Ainda nesse capítulo, pretendemos realizar um pequeno debate a respeito do panorama da assistência à infância no Rio Grande do Sul, evidenciando a existência de instituições que se ocupavam dessa tarefa antes da criação do Patronato Agrícola de São Leopoldo em 1944. O objetivo maior desse capítulo, porém, é analisar a infância atendida pela instituição a partir do estabelecimento do perfil dos menores internos do local e de seus responsáveis durante o período de funcionamento do Patronato Agrícola (1944-1949), tarefa realizada por meio da discussão das informações presentes no Livro de Matrícula Escolar da instituição.

Por fim, no Capítulo III - O APRENDIZADO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1950-1960), iremos debater sobre o processo de transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados Agrícolas, estabelecendo, assim, as mudanças ocorridas neste contexto, mas também o modo como essas instituições possuíam semelhanças e continuidades em seu trabalho. Além disso, buscamos analisar a infância atendida pela instituição neste segundo momento, realizando, novamente, uma análise sobre o perfil dos menores internos e seus responsáveis durante o período de funcionamento do Aprendizado Agrícola documentado no Livro de Matrícula Escolar (1950-1957). A análise das informações contidas no Livro será complementada com a discussão de fontes como relatórios sociais, fichas individuais e ofícios.

Acreditamos que a principal contribuição deste trabalho seja desenvolver uma análise sobre uma instituição de internato da cidade de São Leopoldo/RS destinada ao atendimento de menores de famílias pobres, constituindo, assim, uma possível referência para debates sobre Patronatos Agrícolas no Brasil (e, mais

especificamente, no estado do Rio Grande do Sul) e o cenário de assistência à infância na região do Vale do Sinos.

CAPÍTULO I - A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A CRIAÇÃO DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

Antes de analisar a criação e a atuação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo e, em especial, o público atendido pela instituição, é necessário realizar uma discussão em torno dos debates sobre a assistência à infância que caracterizam o século XX. Através da compreensão das mudanças ocorridas nesse período, que estão vinculadas a todo um contexto de projetos de modernização da nação brasileira e de transformação dos hábitos e valores da população, será possível contextualizar os propósitos e as políticas públicas que culminaram na criação da instituição que é tema deste estudo. Além disso, será realizada, ainda, uma análise sobre a criação dos Patronatos Agrícolas do Brasil e sobre o funcionamento dessas instituições, buscando evidenciar e debater os diversos elementos presentes nas investigações sobre estes estabelecimentos de assistência e ensino que desempenharam um importante papel nesse contexto.

1.1. Assistência à infância no século XX

O período da história de nosso país compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX é marcado por diversas transformações em diferentes estruturas e elementos da sociedade, sendo caracterizado por mudanças nas concepções em relação à população e nos projetos para o futuro do país. É importante ressaltar, por exemplo, que nesse contexto são vivenciados dois importantes processos que irão influenciar nos rumos tomados nas próximas décadas, sendo eles a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889). Esses dois marcos da história de nosso país serão importantes para a consolidação de um projeto que será desenvolvido em prol de uma modernização da nova República brasileira e da transformação da população e dos trabalhadores que habitavam esse território.⁸

Analisando esse contexto, podemos perceber que o período é marcado, ainda, por diversos problemas que podem ser identificados nessa sociedade do novo governo republicano e nas condições de vida da sua população. A existência de

⁸ Uma discussão sobre o contexto de transição entre a Monarquia e a República no Brasil pode ser encontrada em **Brasil: uma biografia**, de Lília Schwarcz e Heloisa Starling (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

cidadãos carentes, de pobres desempregados, de crianças abandonadas e de pessoas que viviam em situações precárias suscitaram formas de intervenção na sociedade marcadas por ideias e concepções que serão debatidos neste texto. A percepção dos problemas advindos da situação de pobreza no país é o que marca as políticas elaboradas e implementadas pelo Estado no atendimento à população pobre em suas diferentes categorias, embasadas por pensamentos e necessidades que surgem no advento do século XX. Porém, preocupação com as possibilidades de erradicação da pobreza e da assistência a pessoas carentes são herdados de períodos anteriores a esses projetos.

Dentre as transformações que podemos identificar na sociedade brasileira desse período, estão importantes mudanças na área da saúde, de modo que vemos profissionais dessa área e figuras políticas trabalhando em prol de projetos que visam à melhoria da saúde da nação, aspecto que é instigado por ideias que já vinham sendo desenvolvidas desde o século XIX e que são influenciadas por debates que ocorrem também fora do país. A respeito dessas ideias que passam a ser disseminadas no período, é possível saber que “A proclamação da República, em 1889, transformou palavras como ‘modernidade’, ‘urbanização’, ‘civilização’ e ‘reforma’ em objetivos das elites brasileiras” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48), uma realidade que irá influenciar os projetos e ideais que passam a ser formulados nas décadas seguintes.

Outro elemento que merece destaque no período é a criação de diversas instituições no âmbito da saúde e da assistência, além da ascensão de movimentos que buscam atuar nos problemas identificados na população, especialmente a pobreza e as doenças. Em um aspecto mais global, ocorre, no final do século XIX, a criação do Instituto Pasteur (1888)⁹, um empreendimento que marcou os rumos que a caridade e a assistência tomariam. Com a criação desse instituto, ocorre a seguinte situação:

Com a possibilidade de prevenção das doenças aberta pelas descobertas de Pasteur, a pesquisa médica passa a ser considerada, pelos filantropos, uma forma de terapêutica em potencial: investir na pesquisa médica era

⁹ O Instituto Pasteur de Paris foi criado em 1888 com dois objetivos principais: garantir o fornecimento da vacina antirrábica e do soro antidiftérico para as colônias europeias na África e na Ásia e dar prosseguimento aos estudos pasteurianos sobre as doenças infecciosas. As atividades do Instituto, porém, avançariam para além destes objetivos. Informações sobre a instituição estão disponíveis na Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/no-instituto-pasteur>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

investir na tentativa de erradicação da pobreza (SANGLARD; FERREIRA, 2018, p. 151).

Os investimentos em pesquisas na área da saúde, especialmente em prol da tentativa de controle das doenças, da pobreza e dos problemas sociais identificados entre a população, surgem como uma ferramenta valiosa para os governos. Nesse contexto, temos a intensa atuação de médicos, sanitaristas e demais profissionais da saúde, uma vez que “A reformulação dos espaços urbanos, dos valores e comportamentos da população era a missão desses especialistas” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48), objetivos que passam a orientar a atuação desses profissionais na busca de um modelo ideal de cidadão e de nação, uma missão que passa pelas áreas da saúde e da assistência. Essa segunda área teve uma importância fundamental nas ações e projetos desenvolvidos no século XX, embora ela possua uma história bem anterior ao período em questão. Sobre o papel da assistência nas sociedades ocidentais, Gisele Sanglard (2017) aponta que:

A assistência foi, de forma geral, uma das formas de suavizar a pobreza. A princípio, organizada através das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre do mau pobre – aquele afeito ao trabalho (p.19).

Como podemos ver no quadro exposto pela autora, a assistência teve um papel fundamental nas tentativas de combate a problemas sociais, principalmente na erradicação da pobreza. Porém, se faz necessário refletir sobre os objetivos que permeavam essas ações, uma vez que o movimento higienista promove discursos que atrelam as populações pobres à imagem de proliferação de doenças e problemas de ordem social. Para que esses objetivos almejados pelos governos da época pudessem ser alcançados, profissionais e políticos julgaram necessário atuar sobre a saúde, a higiene e as condições precárias em que vivia grande parte da população, uma empreitada que tornou necessária a reformulação do modelo de assistência que era empregado até então. Por meio da atuação de políticos, médicos, sanitaristas, professores, juristas e outros profissionais, essa assistência será realizada junto à população brasileira, perpassando diferentes elementos da sociedade, incluindo a educação e a infância, que serão o foco dessa análise.

Conforme foi debatido anteriormente, esse período, que compreende a passagem do século XIX para o século XX, é caracterizado, no Brasil, por inúmeras mudanças e transformações que atuam sobre elementos fundamentais da sociedade

brasileira daquele período. Em primeiro lugar, temos a abolição da escravidão, um fato que decorre de um longo processo. Em relação às consequências desse acontecimento, alguns autores apontam para o modo como a abolição da escravidão resulta em desdobramentos no que se refere à composição das populações das cidades. Debatendo esse evento, Daniel Alves Boeira (2009) atenta para o fato de que “Com o início do século XX, período pós-libertação dos negros, somado às imigrações de várias etnias e às imigrações internas, muitos centros urbanos aumentaram seus contingentes populacionais” (p.37). Em paralelo a isso, Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira (2018) analisam o modo como esse processo incidiu nas preocupações com os problemas sociais identificados na população, de modo que:

A relação entre caridade, filantropia, assistência e pobreza no Brasil ganha evidência com a emergência da chamada *questão social* – como se passou a denominar a preocupação com o pobre e a as pobreza urbanas, que no Brasil está vinculada ao processo de abolição da escravatura (p. 145).

Como podemos ver, a abolição da escravidão causou um grande impacto na composição da população livre e pobre das cidades, que será justamente o alvo das políticas de saúde e assistência que imperam no decorrer do século XX. Outro elemento de grande importância ocorrido no final do século XIX e que traz enormes consequências para as primeiras décadas do século XX é a instalação do governo republicano, substituindo, assim, o regime monárquico que existia até então. Analisando as ideias e propostas do novo governo, Korndörfer (2016) aponta que:

A proclamação da República reforçou o processo de modernização e urbanização e inaugurou um projeto de salubridade para o Brasil, como o remodelamento das cidades, instalação de redes de água e esgoto, alargamento das ruas e derrubada de cortiços (p. 51).

O projeto de salubridade mencionado pela autora é fundamental para a compreensão das medidas e propostas que passam a ser adotadas no âmbito da assistência à população e de intervenção sobre os ambientes da cidade e também das famílias que viviam nela. Os profissionais envolvidos nesses projetos se lançam então em uma missão para transformar a realidade de pobreza e de doenças encontrada nas cidades brasileiras¹⁰. Desse modo, as tentativas de modernização e

¹⁰ Diversas cidades brasileiras passam por processos de reformulação/modernização no início do século XX, muito inspiradas em modelos europeus, como Paris/França. Estes processos são

higienização não se dão somente objetivando modificar os espaços urbanos e as moradias, mas também transformar os próprios hábitos das pessoas. A partir disso, surge, então, a necessidade de:

[...] ensinar ao trabalhador e à sua família a “pedagogia da virtude” – ou seja, ser bom trabalhador, membro de uma família, moralizado, higienizado – buscando eliminar práticas “selvagens e promíscuas”, “resquícios de um passado indígena e colonial” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48).

O novo governo republicano busca alterar não só as cidades e “modernizar” o país, como também transformar as pessoas que aqui viviam, em uma tentativa de enquadrar a população em um modelo de civilização, higiene e saúde que era disseminado nesse período. Essas tentativas de transformar a população são fortemente influenciadas por movimentos de caráter político e científico que ocorrem no início do século XX, principalmente a eugenia, que é bastante importante nesse período da sociedade ocidental. As características desse movimento são descritas por Vanderlei Sebastião de Souza e Robert Wegner (2018) da seguinte maneira:

Enquanto ciência, a eugenia baseou-se num conjunto de teorias médicas e biológicas que vinham ganhando força nas primeiras décadas do século XX, especialmente as formulações em torno das leis da hereditariedade humana. De outro lado, a eugenia também foi um movimento social e político que estimulou um amplo debate sobre a seleção racial e social, a formação das populações nacionais, os cuidados com a higiene e a saúde pública, a educação sexual, o controle matrimonial e a reprodução humana” (p. 329).

Em seus estudos, os autores também apresentam a influência da eugenia nas políticas de modernização e desenvolvimento da sociedade ocidental do início do século XX. A partir disso, podemos perceber que “a eugenia prometia criar uma inovadora engenharia racional capaz de produzir um novo homem, eliminando as imperfeições hereditárias e estimulando o desenvolvimento de suas habilidades físicas e mentais” (SOUZA; WEGNER, 2018, p. 328).¹¹ Essas características do

comentados, no que se refere ao Rio de Janeiro, por exemplo, por Marcos Napolitano em *História do Brasil República* (NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016).

¹¹ Geandra Denardi Munareto também realizou pesquisa sobre a eugenia e os debates sobre as possibilidades de progresso e de modernização do país em: MUNARETO, Geandra Denardi. **A ciência como regeneradora da nação**: eugenia e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7843> Acesso em: 25 mar. 2021.

movimento apresentadas pelos autores podem ser identificadas nos ideais e projetos disseminados e postos em prática no contexto brasileiro do início do século XX, por meio das tentativas de “melhoramento” dos hábitos de higiene e também da moral das famílias brasileiras, buscando disseminar hábitos saudáveis e moralmente aceitos. Analisando o exemplo mais específico do Rio Grande do Sul, Korndörfer (2016) destaca que “Para os dirigentes positivistas, o cidadão deveria ser educado nos princípios da ciência e, esclarecido, tomaria as decisões relativas à sua saúde e à da sua família” (p. 56). A partir dessa constatação, vemos a intensa preocupação das autoridades em ensinar e promover junto à população hábitos e conhecimentos que tornassem essas pessoas cidadãos saudáveis, moralizados e obedientes.

Após essas discussões, é necessário debater e analisar, também, a maneira como essas ideias foram postas em prática por meio das medidas de assistência. Sobre a organização e configuração da assistência advinda do século XIX, Sanglard e Ferreira (2018) nos informam que:

[...] até o início do século XX, assistência significava uma gama variada de ações que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos é um processo longo e que deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades (p. 145).

Essa profissionalização da assistência destinada a determinados grupos será muito importante para esse trabalho, de modo que se pretende analisar o modelo de assistência dedicado à infância no século XX. Contudo, é relevante compreender as mudanças que ocorrem no modelo e configuração da assistência de modo geral nesse período, buscando evidenciar as ideias e propostas que passam a dominar esse cenário. A partir da elucidação desse movimento mais abrangente, será possível compreender melhor o contexto debatido mais adiante. A respeito do processo de construção da assistência em nossa sociedade, Sanglard e Ferreira (2018) apresentam o seguinte quadro:

[.] a preocupação com o pobre pautou as ações das sociedades ocidentais ao longo dos séculos e foi se alterando, concomitante com a própria percepção da pobreza e sua transformação em *questão social* – fenômeno ligado à vida urbana e aos males da industrialização (p. 145).

É justamente essa preocupação com a pobreza, e, em especial, as formas de combatê-la, que vão delinear os caminhos que a assistência trilhará no final do

século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Apesar dessa preocupação em “solucionar” os problemas advindos da situação de pobreza, existe outra característica que marcou as políticas de assistência em sua longa e complexa história: a definição de quem seriam as pessoas que mereceriam esse serviço. Refletindo sobre a seleção presente nas medidas assistenciais, percebe-se que “o trabalho separara o bom do mau pobre, e a assistência evitaria a transformação do pobre em miserável” (SANGLARD, 2017, p. 20). Tendo isso em mente, é possível perceber que, embora a assistência tenha uma tradição de séculos de atuação, era necessário realizar uma triagem em relação a quem seria merecedor desse auxílio. A partir disso, temos a imagem do pobre merecedor e afeito ao trabalho e a imagem do “vagabundo”, identificado muitas vezes na figura de mendigos e pedintes.

Essa definição em relação aos indivíduos que deveriam ser alvo do trabalho de assistência torna-se ainda mais criteriosa com as transformações ocorridas no modelo de assistência ocidental durante o período aqui analisado. Em uma realidade marcada por uma assistência caracterizada pelos conceitos de caridade e piedade, muitas vezes realizada por instituições religiosas, ocorre o surgimento de modelos distintos que visam novas medidas e objetivos para as práticas assistencialistas. No contexto do final do século XIX, temos a ascensão da filantropia, um movimento que promove grandes e importantes alterações no campo da assistência. A respeito da transição desses modelos e das diferenças que podem ser percebidas entre eles, Sanglard e Ferreira (2018) nos apresentam a definição a seguir:

A filantropia, ou benemerência, é um neologismo surgido na França das Luzes e se difere da caridade por se propor estar desvinculada de qualquer vestígio de piedade e ter subjacente a ideia da utilidade social. Ao passo que a caridade reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza, ou, dito de outra forma, a caridade sempre se pautou por minimizar o sofrimento alheio; a filantropia, uma virtude laicizada, é uma ação continuada, refletida e não mais isolada (p. 149).

Como é possível averiguar, os moldes que orientam o campo da assistência passam a ser tomados de novos valores e objetivos ante a população que precisava ser atendida. Temos a passagem de um modelo marcado pela atuação de instituições religiosas que viam na assistência uma forma de caridade e temor a Deus a um sistema caracterizado pela ideia de transformar a população pobre em cidadãos úteis para a nação, de modo a torná-los uma força de trabalho saudável, instruída e moralizada. Ainda sobre os preceitos pregados pela filantropia, Sanglard

(2017) atesta que “Nota-se neste movimento a presença da higiene dos corpos e dos lares; bem como uma atuação de cunho mais moral voltada aos inválidos, órfãos e viúvas” (p. 23). Nessa configuração apontada pela autora, é possível perceber o elemento da profissionalização da assistência vinculada a grupos específicos e que foi mencionada anteriormente, uma questão que integra este trabalho de análise. Apesar dessas mudanças, é necessário destacar que não houve uma ruptura completa entre esses dois modelos, de modo que “O quadro que se descortina neste momento é o da filantropia como utilidade social, convivendo lado a lado com a devoção religiosa que se apropria e traduz os preceitos da higiene segunda sua doutrina” (SANGLARD, 2017, p. 26). Sendo assim, é possível inferir que não existem apenas rupturas entre esses dois modelos, mas também continuidades.

Em meio a projetos e práticas de assistência encontrados no contexto do século XX, alguns grupos acabam sendo alvo de propostas e medidas específicas nesse âmbito. Entre esses grupos, analisaremos aqui as medidas que foram formuladas e postas em prática em prol da assistência às crianças. Analisando o papel da infância dentro desse contexto de mudanças e idealizações, Korndörfer (2016) aponta que:

Em um panorama que envolvia temáticas como a propagação da higiene, o controle do espaço urbano, a necessidade de repressão à criminalidade e criação de novas formas de compulsão ao trabalho, as crianças desamparadas tornavam-se foco do trabalho de diversos profissionais (p. 105-106).

Os projetos e medidas que visam melhorar a saúde da população e ensinar às pessoas hábitos saudáveis e morais também atingem a infância, por meio de projetos próprios direcionados a esses indivíduos. No período das primeiras décadas do século XX, em um processo bastante influenciado por movimentos e ideais advindos do século anterior, temos o surgimento de diversas propostas e instituições que buscam trabalhar com a infância nos moldes republicanos. Nesse contexto, o papel destinado à infância acaba sendo de grande importância dentro do novo governo que fora instituído, “uma vez que o imaginário republicano reiterava de diversas maneiras a imagem da criança como herdeira do novo regime que se instalava” (FREITAS, 2003, p 15). A partir disso, é possível perceber que “O destino da nação brasileira, então, foi entregue à infância” (ZANELLA, 2016, p. 254), de modo que as crianças seriam a futura força de trabalho que serviria à nação, se

tornando necessário enquadrá-las no ideal de cidadão almejado pelas autoridades do período. A partir dessas constatações, analisaremos, então, como essas propostas foram postas em prática.

Em um primeiro momento, é necessário compreender que, assim como foi elaborado um modelo de cidadão ideal para a população em geral, também foi concebido um modelo próprio para as crianças de nossa nação, inspirado pelos preceitos eugenistas, filantrópicos e higienistas que são característicos desse contexto. A respeito desse modelo, enfocando principalmente as questões relativas à saúde, percebe-se que “A criança saudável não era apenas a criança fisicamente saudável, mas também a criança disciplinada, higienizada e moralizada” (KORNDÖRFER, 2016, p. 101). Esse padrão de saúde e moralidade infantil será o alvo de instituições e profissionais que se empenharão em atingir esses objetivos, um trabalho realizado por meio de diversas medidas e legislações que terão as crianças como foco.

Embora existisse um modelo de infância ideal, as características e a realidade que marcam a população da época fazem com que grande parte das crianças do território brasileiro não atendessem a essas expectativas. A preocupação com a infância desamparada e os problemas relacionados às crianças são elementos importantes e irão justificar a atuação dos profissionais e das instituições envolvidas nesse processo. Desse modo, vemos que esse período é marcado por debates e propostas em prol desses grupos, visto que “no final do século XIX e início do século XX intensificam-se as discussões em torno da infância e de questões relativas a ela, como a mortalidade infantil e a criminalidade” (KORNDÖRFER, 2016, p.90). A partir da percepção desses problemas, passam a ser formuladas medidas para se trabalhar com essa infância em risco, momento em que temos o surgimento de diversas instituições que vão se empenhar em desenvolver esse trabalho. Sobre o surgimento dessas locais, Korndörfer (2016) menciona que:

Além da crescente preocupação com a saúde infantil, vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correcionais e profissionalizantes (p. 100).

Esses estabelecimentos mencionados pela autora serão fundamentais na configuração da assistência à infância nesse contexto, na medida em que eles irão atuar na formação do caráter e da disciplina desses indivíduos. Através da prática de

abrigar as crianças consideradas como sendo parte dos grupos que constituíam a “infância em perigo”, formado pelas crianças órfãs, abandonadas, pobres e desamparadas, “essas instituições ensinavam as primeiras letras e também algum ofício, para que essa ‘matéria facilmente moldável’ se transformasse em cidadãos disciplinados, trabalhadores úteis a si e à pátria” (KORNDÖRFER, 2016, p. 106-107).¹² Nesse momento vemos surgir também a prática de internamento destinada a crianças em estabelecimentos desse tipo, embora as instituições de internato possuam uma história mais antiga.

Por meio da atuação de diversos profissionais e da elaboração de legislações que englobam esses sujeitos, essas crianças passam a ser enxergadas pela sociedade de um modo diferente, através do entendimento do conceito de menor. A respeito da caracterização dessa categoria, vemos que “Os menores eram os filhos dos pobres, não educados nos padrões de moralidade vigentes e, desta forma, passíveis de intervenção judiciária” (KORNDÖRFER, 2016, p. 102). É interessante perceber também a forma como esse conceito acabou se enraizando em nossa sociedade, visto que “esse se foi incorporando ao vocabulário do brasileiro e, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ainda é utilizado pela população” (ZANELLA, 2016, p. 235), uma realidade que propicia discussões atuais sobre o modo como determinadas crianças são tratadas em nosso país.

A construção da categoria dos menores possui, na legislação brasileira, um importante marco que orienta as diretrizes para o trabalho com essas crianças: o Código de Menores de 1927¹³. Sobre esse fato, Ana Paula Zanella (2016) afirma que:

Após discussões, situações e preocupações que envolveram os menores (desvalidos, delinquentes, entre outros tipos) entre o final do século XIX e

¹² Em Porto Alegre, já em meados do século XIX (portanto, ainda no contexto imperial), menores desvalidos, órfãos, expostos e indígenas eram enviados para as Oficinas do Arsenal de Guerra para, entre outros aspectos, receber uma formação profissional. Esta questão é analisada por Maicon Lopes dos Santos em: SANTOS, Maicon Lopes dos. “**Úteis a si mesmos e a pátria**”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

¹³ Marcos Cesar Alvarez (1989) contextualiza a criação do Código de Menores de 1927, indicando, assim, que “No início do século XX, um autêntico movimento em favor da infância abandonada e delinquente se constituiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Livros, artigos de jornais e projetos de lei passam a propor reformas na legislação e nas instituições referentes aos menores em geral” (p.52). A partir desse movimento em prol de uma legislação que regia a vida dos menores no Brasil, o autor estabelece que “O resultado de todo esse movimento foi a emergência do primeiro Código de Menores do Brasil, em 1927” (ALVAREZ, 1989, p. 52).

as primeiras décadas do século XX foi promulgado o Código de Menores em outubro de 1927, legislação responsável pela regulação das práticas envolvendo o “futuro da nação” (p.254).

A partir desse momento, são criadas leis e instituídas maneiras de se trabalhar com os menores, as crianças em situação de rua ou abandono, assim como as que estavam inseridas no mundo da criminalidade e demais grupos que essa categoria poderia incluir. É possível, então, verificar que “Com essa legislação, uma justiça especial para menores irá se definir, estabelecendo seus objetivos e procedimentos” (ALVAREZ, 1989, p.58). Através das diretrizes contidas nessa legislação, vemos florescer um contexto em que “um amplo projeto institucional, tendo por alvo o menor, irá se consolidar” (ALVAREZ, 1989, p.58).

Em termos de construção do discurso que possibilita a elaboração dessa categoria, Marcos Cesar Alvarez (1989) aponta que “O Código de 1927 parece representar melhor o momento em que se dá a cristalização jurídico-institucional do menor como categoria discursiva” (p. 28). É interessante perceber a maneira como essas leis estão relacionadas às mudanças que se processavam no pensamento e nas formas de atendimento e assistência à infância, uma vez que esse Código “também regulamenta as novas práticas institucionais dirigidas à menoridade, não mais práticas repressivas, mas sim recuperadoras, preventivas, disciplinares” (ALVAREZ, 1989, p. 138). Nas mudanças promovidas em função do Código de Menores, cabe destacar a ampliação de tipos de crianças que passam a ser incorporadas nessa definição, uma questão que é exposta por Alvarez (1989), ao afirmar que “com o Código de 1927, sob essa categoria ‘menor’, passa a ser visado um número muito maior de indivíduos” (p. 124).

A partir do momento em que as crianças desamparadas passam a ser vistas como um tipo diferente de criança e são consideradas como passíveis de intervenção por parte do Estado, os preceitos e medidas pregados pela filantropia e pelo higienismo também recaem sobre esses menores. Além de elementos relacionados à saúde e à educação, a valorização do trabalho como meio de regeneração social passa a ser aplicado a essas crianças, de modo que “O trabalho ou a instrução para o trabalho passa a servir para a transformação das crianças ‘desvalidas’ em pessoas ‘úteis’ para a sociedade” (TISOTT, 2008, p. 140). A partir dessa realidade, percebemos que a ideia de utilidade social, que é característica da filantropia, pode ser encontrada nas medidas de assistência à infância, visto que as

crianças são, agora, vistas como o futuro da nação brasileira. Ainda em relação ao elemento do trabalho aplicado ao contexto de atendimento à infância, Korndörfer (2016) aponta que “embora os excessos fossem condenados, este era visto, primordialmente, como meio para regeneração e moralização da criança, para evitar ‘desvios’ ou como forma para corrigi-los” (p. 96-97).

O cenário de transformações e projetos para o país e a população, assim como a nova configuração nos moldes da infância e da assistência aos menores, apresentam grandes influências no meio educacional. Através do trabalho de profissionais da educação e, também, de profissionais da área da saúde, vemos o surgimento de diversas medidas a serem realizadas dentro das escolas. Considerando a questão da formação para o trabalho debatida anteriormente, podemos perceber que “A ‘educação integral’ - assentada no tripé: saúde, moral e trabalho – era uma das respostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes” (CARVALHO, 2003, p. 306), uma realidade que demonstra que o ensino ministrado nas escolas e nas instituições para menores também serviam aos propósitos dos projetos de modernização do país.

Em seu trabalho sobre as práticas de saúde e higiene nas escolas públicas gaúchas, Ana Paula Korndörfer (2016) aponta que “A educação neste período foi largamente influenciada pelo discurso médico-higiênico, assim como o vocabulário pedagógico que foi disseminado na sociedade” (p. 31), uma realidade que aponta diretamente para as medidas de caráter higienistas que passaram a ser empregadas em sala de aula. Sobre esse contexto, a autora informa ainda que “A educação deveria ser um preparatório para a vida profissional, qualificando e disciplinando trabalhadores, bem como deveria formar cidadãos obedientes e úteis à Pátria” (KORNDÖRFER, 2016, p. 75), mais uma vez confirmando a influência dos preceitos de saúde e filantropia que imperavam em fins do século XIX e durante boa parte do século XX. Ainda segundo a autora, “Através da educação higiênica, as crianças tornar-se iam adultos saudáveis e ‘adequados à ordem médica” (KORNDÖRFER, 2016, p. 154).

Ainda no que se refere aos preceitos relacionados a uma educação higiênica no caso do Rio Grande do Sul, Korndörfer (2016) atenta para o fato de que “a organização da educação pública estadual, a saúde e a higiene da população, a infância desamparada e infratora, e a mortalidade infantil foram temas que

mereceram a permanente atenção do governo estadual” (p. 33-34). Por meio das medidas de saúde e higiene direcionadas ao trabalho em sala de aula, vemos que “Modelando a criança, um ser maleável, através da escola primária, a educação sanitária elaborada pelos médicos-higienistas se transformaria na própria natureza da criança” (KORNDÖRFER, 2016, p. 154). Ainda no contexto do estado, temos a criação e atuação de instituições que irão se empenhar no trabalho relacionado à saúde e à assistência da população, tal como é o caso do Departamento Estadual de Saúde (DES)¹⁴. Em seu trabalho sobre a trajetória do médico Bonifácio Costa, que foi responsável pela criação do referido Departamento, Cristiano Enrique de Brum (2013) situa o contexto do desenvolvimento dessa instituição:

Logo após a sua chegada à pasta de saúde, uma das primeiras ações de Bonifácio Costa foi a criação do Departamento Estadual de Saúde (DES): a partir do Decreto nº 7.481, de 14 de setembro de 1938, a antiga Diretoria de Higiene trocou sua denominação para Departamento Estadual de Saúde. Este mesmo decreto também apresentou um novo regulamento para os serviços de saúde no estado, promovendo a chamada *Reforma de 1938*, que ampliou todos os serviços de higiene regionais (p. 18).

A criação dessa instituição determinou os rumos para a saúde e a assistência no estado, por meio de medidas implementadas em prol da higienização das cidades e da população. O surgimento dessa instituição se dá em um meio influenciado pela disseminação das ideias do movimento médico-higienista, uma vez que “a partir do fim da década de 1910, o discurso sanitarista alcançou uma proporção enorme não só no meio médico, mas em toda a política do país” (BRUM, 2013, p. 73). Em relação à organização desse Departamento, Brum (2013) nos informa também que:

O Regulamento do DES foi organizado em 5 grandes partes, totalizando mais de 600 artigos, de modo que quase nenhuma instância da vida social escapasse de seu arcabouço. As novas diretrizes deveriam nortear a vida de moradores, comerciantes, trabalhadores, estudantes, profissionais da saúde de diversos tipos, enquadrando e, por vezes, punindo os resistentes, inadequados ou indesejados (p. 145).

Entre as ações em benefício da saúde promovidas no Rio Grande do Sul, cabe destacar, mais uma vez, as medidas de higiene direcionadas às escolas, tendo em vista que “nas escolas gaúchas, surgiram ações a fim de promover a salubridade do

¹⁴ O Departamento Estadual de Saúde foi criado/organizado no contexto do Estado Novo. A organização da saúde no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas foi analisada por Cristina Oliveira Fonseca em: FONSECA, Cristina Oliveira. **Saúde no Governo Vargas**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

espaço, fiscalização e cuidados com a saúde do corpo do aluno, sendo este percebido como um futuro cidadão e trabalhador modelo” (BRUM, 2013, p. 134). Mais uma vez, podemos perceber uma prática relacionada aos discursos de formação de cidadãos higienizados e moralizados que serviriam à nação. Em relação a propostas que visavam conhecer e controlar aspectos relativos à saúde das crianças, Brum (2013) aponta que:

No Rio Grande do Sul, o Departamento Estadual de Saúde e a Secretaria de Educação e Saúde Pública emitiram junto à *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul* uma ficha de exame médico, a fim de examinar individualmente os alunos (p. 212).

Como é possível perceber, as ações promovidas pelo Departamento Estadual de Saúde englobaram diversas esferas da sociedade sul-rio-grandense do século XX, incluindo as medidas direcionadas à infância e à educação. Retomando o debate sobre as medidas higiênicas voltadas para as escolas públicas, Korndörfer (2016) menciona, se referindo ao contexto anterior à criação do DES, que “A Instrução Pública também instituiu mecanismos para a avaliação e para o controle das condições higiênicas das escolas públicas primárias” (p. 162). Em relação à legislação e normas destinadas a essas medidas higienistas, a autora menciona que:

Como podemos perceber, a partir das instruções para as inspeções extraordinárias, estas também tinham por objetivo avaliar e, quando possível, melhorar as condições higiênicas dos prédios escolares, através do cuidado com a quantidade de luz, espaço e ar, e da qualidade da água disponíveis nos prédios (KORNDÖRFER, 2016, p. 164).

Por fim, é importante ressaltar a importância dos professores nesse processo de higienização das escolas e da população em geral, visto que, nesse período, “Os professores, pessoas presumidamente idôneas e com bons hábitos, desempenhavam, sobretudo, um papel fundamental na inculcação de hábitos, devendo ser observados e imitados pelos alunos” (KORNDÖRFER, 2016, p. 185). Através da figura dos educadores, os alunos deveriam ter um exemplo de bons hábitos de higiene e de moralidade, na medida em que “A importância do professor na disseminação de hábitos pode ser abordada sob dois aspectos: o exemplo de conduta dado pelo próprio professor e o ensino de conteúdos relacionados à higiene

e à saúde por ele ministrados” (KORNDÖRFER, 2016, p. 186), uma prática que se deu, ainda, por meio das disciplinas que eram ministradas nas escolas públicas.

Uma vez que foi exposto e analisado o contexto de intensos debates e projetos em prol das transformações que deveriam ocorrer no nosso país durante o século XX, que incluíam orientações para uma modernização da nação e a transformação da população pobre em trabalhadores higienizados, moralizados e disciplinados, partimos então para uma análise que enfoca um tipo de instituição que teve um papel muito importante na configuração da assistência à infância durante o século XX, os Patronatos Agrícolas. A partir desse estudo, se pretende evidenciar os propósitos que envolvem a criação e a manutenção dessas instituições e, além disso, os regimes disciplinar e de ensino que eram encontrados nesses estabelecimentos. Desse modo, será possível compreender um pouco melhor o funcionamento de uma rede de assistência a menores que tinha em sua base a formação agrícola. Além do mais, serão identificadas diferentes temáticas e questões que poderão ser analisadas no estudo sobre essas instituições. Contudo, primeiro iremos realizar um debate em torno do desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil, um dos pilares de funcionamento dos Patronatos Agrícolas, sendo ainda um dos instrumentos utilizados, durante o século XX, para a regeneração da infância desvalida.

1.2. O ensino agrícola no Brasil

Entre os diversos elementos identificados ao desenvolver uma pesquisa sobre um Patronato Agrícola, podemos perceber um campo de grande interesse com relação ao ensino agrícola, que era parte fundamental para o funcionamento dessas instituições. Os Patronatos eram estabelecimentos de ensino e internato que tinham como objetivo promover um trabalho de assistência e regeneração de menores pobres, órfãos e desvalidos. Refletindo sobre o funcionamento dessas instituições, vemos que essa modalidade de ensino teve um papel de destaque no trabalho realizado por tais estabelecimentos. É importante sublinhar que as pesquisas que se dedicam a debater e analisar o ensino agrícola em nosso país podem proporcionar importantes contribuições para a historiografia brasileira, de modo que esse é um tema de estudo que nos possibilita interessantes abordagens, que podem ser

desenvolvidas sob diferentes perspectivas. A importância do estudo sobre esse tipo de ensino é evidenciada por Nery (2009) em seu trabalho de pesquisa:

Debruçar-se sobre a história do ensino agrícola é de fundamental importância para que possamos compreender os processos e as práticas educativas utilizadas na formação de crianças e jovens, que durante as primeiras décadas do século XX, participaram ativamente do desenvolvimento agrícola brasileiro, buscando nas instituições escolares um aparato ferramental para utilizar a terra de maneira mais racional e otimizada (p. 26).

Conforme foi estabelecido pelo autor, o ensino agrícola foi uma ferramenta utilizada pelo governo republicano brasileiro com o intuito de pôr em prática seus projetos de modernização da nação e de higienização e moralização dos trabalhadores brasileiros. Desse modo, as crianças fizeram parte desse processo, uma vez que as instituições que tinham em sua base o ensino agrícola visavam criar futuros trabalhadores educados e profissionalizados sob os moldes ideais desse período. A partir disso, é possível relacionar os estudos sobre a trajetória e o desenvolvimento do ensino agrícola brasileiro ao tema da assistência à infância durante os séculos XIX e XX, uma vez que essa também foi uma das medidas desenvolvidas para o trabalho de regeneração das crianças do país, buscando a transformação de seus hábitos e a conformação de sua força de trabalho.

Apesar da importância dos estudos sobre as diferentes problemáticas que circundam o ensino agrícola, uma análise relativa ao lugar ocupado por essa temática na historiografia brasileira nos revela que essa relevância ainda não possui grande reconhecimento. No desenvolvimento dessa pesquisa, observamos que há uma carência de estudos sobre o ensino agrícola no contexto brasileiro que objetivem trazer à tona sua importância e suas problemáticas, uma vez que, até o momento, ainda não existe um número elevado de trabalhos da área de História voltados a estas questões. Ao analisar este campo da produção intelectual, Vicente (2010) estabelece que:

Apesar de haver, desde a virada do século XIX para o XX, discursos e práticas que refletem uma preocupação com a Educação Rural, voltada fundamentalmente para as camadas menos favorecidas da sociedade, ainda hoje os estudos acadêmicos pouco avançaram no sentido de fazer emergir sua história (p. 28).

Apesar dessa defasagem, existem importantes contribuições, nos últimos anos, produzidas por diferentes pesquisadores e pesquisadoras que abordam, de

diferentes maneiras, os debates em torno do ensino agrícola. Além de evidenciar o lugar ocupado pelas pesquisas voltadas para o ensino agrícola brasileiro em nossa historiografia, Vicente (2010) estabelece uma análise a respeito da importância que a própria modalidade do ensino agrícola teve dentro do contexto educacional brasileiro entre os séculos XIX e XX. Partindo dessa realidade, a autora corrobora que:

Como é sabido, a educação voltada para o homem do campo não foi priorizada nas políticas educacionais. Apesar de haver uma preocupação com a educação rural, principalmente a partir da metade do século XIX, ainda hoje pouco se obteve de concreto nesse setor. Assim, as pesquisas sobre esse tema configuram os reflexos do *status* que era e é conferida à educação do campo na sociedade brasileira, havendo ainda muito que ser estudado (p. 28).

Através desse panorama proporcionado pela autora, podemos perceber que não só as pesquisas em torno do ensino agrícola não possuem destaque em nossa área de conhecimento, mas que as próprias políticas e diretrizes desenvolvidas para a implementação e manutenção do ensino agrícola também não tiveram um papel central no que se refere às políticas educacionais na história de nosso país, configurando, assim, uma certa exclusão da educação do campo nesse mundo educacional. Apesar disso, o ensino voltado para o desenvolvimento das práticas agrícolas foi importante para os projetos de modernização da nação que figuraram entre as transformações trazidas com o advento da República e que estarão presentes nas décadas do século XX. Por meio dessa modalidade de ensino, as autoridades governamentais percebiam uma maneira de formar trabalhadores disciplinados e qualificados para servir à nação, funcionando, assim, como uma ferramenta nos discursos políticos, sociais, econômicos e culturais que permeiam esse período. Sendo assim, este subcapítulo possui como proposta realizar uma breve análise da trajetória do ensino agrícola no Brasil, destacando as instituições que foram responsáveis por manter e disseminar a educação agrícola voltada a uma parcela da população.

Para dar início a essa tarefa, é necessário retornar ao século XIX e seu contexto de profundas transformações que já foi debatido neste capítulo. Nesse processo marcado pela abolição da escravidão e pela transição de um regime monárquico para um regime republicano, a agropecuária brasileira teve seu espaço

nas discussões sobre os rumos da nação. Essa situação é analisada por Milton Ramon Pires de Oliveira (2004), ressaltando que:

A República no Brasil, proclamada no final do século XIX (1889), estimularia o debate sobre aspectos que, qualificados como problemas, eram objetos de atenção de diversos setores da sociedade. Um dos temas eram as condições sociais da produção agropecuária, em torno do qual foi sendo configurada uma temática ampla, comportando aspectos diferenciados, alguns vindos desde períodos anteriores, outros demandados pelas mudanças em curso no período (p. 130-131).

Como é possível perceber, a preocupação em torno da modernização da agricultura estava entre as pautas relacionadas à possibilidade de um Brasil moderno e civilizado. Dentro desse contexto, vemos surgir uma intensa oposição entre um país agrícola e uma nova nação baseada no “progresso” e na modernização dos seus setores econômicos, incluindo a agricultura. A respeito dessa dualidade mencionada, podemos perceber que:

Progresso e civilização eram faces de um pretendido Brasil moderno. Além do lugar do país entre as demais nações, a sua própria identidade estava em questão e era debatida. Era deixar o “essencialmente agrícola” para integrar o Ocidente, de marcado perfil urbano (OLIVEIRA, 2004, p. 130).

Essa dualidade entre o campo (visto como sinônimo de atraso) e a zona urbana (vista como a representação da modernidade) possui forte influência nos discursos e práticas disseminadas em outros países, como foi destacado por Oliveira. Essa característica também se faz presente nos discursos em torno da assistência à população e à saúde, bem como em relação ao desenvolvimento das ciências. A partir disso, podemos perceber que essa influência externa também se dá nos discursos relacionados às práticas agrícolas e à vida no campo. Tomando como base essa influência de discursos e projetos disseminados em outras regiões do mundo, Oliveira (2004) discute que:

A República brasileira tomou para si a tarefa de colocar o país “em pé de igualdade com as nações civilizadas”. Mirando-se na Europa do final do século XIX, proclamava a necessidade de reformas em vários setores da sociedade: era a elite que buscava sintonizar o país às mudanças em curso no mundo capitalista, percebidas enquanto introdutoras do progresso (p. 133).

A circulação dessas ideias advindas de países europeus acaba causando um conjunto de críticas à configuração da agricultura brasileira daquele período, além de

estabelecer ideias que passam a associar o campo e os trabalhadores desse setor a uma realidade de atraso, ocasionando, assim, a construção de uma imagem negativa sobre a agricultura e a vida no campo. Além desses aspectos, é importante destacar que a imagem do trabalho manual havia sofrido uma transformação nesse período, sendo atribuída a esse tipo de trabalho uma carga de imagens e ideias negativas. Essa situação é apontada por Santos (2015) em seus estudos:

No Brasil, enquanto as relações escravistas predominaram, o trabalho manual foi depreciado e os homens livres, sempre que podiam, se afastavam dele. Esse preconceito contra o trabalho manual, fruto de nossa herança colonial e escravista, acarretou uma dualidade histórica, representada por um lado, pelos filhos dos colonizadores que recebiam uma educação humanística e, por outro, pelos escravos que aprendiam os ofícios elementares através da própria prática do trabalho (p. 25).

Através dessa perspectiva, podemos inferir que a desvalorização dos trabalhos manuais pode ter influenciado a propagação de um discurso de desvalorização do campo e da agropecuária, uma vez que o trabalho agrícola exigia práticas relacionadas ao trabalho manual e o conhecimento obtido por meio do trabalho e da experiência, estabelecendo um contraponto, desta maneira, às ideias de uma educação científicista. A partir dessa constatação, é possível visualizar uma realidade em que:

Como o trabalho manual era considerado uma atividade indigna, as atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, as construções, dentre outras, eram desempenhadas através do trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios passaram a ser ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das rodas de expostos, crianças desvalidas e “delinquentes” (SANTOS, 2015, p. 25).

Esse último ponto apresentado pela autora, o ensino de ofícios a crianças órfãs, abandonadas, delinquentes e desvalidas de modo geral, já foi debatido neste trabalho, uma vez que as instituições de assistência do século XX passaram a se ocupar do trabalho com os menores para que eles aprendessem algum ofício e se transformassem em trabalhadores que serviriam aos propósitos da nação. Observamos, assim, o surgimento de instituições que funcionavam sob esse modelo e que serviam à formação de trabalhadores para o mercado agrícola, como é o caso dos Patronatos e Aprendizados Agrícolas. Desta maneira, percebemos a presença da formação agrícola e do ensino para o trabalho no campo entre as propostas de assistência e regeneração desses menores que habitavam o território brasileiro.

Uma vez que foram direcionadas uma série de críticas ao setor agrícola brasileiro no final do século XIX e início do século XX, observamos o surgimento de propostas e mudanças que buscam a modernização e a transformação desse setor econômico. Em um primeiro momento, é relevante perceber as críticas que passam a ser dirigidas aos trabalhadores do meio rural:

Consolidou-se a visão de que se atribuía ao “arcaico” homem do campo a responsabilidade pelos problemas agrícolas, legitimando modalidades de intervenção pedagógica junto àquele, evitando sua fuga ao mercado (SANTOS, 2015, p.23).

Essa visão negativa que recaía sobre os trabalhadores do setor agrícola é debatida nos estudos de Oliveira (2004), de maneira que o autor corrobora com a existência dessas críticas ao “atraso” e suposto despreparo que as autoridades identificavam entre esses trabalhadores, informando que:

Os trabalhadores do campo eram definidos como um dos problemas. A situação na qual se encontravam chegava a ser classificada como obstáculo para as mudanças pretendidas. Eram desqualificados pela ótica dos proprietários e das elites em geral ao serem nomeados de preguiçosos, apáticos, presos a práticas atrasadas, resistentes ao progresso e às mudanças. Esse foi o perfil delineado para o trabalhador nacional (p. 131-132).

A partir desse discurso que caracteriza essa parcela da população, são desenvolvidas propostas que visam atuar sobre esses trabalhadores, buscando, assim, a modernização de suas práticas e a profissionalização do trabalho agrícola. A partir disso, percebemos a importância que o ensino agrícola assume nesse contexto, estando relacionado à tentativa de transformação da mão-de-obra do campo, uma vez que “Ao representar como seria produzida a regeneração da agricultura, operava-se a incorporação dos trabalhadores nacionais no mesmo processo” (OLIVEIRA, 2004, p. 132). A partir de então, são desenvolvidas políticas voltadas para a educação do campo e para a formação de trabalhadores agrícolas qualificados e educados por meio de uma formação técnica e científica, sendo essa uma das principais maneiras de buscar resolver a situação de defasagem observada no setor agrícola. Estabelecendo o papel da educação agrícola nesse processo, Oliveira (2004) evidencia que:

[.] a educação foi posta em lugar de destaque e as propostas educativas tinham a intenção de produzir um agricultor que, pela adesão às mesmas,

se tornasse receptivo às indicações e à introdução de práticas tidas como mais eficientes e garantidoras de maior produção, uma vez que eram baseadas em princípios científicos (OLIVEIRA, 2004, p. 132).

Um elemento muito importante que contribui para esse quadro de transformações apresentado pelo autor foi a introdução das ciências agrárias, uma vez que essas forneceram conceitos e conhecimentos que proporcionariam a desejada modernização da agricultura brasileira, além de possibilitar uma formação mais técnica para os trabalhadores rurais. A introdução desses preceitos orientados por uma ciência que buscava o aprimoramento das técnicas agrícolas e o melhoramento da produção e do trabalho desse setor também é ressaltada nos estudos de Oliveira (2004), na medida em que o autor destaca que “A busca de legitimidade das propostas de intervenção do Estado, entre elas a de um sistema de ensino voltado para o campo, foi orientada para a incorporação de saberes com bases científicas” (p. 133). Indo ao encontro dos debates sobre a passagem para um ensino agrícola orientado por princípios técnicos e científicos e relacionando o modo como essa formação serviu aos propósitos de transformação dos hábitos e problemas da população projetados pelas autoridades do período, Santos (2015) enfatiza que:

Combinado a isso, as diversas alterações acerca do discurso do ensino agrícola durante a Primeira República, revelam o modo como as ciências agrárias, assim como outros campos do saber, buscavam legitimar-se na solução dos problemas da produção agropecuária e, em parceria com os médicos higienistas e sanitaristas, também no campo social (p. 22).

Tomando como base a realidade apontada pelos autores, podemos relacionar os discursos e práticas de modernização do setor agrícola aos discursos e projetos de regeneração e assistência da população, de modo que esses eram igualmente orientados por preceitos de saúde e higiene e por conhecimentos advindos de diferentes ciências que buscaram a modernização do país e a transformação da população. Analisando a importância atribuída aos preceitos científicos nos discursos de modernização da agricultura, Oliveira (2004) destaca que:

Recorrentemente apresentados como superiores, avançados e modernos, eram tidos como garantidores do processo regenerador, pretendido para as condições sociais de produção, em especial do próprio homem, expresso no incremento dos índices de produtividade e na disposição da mão-de-obra em aderir a uma nova ética do trabalho (p. 133).

A partir da introdução desses conhecimentos e práticas pelas ciências agrárias, vemos se consolidar um projeto no qual a educação ocupa um papel de destaque, levando em consideração que “A escola contribuiria para a produção de um ‘agricultor moderno’, isto é, aquele que orientasse os seus procedimentos pelas técnicas de produção baseadas no conhecimento científico” (OLIVEIRA, 2004, p. 134). Desse modo, caberia às instituições de ensino destinadas à formação agrícola e às políticas educacionais desenvolvidas especialmente para essa área a principal tarefa na formação desses novos trabalhadores agrícolas, que seriam agora educados e qualificados sob um modelo de formação agrícola forjado por conhecimentos científicos e práticas que tinham por objetivo a modernização do trabalho no campo. Sendo assim, as instituições de ensino recebem um importante destaque nesse projeto, sendo observado que “Na construção desse produtor rural, a escola era representada como instância privilegiada, concorrendo para ampliar a base de sustentação da agricultura moderna” (OLIVEIRA, 2004, p. 134).

Ainda no contexto do século XIX, existem importantes contribuições que datam desde antes do processo de transformação do país em uma República, uma vez que “No que diz respeito ao ensino agrícola o período imperial foi marcado pela criação de instituições voltadas para o ensino da principal atividade econômica do país” (SANTOS, 2015, p.29). Embora sejam anteriores ao contexto que foi intensamente debatido neste trabalho (das transformações e dos projetos do Brasil republicano), essas instituições exerceram uma importante influência no processo de modernização da agricultura no país e nas políticas educacionais voltadas ao ensino agrícola. Situando a criação desses estabelecimentos, que datam do período do Império, Santos (2015) reflete que:

No que diz respeito ao ensino agrícola, destacam-se as iniciativas de D João VI, com a criação de Institutos Imperiais de Agricultura e em cada província, um instituto agrícola como colônia orfanológica de escola primária, agrícola e profissional, com verbas subvencionadas pelos cofres provinciais (p. 27).

Através da criação dessas instituições, podemos perceber que já existia uma preocupação com a implantação de um ensino agrícola no Brasil. Contudo, é possível que esses estabelecimentos tenham sido orientados por outros propósitos e influências, diferindo das instituições de assistência e ensino agrícola que vemos

surgir no decorrer do século XX. Retomando o contexto de criação de instituições agrícolas durante o regime monárquico brasileiro, Santos (2015) ressalta:

Além dessas medidas voltadas para a educação agrícola, em 1880 destaca-se a criação da Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil. Dentre os objetivos do órgão, destacava-se a tentativa de resolver os problemas relacionados à agricultura, criando estabelecimentos de aprendizado agrícola e zootécnico, a ideia era expandir o ensino e a instrução aos meninos pobres, através dos ofícios agrícolas (p.30).

A partir desse panorama de implementação de estabelecimentos destinados ao ensino agrícola, à formação de crianças pobres para o trabalho no campo e à solução de problemas que já eram identificados no setor agrícola, podemos perceber que os debates em torno da modernização da agricultura brasileira e da formação de trabalhadores que atuariam nessa área sofreram influência de medidas e debates disseminados em nosso país antes de sua transformação em um regime republicano e da criação de instituições de formação profissional do século XX. Sendo assim, é interessante perceber o modo como a agricultura e o ensino agrícola são elementos que merecem a atenção dos governos mesmo antes do alvorecer do século XX. Além disso, ainda no século XIX, temos também o surgimento de um importante órgão que irá influenciar diretamente nos rumos do ensino agrícola e da modernização da agricultura tomados a partir de então. Esse estabelecimento é a Sociedade Nacional de Agricultura, que tem sua fundação no ano de 1897. A respeito dos propósitos que orientaram a criação dessa sociedade, Santos (2015) estabelece que esta foi fundada “com o objetivo específico de tratar dos problemas agrícolas brasileiros e cobrar do governo iniciativas que respondessem aos interesses desse setor” (p. 30). Analisando ainda outros elementos relacionados à formação e aos objetivos que orientaram essa associação, a autora sublinha que:

[...] sua origem relaciona-se a uma aliança estabelecida entre grandes proprietários rurais e sociedade política. Com isso, garantiria a efetivação das políticas agrícolas favoráveis às demandas formuladas pela SNA, dentre elas sua política de ensino profissional agrícola, baseada nas práticas de arregimentação de mão-de-obra, inseridas nas demandas da Educação, tida como veículo promotor da transformação do agricultor em exemplo de trabalhador nacional (SANTOS, 2015, p. 23).

Através das características da SNA expostas pela autora, percebemos uma preocupação no que se refere à configuração do ensino agrícola como um meio de regeneração da agricultura e dos seus trabalhadores, buscando uma força de

trabalho orientada e educada pelos preceitos da ciência, da filantropia e da eugenia. A partir do estabelecimento da Sociedade Nacional de Agricultura, temos a criação de outro importante órgão que terá a missão de gerir os estabelecimentos relacionados ao ensino agrícola e à modernização do setor: o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906. A respeito do contexto de fundação desse ministério, Santos (2015) infere que:

A SNA estabeleceu a criação, por intermédio do governo republicano, de um órgão que mantivesse um canal direto com as articulações políticas e questões agrárias junto às políticas do governo. Com o objetivo de tomar para si as responsabilidades e as rédeas do ensino agrícola, propôs ao governo um projeto de lei que criava o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) (p. 30).

Cabe lembrar que esse ministério é justamente o órgão responsável pelos Patronatos Agrícolas no decreto de criação dessas instituições, em 1918. A partir disso, já é possível estabelecer a importância que esse ministério assume junto às questões relacionadas ao ensino agrícola no país, visto que os próprios Patronatos estavam sob o seu domínio. Caracterizando o funcionamento e as orientações que embasaram as ações desse órgão, Oliveira (2004) analisa que:

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil constituiu uma rede social de projetos, abrangendo o território nacional, na qual foram incorporadas as representações e ações sociais produzidas, materializadas e transmitidas pelo ministério, as quais tomaram como tema central as condições sociais no campo (p. 130).

É justamente nessa rede social de projetos mencionada pelo autor que estavam inseridos os Patronatos Agrícolas, que são tema deste estudo. Além disso, a atuação do MAIC também é de importância vital para as medidas de modernização da agricultura e de inserção de preceitos das ciências agrárias na formação de trabalhadores que se dava por meio do ensino agrícola, tendo em vista que “As intervenções eram orientadas para uma modernização, concebida a partir da introdução de princípios científicos nas atividades agropecuárias” (OLIVEIRA, 2004, p. 130). Nessa missão de propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino agrícola pautado na ciência e em práticas modernas de agricultura, surge, então, a necessidade da criação, dentro desse ministério, de outra instituição que ficasse responsável pelos encargos relacionados ao ensino agrícola no país. Abordando a criação desse novo órgão, Oliveira (2004) pontua que:

A atuação do Ministério junto à educação, ou o consolidar da sua definição enquanto um instrumento promissor para modificar a situação de atraso apontada, levava a uma especialização da proposta de ensino agrícola, com a criação de uma instância específica, ligada ao MAIC, que englobaria as variadas atividades voltadas para a educação no campo: seria a Superintendência do Ensino Agrônomo (p. 135).

Complementando os objetivos que permeiam a atuação dessa superintendência, o autor discorre que essa instituição atuaria “como um centro de coordenação, congregando estabelecimentos e serviços, então esparsos” (OLIVEIRA, 2004, p. 135). A atuação dessas instituições também possui destaque no trabalho de Santos (2015), uma vez que a autora define que “Após a inauguração do MAIC, em 1906, foi implantada no âmbito do Ministério, o Serviço do Ensino Agrônomo, concebido a partir do sofisticado modelo do Ministério da Agricultura norte-americano” (p. 30). Essa colocação nos remete ao aspecto da influência que outros países estabeleceram sobre o modelo de ensino agrícola implementado e desenvolvido no Brasil.¹⁵ Tomando como análise essas influências, podemos averiguar que:

Nesse sentido, tentava-se perceber na experiência de outros países, a criação de serviços de assistência agrícola, economia rural, distribuição de plantas e sementes e a criação de leis de ensino agrônomo, um exemplo para que se pudesse desenvolver no país semelhantes instituições de fomento agrícola (SANTOS, 2015, p. 31).

Através dessa realidade, vemos que os projetos de modernização da nação brasileira, em suas diferentes esferas, acabam sofrendo forte influência externa, de modo que o governo brasileiro buscava enquadrar nosso país no modelo de transformações que vinham ocorrendo em outras partes do mundo. Para tal, o ensino agrícola acaba por ser uma ferramenta da qual o governo do período se utiliza para a formação de trabalhadores e cidadãos ideais. A partir disso, é importante analisar a maneira como esse tipo de ensino foi organizado no contexto brasileiro, buscando compreender um pouco melhor a sua atuação. Ao analisar a configuração do ensino agrônomo em nosso país, Santos (2015) observa que:

¹⁵ A relação entre Brasil e Estados Unidos no que se refere à agricultura é abordada por alguns pesquisadores em coletânea recente intitulada *As ciências na história das relações Brasil – EUA*, organizada por Magali Romero Sá, Dominichi Miranda de Sá e André Felipe Cândido da Silva (Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2020). O capítulo de autoria de Jorge Minella, por exemplo, explora “A cooperação técnica agrícola e o Destino Manifesto: Brasil, Estados Unidos e a União Pan-Americana (1889-1930)” (p. 27-42).

Ele era formado pelas seguintes divisões: Ensino superior; Ensino médio ou teórico-prático; Ensino prático; Aprendizados agrícolas; Ensino primário agrícola; Escolas especiais de agricultura; Escolas domésticas agrícolas; Cursos ambulantes; Cursos conexos com o ensino agrícola; Consultas agrícolas; Conferências agrícolas (p. 31).

Como é possível constatar, existia uma divisão quanto às instituições e níveis nos quais estava organizado o ensino agrícola brasileiro nesse período, de modo que essas divisões viriam a atender as diretrizes propostas para a educação voltada ao aprendizado de conhecimentos e práticas agrícolas. Complementando essa análise organizacional, a autora nos apresenta o seguinte quadro:

Ainda segundo o Decreto 8.319, de 1910, o ensino agrícola seria ministrado em estabelecimentos adaptados dispondo de serviços e instalações complementares, estações experimentais; campos de experiência e demonstração; fazendas experimentais; estação de ensaio de máquinas agrícolas; postos zootécnicos; postos meteorológicos (SANTOS, 2015, p. 31).

A partir do que foi exposto, podemos perceber a presença de diversos estabelecimentos vinculados ao projeto de modernização e ensino agrícola. É interessante observar a maneira como esses locais parecem estar vinculados às práticas modernas e científicas que se buscava para a agricultura de nosso país, evidenciando, assim, a presença dos conhecimentos técnicos e científicos e a importância da educação.

Adentrando as discussões em torno do ensino agrícola situadas no contexto do século XX, percebemos que o período é marcado por propostas e transformações desse tipo de ensino. Em primeiro lugar, é importante destacar o cenário de mudanças no âmbito educacional, especialmente em relação ao ensino técnico e profissionalizante. Estabelecendo esse contexto de mudanças na Educação entre as décadas de 1920 e 1940, Santos (2015) analisa que:

Com o intuito de atender um determinado modelo econômico e social, o corpo técnico e burocrático do Estado buscou, por meio da educação, preparar o trabalhador para atuar em diferentes setores da produção, ratificando a dualidade do ensino (p. 15).

Nesse período, ocorre uma valorização do ensino técnico e profissionalizante, que passa a ser organizado por novas diretrizes e políticas educacionais, de modo que “Com isso, desde a década de 1930 foram elaboradas várias leis e decretos que davam ao ensino técnico e secundário uma organização independente e estrutura

curricular diferenciada” (SANTOS, 2015, p. 15). As propostas educacionais voltadas para a formação agrícola que figuram no século XX também são analisadas por Oliveira (2004):

Com o refluxo do movimento migratório externo, especialmente após a I Guerra Mundial, restava a mão-de-obra nacional; para a qual voltaram-se as atenções. Parte das propostas educativas, incluindo a criação de instituições de ensino agrícola, tomava os trabalhadores nacionais como público alvo (p. 132).

Temos, assim, um direcionamento de políticas educacionais que buscam a formação dos trabalhadores nacionais, que era realizada por meio do ensino agrícola. Desse modo, percebe-se que “Para eles foi configurado um nível específico de escolarização: o ensino elementar agrícola, que incorporava noções básicas de técnicas e organização do trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 132). A presença desse ensino elementar agrícola foi fundamental para essa reorientação da educação voltada para a formação do trabalho no campo, sendo um importante objeto de análise desse contexto. Debatendo sobre os aspectos que orientam essa nova política educacional, Oliveira (2004) define que essa nova modalidade de ensino:

Objetivava, principalmente, produzir disposições disciplinares que propiciassem a incorporação dos nacionais em uma nova ética do trabalho, demandada pela organização da produção voltada para a indústria ou para a exportação. Conhecimentos elementares também eram ofertados no referido ensino, realizando assim aquilo que era incumbência da escola primária (p. 132).

Relacionando os propósitos de modernização do campo e dos trabalhadores agrícolas com os novos modelos educacionais, Oliveira (2004) estabelece que:

O ensino elementar agrícola teria objetivos específicos, dirigido à parte da população qualificada como ignorante, presa a métodos arcaicos de produção, sem conhecimentos suficientes para implementar as mudanças necessárias a uma atividade que gerasse o progresso baseado nos princípios da cientificidade (p. 137).

Mais uma vez, percebemos um discurso que atrela o campo e os trabalhadores agrícolas a uma ideia de atraso, de conhecimentos não científicos e de falta de formação. Contrapondo essa realidade percebida pelas autoridades governamentais, vemos que as propostas de um ensino agrícola primavam pela modernização desse setor econômico e pela transformação dos indivíduos que atuavam em seus diferentes segmentos. No contexto das medidas de modernização

e introdução de práticas e conceitos de caráter mais científico, percebemos um importante papel que deveria ser desempenhado pelos Patronatos Agrícolas, uma vez que essas instituições deveriam, além de prestar um trabalho de assistência e regeneração da infância desvalida, formar trabalhadores agrícolas educados pelos moldes científicos e técnicos que são disseminados nesse período.

1.3 O surgimento dos patronatos agrícolas: uma nova forma de assistência

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por propostas de intervenção na realidade de menores carentes, órfãos, delinquentes e abandonados que viviam em diversas regiões do país. Além disso, também é possível perceber, nesse período, o surgimento de diferentes instituições que se ocuparam de abrigar e trabalhar com esses indivíduos, de modo a servir aos ideais de infância e civilização propagados no contexto histórico em questão.

Os patronatos agrícolas foram instituições destinadas à assistência e internação de menores órfãos, abandonados, delinquentes e provenientes de famílias pobres que não teriam condições de manter seus filhos. A respeito do contexto de criação dessas instituições, Maga de Abreu Vicente (2010) nos informa que “Os Patronatos foram criados no Brasil em 1918 e ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918” (p.30), sendo possível perceber que o surgimento desses estabelecimentos está situado em um período de intensos debates sobre assistência aos menores e regeneração da infância. Situando os objetivos e propostas que orientaram o trabalho dos patronatos, a autora menciona que:

Aos que vinham da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento. E àqueles da zona urbana, essas instituições objetivavam orientar e enquadrar *os órfãos e desvalidos da sorte*, tendo em vista moldá-los à sociedade burguesa, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que, no início da República, tem por base a mão-de-obra livre (VICENTE, 2010, p. 13).

Em relação à vinculação dos Patronatos Agrícolas com a estrutura geral que geria os elementos relacionados à agricultura e às populações do campo, Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015) nos informa que “Os patronatos agrícolas eram subordinados à Diretoria Geral de Povoamento, inserida na estrutura do MAIC” (p.

51). Ainda analisando essa posição ocupada pelos Patronatos na estrutura do Ministério, a autora expõe que:

A localização dos patronatos na estrutura organizacional do MAIC era a mesma que definia a criação de núcleos coloniais, estes, faziam parte do programa de venda de lotes para colonos migrantes ou imigrantes na região Sul e Sudeste, já no Nordeste e Norte onde predominava a mão de obra egressa da escravidão e os camponeses locais, esperava-se criar instituições agrícolas atreladas a ideia de regeneração social (SANTOS, 2015, p. 41).

Apesar do quadro aqui exposto pela autora, é possível averiguar, por meio dos trabalhos de Magda de Abreu Vicente (2010) e Daniel Alves Boeira (2012), que se ocupam de analisar dois Patronatos Agrícolas localizados na região Sul - Pelotas/RS (1923-1934) e Anitápolis/SC (1918-1930) - que as instituições que estavam localizadas nessa região também possuíam a preocupação com a assistência e a regeneração da infância desses locais. Além disso, o funcionamento do próprio Patronato Visconde de São Leopoldo reforça este entendimento, como veremos mais adiante, uma vez que seu trabalho estava centrado justamente no atendimento prestado aos menores órfãos e desvalidos que fizeram parte da história dessa instituição. Contudo, é importante perceber a relação entre a criação dos Patronatos e as propostas e diretrizes desenvolvidas ao longo do século XX em prol da modernização e do desenvolvimento da agricultura em nosso país. A respeito dessa questão, Santos (2015) evidencia que “A mesma lei que autorizava a criação dos núcleos coloniais também criava os patronatos agrícolas, fazendas modelo e postos zootécnicos, integrantes de uma mesma política de Estado voltado para a modernização agrícola” (p. 41), o que justifica a relação estabelecida pela autora entre a criação dessas instituições e as políticas de povoamento e colonização, destacando-se, assim, a preocupação existente com o desenvolvimento da agropecuária nessas instituições.

Como é possível perceber no panorama que foi exposto, os patronatos possuíam uma forte preocupação em enquadrar os menores no modelo de infância almejado e disseminado no século XX, de modo que essas instituições “responderiam a um duplo aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e o voltado para a regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar” (NERY, 2009, p. 28). Ao se tratar dos aspectos regenerativos e correccionais que circundavam os objetivos de construção e

manutenção dos Patronatos Agrícolas, existem muitos elementos que precisam ser analisados. A respeito das questões relacionadas ao controle e regeneração da infância que podem ser identificadas nesses estabelecimentos, Santos (2015) nos informa que “Os Patronatos deveriam assumir a transformação e o controle do espaço rural da colonização estatal, sendo visto por um duplo caráter, de assistência aos pobres e como solução policial para manter a ordem” (p. 41). Como é possível perceber, a instalação dos Patronatos Agrícolas pelo país é marcada pela existência de diferentes interesses, sendo esses vinculados ao contexto de assistência à infância do período, à necessidade de formação de trabalhadores que atuariam no campo e, ainda, à ordem que se pretendia manter nas cidades, buscando uma higienização das ruas e espaços públicos. Ao longo desse capítulo, esses diferentes projetos e ideias serão debatidos e analisados, de modo a compreender as diversas discussões que podem ser suscitadas no estudo dos Patronatos Agrícolas.

Em sua proposta de encaminhar os menores a um futuro de trabalho no campo e atuar sobre a realidade de pobreza, abandono e criminalidade que muitos desses indivíduos vivenciavam, os patronatos seguirão os moldes e propostas embasados pelo higienismo e pela filantropia que foram formulados para o trabalho de regeneração das crianças nesse período, sendo perceptível que “A orientação para a instalação dos Patronatos não fugirá às regras do pensamento civilizatório, moral e positivista vigente na época” (VICENTE, 2010, p. 33). Como é possível perceber até aqui, os Patronatos Agrícolas eram instituições que tinham, como base de seu funcionamento e de seu ensino, rigorosos códigos de trabalho e conduta. Uma vez que esses estabelecimentos tinham como proposta realizar um trabalho de regeneração da infância por meio da atividade e do ensino agrícola, é fundamental, para essa análise, a compreensão e conhecimento dos métodos que foram empregados a fim de cumprir essa missão. Por meio de horários, disciplinas, medidas de higiene, atividades práticas vinculadas à vida rural e diversas formas de vigilância da saúde e da vida dos menores que habitaram esses estabelecimentos, os Patronatos buscaram exercer um controle sobre os corpos e as condutas dos meninos que estudavam nesses locais. Analisando as medidas que eram adotadas, podemos identificar que:

O poder disciplinar transmitido através das normas rígidas, sanções e olhares hierárquicos permitiram fabricar indivíduos obedientes, por meio do

controle político das pequenas coisas, desde o horário de se levantar até a forma como deveriam sentar à mesa (SANTOS, 2015, p. 63).

Esses elementos apontados pela autora nos direcionam à análise de um componente de funcionamento essencial dos Patronatos: a tentativa de mudança dos hábitos e comportamentos dos menores internos. Essa característica é diretamente influenciada pelos pensamentos e propostas disseminados durante o século XX, conforme já foi exposto anteriormente neste trabalho. Nesse período, vemos um projeto de higienização e regeneração da população que busca a criação de trabalhadores ideais para a nação. Dentro desse contexto, podemos identificar medidas e propostas direcionadas à infância, tanto às crianças órfãs e abandonadas quanto àquelas filhas de trabalhadores pobres. Uma vez que os Patronatos Agrícolas foram instituições que surgiram no contexto de assistência e regeneração da infância, é bastante plausível que esses estabelecimentos também seguissem os pensamentos e as medidas do período em relação à correção e regeneração de crianças.

Nos trabalhos de análise de diferentes Patronatos Agrícolas que existiram no país, é possível perceber a importância que a regeneração da infância possuía. A respeito dessa realidade, Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006) aponta que “Todos aqueles que se dirigiam ao Patronato valorizavam o seu aspecto regenerador, de correção da juventude” (p. 33), evidenciando, assim, o importante caráter correccional e regenerador pelo qual esses estabelecimentos eram vistos pela sociedade. Em seus estudos sobre os Patronatos, Vicente (2010) destaca essa função de regeneração e enquadramento da infância nos moldes proferidos pelos governantes do século XX, afirmando que:

[...] os Patronatos serviam para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: formar mão de obra voltada às atividades agrárias e solucionar problemas sociais advindos do crescente processo de urbanização, propiciando um futuro melhor para os chamados “órfãos, desvalidos da sorte e pobres”, ou seja, aqueles que atrapalhavam as expectativas do desenvolvimento capitalista emergente (p.32).

Sendo assim, os Patronatos Agrícolas se configuram como uma importante ferramenta para as medidas de assistência e regeneração de crianças no século XX, tendo como público alvo justamente os indivíduos que poderiam ser considerados “perigosos” ou em situações de perigo, uma vez que poderiam adentrar à criminalidade e se tornar um empecilho para alcançar a sociedade que se desejava.

Desse modo, “fica claro que os Patronatos destinavam-se às classes sociais menos abastadas e que foram fruto de um contexto em que era patente o predomínio da economia agrária sobre a emergente industrialização que se desenvolvia em regiões pontuais do país” (VICENTE, 2010, p. 33). A partir disso, podemos perceber que “caberia aos patronatos a função correccional, prezando pela moral e pelos bons costumes” (SANTOS, 2015, p. 87), um elemento diretamente relacionado às discussões em torno da moral e conduta da população que foram destacadas anteriormente. Uma vez que esses debates tiveram como consequência propostas e medidas direcionadas às crianças brasileiras, Santos (2015) nos informa que, dentro da ordem de funcionamento dos Patronatos, “os meninos internos deveriam fazer do trabalho um hábito a ser assimilado” (p. 18). A partir disso, se faz necessário, então, entender de que modo esses valores deveriam ser construídos e repassados a esses menores.

As medidas voltadas para a regeneração e transformação dos hábitos da infância podem ser observadas nas próprias disciplinas e atividades desenvolvidas dentro dos Patronatos. Em seus estudos sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934), Vicente (2010) aponta para a existência dessas práticas, mencionando que “Através dos Relatórios Anuais do Patronato constata-se que o ensino cívico era exercido nas aulas de Educação Física com práticas de Escotismo, Ginástica Sueca e Exercícios Militares” (p. 87).¹⁶ A prática desses exercícios não se dá por acaso, de modo que a utilização deles está relacionada a todo o contexto de disciplina e moralização direcionada à infância durante o século XX. Desse modo, podemos perceber que “As práticas de exercícios aplicadas aos menores tinham o objetivo claro de exercer sobre as crianças e adolescentes o regramento disciplinar e manifestações de amor à Pátria” (VICENTE, 2010, p. 87), evidenciando, mais uma vez, a intensa preocupação que esses estabelecimentos manifestavam em relação à disciplina e hábitos dos seus internos. Essa relação também é elucidada por Vicente (2010), uma vez que a autora infere que “Não é de se estranhar esse método de ensino nos Patronatos: os objetivos da Instituição eram formar o cidadão do futuro, jovens moralmente regrados, disciplinados, saudáveis e fortes” (p. 87).

¹⁶ A introdução do escotismo, da ginástica sueca e dos exercícios militares nas escolas públicas gaúchas na Primeira República é analisada por Korndörfer (2016): “A partir do Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, e que estabeleceu o Regulamento da Instrução Pública, a ginástica passou a ser incluída nos programas dos colégios distritais e das escolas elementares” (p. 172).

Além das práticas empregadas no cotidiano dos Patronatos Agrícolas, também é possível verificar a preocupação com o controle e disciplina dos alunos na própria organização física desses locais. Essa característica é abordada por Santos (2015):

A organização espacial do edifício-internato facilitava a execução da vigilância e do controle, pois tudo estava disposto em pavilhões (dormitório, refeitório, instalações sanitárias, salões de aula, etc.), permitindo verificar a presença e a ausência dos alunos, professores e funcionários (p. 62).

É interessante perceber a importância que os prédios escolares e a organização desses espaços possuem dentro do contexto de regeneração e assistência aos menores do século XX, especialmente no caso de instituições de internato, como é o caso dos Patronatos e Aprendizados Agrícolas. A questão do controle dos internos por meio da organização dos espaços físicos desses estabelecimentos pode ser identificada nos estudos de Nery (2006), de modo que o autor pondera que:

Na chegada ao ambiente do Patronato Agrícola, os menores deparavam-se com a arquitetura dos prédios, regulando os usos dos seus espaços e tempos, de modo a ocupar e controlar os internos para que chegassem ao final do dia exauridos (p. 47).

Uma vez que essas instituições seguiam os preceitos de movimentos que buscavam a conformação da força de trabalho e a transformação de crianças vistas como potenciais criminosos em futuros trabalhadores e cidadãos moralizados e higienizados, podemos perceber a maneira como as construções dos Patronatos e os usos que são feitos deles sofrem a influência desses ideais. Dentro dessa proposta, é possível verificar uma tentativa de controle sobre os menores através de medidas de fiscalização e acompanhamento contínuo de todos os aspectos da vida dos indivíduos que viviam nessas instituições. Essa característica é uma marca fundamental do funcionamento dos Patronatos, uma vez que:

Todos esses ambientes foram construídos para que se pudesse manter o controle sobre os menores de forma que estes nunca estivessem desacompanhados, ou pelo menos sob o olhar de um responsável que teria por primazia manter a ordem na instituição (NERY, 2006, p. 48).

Esses elementos apontados pelo autor evidenciam as medidas postas em práticas em prol de um projeto que visava a transformação dos menores internos em indivíduos comportados e obedientes, buscando construir, nesses indivíduos, hábitos saudáveis e moralmente aceitos. Dessa forma, a própria configuração do

prédio que abrigava os menores era pensada de modo a vigiar e controlar os meninos. O aspecto de configuração do espaço dos Patronatos é analisado por Nery (2006), onde podemos identificar que “O espaço geográfico do Patronato era uma forma de controlar os menores, fazendo-os viver de forma integral o ensino preconizado na instituição” (p. 43). Além disso, no próprio quadro de funcionários existiam funções dedicadas à essa fiscalização, sendo importante ressaltar que a vigilância e controle eram constantes em todos os elementos da vida dos menores na instituição, sendo possível verificar que “todos os aspectos da vida (dormir, comer, trabalhar, etc.) eram realizados na companhia de um grande número de pessoas” (SANTOS, 2015, p. 62).

Existe ainda outro elemento que pode ser observado na lógica de controle e disciplina exercida pelos Patronatos, que se dá em relação aos horários e à alimentação dos menores internos. Nos estudos de Nery (2006), podemos identificar esses dois aspectos, que possuíam uma grande importância dentro do sistema de regeneração ao qual esses estabelecimentos estavam subordinados. Sobre esse controle dos horários e refeições, o autor aponta que:

Deve-se ressaltar os horários e as denominações da alimentação dos menores, o que se diferencia em muito do que hoje se pratica. Os horários de refeições no Patronato estão relacionados a um estilo e ritmo de vida diferenciado do que vivemos atualmente, com uma clara influência dos hábitos europeus (p. 51).

Essa influência de hábitos advindos de outros países pode ser observada também em outros aspectos da sociedade brasileira no século XX, especialmente na própria organização da saúde e da assistência à população. Retomando a discussão a respeito dos hábitos de alimentação difundidos nos Patronatos, é importante analisar a maneira como a própria definição de horários específicos para que as refeições fossem realizadas serve como mais uma ferramenta para a disciplina dos meninos. O uso do tempo e dos espaços nessas instituições era importante para tentar alcançar o propósito de regeneração que guiava esses estabelecimentos, tendo em vista que, conforme é afirmado por Santos (2015), “O poder disciplinar exercido no Patronato concentrava-se em todos os detalhes e na repetição até conquistar a finalidade almejada” (p. 63). Desse modo, a repetição dos horários em que se deveria comer, trabalhar nas atividades da instituição, tomar banho, dormir e

exercer diferentes tarefas ao longo do dia servia para que esses hábitos fossem internalizados pelos internos e se tornassem parte de sua realidade.

Em relação à alimentação, Nery (2006) nos informa que “O controle e a rigidez disciplinares através do reforço de uma rotina de trabalho eram evidenciados inclusive no cardápio estabelecido pela instituição, que seguia um mesmo padrão durante todo o ano” (p. 52). Como é possível perceber até aqui, a padronização dos diversos aspectos da vida nos Patronatos era fundamental para o funcionamento dessas instituições, tanto em relação às funções que deveriam ser desempenhadas pelos menores quanto em relação aos hábitos de conduta e higiene que deveriam ser adotados por eles. Ainda sobre as questões alimentares desses estabelecimentos, é possível identificar uma lógica de controle na escolha dos alimentos que deveriam ser consumidos pelos alunos:

Estabelecer o que deveria ou não ser consumido pelos menores trazia impregnada a marca do discurso médico que buscava intervir de todas as formas sobre os corpos, de maneira a construir um novo corpo mais saudável, afastando-o dos vícios adquiridos. Para tanto, a correção deveria passar inclusive sobre quais os tipos de alimentos deveriam ser ingeridos pelas crianças e em que momento isso deveria ser feito e, também, a quantidade de ração que deveria ser dispensada a cada menor (NERY, 2006, p. 52).

Essas informações fornecidas pelo autor nos trazem uma importante análise do modo como o controle sobre a alimentação que era fornecida a esses menores reflete os ideais e preceitos higienistas presentes na sociedade do século XX. A seleção da quantidade e da qualidade dos alimentos que os meninos deveriam consumir na vida diária dos Patronatos era uma maneira de controlar os hábitos e garantir que esses indivíduos fossem alunos e trabalhadores fortes e saudáveis, mas também controlados e obedientes. Nesse cenário, o controle e uso do tempo no Patronato também possui uma função fundamental para a disciplina dos menores. A respeito disso, Nery (2006) observa que “O controle do tempo era também uma forma de disciplinarização dos internos, pois o regulamento do Patronato estabelecia censuras, obrigava repetições determinadas e regulamentava os ciclos de repetição” (p. 47).

Nessa perspectiva, podemos refletir a respeito dos interesses que essas instituições possuíam em manter rígidas rotinas de trabalho, alimentação, higiene e instrução. Sabemos que a força de trabalho desses menores era de interesse não só

da instituição como da sociedade em geral, uma vez que esses meninos poderiam servir como mão-de-obra para a nação que se pretendia. Contudo, cabe lembrar que eles também eram indivíduos vistos como potenciais perigos para a sociedade daquele período, uma vez que eram crianças e adolescentes que provinham das camadas mais pobres da sociedade e, muitas vezes, de situações de abandono ou ausência de familiares. Essa dualidade é lembrada por Boeira (2009) em seus estudos, atentando que “A elite brasileira parecia direcionar seu interesse e seu discurso especialmente para as crianças e os jovens pobres em função de seu duplo potencial na construção do futuro da nação: como força de trabalho ou como virtuais criminosos” (p. 39). Sendo assim, embora a força de sua mão-de-obra e capacidade de produção fosse valiosa para os projetos de modernização do trabalho (e, nesse caso em especial, do trabalho agrícola), essa mesma força também poderia ser temida por aqueles que visavam a transformação desses sujeitos em indivíduos comportados e obedientes, uma vez que poderiam ocorrer tentativas de fugas e revoltas dentro dessas instituições.

Indo ao encontro dessas questões que vêm sendo debatidas até aqui, localizamos nos estudos de Vicente (2010) interessantes contribuições. Retomando a presença da prática de exercícios e da ginástica sueca nessas instituições, a autora analisa que:

Era mister que os alunos estivessem sob um rígido regime disciplinar e que nas aulas práticas de ginástica, os exercícios buscassem uma superação física e um aprendizado sobre cultura geral. Dessa forma, a Educação Física seria também uma maneira de preparar os meninos órfãos para o trabalho dentro e fora da Instituição (p. 87).

Esse ponto sublinha a importância que o ensino possuía dentro da política de funcionamento dos Patronatos Agrícolas. Desse modo, a educação era um dos elementos que imperava no trabalho desempenhado por essas instituições, juntamente com a assistência e o trabalho, outros importantes pilares desses locais. Adentrando nessa discussão, é importante destacar os propósitos para os quais o ensino empregado dentro dos domínios dos Patronatos serviria. Tomando o exemplo da educação física e dos exercícios que foram anteriormente mencionados, podemos perceber a seguinte orientação:

Esse modelo de ensino serviria para que os alunos ajudassem na manutenção do próprio espaço escolar e para que aprendessem a obedecer

aos pais e patrões ao saírem da escola. Além disso, também deveriam servir à Pátria, sendo dedicados ao trabalho dentro dos padrões capitalistas de então (VICENTE, 2010, p. 87).

Conforme já foi evidenciado anteriormente nesta dissertação, os Patronatos Agrícolas seguiram os pensamentos e projetos morais e positivistas que demarcaram os debates em torno da assistência a diversos grupos da população. Sendo assim, é de se esperar que essas instituições preparassem os seus alunos para o mercado de trabalho, buscando, desta maneira, que os alunos obedientes, disciplinados e moralizados também agissem da mesma forma enquanto trabalhadores. Uma vez que esses menores eram os futuros trabalhadores nacionais, era necessário garantir que essa mão-de-obra seguiria os padrões de produtividade e comportamento desejados. Além da ginástica sueca e da educação física, Vicente (2010) também evidencia que estavam presentes nos Patronatos as práticas vinculadas ao escotismo, destacando que esse “enaltecia a instituição, demonstrando à sociedade eficiência, rigor, disciplina e sabedoria” (p. 91). Analisando o contexto do Patronato Agrícola Visconde da Graça, que existiu na cidade de Pelotas/RS, a autora destaca a presença de pessoas ligadas ao âmbito militar na execução das práticas de escotismo:

O Escotismo fazia parte das aulas de Educação Física. Nos exames finais sempre estavam presentes para avaliação pessoas ligadas ao exército, demonstrando que essa prática se identificava muito com os objetivos das instituições públicas que se destinavam ao rigor disciplinar (VICENTE, 2010, p.91).

Podemos ver que os métodos de disciplinarização dos menores internos perpassavam os diversos elementos da vida e trabalho desses indivíduos dentro dos Patronatos. Ainda a respeito das práticas de educação física e escotismo que faziam parte do cotidiano desses menores, Vicente (2010) elucida que “Os instrutores de Educação Física eram pessoas que se destacavam na sociedade, sendo considerados peças importantes para a República, pois o escotismo era a representação fiel da formação do bom cidadão republicano” (p. 92). Além do caráter vinculado à ideia de disciplina e regeneração que essas práticas possuíam, é interessante perceber que esses elementos estão relacionados a uma característica bastante marcante da vida dentro dos Patronatos, que é justamente a existência de várias atividades que os menores internos dessas instituições deveriam desenvolver.

A prática de ocupar os menores da instituição com uma rotina repleta de tarefas a serem desempenhadas também faz parte do arcabouço disciplinar que orientava o funcionamento dos Patronatos, de modo que “Os alunos que se dirigiam ao Patronato estavam destinados a enfrentar a difícil tarefa de participar de todas as atividades propostas pela instituição” (VICENTE, 2010, p. 98). Esse excesso de encargos e funções que os alunos deveriam executar está vinculada às tentativas de fazer com que esses meninos fossem afeitos ao trabalho e não ficassem “à toa”. Essa realidade é apontada por Vicente (2010):

O ócio, tão temido por alguns membros da sociedade, era combatido com veemência. As práticas educativas eram rígidas e quase não cediam espaço ao lazer, pois os alunos estavam destinados a praticar trabalhos em várias atividades: oficinas, práticas de agricultura, aulas teóricas e principalmente a Educação Física, além dos serviços diversos (p. 98).

Dentro dos Patronatos, os alunos deveriam estar sempre ocupados, fosse nas atividades práticas que deveriam desempenhar, fosse nos estudos em sala de aula ou até mesmo nos hábitos do cotidiano, como os momentos de refeição e higiene. Essa característica é abordada por Santos (2015) em seus estudos, através dos quais a autora discorre que:

O internamento na Instituição, além de propiciar a “limpeza” das ruas dos meninos abandonados e “resgatar” as crianças pobres, o fazia através do combate diário das práticas ociosas, contrapondo a ideia de honra do trabalho à vergonha da vadiagem, preenchendo cada parcela de tempo da vida dos meninos, com a disciplina do trabalho (p. 75-76).

Como é possível perceber nos estudos sobre essas instituições, todos os momentos do cotidiano dos menores dentro do internato eram oportunidades de disseminar “hábitos saudáveis, morais e higiênicos”. Na lógica que orientava o funcionamento dos Patronatos, a instituição de ensino tinha como missão retirar dos meninos os “maus hábitos” que eles poderiam ter aprendido nas ruas e/ou em suas moradias, substituindo esses costumes por “bons hábitos” que atendiam aos propósitos dos projetos filantrópicos e eugenistas para a nação. As práticas de controle da vida dos alunos também podem ser observadas na formação do quadro de funcionários, uma vez que existiam profissionais e funções destinadas a esse propósito. Em relação à composição desse quadro, Santos (2015) nos informa que:

Os funcionários do Patronato eram divididos entre trabalhadores permanentes, formado pela maioria de profissionais especializados e trabalhadores da vigilância e o quadro de pessoal contratado formado pelo setor médico, operários da construção e trabalhadores agrícolas contratados para auxiliar nas tarefas (p. 45).

Podemos identificar, nesse panorama exposto pela autora, a existência de trabalhadores de vigilância, evidenciando como o sistema de funcionamento dessas instituições prezava pela patrulha e controle dos internos. Adentrando a composição dos trabalhadores que se encaixavam na categoria de vigilância, Santos (2015) nos apresenta a figura dos inspetores e demais funcionários que detinham a principal responsabilidade sobre a vigia dos meninos internos. Explicando a composição dessa categoria, a autora expõe o seguinte:

Apesar de todos os funcionários do Patronato receberem as instruções de auxiliar na fiscalização dos educandos, os funcionários responsáveis pela vigilância desses meninos eram principalmente os inspetores, porteiros contínuos e guarda vigilantes (p. 89).

Como é possível averiguar, a importância do controle dos menores internos era tanta que existiam profissionais contratados especialmente para essa tarefa. Mais uma vez, essa realidade nos possibilita ter uma dimensão do quanto os Patronatos eram organizados em toda a sua estrutura e aspectos de funcionamento pela missão de regenerar e transformar os meninos que ficavam sob os seus cuidados. A respeito dos trabalhadores denominados de inspetores, suas funções podem ser definidas da seguinte forma: “Os inspetores eram a polícia do Patronato, responsáveis pela vigilância dos internos, higiene e asseio dos mesmos, informando ao porteiro contínuo, as ocorrências havidas” (SANTOS, 2015, p. 89). Mais uma vez, podemos perceber a importância da observação dos meninos internos no cotidiano do estabelecimento, sendo esse olhar de controle entregue à responsabilidade dos diversos funcionários da instituição. Esse ponto, inclusive, é outro elemento que faz parte das dinâmicas de controle e patrulha estabelecidas nos Patronatos, o fato de que todos os funcionários deveriam se ocupar de vigiar os menores internos e zelar para que as regras do internato fossem cumpridas. A respeito disso, Santos (2015) estabelece que:

Todos os trabalhadores do lugar recebiam a incumbência de vigiar as ações dos internos, até mesmo os trabalhadores diaristas, à exemplo das costureiras e trabalhadores agrícolas, recebiam ordens para manter ativa a

vigilância sobre os meninos e comunicar à Direção sempre que percebesse uma alteração em seu comportamento (p. 87).

Apesar de todos os funcionários serem providos da responsabilidade de estabelecer uma vigilância sobre os menores que viviam nos Patronatos, havia outros membros do corpo institucional que detinham maior responsabilidade sobre esse controle. Entre esses profissionais, Santos (2015) destaca o cargo de porteiro, cujas atribuições são classificadas como sendo:

[...] superintender os inspetores de alunos e guarda vigilantes, abrir e fechar todas as dependências do estabelecimento, ter a seu cargo o protocolo de entrada e saída dos papéis e de toda correspondência dos internos e apresentar ao diretor, diariamente, um boletim de ocorrência sobre as ações dos meninos (p. 88).

Além desses profissionais, a autora indica a existência do cargo de inspetor de turma, figura que, assim como os porteiros e outros inspetores, também exercia a função de controle e guarda sobre os alunos, mas no contexto específico da sala de aula. Além de possuírem a tarefa de auxiliar os professores durante as aulas, as atribuições desses inspetores são descritas por Santos (2015) do seguinte modo:

Estes faziam parte do pessoal contratado pela Instituição, juntamente com os guardas vigilantes exerciam a função de polícia e de vigilância sobre os internos, verificavam também em todas as atividades do dia, o asseio e higiene dos meninos, informando ao porteiro contínuo sobre as ocorrências havidas (p. 81).

Embora essas fossem figuras atreladas ao trabalho em sala de aula, podemos ver que as suas responsabilidades ultrapassavam esses limites, de modo que eles também ficavam responsáveis pelo controle e vigilância dos menores em outros momentos e ambientes. Sendo assim, cabe ressaltar que “Fazia parte das atribuições dos inspetores o serviço de lavagem e conservação das roupas, o enxoval e objetos de uso dos internos e deveriam estar prontos a atender todos os serviços aos quais fossem designados” (SANTOS, 2015, p. 81). Como é exposto por Santos, as tarefas desses inspetores não se limitavam a auxiliar os professores durante as aulas, mas também atuar em todos os setores e serviços nos quais fossem necessários.

Nas pesquisas localizadas a respeito dos Patronatos Agrícolas, também foi possível verificar que existia uma hierarquia dentro do quadro de funcionários que fazia parte da estrutura dessas instituições, sendo que a figura com maior poder era

o diretor do Patronato. A importância atribuída ao cargo de diretor pode ser identificada no trabalho de Santos (2015):

Como um cargo de poder de grande importância, o de diretor permitia ao seu ocupante relacionar-se com os proprietários de terra e comerciantes da região para encaminhar os jovens egressos do Patronato para o trabalho no campo ou nas cidades, bem como estabeleciam relações de proximidade com as autoridades políticas e policiais do estado (p. 45).

Conforme foi exposto, a função de diretor certamente concedia ao indivíduo que ocupasse esse cargo um importante prestígio e poder local, não só dentro dos domínios do Patronato, mas também na comunidade em que esse estabelecimento estivesse inserido. No trabalho de Vicente (2010), podemos identificar as características vinculadas ao prestígio que era concedido ao diretor dessas instituições. Abordando o caso do Patronato Agrícola Visconde da Graça (Pelotas/RS), a autora nos apresenta a seguinte perspectiva:

A figura do diretor do PAVG recebia destaque junto à comunidade local. O diretor era considerado o “pai” da instituição e benfeitor dos pobres. Para ingressarem na mesma os alunos deveriam passar pelo julgamento do juiz. No entanto, alguns eram indicados por amigos do diretor, e assim conseguiam sua vaga na escola (p. 69).

Esse quadro evidenciado pela autora propicia uma interessante discussão a respeito da hierarquia, com o diretor no ponto mais alto, exercendo seu poder sobre os funcionários, sobre os menores internos da instituição e, de uma maneira diferente, sobre a comunidade no entorno do Patronato. A importância atribuída a essa figura chave do funcionamento dos Patronatos Agrícolas pelo Brasil também é debatida no trabalho de Nery (2006) sobre o Patronato Agrícola de Sergipe (1924-1934). Em seus estudos, o autor corrobora que:

Um outro elemento presente no ambiente do Patronato era o poder, percebido de forma substanciada a partir de um conciso código disciplinar que dava ao Diretor do estabelecimento uma situação de destaque, centralizando todas as ações (p. 72).

Uma vez que o diretor centralizava o poder sobre os demais indivíduos que habitavam o Patronato, é interessante perceber as formas como esse elemento se manifestava na instituição, de modo que essa figura detinha a maior responsabilidade pela instituição e pelos menores que viviam no local, além de deter o poder de tomar as decisões mais importantes em relação aos rumos e ao

funcionamento do estabelecimento. Conforme exposto anteriormente, a importância do diretor era tanta que ele também influenciava diretamente na decisão sobre os menores que ingressariam na instituição e no internato, ainda que essa função fosse atribuída a outros profissionais da rede de assistência à infância. Aprofundando a análise a respeito do papel do diretor na configuração da vida dos Patronatos, Nery (2006) esclarece que:

Ficava, então, a cargo do diretor o poder de determinar as penas que seriam estabelecidas a todos aqueles que fossem de encontro ao regulamento da instituição, pois, mesmo estando as penas já referenciadas no regulamento, quem efetivamente fazia o encaminhamento era o diretor (p.72).

Dentro da realidade do cotidiano de controle e vigilância em que os menores (e, também, os funcionários) da instituição viviam, o diretor era aquele que possuía a maior responsabilidade sobre essas práticas. Sendo assim, era ao diretor da instituição que as ocorrências e relatos do que acontecia dentro dos domínios dos Patronatos deveriam ser reportadas. Além disso, era de responsabilidade do diretor a elaboração de importantes diretrizes que orientariam o funcionamento da instituição, de modo que:

Cabia, também, ao Diretor a elaboração do regimento interno do estabelecimento, sendo, portanto, esta uma das formas de demonstração mais plena do seu poder quanto ao direcionamento que deveria ser dado dentro do Patronato Agrícola (NERY, 2006, p. 72-73).

Também é importante ressaltar que existiam certas exigências em relação à pessoa que ocuparia esse cargo. A respeito dos critérios para selecionar o ocupante desse ofício, Vicente (2010) destaca que “Todos os diretores do Patronato deveriam ser preferencialmente agrônomos ou engenheiros agrônomos” (p. 72), o que denota a profunda relação que essas instituições possuíam com o ensino agrícola, bem como o modo como esse tipo de ensino foi utilizado a fim de cumprir os projetos de regeneração da infância que marcam o século XX.

Por fim, mas certamente não menos importante, temos no quadro de funcionários dos Patronatos Agrícolas a presença dos professores, que foram destacadas figuras dentro da rede de assistência à infância na qual essas instituições estavam inseridas. É necessário contextualizar que, nesse cenário de transformações e práticas voltadas à assistência dessa parcela da população,

composta principalmente pelos filhos das camadas mais pobres da sociedade e por crianças órfãs e abandonadas, a educação foi um elemento fundamental, surgindo, assim, diversos projetos que enfatizavam o ensino e o meio educacional. Dessa maneira, as transformações que ocorrem na sociedade brasileira do início do século XX também influem diretamente nas políticas de educação, sendo que os objetivos que orientam a educação pública são transformados pelas ideias que eram propagadas nesse período. Sobre isso, Vicente (2010) afirma que:

O sistema educacional neste contexto reflete intenções econômicas e políticas da elite. Nesse momento a educação pública era vista como um espaço que viesse a moralizar, moldar e enquadrar socialmente as classes menos favorecidas (p. 100).

O espaço que passa a ser destinado à educação nesse contexto nos remete mais uma vez a todo o cenário de assistência e higienização debatido anteriormente, evidenciando que as instituições de ensino também sofrem influência direta das ideias pregadas pelos governantes do período e pelos movimentos como a filantropia e a eugenia. Além de ser um espaço em que deveriam ser ensinados bons hábitos de higiene e moral aos alunos, as escolas se tornam um lugar para a formação de cidadãos dedicados ao seu país e que exaltassem a nação brasileira, sofrendo influência do movimento nacionalista que se estabelece nesse período. A respeito disso, Santos (2015) corrobora que “A escola foi, na primeira metade do século XX, um dos espaços de constituição do nacionalismo” (p. 100), tornando, assim, a sala de aula um espaço onde deveriam ser desenvolvidos valores de amor à pátria, um objetivo que se torna tão importante quanto a transformação dos hábitos e valores das populações mais pobres, uma vez que “Por meio da rede escolar esperava-se inculcar nos indivíduos a devoção política do indivíduo à nação acima de qualquer outra obrigação pública” (p. 112).

Tendo em mente as transformações nos valores que a educação pública deveria propagar e, somando a isso, a estrutura de assistência e regeneração a qual os Patronatos Agrícolas estavam submetidos, é possível ter uma noção da importância que os professores possuíam dentro desse contexto. Caberia a esses profissionais a missão de transmitir aos alunos internos os valores que deveriam ser adotados por essas crianças, além de educar os meninos da instituição nas práticas agrícolas que faziam parte do ensino prático preconizado por esses estabelecimentos. Em seu

trabalho sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947), Santos (2015) estabelece as atribuições do professor do Patronato:

Era função do professor executar o programa de ensino e horário estipulado pelo Regimento Interno, organizar boletim semanal de ocorrências havidas na classe, a exemplo dos serviços executados, casos de indisciplina, progressos verificados na classe e os nomes daqueles internos que não tinham revelado nenhum aproveitamento (p. 79).

Como podemos ver, o professor, assim como os demais funcionários da instituição, era responsável pela tarefa de controlar e vigiar os alunos, possuindo também o poder de avaliar quais menores apresentavam um rendimento satisfatório ou não. Além dessas tarefas mencionadas, os professores também exerciam um importante papel no que compete à higiene e saúde dos internos, de modo que caberia, ainda, a essa figura zelar pelo bom comportamento e pela higiene e ordem dos alunos. Sendo assim, podemos perceber que:

Além de zelar pela disciplina e pelo material escolar da turma, o professor auxiliava o médico no asseio dos meninos, verificava a situação de higiene dos dentes, cabelos, orelhas, mãos, anotando o nome daqueles que não apresentassem situação satisfatória (SANTOS, 2015, p. 79).

Embora essas funções relacionadas ao controle e avaliação dos comportamentos dos alunos fossem de grande importância e se encontrassem entre as tarefas a serem desempenhadas por esses sujeitos, os professores dos Patronatos também deveriam atender a orientação de desenvolver, junto aos seus alunos, os sentimentos nacionalistas, uma prática que foi aqui mencionada anteriormente. Uma vez que essa responsabilidade recaía sobre os profissionais da educação que atuavam nesses estabelecimentos, é observado que “Além de manter a boa ordem e disciplina na classe, o professor também teria por função despertar nos internos o amor ao trabalho e a prática do dever cívico, ensinamentos de honra e dignidade e amor à pátria e às instituições” (SANTOS, 2015, p. 80). É importante, para esse estudo, situar que os professores possuíam essa relevância no contexto geral de educação do Brasil no período entre o final do século XIX e início do século XX, sendo importantes agentes para que os ideais projetados para a nação e a população do período fossem cumpridos. A respeito do papel que os professores possuíam nesse projeto, Korndörfer (2016) analisa que:

A importância do professor na disseminação de hábitos pode ser abordada sob dois aspectos: o exemplo de conduta dado pelo próprio professor e o ensino de conteúdos relacionados à higiene e à saúde por ele ministrados (p. 186).

Nesse panorama apontado pela autora, percebemos que os professores não só eram os principais responsáveis por ensinar aos alunos os hábitos considerados adequados como também possuíam a carga de responsabilidade de serem eles mesmos exemplos desses hábitos que deveriam transmitir. Devido a tais atribuições, podem ser identificadas exigências de caráter moral e higienista na seleção e contratação dos professores que atuariam nas salas de aula das diferentes instituições de ensino do país. Em uma análise sobre os Regulamentos que organizaram e orientaram a instrução pública brasileira entre o século XIX e início do XX, Korndörfer (2016) apresenta um panorama sobre esses critérios direcionados aos professores:

Como podemos observar, através do que foi estabelecido nos Regulamentos da Instrução Pública de 1897, 1906 e 1927, os professores públicos deveriam ser exemplos tanto física (saudáveis e sem defeitos), quanto moralmente (sem vícios, hábitos moralmente reprováveis ou condenações administrativas ou penais) (p. 188).

Uma vez que era cobrado dos menores internos dos Patronatos que eles cultivassem hábitos e comportamento de acordo com os padrões de moralidade e higiene considerados ideais, faz sentido que também fosse cobrado dos professores que eles vivessem sob esse modelo moral e higienista. Desse modo, os professores deveriam ser não só exemplos de conduta para seus alunos e para a instituição de ensino em que eles estavam inseridos, mas também para a comunidade escolar e a sociedade de modo mais amplo. Adentrando nas demais exigências que eram direcionadas aos profissionais de educação do período e que eram previstas nos documentos que embasavam o funcionamento do ensino sul-rio-grandense, pode ser constatado que:

Nos três Regulamentos da Instrução Pública decretados entre 1893 e 1928, figuravam entre as obrigações dos professores “funcionar com a regularidade” estabelecida nos Regulamentos e Regimentos (obediência aos horários estabelecidos); manter a ordem e a disciplina; inspirar em seus discípulos o amor ao trabalho e ao estudo; desenvolvendo-lhes os sentimentos do bem e da virtude e a consciência dos deveres cívicos; aplicar com moderação e critério as correções disciplinares facultadas pelos regimentos internos, e, destacamos aqui, deveriam conservar a sala e os imóveis em perfeito estado de asseio (KORNDÖRFER, 2016, p. 188-189).

É importante refletir, dentro de todo esse contexto de normas e comportamentos ideais que deveriam ser rigidamente seguidos, a forma como todos os personagens envolvidos nessas instituições de ensino eram afetados por essas imposições de vida, moral, trabalho e higiene. Apesar dos menores serem o grande alvo das políticas de regeneração física e social, os outros agentes envolvidos nesse processo também sofriam a influência desses preceitos. Sendo assim, não só os alunos dos Patronatos Agrícolas viviam sob um rígido controle e vigilância de seus comportamentos e ações, como também os funcionários que trabalhavam nessas instituições deveriam ser regidos por esse sistema, incluindo os professores que eram responsáveis por educar os meninos de acordo com esses preceitos. Dentro dessa realidade, a própria ideia de poder se dá de uma forma mais complexa do que pode aparentar inicialmente, de modo que a autoridade dentro do Patronato poderia se manifestar por meio de diferentes expressões, dependendo dos atores envolvidos. Essa questão é discutida por Nery (2006), que analisa a manifestação do poder dentro dos Patronatos da seguinte forma:

[...] havia a observância de poder entre funcionários e alunos, entre os próprios alunos, ou seja, o poder deve ser visto a partir de uma rede de influências, ou melhor, de uma rede de interdependências, na qual a ação de um dos membros que a compõem só faz sentido diante da existência de um terceiro que sofre a influência e influencia outros membros dessa teia (p.80).

Através dos aspectos abordados, vem à tona uma realidade em que as manifestações de poder e autoridade não se davam de forma tão simples, sendo necessário analisar o contexto dos espaços e sujeitos envolvidos em determinada situação. Os professores que lecionavam e avaliavam os menores possuíam poder sobre esse processo, mas também estavam subordinados a um sistema educacional e assistencial mais amplo, além de estarem sob um olhar de julgamento no que se refere às suas condutas e hábitos de vida. Mesmo o diretor do Patronato, que detinha o maior poder dentro da instituição, também era subordinado a algum outro tipo de poder em alguma esfera, tendo em vista que dele também era exigida uma formação agrícola e que os Patronatos funcionavam sob o poder de outras instituições maiores. Além do mais, podemos identificar, através de alguns trabalhos de pesquisa, uma prática presente nos Patronatos de utilizar os próprios menores internos em atividades que faziam parte do funcionamento da instituição, inclusive

relacionadas ao controle e vigilância de outros menores que eram seus colegas. Essa prática é debatida nos estudos de Santos (2015), que estabelece que:

Era parte da política dos patronatos agrícolas o aproveitamento dos meninos para os cargos que vagavam na Instituição. Na realidade muitos meninos, ao aproximar a data do seu desligamento, que acontecia ao completar a idade regulamentar de dezessete anos, ofereciam seus serviços nas fazendas da região ou eram aproveitados pelos próprios patronatos nas funções de capatazes, inspetores de alunos ou guarda-vigilantes (p. 74).

Nesse panorama, podemos observar a utilização dos menores egressos ou próximos de serem desligados do Patronato em funções que objetivavam a vigilância dos internos da instituição, tais como as funções de inspetores de alunos e guarda-vigilantes, mencionadas pela autora. Além disso, somos informados que esses alunos “Após anos de uma disciplina militarizada tornavam-se fiscais do comportamento e da boa conduta dos que adentravam na Instituição” (SANTOS, 2015, p. 74), o que denota que, depois de serem alvo de todo esse processo de higienização, regeneração e moralização pelo qual deveriam passar em suas vidas de menores internos de um Patronato Agrícola, esses mesmos indivíduos também eram orientados a participar desse mesmo processo em uma posição diferente, sendo agentes responsáveis por colocar em prática o sistema de controle e vigilância sobre outros menores internos. Desse modo, podemos mais uma vez perceber a complexidade das relações de poder que se davam nesse ambiente.

Através desse debate não se pretende impor que os menores internados nos Patronatos deixavam de ser indivíduos a serem controlados e higienizados para serem aqueles que estabeleciam esse controle sobre outros menores, uma vez que, conforme foi apontado anteriormente, as relações de poder e hierarquia dentro de uma instituição desse tipo são profundas e complexas. Ao invés disso, se busca evidenciar e analisar as possibilidades que esses menores poderiam encontrar dentro desse sistema. Além disso, é importante destacar, conforme foi exposto, que esses indivíduos possuíam um limite para permanecer nessas instituições, estabelecido pela idade. Sendo assim, a oportunidade de desempenhar uma função dentro da própria instituição que havia sido seu lar e local de ensino poderia ser bastante atraente para esses rapazes, de modo que, possivelmente, não houvesse uma garantia de emprego no setor agrícola ou nas propriedades agrárias da região. Ademais, cabe lembrar que os menores enviados aos Patronatos Agrícolas eram

provenientes de famílias pobres, muitas vezes sem condições de manter os seus filhos, além dos menores órfãos e abandonados que também eram encaminhados a esses locais. Sendo assim, a oportunidade de um cargo que possibilitasse uma vida um pouco diferente provavelmente tinha um peso importante nesse processo.

O debate que é aqui levantado é sustentado pela ideia de que existe uma série de fatores e contextos que influenciavam e delimitavam as relações de poder e hierarquia dentro dos domínios do Patronato, sendo necessário um trabalho de análise de diferentes aspectos do contexto local, além de ser necessária a percepção de que os indivíduos que viveram nessas instituições eram marcados por realidades que influenciavam diretamente em seus modos de vida e seus hábitos. Ademais, também é preciso entender que esses sujeitos poderiam se utilizar de estratégias em prol de sua sobrevivência dentro do rígido regime que caracterizava a instituição.

Uma importante característica dos Patronatos Agrícolas que propiciava a essas instituições desenvolver esse sistema de controle, vigilância e disciplinarização de seus alunos é o fato de que eles funcionavam sob o regime de internato. Por meio dessa modalidade, os menores viviam 24 horas dentro dos domínios do Patronato, o que garantia que tudo que era preconizado nas diretrizes de funcionamento do estabelecimento fosse posto em prática em todos os momentos da vida desses meninos dentro da instituição. Sendo assim, não só os momentos em sala de aula e no trabalho prático proporcionavam controle e avaliação dos comportamentos e capacidades físicas e intelectuais desses indivíduos, mas também todos os espaços e horários que esses meninos vivenciavam eram oportunidades de estabelecer controle sobre seus corpos e suas condutas. É importante, para esse estudo, analisar brevemente o sistema de internato na história de nosso país, que teve um relevante papel na configuração da assistência à infância, um trabalho manifestado pelas diferentes instituições que já se encarregaram de cumprir essa missão. Além disso, essa modalidade de assistência também se caracterizou pelas rígidas regras e normas estabelecidas sobre a vida dos indivíduos que viveram uma parte de suas vidas dentro de uma dessas instituições.

Em um primeiro momento, é necessário estabelecer que o regime de internato possui uma longa história no país, muito anterior à criação dos Patronatos Agrícolas. Em seus estudos sobre a trajetória desse tipo de regime no Brasil, Rizzini e Rizzini (2004) situam que “As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam

do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero)” (p. 24). Como já foi debatido anteriormente neste trabalho, a missão de assistência à infância brasileira ficou inicialmente nas mãos de instituições vinculada à Igreja, sendo que somente no século XIX esse trabalho passa a ser atribuído ao Estado, momento em que esse sistema de assistência sofre grandes transformações e passa a ter em seu cerne a ideia de regeneração da infância e de utilidade social. Porém, como já foi exposto, essas mudanças não se dão de forma abrupta, sendo que as antigas formas de assistência baseadas na caridade convivem ainda por um tempo com as novas ideias de utilidade social preconizadas pela filantropia, tanto no caso brasileiro quanto em outras partes do mundo. Ainda assim, mesmo no período em que as instituições de internamento estavam sob o domínio das instituições religiosas, podemos identificar um sistema baseado em regras e um intenso controle sobre as crianças abrigadas nesses locais. A partir disso, podemos perceber uma realidade em que:

O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Através desse panorama evidenciado pelas autoras, podemos perceber algumas relações entre essa configuração de regime de internato, executado pelas irmandades religiosas, e o rígido regime de internato que marcou as instituições de assistência e regeneração da infância do século XX. Desse modo, o isolamento das crianças que ficavam sob a tutela desses antigos estabelecimentos de caridade da Igreja já figurava entre as medidas de assistência à infância antes da disseminação das ideias filantrópicas e eugenistas presentes no Brasil entre os séculos XIX e XX. Além disso, Rizzini e Rizzini (2004) corroboram com essa ideia ao destacarem a maneira como o ensino religioso continua a influenciar as instituições de ensino que começam a surgir nesse contexto de mudanças, estabelecendo que:

Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia de transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Trazendo as discussões em torno do regime de internato para o contexto das instituições de assistência e correção dos séculos XIX e XX, existem elementos que vão definir esse regime que foi tão importante para esses estabelecimentos. A respeito das ideias que orientam a formulação dos regimes de internamento desse período, Edson Passetti (2008) evidencia que:

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização de atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso (p. 348).

Os elementos das políticas de internação apresentados pelo autor refletem diretamente na rotina de atividades e regras encontradas nos Patronatos, que foi debatida anteriormente. Como foi analisado por diferentes pesquisadores que se dedicaram ao estudo dos Patronatos Agrícolas, podemos encontrar, nesses lugares, essa intensa rotina que girava em torno da disciplina e dos hábitos de conduta e higiene dos menores internos, seja por meio dos conteúdos trabalhados em sala de aula e das atividades práticas realizadas, seja pelo controle e vigilância nos momentos de higiene e alimentação. Dentro dessa análise, podemos estabelecer a importância desse regime de internato para o contexto do ensino agrícola e os objetivos que essa modalidade de ensino possuía no século XX. Esses elementos são debatidos nos estudos de Joaquim Tavares da Conceição (2010), de modo que o autor considera o regime de internato da seguinte forma:

O internato foi o regime dominante nos estabelecimentos federais de ensino profissional agrícola durante o período de 1934 a 1967. O Ministério da Agricultura, ao qual estavam subordinados esses estabelecimentos, adotou uma política de assistência integral dos alunos, proporcionando residência, alimentação, enxoval, assistência médico-odontológica, entre outros bens e serviços (p. 81).

Essa ideia de uma assistência integral vai ao encontro dos elementos identificados no funcionamento dos Patronatos Agrícolas, lembrando que os menores moravam, estudavam e realizavam todas as suas atividades diárias dentro da propriedade. Ademais, os Patronatos também propiciavam uma realidade em que imperavam os discursos de saúde e higiene. Retomando a questão do isolamento que foi mencionada, esse elemento era um dos principais pontos para o funcionamento e execução do sistema empregado nos Patronatos. A relevância do

isolamento para o bom funcionamento dos esquemas de controle desses locais vem à tona no trabalho de Santos (2015), que afirma o seguinte:

O Estado brasileiro, em momento de consolidação, na Primeira República, criou os patronatos agrícolas afastados das capitais e das cidades, para que os meninos não pudessem empreender fugas, de volta para seus lares ou para as ruas de onde tinham sido retirados (p. 87).

A preocupação com as fugas dos menores internos era uma parte importante do sistema de controle e vigilância, bem como era uma das formas de resistência a esse sistema, sendo uma prática que poderia ser empenhada pelos menores por diferentes motivos. Porém, o fato dos Patronatos Agrícolas serem construídos em locais isolados também estava vinculado à outra preocupação, que era a ideia de que os meninos deveriam ficar isolados e longe dos grandes centros urbanos. Os aglomerados urbanos eram vistos como focos de problemas sociais que os governos desse período buscavam combater com empenho, sendo vistos como locais onde os menores poderiam ser “contaminados” com hábitos que os Patronatos deveriam exterminar. A respeito da localização dessas instituições, sublinhamos, de acordo com Conceição (2010), que:

Esse tipo de internato rural e público existiu para atender às razões práticas dos estabelecimentos de ensino agrícola, ou seja, a localização do estabelecimento escolar na zona rural e o atendimento prioritário de uma clientela pobre que recorria a essas instituições educacionais (p. 81).

Sendo assim, ao optar por um sistema de internato para essas instituições, percebe-se que esse regime facilitaria o controle sobre a vida e os hábitos dos menores que ficassem lá internados, na medida em que “Toda a ‘pedagogia do internar’ criada no Patronato reforçava a ideia de confinamento e vigilância como meio regenerador das práticas consideradas antissociais dos meninos” (SANTOS, 2015, p. 90). Tendo em vista o funcionamento desse sistema, é de grande importância analisar os motivos que levavam menores a serem internados nesses lugares, bem como o perfil dos meninos que adentravam nessas instituições. Sabemos que os Patronatos Agrícolas eram destinados a menores órfãos e abandonados e, também, a meninos que eram filhos de famílias muito pobres, sem condições de sustento. Esse segundo caso é exposto por Santos (2015) em seu trabalho sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras onde, ao analisar essa questão, a autora nos informa que “Desde sua inauguração, o Patronato recebeu pedidos de

inúmeros pais, os quais alegavam não ter condições de criar e educar os filhos, por isso solicitavam sua internação” (p. 72).

A situação descrita pela autora também foi identificada no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, uma vez que, por meio de Relatórios Sociais, fichas individuais e ofícios de pais de alunos que foram encontrados no arquivo da instituição, podemos observar que muitos menores foram internados nesse local em virtude de seus familiares não possuírem condições de mantê-los naquele momento, o que será explorado, em alguma medida, nos próximos capítulos desta investigação. A existência desse grupo de crianças que, mesmo possuindo uma família, eram encaminhadas para instituições de internato propicia uma interessante discussão a respeito do tratamento dado aos filhos das camadas mais pobres da sociedade, uma vez que esses poderiam ser parte do sistema de internamento que, em períodos anteriores, era destinado a crianças órfãs e abandonadas. Tomando como exemplo novamente o caso do Patronato de Bananeiras, podemos observar, pelas contribuições de Santos (2015), que:

Quando os meninos adentravam na instituição, a única autoridade que teria competência para retirá-los de lá ou enviá-los de volta para sua família era o Juiz de Direito, que em geral só permitia o desligamento do menor interno quando este tivesse completado a idade regulamentar ou seu desligamento fosse solicitado pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento (p. 91).

Uma questão que chama atenção na configuração desse sistema é o fato de que a autoridade sobre os menores passava a ser do Patronato, uma vez que somente autoridades judiciais poderiam autorizar a retirada deles da instituição. A partir disso, podemos perceber que as famílias desses menores, de certa forma, perdiam autoridade e controle sobre as crianças, de modo que essa autoridade e esse controle passavam para as mãos do Patronato onde estivessem internados. A suspensão da autoridade familiar é analisada por Santos (2015):

A partir do momento em que adentrava na instituição, a tutela do pai ou responsável era substituída pela tutela das autoridades institucionais, esse fato se consolidou na forma de lei com o Código de Menores de 1927¹⁷, que

¹⁷ Lisiane Ribas Cruz (2017) estabelece que “no ano de 1927, o Código de Menores foi aprovado após muitos movimentos e denúncias devido à falta de estabelecimentos correccionais e de legislação adequada para o amparo de crianças e jovens sentenciados por delitos cometidos” (15). Essa legislação “tratava de temas diversos, como as classificações de ‘menor’, ‘abandonado’, ‘vadio’ e ‘delinquente’, e também descrevia os procedimentos de assistência e as penas que deveriam ser aplicadas aos jovens que praticassem crimes” (CRUZ, 2017, p. 80).

autorizava a suspensão do poder pátrio no caso de meninos recolhidos por autoridade nas ruas (p. 96).

Embora a instituição detivesse esse poder sobre o menor interno, especialmente o diretor do Patronato, é possível questionar se essa autoridade era sempre bem aceita pelas famílias dos menores. Uma vez que os filhos ficavam isolados de seus familiares, parece provável que fosse desejado um contato entre ambas as partes. Analisando essa questão, Santos (2015) traz à tona que:

Muitos pais queixavam-se da ausência de notícias de seus filhos internos nos patronatos agrícolas, isso se refletiu em alertas nas circulares internas para que os educandos pudessem se comunicar com sua família e que os professores os auxiliassem no envio dessas cartas, mensalmente (p. 93).

Levando em consideração esse afastamento da família e acrescentando a isso o rígido regime disciplinar existente na instituição, além da rotina de trabalho e atividades físicas, certamente a vida dos meninos dentro dos Patronatos não era muito fácil, tendo em vista que “Afastados de suas famílias e de seu meio social, o internamento dos meninos, em muitos casos traduziam uma experiência dolorosa, tanto para eles quanto para suas famílias” (SANTOS, 2015, p. 93). Esses elementos da vida dos menores dentro da instituição também devem ser levados em conta, para além das questões de âmbito social e das políticas de controle, vigilância e trabalho que podem ser analisadas no contexto dos Patronatos. Por meio dessas experiências, é possível compreender melhor outros aspectos da vida desses menores dentro da instituição.

Além dos meninos que vinham de famílias carentes e sem condições de prover o seu sustento, a população dos Patronatos também era composta por meninos órfãos e abandonados, sendo que esses vinham de diferentes lugares e contextos. A respeito do encaminhamento desse grupo até essas instituições, Santos (2015) defende que “No caso dos meninos abandonados ou simplesmente recolhidos pelas ruas, a internação era feita por solicitação direta do juiz, cuja responsabilidade recaía sobre o poder judiciário de cada comarca” (p. 72). A presença desse grupo de menores também foi identificada no Patronato de São Leopoldo, por meio de documentos do arquivo referentes a menores órfãos e abandonados que ficaram internados nessa instituição, como veremos mais adiante. Em relação a esse grupo, é interessante destacar as diferentes procedências desses menores, bem como o fato de que é preciso analisar de forma mais apurada os casos de menores

classificados como abandonados, uma vez que essa categoria parecia englobar menores que viviam diferentes realidades.

Havia ainda outro grupo que compunha a população de menores internos dos Patronatos, os menores criminosos e delinquentes. Esse terceiro grupo, tal como o caso dos menores abandonados, exige um olhar mais atento para a sua composição. Em primeiro lugar, é importante destacar que a presença desses menores que haviam cometido alguma infração é evidenciada em trabalhos sobre outros Patronatos do Brasil. A existência deles é destacada, por exemplo, por Santos (2015), que se ocupou de estudar o Patronato Agrícola de Bananeiras, na Paraíba, ao passo que essa autora afirma que “A polícia exerceu um papel destacado na composição da clientela de várias unidades dos patronatos agrícolas. Muitos meninos ingressavam nessas instituições encaminhados pela polícia” (p. 92). Por meio dessa exposição, podemos perceber a presença, nesse Patronato, de meninos que eram encaminhados à instituição por vias policiais, denotando, assim, que esses teriam cometido algum crime. Essa característica pode ser vinculada ao caráter de regeneração pelo qual essas instituições eram vistas pela sociedade, o que pode indicar uma crença de que os Patronatos Agrícolas poderiam regenerar e disciplinar também menores já considerados perigosos e delinquentes.

Aprofundando ainda a relação que existia entre a instituição policial e os Patronatos Agrícolas, a mesma autora aponta que a polícia participava de outros momentos em que os patronatos necessitassem de seus serviços, destacando que “O Delegado de Polícia era responsável pela recaptura dos foragidos, nesses casos a Direção da Instituição comunicava-se com o delegado ou o juiz da comarca próxima para onde supunham ter fugido o menor” (SANTOS, 2015, p. 96), evidenciando que a polícia atuaria sobre um dos principais momentos de indisciplina e resistência às regras desses locais. Tomando o exemplo de outro trabalho, Nery (2006), ao analisar essa questão no Patronato Agrícola de Sergipe, determina que:

O recebimento de delinquentes pela instituição só se fazia possível devido à observância em lei de que somente seria considerado delinquente o maior de 14 anos. Desta forma, os menores de 14 anos, que eram justamente a população atendida pelo Patronato, mesmo que tivessem praticado algum delito, não eram categorizados como delinquentes (p. 62).

A observância desse quadro apresentado pelo autor nos leva a enxergar a presença de menores infratores nos Patronatos Agrícolas de forma mais complexa,

assim como outros elementos que envolviam a vida e funcionamento dessas instituições. Através dessa realidade, podemos perceber que a própria classificação de menores nessa categoria de delinquente poderia ser relativizada, de modo que, como é apontado pelo autor em sua pesquisa, somente aqueles que possuíssem mais de 14 anos poderiam ser enquadrados nessa definição. Sendo assim, mesmo que esses menores enviados ao internato dos Patronatos Agrícolas tivessem de fato cometido alguma infração, não necessariamente seriam tidos oficialmente como criminosos, o que poderia, talvez, influenciar na decisão de enviar esses menores aos Patronatos, ao invés de mandá-los para alguma outra instituição de caráter mais punitivo.

A relação entre os Patronatos Agrícolas e os menores infratores também é estabelecida nos estudos de Boeira (2009) sobre o Patronato Agrícola de Anitápolis, em Santa Catarina, um desses estabelecimentos localizados na região meridional do Brasil, tal como o Patronato Agrícola que é tema deste estudo. Adentrando a análise das vias pelas quais os menores chegavam até essas instituições, o autor destaca que:

A vinda dos meninos e dos jovens para os patronatos se dava das mais diversas formas. O menor ingressava seja através da porta de entrada dos distritos policiais, seja voluntariamente, o que ocorreu em alguns casos, seja a mando dos pais, que não tinham mais controle sobre o menor (p. 43).

Mais uma vez, essas informações trazem à tona a presença de menores que haviam cometido delitos inseridos no sistema de vigilância, controle e formação existente nos Patronatos. Além disso, o autor também debate a presença do elemento da criminalidade, retomando os próprios princípios de fundação desses estabelecimentos no início do século XX, ressaltando que “Instituições de correção e ensino agrícola, os patronatos se tornaram uma poderosa ferramenta do Estado, que almejava tornar os percebidos como delinquentes juvenis em futuros trabalhadores nacionais” (BOEIRA, 2009, p.36).

Apesar de todos esses elementos expostos, é necessário atentar ao fato de que os Patronatos Agrícolas, ainda que fossem instituições que funcionassem pela mesma base ideológica, política e administrativa pautada por um rígido regime de regramento para a regeneração dos menores e formação de trabalhadores agrícolas, possuíam diferenças em relação a determinados aspectos de seu funcionamento. Sendo assim, a presença de menores infratores no sistema de

internato de determinados Patronatos é um desses pontos de divergência identificados durante esta pesquisa. Um exemplo dessa disparidade é encontrado nos estudos de Vicente e Amaral (2010), que se dedicaram a analisar o caso do Patronato Agrícola Visconde de Graça em Pelotas/RS, uma vez que essas autoras esclarecem que:

Segundo dicionário de língua portuguesa a palavra delinquente possui como sinônimo “pessoa que cometeu um delito”. Assim, a escola era destinada para órfãos, mas devido às regras morais da sociedade também excluía determinadas pessoas que não estivessem nos padrões exigidos (p. 131).

Ao trazer essa realidade à tona, as autoras se referem à ausência de menores infratores no Patronato em questão, exemplificando as divergências que podem ser encontradas nas pesquisas sobre Patronatos Agrícolas espalhados pelo país. Ao longo desse estudo, foi observado que essas instituições possuíam um sistema de funcionamento bastante semelhante, mas que ainda assim tinham suas particularidades. Desse modo, podemos pensar que os Patronatos poderiam sofrer influência de fatores locais de diversas esferas, tais como aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da região em que o estabelecimento estivesse fixado. Em relação ao Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, não foram identificados documentos ou referências que nos possibilitassem evidenciar a presença de menores que haviam cometido algum delito entre os menores internos da instituição, como discutiremos nos próximos capítulos.

Para além dos debates sobre assistência e regeneração da infância que permeiam a atuação dos patronatos, e que propiciam discussões muito importantes a respeito das ideias e métodos que foram empregados nessas instituições, nos interessa aqui uma análise focada nos preceitos de higiene e saúde que constituíram parte importante do trabalho dos patronatos com os menores atendidos por esses estabelecimentos. Analisando a influência da eugenia e de seus ideais na sociedade brasileira, Magda de Abreu Vicente e Giana Lange do Amaral (2010) constata que “Com a difusão deste discurso torna-se comum nas escolas o ensino das Ciências Sociais no ensino das disciplinas de Puericultura, Higiene do trabalho e Higiene Social” (p. 126), um elemento que foi visto anteriormente nas discussões sobre as medidas higienistas aplicadas nas escolas públicas. Ainda sobre esse contexto, as autoras também nos informam que:

Além do investimento em boas construções do Patronato, também havia o investimento nas questões higiênicas e num padrão comportamental exigido pela sociedade e ideal para as crianças que entravam para a escola, tornando-as, assim, “úteis à sociedade” (VICENTE; AMARAL, 2010, p. 129).

Como podemos ver, os patronatos agrícolas também seguiram as normas e medidas de higiene proferidas “em benefício da saúde da população e da construção de cidadãos saudáveis, higienizados e moralizados”. Em seus estudos sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934), Vicente e Amaral (2010) apontam para os critérios de higienização seguidos por essa instituição, alegando que “Para entrar no internato a primeira medida adotada era a vacinação de todos os alunos, isto constando na ficha escolar presente no acervo do PAVG” (p. 127). Esse primeiro elemento já demonstra uma preocupação quanto à seleção das crianças que entrariam nesse estabelecimento, buscando garantir que esses menores teriam sido vacinados e, desse modo, estariam imunes a possíveis doenças. Esse processo de seleção baseado em critérios de saúde também é apresentado nos estudos de Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015) sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947), considerando assim que:

A primeira medida tomada quando o menor chegava na Instituição era a triagem por meio de um exame médico obrigatório, a fim de verificar se um menor poderia ser portador de alguma doença infecto-contagiosa ou algum tipo de deficiência física ou mental que o impossibilitasse de realizar o trabalho agrícola (117-118).

A existência dessa seleção quanto aos menores que poderiam ingressar no regime dos Patronatos é corroborada por Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006) em seu trabalho sobre o Patronato Agrícola de Sergipe (1924-1934). Tomando como base essa seleção dos menores que ingressariam na instituição, o autor estabelece que “os mesmos passavam por exames médicos que iriam detectar se havia algum problema de saúde que os impedisse de ter acesso ao convívio social da instituição” (p. 47). Como podemos perceber, existia uma forte preocupação em impedir que meninos doentes entrassem nesses estabelecimentos, tanto pelo fato de que poderiam transmitir problemas de saúde aos outros menores do local (que deveriam ser portadores de boa saúde) quanto pelo fato de que poderiam não conseguir desempenhar a árdua rotina de atividades práticas que eram parte do cotidiano dos Patronatos Agrícolas. Outro elemento identificado nesse processo de seleção é o fato de que essas instituições, a princípio, não aceitariam a admissão de menores

que possuísem alguma deficiência. Esse aspecto também é destacado por Santos (2015), uma vez que a autora nos informa que:

Outro critério para a admissão dos meninos era o de não possuir nenhuma deficiência física, como os meninos eram forçados a realizar várias atividades laborais, o fato de não sofrer de doenças contagiosas ou lesões que os desabilitassem para o serviço agrícola era imprescindível para o tipo de educação fornecida no Patronato (p. 73).

Através desses rigorosos critérios de seleção, podemos perceber a forte influência do movimento eugenista e do discurso médico-higienista nas diretrizes de funcionamento dos Patronatos Agrícolas, de modo que a escolha dos menores que poderiam ingressar nesses locais também se dava por meio de fatores que envolviam sua saúde. Dando continuidade aos debates que envolvem as medidas de saúde e higiene presentes nos Patronatos, é importante também destacar que algumas dessas instituições contavam com médicos em seu quadro de funcionários. Inclusive, esses profissionais eram portadores de grande prestígio dentro desse contexto, visto que “O médico ocupava ao lado do diretor e do engenheiro agrônomo responsáveis pelas tarefas agrícolas dos educandos, os mais altos postos desse estabelecimento de ensino” (SANTOS, 2015, p. 117). Analisando as tarefas que eram desempenhadas pelo médico no Patronato Agrícola de Bananeiras, Santos (2015) nos apresenta a seguinte definição:

Ficava a cargo do médico do Patronato organizar a carteira de saúde relativa a cada internado, fazer trimestralmente inspeções em todos os educandos, a fim de verificar o estado de saúde de cada um. Além disso, ele também era o responsável por fornecer ao Diretor instruções que o habilitassem a reconhecer, desde suas primeiras manifestações, as moléstias graves ou propagáveis, a fim de se providenciar em tempo o isolamento do menor doente (p. 117).

Através da exposição da função que cabia aos médicos nos Patronatos, percebemos de forma ainda mais clara a intensa preocupação que essas instituições tinham com a saúde de seus educandos, uma influência direta dos pensamentos eugenistas que caracterizam o século XX. A própria existência de médicos relacionados às instituições de ensino é um elemento bastante comum nesse período. A respeito dessa questão, Nery (2006) ressalta que “os médicos, através do discurso higiênico e depois através da eugenia, estiveram sempre presentes no encaminhamento das políticas educacionais ao longo do século XIX” (p. 10). A partir dessa realidade, podemos perceber que os profissionais da saúde exerciam forte

influência na orientação e formulação de políticas voltadas para a educação e as instituições de ensino. Retomando as contribuições trazidas pelos médicos no contexto dos Patronatos Agrícolas, Santos (2015) expõe que “O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, e era também considerado um educador. Examinava cada educando ao ser matriculado ou desligado e assinando a sua ficha medica” (p 120). Dessa forma, a relação entre educação, saúde e higienismo no século XX é ainda mais profunda e entrelaçada do que se poderia esperar.

No que diz respeito ao cotidiano de ensino e das práticas embasadas pelo discurso médico-higienista na rotina dessas instituições aqui analisadas, podemos encontrar, nos estudos de Vicente e Amaral (2010) sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS, algumas contribuições interessantes. Desse modo, as autoras nos apresentam que:

Lá estando tinham aulas de escoteirismo, tomavam banhos frios e tinham um cotidiano bem árduo, envolto entre os estudos, as aulas práticas de agricultura e as aulas das disciplinas regulares. Também praticavam aulas de Educação Física, com base na ginástica sueca, prática rigorosa, embasada nos padrões eugenistas e ainda deveriam cumprir suas obrigações dentro dos dormitórios, mantendo-os limpos e asseados (VICENTE; AMARAL, 2010, p. 131).

Através das informações expostas pelas autoras, podemos perceber uma intensa preocupação com a higiene dos corpos e dos hábitos presentes nas diretrizes de funcionamento desse patronato, além de um ensino baseado na importância do trabalho. Outras contribuições em relação a essas práticas também são identificadas nos estudos de Santos (2015) que, ao analisar aspectos de controle e higiene no Patronato Agrícola de Bananeiras, evidencia que:

A rigidez e disciplina se fez presente inicialmente no próprio fardamento dos internos. Durante sua estadia no Patronato, os meninos recebiam um enxoval formado por várias fardas, calçados, roupas de cama e material para a higiene pessoal. Esse enxoval era entregue no momento da entrada do interno na Instituição, quando eles eram identificados e seu uso era obrigatório e sempre fiscalizado pelo inspetor de alunos ou guarda vigilantes, responsáveis pela revista matutina e noturna dos internos (p. 76).

Por meio dessas práticas, podemos perceber que não só o controle sobre a saúde dos internos era importante, mas também o controle e vigilância sobre os seus hábitos de higiene. Além disso, podemos também perceber no trabalho de Nery

(2006), que pesquisou sobre o Patronato Agrícola de Sergipe, outro elemento de controle sobre as condições de saúde dos internos através da função de um dos funcionários da instituição. Sendo assim, o autor destaca que:

Com base também nesses princípios higiênicos, uma das práticas executadas pelo inspetor de alunos do Patronato era o acompanhamento do peso e da altura dos menores internos. Para tanto, todos eles, ao entrar na instituição, eram pesados e medidos e após alguns meses o processo era refeito para verificar os “avanços” dos educandos nesses aspectos (p. 90).

A partir da exposição de todos esses debates, é possível estabelecer um panorama em que a saúde e a higiene dos educandos internos dos Patronatos Agrícola figuravam entre as principais preocupações que geriam a vida desses meninos dentro da instituição.

No estado do Rio Grande do Sul, a criação dos Patronatos Agrícolas tem seu início na cidade de Pelotas, com o antigo Patronato Agrícola Visconde da Graça. Em seu trabalho sobre esse Patronato, Vicente (2010) situa a sua criação estabelecendo que “O atual Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, situado na cidade de Pelotas, foi instalado no ano de 1923 com o nome de Patronato Agrícola Visconde da Graça” (p. 59). Assim como aconteceu com a instalação dessas instituições em outros estados brasileiros, esse novo estabelecimento surge com o intuito de prestar assistência às crianças dessa região do Rio Grande do Sul, baseado nos mesmos moldes de regeneração, educação e disciplina pelo trabalho que forjaram o sistema que caracterizou outros Patronatos já existentes. A respeito do contexto de criação desse primeiro Patronato em território sul-rio-grandense, Vicente (2010) estabelece que:

A criação do PAVG atende, além das necessidades regionais ligadas às questões agrícolas, surgem também aquelas relacionadas às questões infantis, até mesmo pela própria constituição dos alunos dessa instituição, ou seja, aqueles que vinham das ruas, ou de casas com condições financeiras insuficientes para a manutenção e a educação das crianças, buscando como solução o encaminhamento ao Patronato Agrícola Visconde da Graça (p. 58).

Com a criação dessa instituição vemos, então, o estabelecimento do sistema de assistência à infância propagado pelos Patronatos Agrícolas, visando trabalhar com a infância de nosso estado, tendo em vista que a população do Rio Grande do Sul também possuía, em sua composição, os grupos constituídos por menores órfãos, abandonados, moradores de rua, delinquentes e membros de famílias pobres

e sem condições de garantir o sustento de seus filhos. A partir disso, o sistema de internato composto por rígidas normas de controle e vigilância, bem como o sistema de ensino baseado nas atividades práticas, higiene, moral, nacionalismo e conhecimentos agrícolas, passa a fazer parte da realidade desse território, buscando atuar sobre esses menores, mas também sobre suas famílias e sobre o restante da população sul-rio-grandense.

Não é à toa que podemos encontrar, nos estudos sobre os Patronatos Agrícolas espalhados pelo Brasil, características de funcionamento muito semelhantes e o mesmo regime de regeneração da infância que marcou essas instituições, uma vez que os Patronatos foram projetados justamente para configurarem uma rede de assistência à infância disseminada pelo território brasileiro. Essas aspirações que objetivavam a criação de um projeto em âmbito nacional são identificadas por Santos (2015), ressaltando que “Os Patronatos Agrícolas foram criados com a pretensão de se tornarem uma rede espalhados por todo país, deveriam servir à assistência, regeneração, ensino e educação profissional” (p. 64). De fato, pode-se afirmar que esse projeto de se tornar uma rede nacional teve êxito, tendo em vista que esses estabelecimentos estavam localizados em diversos estados e regiões do Brasil, sendo que seu próprio decreto de criação estabeleceu o surgimento de instituições desse tipo em diferentes estados brasileiros. Essa situação é evidenciada por Nery (2006) ao analisar a rede de Patronatos federais que existiu durante o século XX, destacando que:

Até o ano de 1930, o Brasil contava com uma rede de vinte Patronatos Agrícolas Federais, sendo sete no Estado de Minas Gerais, quatro em São Paulo, três em Pernambuco, dois no Rio Grande do Sul, dois na Bahia, um no Pará e outro em Santa Catarina (p. 19).

Como é possível perceber, os Patronatos Agrícolas de fato se configuraram como uma rede de assistência dentro do Brasil, tal como pode ser observado no número de instituições desse tipo exposto pelo autor. Ao longo do seu período de funcionamento, essa rede de Patronatos passou por importantes transformações em sua estrutura e funcionamento, alterando o próprio trabalho desenvolvido com os menores internos. Uma dessas mudanças é observada por Santos (2015):

No ano de 1927, os patronatos agrícolas foram divididos em duas classes distintas, o patronato de classe rural e o patronato de classe urbana. Os de classe rural ficariam na incumbência de receber meninos entre onze e

quinze anos, desvalidos e filhos de lavradores que residiam na zona rural próxima da instituição. Os patronatos de classe urbana, estavam responsáveis por receber menores desvalidos da zona urbana (p. 64)

Pensando nessa divisão entre duas classes de Patronatos apresentada pela autora e relacionando ao contexto do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, é possível levantar a hipótese de que essa instituição poderia ser classificada como um patronato de classe urbana. Essa possibilidade se dá pelo fato de que, na documentação analisada, foi localizado um maior número de menores internos que eram provenientes da zona urbana, especialmente da região metropolitana de Porto Alegre. Apesar disso, também foram localizados alguns documentos de menores oriundos de outras regiões, além de casos de meninos que possuíam algum contato e experiência com o meio rural e as práticas de agricultura. Sendo assim, mais uma vez, esse é um elemento que exige maior atenção em sua análise, algo que será realizado nos próximos capítulos.

Embora os Patronatos Agrícolas tenham sido instituições relevantes no trabalho de assistência à infância durante o século XX, suas características atraíram sérias críticas quanto à eficiência desses estabelecimentos na formação da futura mão-de-obra da nação. Sendo assim, os Patronatos Agrícolas acabam entrando em um processo de extinção que terá como consequência importantes mudanças em seu modo de trabalho e sua estrutura. O debate em torno dos motivos que levam ao desaparecimento dos Patronatos é encontrado no trabalho de Nery (2006): “Essa marca que os Patronatos traziam do seu nascedouro, enfatizando a assistência aos menores desvalidos, contribuiu de maneira decisiva no processo que levou à extinção dessas instituições no ano de 1934” (p. 16).

A partir da ênfase, no que se refere ao trabalho realizado pelos Patronatos, de regenerar e prestar assistência aos menores que viviam em suas dependências, surgem discussões em torno do quanto esses lugares de fato contribuía para os projetos que tinham como objetivo a formação de trabalhadores especializados, moralizados e higienizados para servir à nação, além do fato de que os Patronatos haviam sido criados também com o propósito de contribuir para a modernização do setor agrícola. Desse modo, vemos um cenário de conflitos entre o sistema de trabalho desenvolvido por esses estabelecimentos e os interesses de autoridades em prol da modernização do país, de modo que:

Ao longo dos dezesseis anos de funcionamento da rede de Patronatos Federais, a discussão entre a regeneração e a formação profissional foi o foco dos embates e, ao que parece, a função regenerativa foi a que se sobressaiu, inclusive, uma das causas da falência do modelo (NERY, 2006, p. 21).

No contexto de uma sociedade que buscava a modernização e a transformação de crianças órfãs e desvalidas em trabalhadores úteis para a nação, o sistema de regeneração da infância no qual estavam inseridos os Patronatos não foi suficiente, na medida em que os elementos de formação para o mercado agrícola não atenderam às expectativas projetadas sobre esse modelo de instituição. A respeito da disparidade no que concerne à formação técnica que deveria ser empregada nesses institutos, Nery (2006) defende que:

Apesar de ser exposto que as instituições deveriam contribuir para a modernização agrícola com a inserção de conhecimentos científicos que levassem a uma racionalização das práticas agropecuárias, o que sobressaía era a sua função de regeneradora social. Com isso, os Patronatos foram subcategorizados no que concerne ao ensino agrícola (p. 16).

Essas críticas em relação à defasagem do ensino agrícola que deveria ser ministrado objetivando uma formação técnica dos menores internos dos Patronatos vinham dos próprios órgãos responsáveis por essas instituições, evidenciando a imagem negativa que esses estabelecimentos acabaram construindo junto aos departamentos que trabalhavam pela modernização da agricultura no país. A partir disso, verifica-se que:

A dificuldade em responder aos anseios de formação técnico-agrícola fez a situação dos Patronatos Agrícolas, ligados à Diretoria do Ensino Agrônomo, começar a ficar insustentável, visto que estes estabelecimentos prestavam, segundo as autoridades, o mesmo papel que era prestado pelas Casas de Correção, os Asilos dos Menores, dentre outras instituições que se preocupavam somente, ou tinham por mote, a regeneração dos menores, preparando-os para o convívio em sociedade (NERY, 2006, p. 128).

Além dos aspectos relacionados à formação técnica proporcionada aos alunos internos e à ênfase que os Patronatos acabaram adquirindo nos aspectos regenerativos da infância, outro fator que reforçou as críticas ao regime desses estabelecimentos foi o fato de que muitos dos meninos encaminhados para essas instituições não possuíam de fato vivência no meio rural ou experiência com as práticas agrícolas. A respeito dessa questão, Nery (2006) aponta que:

Desse modo, o diretor do Ensino Agrícola mostrava-se contra a atual funcionalidade do Patronato, que respondia quase como uma entidade acessória no sentido de promover uma “higienização urbana”, visto que sua maior clientela era de menores advindos dos grandes centros urbanos, que não guardavam qualquer vínculo com as questões do meio rural (p. 129).

Além da preocupação com a falta de experiência e contato de grande parte dos menores com o meio rural e a vida no campo, as críticas direcionadas a essa realidade também traziam reclamações em relação ao comportamento que era apresentado por esses menores, ao passo em que as colocações do mesmo diretor de Ensino Agrícola enfatizavam que “o maior problema da inserção no meio agrícola de menores advindos das cidades era que estes, por falta de afinidade, traziam inúmeros problemas disciplinares para a instituição” (NERY, 2006, p. 129), contribuindo, assim, como mais um fator para o desmantelamento da rede de Patronatos Agrícolas disseminada pelo Brasil.

Apesar de todas as críticas direcionadas a esses estabelecimentos e do processo que levou à sua extinção, uma questão muito interessante que surge no estudo sobre os Patronatos Agrícolas é o fato de que esse processo não culminou em um completo desaparecimento dessas instituições, mas sim na transformação dessas em outras instituições de assistência e ensino agrícola que também foram fundamentais para esse período: os Aprendizados Agrícolas. O processo que resultou nessa mudança é analisado por pesquisadores que se empenharam na tarefa de estudar os Patronatos Agrícolas e que já foram aqui mencionados. A exemplo disso, Santos (2015) observa que “No ano de 1934 vemos um redirecionamento do MAIC no sentido de transformar a muitos dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados Agrícolas” (p. 67), situando, assim, esse redirecionamento no contexto das intensas críticas e no processo de extinção sofrido pelos Patronatos durante a década de 1930. Estabelecendo algumas distinções importantes entre essas duas instituições, podemos averiguar que “Diferentemente dos patronatos agrícolas, os aprendizados agrícolas possuíam maior hierarquização e organização de conteúdos escolares, além de gerar maiores lucros com o trabalho agrícola” (p. 67), características que vão justamente ao encontro dos elementos observados como sendo problemáticos no funcionamento dos antigos Patronatos.

A partir dessas transformações, percebemos que os Aprendizados Agrícolas acabam por atender de forma mais satisfatória os projetos de autoridades preocupadas não somente com a disciplina e regeneração de menores desvalidos,

mas também na qualificação e transformação de crianças em futuros trabalhadores ideais. Tendo em mente essas discussões, Nery (2006) enfatiza que “Sobrepunha-se, assim, no Ministério da Agricultura a ideia de que os aprendizados agrícolas pautar-se-iam em uma educação que visasse à formação técnica dos trabalhadores agrícolas” (p. 131), o que denota que esses estabelecimentos poderiam responder de forma mais satisfatória aos anseios dos governantes daquele período. Além dessa mudança em relação ao ensino agrícola, outro elemento que diferencia essas duas instituições é a composição do seu corpo discente, uma vez que:

[...] enquanto os Aprendizados voltavam-se para os filhos de trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários de terra, os Patronatos destinavam-se a menores abandonados, ou com desajustamento social, respondendo assim a um duplo objetivo: o de capacitação profissional e o de regenerador social (NERY, 2009, p. 33).

Apesar dessa alteração com relação ao público que deveria ser atendido pelos Aprendizados Agrícolas, um elemento relevante para este estudo é o fato de que, mesmo com todas essas mudanças e transformações almejadas pelas autoridades responsáveis ensino agrícola do país, essas novas instituições continuaram a exercer, em grande medida, o trabalho que foi desempenhado pelos antigos Patronatos Agrícolas. Mesmo com as mudanças que deveriam ser executadas no funcionamento e configuração desses lugares, a assistência à infância realizada pelos Patronatos e todos os seus atores permanece como um importante trabalho desempenhado pelos Aprendizados. Essa continuidade é evidenciada por Santos (2015) ao analisar a transformação ocorrida no Patronato Agrícola de Bananeiras, de modo que a autora estabelece:

Concluimos que a passagem do Patronato para Aprendizado alterou a organização interna e administrativa da Instituição, no entanto, o regime disciplinador, o perfil de meninos internos como provenientes de famílias pobres, bem como a utilização dos espaços e organização do tempo da Instituição já estavam previamente estruturados dos tempos de patronato agrícola e permaneceram presentes como marca da Instituição (p. 69).

A reflexão desenvolvida pela autora se dá pelo fato de que, na pesquisa empreendida nos arquivos dessa instituição, foram localizados documentos que indicam a permanência de menores desvalidos na composição do quadro de menores internos daquele local. Essa situação é exposta pela pesquisadora ao afirmar que “Encontramos na documentação pesquisada, o envio de pedidos de

internação de menores desvalidos e órfãos por parte de cônegos e outros tutores, sem que fossem necessariamente filhos de agricultores, entre os anos de 1934 e 1935” (SANTOS, 2015, p. 68). Sendo assim, percebemos que, mesmo com as mudanças postas em prática no sentido de orientar essas instituições para uma ênfase na formação agrícola e não mais nos aspectos regenerativos e correccionais, os elementos que caracterizavam os Patronatos Agrícolas como instituições assistenciais destinadas a menores desvalidos continuaram a existir no cotidiano de funcionamento dos Aprendizados Agrícolas.

O Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, criado em 1944, assim como diversos outros estabelecimentos do mesmo tipo localizados em diferentes regiões do país, também vivenciou a transformação do local em um Aprendizado Agrícola. No caso dessa instituição do Vale do Rio dos Sinos, essa mudança em sua estrutura se dá no ano de 1949, somente cinco anos após a inauguração.

Até aqui, nos detivemos na discussão em torno da criação dos Patronatos Agrícolas; do funcionamento de seu sistema de internato, controle e vigilância dos alunos internos; das relações de poder e hierarquia que caracterizavam essas instituições; da composição dos grupos de menores que eram atendidos por esses lugares e do processo de extinção e transformação desses estabelecimentos em Aprendizados Agrícolas. Nos próximos capítulos, nos dedicaremos a discutir a criação do patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, na década de 1940, estabelecendo, sempre que possível, relações com as questões exploradas neste primeiro capítulo. Buscaremos, em especial, analisar o perfil dos meninos atendidos pela instituição durante seu funcionamento como Patronato (1944-1949), dialogando com a historiografia sobre o perfil e os objetivos destas instituições no país. Um dos objetivos deste trabalho será verificar também se, após sua transformação em Aprendizado, em 1949, a instituição sofreu alterações no que se refere ao seu papel assistencial, com uma modificação do perfil dos meninos atendidos, ou se, como apontou a investigação de Santos (2015) sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras, o perfil do público atendido permaneceu o mesmo. Esta discussão ocorrerá no terceiro e último capítulo do trabalho.

CAPÍTULO II – O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1944-1949)

Neste segundo capítulo, analisaremos a criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo e o perfil do público atendido pela instituição. Em um primeiro momento, realizaremos uma breve discussão sobre a história da cidade de São Leopoldo e seu desenvolvimento, buscando, assim, compreender o contexto histórico, político, social e cultura da localidade onde essa instituição foi estabelecida. Além disso, abordaremos a importância da produção agrícola para o desenvolvimento local desde os primórdios da ocupação deste território, destacando, ainda, o período de funcionamento da Real Fitoria do Linho Cãnhamo, local onde, bastante tempo depois, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo foi construído.

Na segunda seção deste capítulo, discutiremos o contexto de criação desse Patronato, evidenciando o cenário político local naquele período, além de observar o papel desempenhado pelo mercado agrícola da cidade naquele momento. Nesse mesmo subcapítulo, será delineado um perfil dos menores internados na instituição e de seus responsáveis, trabalho que foi realizado por meio da análise quantitativa do Livro de Matrícula Escolar do Patronato. Através desse estudo, pretendemos refletir sobre a composição do grupo que foi atendido nos primeiros anos de funcionamento do local (entre 1944 e 1949) e compreender os elementos que os caracterizavam, de modo que essa mesma metodologia também será empregada para analisar o perfil de seus familiares. A análise do perfil dos meninos atendidos pelo patronato, bem como de seus responsáveis, nos permite refletir o papel assistencial do Patronato criado em São Leopoldo, uma vez que, como afirmou Vicente (2010), os patronatos destinavam-se às classes sociais menos abastadas.

Por fim, no último tópico deste capítulo, abordaremos alguns elementos educacionais que estiveram presentes no sistema de funcionamento dos Patronatos Agrícolas. A partir disso, destacaremos a importância que o ensino de práticas agrícolas e a educação por meio do trabalho no campo obtiveram para os objetivos de formação profissional e regeneração social dos menores atendidos nesses estabelecimentos.

2.1. A cidade de São Leopoldo, o local de instalação do Patronato

Antes de abordarmos especificamente a instituição foco deste estudo, se faz necessário debater alguns elementos importantes para a compreensão do cenário local em que esse Patronato Agrícola foi instalado, uma vez que esse estabelecimento é parte da história do município de São Leopoldo. Neste momento da pesquisa, é proposta uma breve retomada da história da cidade e seu desenvolvimento. Ainda que a instituição que constitui o objeto de estudo desta Dissertação tenha sua criação situada na primeira metade do século XX (1944), é importante compreender o passado dessa localidade.

A história de São Leopoldo, em uma abordagem vinculada a uma história oficial, é fortemente atrelada ao contexto da colonização alemã na região, bem como ao desenvolvimento político, econômico e cultural ocorrido em decorrência desse processo. De fato, é possível perceber que a localidade foi uma importante colônia alemã, sendo lembrada pelo seu desenvolvimento e pela influência que exerceu no crescimento econômico da região. A respeito do histórico da cidade, Franciele Rocha de Oliveira (2017) afirma que:

É consenso entre muitos pesquisadores, que a data de chegada da primeira leva de imigrantes alemães a São Leopoldo, tenha sido o dia 25 de julho de 1824. Depois de terem passado pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre, foram instalados na antiga Feitoria desativada, à margem do Rio dos Sinos (p. 114).

A chegada dos imigrantes alemães é comumente celebrada como o ponto de partida da história dessa localidade. Contudo, é importante destacar aspectos relacionados à história de São Leopoldo que antecedem a instalação de uma colônia nessas terras. Oliveira (2017), descrevendo a então Vila de São Leopoldo existente no século XIX, destaca que:

Há pelo menos 30 quilômetros de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro, estava localizada a Vila de São Leopoldo, que, em seu passado, carregava a realidade de ter sido parte de um grande empreendimento imperial, denominado Real Feitoria do Linho Cânhamo. Ao findar da Feitoria, São Leopoldo tornou-se uma colônia de imigração alemã, pela qual se tornou amplamente reconhecida, especialmente pelos discursos e práticas exaltacionistas imigrantistas, que acabaram por formular a concepção de uma colônia que deu certo ou um projeto colonial modelo para o Império (p. 109).

Conforme pode ser observado por meio das palavras da autora, a Colônia de São Leopoldo obteve reconhecimento quanto ao seu desenvolvimento, sendo concebida, inclusive, como um modelo desse tipo de empreendimento. Porém, ao nos debruçarmos sobre a história da localidade, identificamos uma problemática que vêm à tona, referente ao período de funcionamento da Feitoria do Linho Cânhamo, que, muitas vezes, acaba sendo pouco abordado ou analisado de forma superficial. Sobre esta questão, Oliveira (2017) afirma que:

Muitos historiadores trataram a Feitoria apenas como objeto descritivo, como um empreendimento econômico imperial e/ou sob o olhar de um projeto que fracassou, sob mão de obra cativa, exaltando-se, por outro lado, o projeto imigrantista posterior, sob mãos livres alemãs e seus descendentes, porém, o que nem todos os autores mencionam é como a História da Feitoria Linho Cânhamo, no Vale dos Sinos, esteve, intrinsecamente, atrelada à comunidade negra que ali trabalhara (p. 110-111).

De fato, muitas abordagens que se ocupam de evocar a história da cidade acabam por analisar esse projeto apenas em função de seu fracasso, em contraponto ao sucesso que teria sido obtido pela instalação de uma colônia alemã na mesma localidade. A partir do que foi exposto, consideramos que a Real Feitoria do Linho Cânhamo nos proporciona interessantes abordagens e problemáticas em torno de seu funcionamento e dos agentes envolvidos nesse projeto, evidenciado tanto a presença de negros escravizados¹⁸ quanto de portugueses que estiveram nesse território. Sendo assim, é importante sublinhar a existência desse projeto do governo luso:

A Real Feitoria fora um empreendimento, criado pelo Império, para a produção de linho cânhamo, que era a base para fabricação de velas e cordas de navios, sendo que esta produção era, basicamente, movimentada por mãos escravizadas (OLIVEIRA, 2017, p. 110).

É justamente na zona que corresponde ao local onde essa feitoria foi instalada que veríamos os primeiros passos que levariam ao desenvolvimento da

¹⁸ A respeito dessa temática, recomendamos as seguintes leituras: ALVES, Eliége Moura. *Presentes e invisíveis – escravos em terras alemãs (São Leopoldo – 1850-1870)*. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 189-202; MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, *Escolas de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História*, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuista.org.br/handle/UNISINOS/2187> Acesso em: 05 mai. 2021.

atual cidade de São Leopoldo. Contudo, para compreender o funcionamento desse empreendimento e o contexto em que ele foi estabelecido, é necessário visualizar a composição desse local em períodos passados. Estabelecendo essa proposta, Doris Rejane Fernandes (2011) analisa o território de São Leopoldo antes do século XIX, período em que a atual região que corresponde ao estado do Rio Grande do Sul ainda se encontrava sob domínio da Espanha:

Este espaço que hoje denominamos de São Leopoldo era a zona de contato entre o Brasil e a Colônia do Santíssimo Sacramento. A vivência neste espaço construiu uma sociedade militarizada e autônoma em decorrência da distância dos centros de decisão, dos ataques de castelhanos e das necessidades de sobrevivência (p. 31).

Em um contexto marcado fortemente por conflitos e tentativas de ocupação do território do extremo sul do Brasil, a criação das feitorias desempenhou um importante papel nesse cenário. A partir dessa percepção, observa-se que:

Para efetivar a ocupação, a Coroa Portuguesa fundou feitorias criadas para dar apoio com gado, alimentos, fibras para cordas, sacas aos fortes e tropas. Estas feitorias que eram grandes fazendas públicas localizadas nas proximidades de passagens, fortes e/ou povoados. Estes estabelecimentos faziam parte do planejamento estratégico da Coroa Portuguesa para ocupação das terras (FERNANDES, 2011, p. 32).

Como podemos ver, a história de São Leopoldo está inserida em um contexto anterior ao da imigração de comunidades germânicas para o Brasil meridional, remetendo a um cenário de estratégias políticas e econômicas para ocupação de terras disputadas e o desenvolvimento econômico da região. É importante destacar que a Feitoria do Linho Cânhamo foi estabelecida anteriormente, em 1793, em uma região próxima a Pelotas, sendo posteriormente transferida para o atual território de São Leopoldo (FERNANDES, 2011). A própria produção de linho cânhamo se apresenta como parte desse cenário que foi debatido, tendo em vista que “O tráfico de escravos africanos para o Brasil e a pesca da baleia constituíam-se em atividades que exigiam uma forte demanda de embarcações. Em vista disso, a produção do linho cânhamo foi considerada prioritária para a Coroa portuguesa” (ALVES, 2011, p. 192). Desta maneira, a produção gerada no território da Feitoria já insere o desenvolvimento da localidade no contexto das atividades econômicas que estão atreladas à própria história brasileira.

Ainda com o intuito de refletir sobre a importância do período de funcionamento da Real Feitoria do Linho Cânhamo, podemos identificar a influência desse projeto nos rumos da futura Colônia de São Leopoldo. Pensando a respeito dessa questão, Fernandes (2011) atesta a relevância desse período anterior à instalação de uma colônia na localidade: “Um dos fatores para o desenvolvimento de São Leopoldo foi exatamente a existência de uma estrutura inicial que permitiu o desenvolvimento satisfatório da colonização” (p. 36). A partir dessa proposta, se percebe que essa estrutura foi fundamental para que a colônia, que seria desenvolvida na localidade, pudesse prosperar, consistindo em mais um elemento que deve ser considerado para compreender o crescimento econômico, político e cultural identificado na região, tendo em vista que:

Consideramos decisiva a instalação da colônia de São Leopoldo na Feitoria do Linho Cânhamo, tanto pelo espaço instalado quanto pela possibilidade de haver mão de obra de reserva e apoio vindos da Aldeia dos Anjos, bem como pela proximidade com Porto Alegre (FERNANDES, 2011, p. 36).

É importante destacar que o prédio que sediou a Feitoria do Linho Cânhamo é, atualmente, um valioso patrimônio histórico do município, tendo sido transformado em um museu no ano de 1984 e denominado de Casa do Imigrante, também chamado de Casa da Feitoria. Após a desativação do projeto português, esse mesmo local serviu de abrigo para os primeiros imigrantes alemães que chegaram à localidade, fato que é apontado por Oliveira (2017) ao ressaltar que “Os anos que se seguiram, viram, portanto, a concretização do projeto imigrantista no local, aonde os primeiros alemães que chegaram, se estabeleceram, justamente, na casa grande da anterior Feitoria, hoje local restaurado como ‘Casa do Imigrante’” (p. 112). Cabe ressaltar, no contexto deste trabalho, que o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo foi instalado justamente no bairro Feitoria, mais especificamente no local conhecido como Feitoria Velha. Além disso, o prédio da antiga Casa da Feitoria¹⁹ está localizado em um terreno ao lado de uma das propriedades desse antigo Patronato, onde fica localizado o prédio do internato da instituição, que, ainda hoje, é

¹⁹ Infelizmente, no ano de 2019, uma parte da estrutura da Casa da Feitoria desmoronou, após anos enfrentando problemas em sua infraestrutura. Até o momento da escrita desta Dissertação, o museu segue na mesma situação. Para obter maiores informações sobre esse fato, indicamos a leitura da seguinte reportagem: Casa do Imigrante desaba em São Leopoldo. **GZH**, Porto Alegre, 05 de mar. de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/03/casa-do-imigrante-desaba-em-sao-leopoldo-cjsw0lczq00go01qk7eh0m6kt.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

utilizado como moradia pelos alunos internos²⁰ do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo. Vamos retomar a análise sobre a história de São Leopoldo. Após a desinstalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo e a chegada da primeira leva de imigrantes oriundos da atual Alemanha, podemos identificar uma extensão da ocupação da região através das políticas de imigração e instalação de colônias de comunidades europeias no Brasil durante o século XIX. Sobre a instalação da Colônia de São Leopoldo, Oliveira (2017) estabelece que:

Neste sentido, a primeira fase da imigração no Rio Grande do Sul é iniciada em 1824, com a criação da Colônia de São Leopoldo e mais tarde, em 1826, com as Colônias de Três Forquilhas e Torres, todas colônias alemãs, com uma política de amparo do Império, baseada nos moldes da Colônia Nova Friburgo, que envolveu auxílios nacionais para transporte, estadia, doação de terras, sementes e animais para a instalação dessas pessoas em solo brasileiro (p. 115).

A instalação dessa Colônia no território onde hoje se localiza a cidade de São Leopoldo está intimamente relacionada às políticas de imigração desenvolvidas no Brasil no século XIX. A consolidação dessa política, que culminou no fluxo migratório de populações da Europa para o Brasil²¹, é analisado por Eliane Cristina Deckmann Fleck (2011):

Ao processo imigrantista característico da primeira metade do século XIX – orientado para o povoamento de regiões de economia periférica, para a pequena propriedade e a policultura – , se somará, portanto, outro – de natureza distinta – e que se insere na conjuntura da Lei de terras e da Lei de supressão do tráfico negreiro – ambas de 1850 – e de transição do trabalho escravo para o assalariado, sobretudo, nos grandes centros de produção econômica – especialmente, dos ligados ao setor da monocultura voltada à exportação (p. 21).

É justamente nesse processo de importação de trabalhadores e estabelecimento de colônias que a primeira leva de imigrantes germânicos foi instalada na região do Vale do Sinos em 1824. Além dos elementos relacionados à economia, trabalho e agricultura, a política de imigração do século XIX revela outro aspecto almejado pelos governos do período: o branqueamento da população. A

²⁰ Atualmente, a escola possui alguns alunos que estudam na instituição sob o regime de internato, que se dá pelo fato de eles serem provenientes de cidades distantes de São Leopoldo.

²¹ Sobre o processo de imigração de grupos da Alemanha para o Brasil, recomendamos a leitura do trabalho de WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2546>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

relação desse elemento com o incentivo à imigração de populações vindas da Europa é abordada por Fernandes (2011):

A presença de indivíduos brancos num país de população negra e escrava complementava o projeto de branqueamento da população diante “da onda negra e o medo branco”. Era necessário branquear a população brasileira, considerada uma forma de qualificação da produção (p. 35).

A partir dessa prática, se buscava transformar a população brasileira, uma vez que as teorias raciais que ganhavam força no século XIX defendiam essa tentativa de branqueamento do povo brasileiro²². Assim como foi abordado no Capítulo 1, esse período foi marcado pela influência da eugenia e por projetos de higienização no país, de modo que as políticas de imigração que visavam trazer indivíduos brancos e europeus para compor a população das cidades também fazem parte desse cenário.

Conforme foi abordado anteriormente, a Colônia de São Leopoldo foi conhecida por ter tido um importante crescimento econômico e pela sua influência no desenvolvimento da região, aspecto que é sempre destacado na memória construída sobre a localidade. Esse processo de desenvolvimento é enfocado por Oliveira (2017), ao afirmar que:

Apesar das dificuldades, certamente, encontradas por tais imigrantes no novo local de estabelecimento, - relativizando, porém que muitas destas dificuldades também foram, sem dúvidas, enfrentadas por uma grande parte da população empobrecida e marginalizada nacional – a Colônia, ao longo do século XIX, alcançara grande crescimento econômico, levando-se em conta aqui, por exemplo, fatores vinculados aos apoios governamentais que tiveram, bem como a localização estabelecida, que facilitava o escoamento produtivo e o comércio com a capital (p. 116).

Tomando como base essas informações oferecidas pela autora, podemos buscar compreender esse “sucesso” obtido pela Colônia de São Leopoldo. Conforme foi apontado, existem muitos elementos que podem ter influenciado no desenvolvimento da comunidade, em especial o apoio de políticas do governo e as relações comerciais estabelecidas, tendo em vista a produção agrícola gerada nessas terras. A partir desse contexto, e como consequência desse

²² A respeito disso, indicamos a leitura de SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 e de SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

desenvolvimento, a Colônia passou por importantes mudanças, que trouxeram maior prosperidade, autonomia e modernidade para o local. Desse modo:

Também, em função deste crescimento econômico e expansão, em 1846, vê-se a Colônia de São Leopoldo elevar-se à Vila, desvinculando-se, portanto, de Porto Alegre, o que implicaria, entre outras coisas, na constituição de uma Câmara de Vereadores, no direito de cobrança de impostos próprios e na elaboração de Códigos de Posturas locais (OLIVEIRA, 2017, p. 116-117).

A Colônia de São Leopoldo aparece no cenário econômico do Rio Grande do Sul por conta de sua importante produção agrícola e das relações comerciais estabelecidas com Porto Alegre, de modo que “A produção de São Leopoldo abastece a capital da província, abastece o mercado interno, de subsistência e exporta para outras regiões brasileiras” (FERNANDES, 2011, p. 37). A partir do crescimento econômico obtido por meio dessa estrutura de comercialização de diversos produtos agrícolas, a Colônia de São Leopoldo estabeleceu seu crescimento através de suas atividades econômicas e de sua localização privilegiada, o que possibilitou que a Colônia se tornasse uma Vila (1846-1864) e, posteriormente, uma cidade (1864)²³. Através de sua importância no cenário econômico regional, a localidade de São Leopoldo obtém seu desenvolvimento, expresso também no crescimento do local e no processo de urbanização. Esse processo é contemplado por Martin N. Dreher (2011), que nos informa que

No núcleo urbano em que estava instalada a administração da Colônia Alemã de São Leopoldo, a atual cidade de São Leopoldo, foram surgindo casas comerciais, hotéis, prédios da administração que só puderam prosperar graças aos excedentes gerados pela produção das picadas (p. 49).

O reconhecimento alcançado pela região pode ter contribuído, em grande parte, para que São Leopoldo sediasse a primeira estação ferroviária do Rio Grande do Sul, com a instalação da estrada de ferro da *Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway Company Limited* no ano de 1874, uma companhia britânica dirigida pelo escocês John Mac Ginity. A importância dessa estrada de ferro para o desenvolvimento da cidade é analisada por Oliveira (2017), que afirma que “a construção da ferrovia torna-se um importante elemento aos estudos, já que a

²³ FERNANDES, Doris Rejane. Pelos caminhos da Rua Grande: da Colônia à Cidade. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 31-42. p. 37.

mesma ligava São Leopoldo a Porto Alegre, afetando, inclusive, os hábitos daquela população” (p. 118). Pode ser identificado, a partir da instalação dessa linha férrea, um importante processo de mudanças, tanto no que se refere a aspectos econômicos e comerciais quanto a questões culturais e sociais²⁴.

A consolidação da República no Brasil encaminhou, como já indicamos no primeiro capítulo, projetos de modernização para a nação brasileira, objetivando, por exemplo, a higienização das cidades e da população e a busca por tornar o Brasil um país moderno e “civilizado”. Os reflexos desse cenário podem ser identificados na localidade de São Leopoldo, com uma série de mudanças e investimentos na cidade. Esse processo é analisado por Fernandes (2011), que nos informa o seguinte:

Os setores em que houve investimento foram o saneamento, a energia e o transporte de São Leopoldo. Para melhorar o saneamento, investiram no abastecimento de água. A eletrificação no município foi reforçada com a produção hidrelétrica construindo as usinas elétricas da Queda da Tóca, no rio Santa Maria e na Picada 48. O projeto de modernização contemplou os transportes com o avanço na construção da estrada férrea até Taquara/Canela, melhorando a circulação de pessoas e da produção do extremo leste do município (p. 38).

A partir dessas transformações, vemos a modernidade chegar às terras leopoldenses. Além da expansão dos serviços ferroviários, com a ampliação da estrada de ferro, que na década de 1920 chegaria até a serra gaúcha (FERNANDES, 2011), é interessante ressaltar os investimentos em um sistema de abastecimento de água e saneamento básico para a cidade. Esse investimento em tecnologias que tornariam possível utilizar as águas do Rio dos Sinos para o consumo da população é destacado por Marluza Marques Harres e Fabiano Quadros Ruckert (2011) como fundamental para o desenvolvimento da cidade, visto que:

As fontes documentais evidenciam que a Hidráulica Municipal surgiu como uma grande obra e que foi gradualmente sendo ampliada e adaptada para

²⁴ No prédio da antiga estação ferroviária da cidade foi criado o Museu do Trem de São Leopoldo, outro importante patrimônio histórico do município. Para obter maiores informações a respeito dessa instituição, recomendamos a seguinte referência: LEWINSKI, Cinara Isolde Koch. **Um lugar de memória da estrada de ferro**: o centro de preservação da história ferroviária do Rio Grande do Sul – 1980/1990. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo/RS, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6836> Acesso em: 03 mar. 2021.

atender a crescente demanda do município por água potável. Elas também registraram a importância desse serviço no conjunto das receitas da cidade e indicam que expansão da rede de fornecimento de água foi feita de forma lenta e gradual (p. 59).

A construção dessa Hidráulica Municipal concedeu à cidade uma importante projeção no cenário de desenvolvimento e modernização que ocorria na região naquele período. A respeito desse empreendimento, René E. Gertz (2011) evidencia que:

A hidráulica foi considerada, na época, uma obra de grande importância para a saúde pública, mas também despertou atenção pelo esforço administrativo que sua construção exigiu e pela qualidade técnica, de forma que professores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre a visitavam com seus alunos (p. 93-94).

Além da construção da hidráulica e do sistema de abastecimento de água, a instalação de usinas hidroelétricas também é um importante elemento para o desenvolvimento local, uma vez que São Leopoldo “foi município líder na produção de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul” (DREHER, 2011, p. 50). A partir dessa realidade de transformações e desenvolvimento, a cidade de São Leopoldo chega ao século XX apresentando o seguinte cenário:

Em 1900, o município chega a 28.812 habitantes. Dez anos mais tarde, em 1910 já são 33.512 e, em 1920, serão 39.585. Seus distritos são: São Leopoldo; Novo Hamburgo; Bom Jardim; Dois Irmãos; Sapiranga; Lomba Grande; Sapucaia; Boa Vista. No mesmo ano de 1920, o município tem 180 estabelecimentos industriais maiores, com 2.110 operários (DREHER, 2011, p. 50).

Analisando o desenvolvimento de São Leopoldo durante o século passado, identificamos uma continuidade na produção agrícola da cidade, além do estabelecimento de indústrias e do investimento nas práticas de reflorestamento e comercialização de madeira. Para compreender esse mercado que foi aqui estabelecido, fazemos uso das contribuições de Fernandes (2011), que nos apresenta o seguinte panorama:

Ao chegar a década de vinte do século XX, São Leopoldo apresenta uma produção diversificada, embasada na ideia de trabalho do colono alemão. No ano de 1923, São Leopoldo registra a produção de milho, feijão, arroz, trigo, centeio, batata, aipim, mandioca, cana-de-açúcar, frutas; o reflorestamento é outra ponta da produção, pois a lenha era uma forma de produção de energia e combustível: há cultivo de acácia negra e eucalipto (p. 38-39).

Como é possível perceber, a plantação e comercialização de diversos produtos agrícolas continuaram sendo importantes para a economia local durante as primeiras décadas do século XX, apesar de algumas mudanças significativas no cenário rural da cidade. Esse elemento é destacado por Dreher (2011), ao afirmar que:

Paulatinamente, tradicionais áreas agrícolas como a Feitoria, por exemplo, deixaram de existir. Muitos migrantes foram aí instalados. Em outras áreas de agricultura como a Fazenda São Borja foram instaladas indústrias, cujo capital era de procedência nacional ou multinacional (p. 52).

Mesmo com essas transformações apontadas pelo autor, no sentido de uma industrialização da cidade e da transição de regiões agrícolas para áreas urbanizadas, a região do bairro Feitoria ainda permaneceria, durante boa parte do século XX, como uma área rural, afastada do centro da cidade, sem as feições de uma zona urbana. Além disso, a produção agrícola da cidade continuou sendo um importante elemento da base da economia local. Esta discussão sobre São Leopoldo durante a primeira metade do século XX pode nos auxiliar a compreender, ao menos em parte, a necessidade da instalação de um Patronato Agrícola na região. Refletindo sobre esse cenário, podemos pensar que a importância que o mercado agrícola desempenhou no cenário local pode ter influenciado no interesse de formar trabalhadores para esse setor, uma vez que a agricultura ainda era uma base fundamental para o desenvolvimento da cidade²⁵.

Embora este trabalho não tenha como objetivo se empenhar em uma análise mais aprofundada da história da cidade de São Leopoldo, é importante contextualizar os antecedentes do local onde foi construída a instituição que é o objeto deste estudo. Além disso, apontar os debates em torno da invisibilidade de determinados grupos e sujeitos na construção da história da cidade vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa, uma vez que os indivíduos que serão analisados neste estudo são crianças e jovens pobres, órfãos e abandonados, personagens que, até

²⁵ Martin N. Dreher (2011) atesta que na década de 1940, período de criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, a produção agrícola da cidade se caracterizava por uma diversidade de gêneros alimentícios, além da prática de reflorestamento e comercialização de lenha. Maiores informações sobre esse cenário podem ser identificadas em: DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 43-54.

algumas décadas, não eram alvo de estudos na historiografia brasileira e, possivelmente, não seriam lembrados na seleção de uma história oficial.

2.2. A criação do Patronato Agrícola e a infância assistida

Após debater a assistência à infância no século XX, a criação e instalação dos Patronatos Agrícolas no Brasil e alguns elementos relacionados à história da cidade de São Leopoldo, analisaremos a criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, objeto deste trabalho. Antes mesmo da instalação do Patronato, em 1944, já havia um cenário marcado por medidas e preocupações em torno da infância no Rio Grande do Sul. Refletindo a respeito disso, é possível identificar propostas que remetem ainda ao final do século XIX e início do século XX, panorama que é abordado por Eliane Cristina Deckmann Fleck (2020):

No caso do Rio Grande do Sul, os relatórios da Secretaria do Interior e do Exterior das décadas finais do século XIX e das primeiras do século XX parecem comprovar a preocupação dos governantes com os efeitos da falta de saneamento sobre adolescentes perambulando pelas ruas da cidade de Porto Alegre e, especialmente, com a necessidade de assegurar ou incrementar a instrução das famílias gaúchas com vistas à adoção de preceitos de “boa higiene” (p. 417).

A percepção dessa realidade, de menores que andavam pelas ruas da capital gaúcha, identificados como possíveis problemas para as autoridades, é evidenciada na “figura de crianças que perambulavam pelas ruas de Porto Alegre, apenas brincando, ou esmolando e cometendo pequenos delitos” (FLECK, 2020, p. 68). A presença desses indivíduos, e a necessidade de estabelecer alguma forma de controle sobre eles, nos leva a instalação de instituições para onde esses menores seriam encaminhados, como é o caso da Casa de Correção de Porto Alegre, destino de crianças consideradas infratoras de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. O estabelecimento que é descrito por Korndörfer (2016):

O destino dos menores infratores gaúchos era a Casa de Correção de Porto Alegre, prédio construído à beira do Guaíba entre 1852 e 1855, e cujas instalações eram precárias e insuficientes para abrigar os criminosos a ela destinados (p. 131-132).

É possível estabelecer, assim, que já existiam instituições encarregadas da função de internamento de menores, que, no caso da Casa de Correção, era

destinada aqueles que haviam cometido algum delito. Ainda no contexto da cidade de Porto Alegre, e também no período que remete ao século XIX, temos a atuação do Arsenal de Guerra, outra instituição destinada a menores pobres e desvalidos. O contexto de funcionamento desse local é estabelecido por Maicon Lopes dos Santos (2018):

O Arsenal de Guerra de Porto Alegre, como instituição militar, foi criado por ordem do governo Imperial pela lei de 21 de Fevereiro de 1832, onde implantou regulamentos administrativos para os Arsenais da Corte, no Rio de Janeiro, no Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Dentro deste regulamento estavam as condições sociais básicas para a admissão de menores na condição de aprendizes, determinando o número de meninos, e os segmentos de cada um pertencentes às camadas mais carentes da população: os filhos de pais pobres, indígenas e os órfãos indigentes e expostos (p. 20).

Por meio da existência das instituições mencionadas, percebemos que já havia, no estado, estabelecimentos de internamento para menores. Além disso, é interessante perceber como o trabalho realizado junto aos menores por essas instituições era visto pela sociedade, inclusive em outras regiões do Estado. A respeito disso, Jeane dos Santos Caldeira (2014), ao analisar a situação da infância na cidade de Pelotas/RS, afirma que:

Muitas mães, com medo que seus filhos sofressem a repressão disciplinadora, encaminhavam estes, meninos e adolescentes, às escolas ou empregos para não serem recolhidos pela polícia que os enviavam para a escola Aprendizes de Marinheiros, que parecia mais uma instituição correcional do que educacional, na cidade de Rio Grande ou para o Arsenal de Guerra em Porto Alegre (p. 108).

Além de medidas relativas aos menores infratores e à necessidade de encaminhar menores órfãos, pobres e desvalidos para instituições de internato, sempre embasadas pela ideia de utilidade social desses indivíduos para a nação, havia ainda uma preocupação com relação à saúde das crianças e com doenças que acometiam crianças no estado, de modo que:

[...] a mortalidade infantil representava o choque entre a prática da “compra de braços” e a morte dos “futuros homens do Brasil”, que transformariam o Rio Grande do Sul e o país e que levariam o Brasil ao progresso. As doenças e a mortalidade representavam prejuízos econômicos, visto que a criança seria, amanhã, o trabalhador, o produtor e, também, o consumidor (KORNDÖRFER, 2016, p. 98).

Os índices de mortalidade infantil, nas primeiras décadas do século XX, eram bastante elevados.²⁶ Assim, nos deparamos com um cenário onde existia, ao mesmo tempo, a presença de instituições destinadas a menores desvalidos e delinquentes e havia medidas que visavam a saúde e higienização da infância, que ocorriam, inclusive, dentro do universo escolar, visto que “em fins do século XIX e início do XX, a insalubridade e a inadequação do espaço escolar [eram relacionadas] com a possibilidade de problemas de saúde para a população escolar” (KORNDÖRFER, 2016, p. 155). Ainda no que se refere ao espaço escolar, Maria Stephanou (1999) analisa a atuação do serviço de inspeção nas escolas nas primeiras décadas do século XX:

Somente uma inspeção de higiene escolar sistemática procederia a uma adequada classificação dos escolares, a fim de evitar que os desequilibrados, os anormais, os portadores de moléstias adquiridas ou hereditárias se encontrassem em pernicioso promiscuidade com os normais e submetidos aos mesmos processos de ensino (p. 193).

A partir da exposição da autora, percebemos uma forte preocupação no sentido de separar as crianças e jovens que sofressem de alguma doença ou “moléstia”, o que reforça os ideais de formação de trabalhadores saudáveis que pudessem servir à nação. Cabia aos médicos atuarem sobre as crianças identificadas como portadoras de problemas de saúde, trabalho que poderia ser realizado por meio da inspeção escolar, tendo em vista que ela “cumpria o papel de surpreender desvios e estados mórbidos a tempo de serem tratados e curados” (STEPHANOU, 1999, p. 192).

Adentrando o século XX no Rio Grande do Sul, mais especificamente o período do regime do Estado Novo (1937-1945)²⁷, Frederico Brittes Nordin Garcia (2009) nos

²⁶ Korndörfer (2016) destaca que “Em nível nacional, os índices da mortalidade infantil preocupavam, enormemente, médicos, governantes e defensores da infância. Os médicos procuravam apontar as causas da mortalidade infantil, destacando a hereditariedade, a ignorância e a pobreza como sendo as causas gerais. Relacionadas à hereditariedade estavam a sífilis e o alcoolismo. A ignorância se manifestava, como já mencionamos, nos cuidados inadequados das mães para com seus filhos. Dentre as causas mais específicas da mortalidade infantil, os médicos destacavam, entre outras, os transtornos digestivos, os distúrbios respiratórios e as causas natais e pré-natais” (p. 97).

²⁷ A respeito das preocupações direcionadas à saúde das crianças durante o Estado Novo, Fábio Roberto Wilke (2017) informa que “ações ligadas às mulheres e as crianças, visando a melhoria de práticas de saúde e higiene, como os postos de puericultura, estiveram presentes. Não ao acaso, durante as décadas de 30 e 40, foram criados órgãos com o intuito específico de amparo, como o Departamento Nacional da Criança, em 1940, e o Conselho Nacional de Puericultura, em 1938” (p. 33). Mais informações sobre essa questão podem ser identificadas em: WILKE, Fábio Roberto. O mito da União Nacional: a Construção das “Famílias Brasileiras” na Ditadura do Estado Novo. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017, p. 28-46. Disponível em:

fornece algumas considerações a respeito do panorama da infância e medidas de higienização, por meio de uma análise da atuação das Colônias de Férias²⁸, instituições que atuaram entre 1938 e 1945 (GARCIA, 2009). A respeito do trabalho desenvolvido nesses locais, o autor estabelece que:

Com ênfase nas atividades que visavam à formação física e mental, as Colônias de Férias foram instituições que, por meio de um programa de atividades, muitas das quais com um caráter aparentemente recreativo, investiram na tentativa de atingir seus participantes de maneira efetiva, já que os mesmos se davam durante um curto período, 15 dias, sendo que, na maioria dos casos observados, aqueles que as frequentavam eram “bombardeados” com uma série de informações e ações recheadas de todo o conteúdo ideológico característico do regime (GARCIA, 2009, p. 93).

É possível observar, assim, que no século XX, em um período próximo ao da criação do Patronato Agrícola de São Leopoldo, existiam instituições vinculadas às preocupações em torno da infância e da formação de crianças como futuros trabalhadores e cidadãos, atravessadas pelos discursos higienistas e de utilidade social, como é o caso das colônias de férias mencionadas. De acordo com Garcia (2009), “Fortalecer a raça, regenerar corpos e mentes, prepará-los para o ano letivo vindouro, esse era o principal ponto a ser buscado com as Colônias de Férias” (p. 104). Ainda nesse mesmo período, na década de 1930, Ana Paula Zanella (2020) identifica a criação um órgão responsável pelos processos envolvendo a menoridade, o Juizado de Menores:

Dentre as várias medidas previstas no Código de 1927 destaca-se a criação de um órgão especialmente voltado para o julgamento dos casos envolvendo menores: o Juizado de Menores. Apesar da obrigatoriedade da instalação de um Juizado de Menores em cada estado, não era claro quanto tempo cada um tinha para instalá-lo, tanto que o Rio Grande do Sul só criou o seu em 1933, ao contrário de outros entes da federação (p. 235).

A existência desse órgão possui importância para a própria história da instituição que estamos analisando, uma vez que, no período em que o local atuou como um Aprendizado Agrícola (1949-1950), foram localizados ofícios e relatórios

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/27448>. Acesso em: 26 mar. 2021.

²⁸ Sobre a organização dessas Colônias, Garcia (2009) estabelece que “Inicialmente, as Colônias de Férias gaúchas estiveram sob a supervisão direta da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Entretanto, no ano de 1941, ocorreu a criação do Departamento Estadual de Educação Física, logo as Colônias passaram à responsabilidade da Divisão Técnica do referido departamento, que, além das Colônias de Férias, foi responsável por orientar e fiscalizar a prática da educação física, bem como os serviços de recreação escolar” (p. 100).

sociais que mencionam o Juizado de Menores, denotando que essa entidade possuía alguma influência no processo de encaminhamento de menores para o local. Entretanto, não localizamos outras informações ou fontes que nos possibilitassem analisar essa relação de maneira aprofundada.

Embora não tenham sido localizadas referências que versam sobre a situação da infância em São Leopoldo, especificamente, é interessante estabelecer que já existia um cenário de projetos, instituições e debates em torno da assistência à infância em outras regiões do Estado (em especial em Porto Alegre) que pode ter, de alguma forma, exercido influência no projeto de instalação de uma instituição de internato para menores pobres, órfãos e desvalidos em São Leopoldo. A partir disso, podemos, então, nos ocupar de analisar as questões que envolvem esse estabelecimento.

O Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo teve seu início em 1944, ano em que é promulgado o decreto de sua criação. Esse evento ocorre durante a gestão do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca²⁹, uma figura bastante lembrada no que se refere ao cenário político de São Leopoldo. A criação do Patronato é abordada no livro “68 anos Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo”, no qual seus autores contextualizam esse fato, estabelecendo que:

Com a publicação do Decreto nº 41/1944, ele cria o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, publicado no dia 1º de agosto de 1944. A necessidade de construir um local para abrigar menores de rua e evitar situações de risco social levou o prefeito Municipal de São Leopoldo, Coronel Theodomiro Porto da Fonseca a construir um Patronato com esta finalidade (TREMARIN et. al, 2012, p. 31).

Como já sabemos até aqui, os Patronatos Agrícolas foram criados no Brasil em 1918, tendo por objetivo formar uma rede de assistência à infância desvalida. Tendo em vista que diversos estados sediaram esses estabelecimentos, podemos considerar que a ideia de criar tal rede atingiu, ao menos em parte, o seu objetivo. Um elemento que cabe ser ressaltado é o fato de que o Patronato de São Leopoldo foi construído em um período posterior, se comparado à instalação de outros

²⁹ A respeito da trajetória política do prefeito, Rodrigo Luis dos Santos (2018) atesta que “Theodomiro Porto da Fonseca exerceu seu mandato até 1944, atravessando diferentes momentos políticos nacionais, como o Governo Provisório de Vargas e o Estado Novo. Foi um dos fundadores e líderes estaduais do Partido Social Democrático (PSD), em 1945. No ano seguinte, fez parte da Assembleia Nacional Constituinte como deputado federal, cargo que ocupou até 1951. Afastou-se dos cargos públicos, mas continuou exercendo sua participação política e social até 1965, quando faleceu no dia 24 de março” (p. 125).

empreendimentos de mesmo tipo. No ano de publicação do decreto de sua criação, muitos Patronatos Agrícolas já haviam sido fechados ou passado pelo processo de transformação em Aprendizados Agrícolas. Apesar disso, vemos a criação de uma dessas instituições em território leopoldense. Destacamos, também, que, segundo Tremarin et al (2012), o objetivo do local seria “abrigar menores de rua e evitar situações de risco social”.

Figura 1 - Prédio escolar e alunos internos da instituição



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Disponível em:

<http://www.ceepr.com.br/historia> Acesso em: 11 ago. 2020.

É possível identificar, nos estudos de Rodrigo Luis dos Santos (2015) sobre a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres³⁰ em São Leopoldo, durante o

³⁰ A respeito do contexto de criação e atuação dessa entidade, Rodrigo Luis dos Santos (2018) estabelece que “O núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul teve sua fundação em 1936. A articulação para a criação da representação sul-rio-grandense da entidade foi conduzida por Carlos de Souza Moraes, que ocupara o cargo de presidente do núcleo após sua fundação. Uma das preocupações principais desta sociedade, tanto em nível regional quanto nacional, era focada na educação” (p. 176). Segundo Marcos Napolitano, Alberto Torres foi um dos

período do Estado Novo (1937-1945), alguns antecedentes que podem ter exercido influência no projeto de construção desse Patronato Agrícola. A respeito da questão, o autor estabelece o seguinte:

Desde 1939, existiam tratativas para a criação de uma escola agrícola em São Leopoldo, escola essa que deveria fornecer uma educação mais segmentada aos meninos, visando à formação de cidadãos patriotas, preocupados com os rumos da Nação brasileira, protetores da natureza e capazes de ajudar no desenvolvimento da agricultura nacional (SANTOS, 2015, p. 228).

Essa ideia de investir em uma formação agrícola e na construção de cidadãos que tivessem conhecimentos e experiência no trabalho com a terra era parte dos objetivos pregados pela referida Sociedade, de modo que “O processo educacional, dentro das perspectivas elaboradas pela Saat, deveria ser de cunho nacionalista, com ênfase em imbricar as relações do cidadão com a terra” (SANTOS, 2015, p. 219). É possível perceber, então, que já existia algum tipo de preocupação em estabelecer uma instituição de ensino voltada à formação de trabalhadores agrícolas, ou que, pelo menos, possuíssem conhecimentos sobre práticas agrícolas. Além disso, Santos (2018) evidencia as medidas tomadas em prol da concretização do projeto de construção do Patronato, alegando que “Em 1943, o projeto começa a ganhar forma, com a aquisição de uma grande área de terras por parte da municipalidade leopoldense e o início imediato da obra de construção do prédio” (p. 175). De fato, podemos observar que a obra ocorreu de forma rápida, uma vez que, no ano seguinte, já foi realizada a inauguração do prédio da instituição. São indicadas, ainda, considerações quanto ao local onde o Patronato foi instalado:

A escolha do local não foi algo aleatório, mas dotada também de uma intencionalidade pedagógica, no sentido de enfatizar a questão da presença alemã e da necessidade de que esse grupo se integre permanentemente a sociedade brasileira (SANTOS, 2018, p. 185).³¹

intelectuais precursores de um projeto autoritário nacionalista que ficaria mais patente ao longo dos anos 1920 e 1930. Ainda de acordo com Napolitano, para Torres, a principal raiz dos males brasileiros estaria na “[...] falta de um poder central forte e interventor, organizador das forças sociais, seja de elite ou popular [...]” (NAPOLITANO, 2016, p. 58). A obra de Alberto Torres teve impacto no Exército brasileiro.

³¹ É possível relacionar esse fato ao contexto de políticas de nacionalização do período do Estado Novo, em especial ao elemento de nacionalização do ensino. Discorrendo sobre o caso de São Leopoldo, Ariane dos Reis Duarte (2014) descreve a seguinte realidade: “Sendo São Leopoldo uma cidade de imigrantes alemães, as medidas afetaram diretamente o município e seus distritos. Em discurso reproduzido nas páginas do jornal [Correio de São Leopoldo], em novembro de 1938, Coelho de Sousa, Secretário da Educação de São Leopoldo, ressalta a urgência de levar a alfabetização às

Para analisar o contexto em que essa instituição surge no território pertencente a São Leopoldo, é importante entender, mesmo que brevemente, o cenário da produção e comercialização agrícola da cidade no período em que o Patronato atuou na região. Para tal, recorremos ao panorama elaborado por Martin Dreher (2011): “Em 1946, o município de São Leopoldo, segundo dados publicados pela administração municipal, era, ainda, considerável produtor agrícola, produzindo milho, feijão, arroz, trigo, centeio, batata, aipim, mandioca, cana-de-açúcar, frutas” (p. 43). Podemos perceber que, de fato, em meados da década de 1940, o mercado agrícola ainda possuía grande importância para São Leopoldo. Observando a composição dos produtos que eram cultivados nas plantações locais, nos deparamos com uma notável variedade de gêneros alimentícios, o que denota a existência de uma tecnologia e de conhecimentos que possibilitavam o cultivo desses produtos diversificados.

Além da destacada produção de alimentos, a cidade contava também com um importante setor de trabalho florestal, uma vez que, por meio dessa atividade, o município “plantava extensas áreas de matas de eucalipto e de acácia negra, e, em escala menor, amoreiras e tungue” (DREHER, 2011, p. 43). Fica evidenciado, desta maneira, o mercado de comercialização de madeira e lenha existente na cidade. Apesar da ainda relevante presença da produção agrícola em São Leopoldo, juntamente com o referido comércio de madeira, nesse momento, a industrialização já havia se instalado nas terras leopoldenses e alcançado reconhecimento, tendo, como consequência, um cenário onde “Muito mais considerável era, porém, a produção originária dos cerca de 500 estabelecimentos existentes no Município que faziam dele o segundo parque industrial do Estado do Rio Grande do Sul, logo após Porto Alegre” (DREHER, 2011, p. 43). Sendo assim, entendemos que o Patronato Agrícola instalado na Feitoria Velha surge em um momento em que o tradicional setor agrícola da cidade, que foi um dos elementos chave para o crescimento político, cultural e econômico da localidade, ainda possuía um papel de destaque no panorama municipal, mas já coexistia com um relevante setor industrial que ganhava cada vez mais força, se constituindo como outra atividade fundamental para a economia leopoldense.

zonas rurais para que os colonos descendentes de imigrantes aprendam a ler, escrever e falar em português” (p. 93).

Uma vez que o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo é inaugurado durante a gestão do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, é importante analisar, ainda que de forma breve, a atuação desse indivíduo no cenário político da cidade. Em seu artigo sobre a nacionalização do ensino nas páginas do periódico *Correio de São Leopoldo*, Ariane dos Reis Duarte (2014) descreve a relação desse jornal com o político em questão, destacando que:

A folha apoiava incessantemente Theodomiro Porto da Fonseca, que ficou à frente da Prefeitura de São Leopoldo por mais de quinze anos. Theodomiro era aliado político de Getúlio Vargas, portanto o jornal apoiava e exaltava também a figura do presidente (p. 89).

De acordo com a autora, havia uma grande proximidade do prefeito da cidade com as políticas e o governo de Getúlio Vargas, uma relação sobre a qual podemos trazer algumas considerações ao pensarmos sobre o cenário educacional local. Ao discorrer sobre a educação no período em que Vargas presidiu o país, Isabel Cristina Arendt (2011) relata:

Na Era Vargas (1930 a 1945), a educação no Brasil passa a ser utilizada, de forma mais veemente, como um dos veículos para moldar uma identidade nacional coletiva bem como para enfrentar questões relacionadas à integração dos imigrantes estrangeiros na sociedade brasileira (p. 108).

A partir dessa questão, consideramos necessário ponderar que havia um contexto de formação de uma identidade nacional propagada pelos discursos que caracterizam o governo Vargas. A respeito dos aspectos que definem esse governo, Gabrielle Werenicz Alves (2011) sublinha que “A Revolução de 1930 e o sistema político implantado ao longo da década de trinta trouxe a centralização do Estado e das políticas públicas” (p. 129). A centralização do poder mencionada pela autora é um dos pontos fundamentais da política varguista. Outros aspectos desse período são analisados por Duarte (2014), que destaca o seguinte:

Entre os anos de 1937 e 1945, Getúlio Vargas comandou o país sob um regime inspirado nos governos fascistas europeus. O Estado Novo diminuiu a autonomia dos Estados, fortaleceu as Forças Armadas, promoveu a industrialização e investiu fortemente na criação de uma identidade nacional através do ensino (p. 92).

Enfocando os elementos que foram direcionados à educação, a nacionalização do ensino como ferramenta para a consolidação de uma identidade

nacional constitui um aspecto de grande relevância nesse cenário, tendo em mente que “Uma das medidas do Estado Novo na área da educação, a *nacionalização do ensino*, visava a anular a identidade do imigrante e integrá-lo à cultura nacional” (DUARTE, 2014, p. 93). Considerando o contexto do Rio Grande do Sul, marcado por imigrações de diversos grupos, esse processo de nacionalização por meio do ensino desempenhou um papel significativo no panorama regional.

Embora a inauguração do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo tenha sido realizada justamente no final da Era Vargas, podemos pensar que, uma vez que o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca era um grande apoiador de Getúlio Vargas, as ideias que embasaram a criação desse estabelecimento tenham sido, de certa forma, influenciadas pela política varguista. Como já debatemos até aqui, os Patronatos Agrícolas estavam relacionados à construção de futuros cidadãos brasileiros e, nesse período em específico, as instituições escolares deveriam promover o sentimento de patriotismo e difusão da identidade nacional, visando atuar sobre a realidade de locais que haviam sido colônias, como é o caso de São Leopoldo.

No livro sobre a história do Patronato³², é possível identificar algumas passagens que fazem menção ao dia da inauguração da instituição, que foram obtidas por meio de uma pesquisa realizada pelos autores em jornais da época. A respeito desse evento, Tremarin et al (2012) destacam que:

A inauguração do Patronato Visconde de São Leopoldo ocorreu no dia 12 de outubro de 1944, dia em que Theodomiro Porto da Fonseca

³² Consideramos necessário realizar algumas reflexões sobre esta obra. É importante destacar que o livro em questão foi escrito e organizado por membros da Associação dos Ex-alunos da Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo. Ao realizar a leitura da obra, é possível identificar um esforço dos envolvidos em apresentar uma memória sobre a instituição, mais especialmente em relação ao período que o local já havia sido transformado em uma escola agrícola. Não é incomum que as comunidades escolares de instituições de ensino se organizem com o objetivo de preservar e evocar a memória desses estabelecimentos. De fato, é um movimento que pode ser observado, sendo relacionado à maneira como grupos e comunidades se apropriam da memória em torno de locais e instituições que estão vinculados à sua vivência. Refletindo sobre a potencialidade das instituições escolares como espaços de memória, Maria Helena Camara Bastos e Alice Rigoni Jacques (2014) descrevem que “Toda escola tem histórias e toda história está cercada de memórias. Assim, as instituições escolares apresentam grande importância na construção social dessas memórias e revelam traços de tempos passados” (p. 51). Percebemos, assim, a importância que as instituições de ensino possuem para a constituição da memória local e para o desenvolvimento daqueles que fizeram parte de determinada comunidade escolar, de modo que elas “São lugares de memória e de rememoração que buscam evitar o esquecimento, através da construção de laços de identidade” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 51). Entretanto, é necessário ter em mente que a memória é um local de disputas e problemáticas, que envolvem um processo de seleção, de elementos diversos em relação à memória que se quer apresentar. Sendo assim, esse processo não é diferente quando analisamos a memória de uma instituição de ensino.

comemorava o 16º aniversário do seu governo. Foi um dia memorável para São Leopoldo e a região. Chovia muito. Mesmo assim, a cidade praticamente parou para receber a comitiva de autoridades que se deslocou de Porto Alegre para São Leopoldo (p. 31-32).

Recorrendo diretamente às páginas do jornal³³ *Correio de São Leopoldo*, na edição de 12 de outubro de 1944, encontramos uma matéria celebrando a inauguração da instituição:

³³ Um elemento que pode ser analisado nos trechos que descrevem os eventos relacionados ao Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo é a maneira como eles evidenciam a imagem de prestígio e importância atribuída a essas instituições. Em primeiro lugar, o próprio fato de que a inauguração do Patronato Agrícola tenha sido noticiada por jornais nos leva a um aspecto interessante da inserção desse tipo de instituição na sociedade, algo que é abordado por alguns pesquisadores. O costume de noticiar eventos relacionados aos Patronatos Agrícolas pode ser identificado no trabalho de Nery (2006). O autor expõe que “A criação dos Patronatos Agrícolas era divulgada pelos jornais de todo o território nacional, destacando-se a importância dos estabelecimentos para a modernização agrícola do país que incorreria em desenvolvimento econômico” (p. 19). A partir disso, é importante entender a relação entre os fatos noticiados pela imprensa local e o trabalho que deveria ser executado pelo patronato, uma vez que a divulgação dessas informações contribuiria para uma imagem positiva da instituição, bem como tornaria pública a importância que ela teria para solucionar os problemas identificados a respeito da infância da localidade. Essa relação é analisada por Vicente (2010): “Não se quer afirmar com isso que sua atuação não foi destacada, mas convém alertar para o fato de que o jornal é um veículo de informação que pode manipular interesses e que intervém na vida social como espelho de determinados interesses e classes, ou seja, como construção coletiva daquilo que a sociedade é por si só” (p. 60). Sendo assim, é sempre importante identificar e refletir sobre os interesses que podem estar vinculados à divulgação de determinados fatos e eventos relacionados a uma instituição, uma vez que a imprensa pode ser utilizada para reforçar determinadas ideias sobre a imagem de uma entidade.

Figura 2 - Recorte do Jornal *Correio de São Leopoldo*, n. 623, 12 de outubro de 1944



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Por meio dessa publicação, podemos observar a ênfase que o periódico reservou ao evento de inauguração do Patronato que, conforme foi evidenciando anteriormente, foi um importante acontecimento para a localidade. A seguir, apresentamos a transcrição de um trecho da matéria, na qual localizamos interessantes informações:

A inauguração do Patronato Agrícola tem particular significação nos dias angustiosos que vivemos e durante os quais mais premente se tem evidenciado a necessidade de os poderes públicos voltarem se para a resolução de varios problemas de ordem social. Esse interesse tem sido inegavelmente uma característica do atual governo do

A construção e instalação do Patronato Agrícola representa a concretização da antiga aspiração do Cel. Teodomiro Porto da Fonseca, que teve sua atuação sempre voltada para as questões de assistência social. (Recorte do

Jornal *Correio de São Leopoldo*, n. 623, 12 de outubro de 1944. Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Através da leitura do trecho apresentado, percebemos a preocupação dos responsáveis pela publicação em acentuar a importância que a construção do Patronato Agrícola teria para a possível solução de problemas sociais: no caso, a infância pobre e desvalida da localidade. A partir disso, cabe lembrar que as medidas em torno da assistência à infância foram cunhadas de modo a atender a ideia de utilidade social dos indivíduos que, por suas condições de pobreza e desamparo, poderiam ser interpretados como potencialmente perigosos. Além disso, é importante destacar que o diretor do periódico, nesse momento, era Carlos de Souza Moraes³⁴, então Secretário do município e que esteve diretamente envolvido com o projeto de criação da instituição em questão, conforme será evidenciado mais adiante. A propagação desse discurso, que eleva o empreendimento de construção do Patronato Agrícola Visconde a uma obra de preocupação para com a infância desvalida e uma solução para problemas sociais, pode ser identificada em outras matérias do mesmo jornal, publicadas antes mesmo da inauguração do local, como é o caso do trecho a seguir:

Esse novo e importante empreendimento da administração do Cel. Teodomiro P. da Fonseca, cujo governo, como dissemos, se impôs pelas realizações, dentre as quais se sobressaem as relativas á assistencia social, será dentre em breve inaugurado. Terão então nossos rapazes, que vivem perambulando e abandonados, um centro de elevação moral e educacional de primeira ordem que constituirá um dos primeiros do Estado. (Recorte do Jornal *Correio de São Leopoldo*, n 611, julho de 1944. Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

O Patronato, como observamos no trecho reproduzido, seria um “centro de elevação moral e educacional” para rapazes que “vivem perambulando e abandonados”. Nesse momento, destacamos que já vinham sendo publicadas reportagens a respeito da construção do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, de modo que a realização desse projeto foi noticiada e coberta pela

³⁴ Segundo Rodrigo Luis dos Santos (2018), “Carlos de Souza Moraes, advogado formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1933, foi convidado pelo prefeito Theodomiro da Fonseca para assumir o cargo de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo em 1937. Ocupou este cargo até 1944. Além disso, acumulou outras funções, como a de diretor da Instrução Pública municipal, o qual ocupou entre 1939 e 1943, e diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, entre 1938 e 1943” (p. 175-176).

imprensa local, como é o caso da publicação que vemos a seguir, datada de 1943, ano anterior à inauguração do estabelecimento:

Figura 3 - Recorte do Jornal *Correio de São Leopoldo*, 23 de outubro de 1943



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Em outra matéria do mesmo jornal, de uma edição do mês de julho de 1944, também anterior à inauguração da instituição, podemos localizar algumas informações a respeito do ensino que deveria ser ministrado no Patronato, com informações de como seriam organizadas suas práticas educativas:

O Patronato, á medida que for desenvolvendo seus cursos, terá sua area construida aumentada, com pavilhões onde se instalarão seções de aprendizagem novas, objetivando satisfazer á vocação dos rapazes ali abrigados.

Inicialmente, a direção do Patronato terá sua atenção principalmente voltada para a agricultura e criação. Os cursos de carpintaria, serralheria e outros completarão, dentre em pouco, o programa de instrução previamente organizado pela administração municipal. (Recorte do Jornal *Correio de São Leopoldo*, n 611, julho de 1944. Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Infelizmente, não foi possível localizar no acervo da instituição documentos que comprovem a existência dos cursos mencionados. Tampouco nos foi possível estabelecer uma análise em torno da organização do ensino ministrado no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. Contudo, é possível relacionar essas informações veiculadas pela imprensa à importância que o ensino agrícola possuía no funcionamento dos Patronatos Agrícolas, sendo um de seus principais elementos. Além disso, os cursos de carpintaria e serralheria mencionados são identificados em trabalhos de investigação que se ocupam do funcionamento de outros Patronatos Agrícolas, discussão que será estabelecida na última seção deste capítulo.

Dando continuidade à análise dos relatos referentes ao Patronato, podemos identificar, ainda, algumas informações sobre a estrutura da instituição, dados esses que podem ser relacionados às discussões apresentadas no primeiro capítulo desta Dissertação. Ainda no que se refere ao contexto de inauguração da instituição, é relatado que “Inaugurado o prédio, composto de 50 leitos, cozinha completa e água encanada, em abundância, como fez questão de destacar Carlos D. Morais, secretário do município de São Leopoldo” (TREMARIN et. al, 2012, p. 34). No capítulo referente aos Patronatos Agrícolas, vimos que a composição dos espaços era fator de grande importância para essas instituições, sendo que todos os locais eram planejados para servir aos propósitos das políticas que guiavam esses empreendimentos. Além disso, havia uma enorme preocupação com a salubridade desses espaços, sendo que os locais que pertenciam aos Patronatos deveriam prezar pela saúde e a higiene dos menores internos.

A partir dessa realidade, onde podemos identificar uma preocupação com as instalações e as condições de higiene presentes nesses estabelecimentos, o fato de o prédio contar com “água encanada em abundância”, conforme foi destacado pelo então secretário do município, pode ser identificado como um elemento que reflete os valores do discurso médico-higienista do século XX, que exerceu grande influência sobre esses Patronatos Agrícolas. Além disso, o próprio fato de isso ser destacado na fala de uma personalidade política do local denota uma preocupação em reforçar essas medidas sanitárias, de modo que o Patronato Agrícola estaria atrelado a esse discurso. Registros adicionais sobre a estrutura da instituição, e sua relação com esses discursos mencionados, podem ser encontradas em outra matéria do *Jornal Correio de São Leopoldo*:

Esse edifício, que está quasi concluído, eleva-se em terreno já anteriormente adquirido, juntamente com o historico predio da Feitoria Velha, onde se alojaram os primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul, e ocupa uma area construída de 287 metros quadrados, compreendendo dois andares e as seguintes dependencias: no andar terreo – lavatorios e chuveiros coletivos instaladas em salas amplas bem como WW. CC. e mictorios; amplo refeitório, uma cosinha, uma dispensa, dois espaçosos quartos e escadas de alvenaria dando acesso ao andar superior. No piso superior – rouparia, quarto para o zelador, um W.C, um mitorio e duas pias; um salão espaçoso de 190 metros quadrados para o dormitorio coletivo dos internados.

Essa obra de material, com amplas aberturas para fora, proporcionando todo arejamento necessario em construções dessa natureza e comodidade para mais de cinquenta pessoas, terá suas dependencias instaladas pela Prefeitura, inclusive os dormitorios para cinquenta internados. (Recorte do *Jornal Correio de São Leopoldo*, n 611, julho de 1944. Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Conforme exposto no primeiro capítulo desta Dissertação, os espaços construídos nos Patronatos Agrícolas eram planejados de modo a contribuir para o trabalho que seria executado pelos profissionais da instituição, em especial em relação aos aspectos de controle e vigilância sobre os menores internos do local. Essa característica é detalhada nos estudos de Luciene Chaves de Aquino (2013):

As regras, no Patronato Agrícola, além de registradas nos regulamentos, estavam difusas na própria distribuição do espaço onde cotidianamente se desenvolviam as atividades pedagógicas. Os ambientes eram organizados de modo que se tornassem visíveis todos aqueles que neles se encontram (p. 173).

O fato de que as construções do Patronato Agrícola prezavam por facilitar a vigilância e, em consequência, o controle sobre as ações e comportamentos dos alunos que ali viviam vão ao encontro das ideias que influenciaram a educação no século XX. Desse modo, percebe-se que:

A preocupação com o espaço escolar veio no bojo das medidas médico-higienistas, incidindo aí o modo como passaram a ser feitas as construções (arquitetura), o disciplinamento dos corpos (corpo modelado, higienizado) e a higiene na escola. Assim, impõe-se um modelo de organização escolar em que a higiene será o discurso que impera (VICENTE, 2010, p. 99).

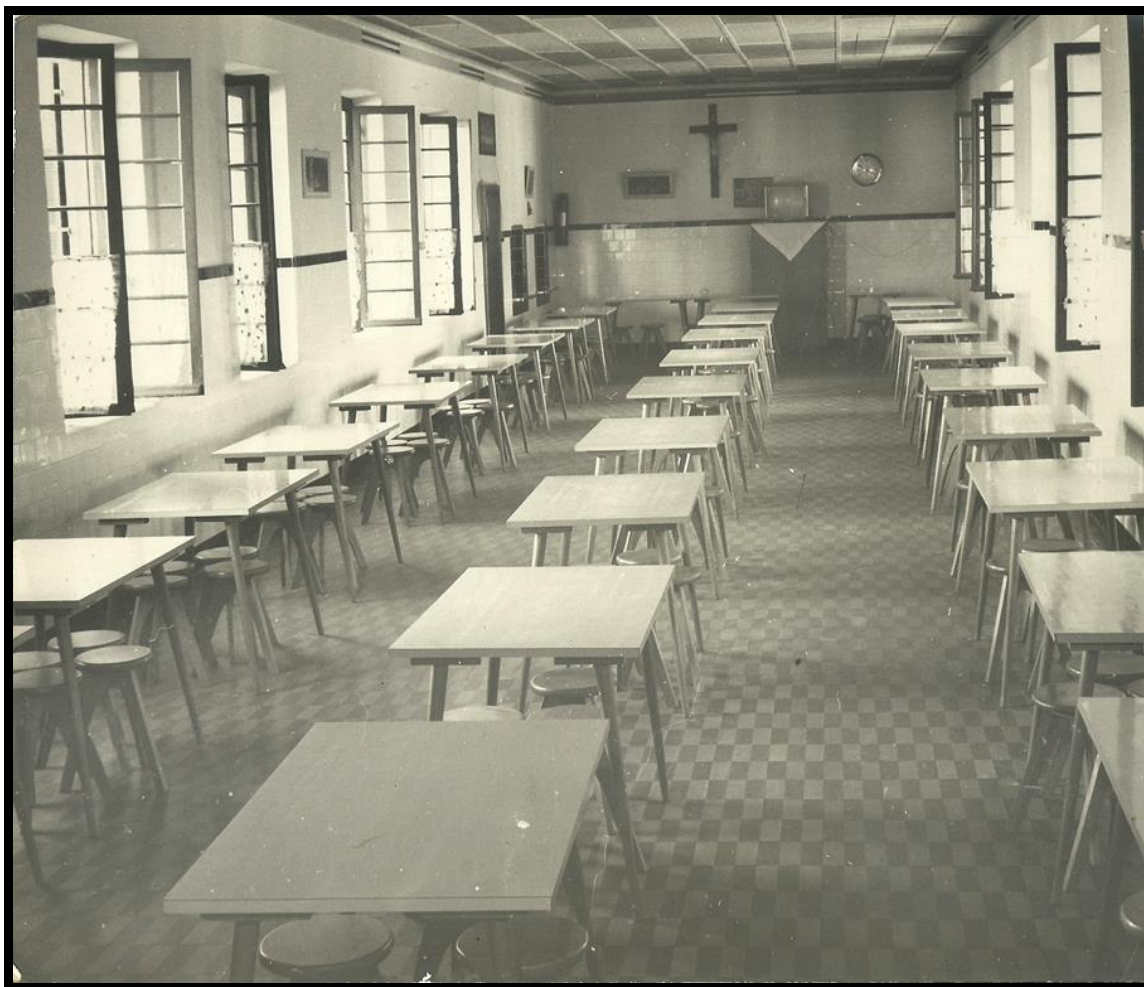
A partir da compreensão desses elementos, que integravam o funcionamento dos Patronatos Agrícolas no Brasil, podemos pensar como essas questões se deram no contexto do patronato de São Leopoldo, percebendo, desse modo, a influência dessas ideias e preceitos nos espaços que foram planejados e construídos no local.

A organização e composição dos espaços da instituição podem ser identificadas nas imagens abaixo (Figuras 4 e 5):

Figura 4 - Espaço do dormitório da instituição



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Disponível em:
<http://www.ceepro.com.br/historia> Acesso em: 11 ago. 2020.

Figura 5 - Espaço do refeitório da instituição

Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Disponível em:
<http://www.ceepr.com.br/historia> Acesso em: 11 ago. 2020.

Ao analisar as fotografias, podemos perceber os cômodos do Patronato como locais de convívio, onde as atividades e ações cotidianas seriam executadas na presença de diversos alunos. No caso do dormitório, vemos um espaço amplo com a presença de diversas camas dispostas pelo cômodo único, indicando que, mesmo ao dormir e acordar, os menores que moravam na instituição estariam sempre acompanhados de outras pessoas, o que também poderia facilitar que eles fossem vigiados no que se referia aos seus comportamentos. No caso do refeitório, percebemos um espaço com mesas que contêm vários bancos (é possível identificar pelo menos quatro bancos em cada mesa), indicando que o momento da refeição também era realizado pelo menor interno na companhia de seus colegas. Além disso, a própria organização do espaço facilitaria o controle e observação sobre os

alunos nos horários das refeições. É importante ressaltar que possivelmente houvesse outros fatores para que esses espaços fossem organizados de tal forma, principalmente questões financeiras e de logística. Ainda assim, é interessante perceber a maneira como podemos identificar os elementos preconizados pelas ideias higienistas presentes nos espaços escolares na composição dos cômodos deste patronato, além de ser possível relacionar esses elementos a análises já desenvolvidas sobre outros patronatos agrícolas.

Outro aspecto que chama atenção quando nos debruçamos sobre o estudo dos patronatos agrícolas é o fato de que essas instituições normalmente estavam localizadas em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, normalmente em regiões rurais. Essa característica geográfica não se dá por mera coincidência, uma vez que a escolha do local onde os patronatos seriam construídos era influenciada pela ideia de que afastar os menores do núcleo da cidade seria mais uma ferramenta para auxiliar no trabalho de controle e regeneração desses indivíduos. Esse elemento é observado por Santos (2015), de modo que a autora afirma que:

O Estado brasileiro, em momento de consolidação, na Primeira República, criou os patronatos agrícolas afastados das capitais e das cidades, para que os meninos não pudessem empreender fugas, de volta para seus lares ou para as ruas de onde tinham sido retirados. A marca dos patronatos agrícolas era seu caráter de vigilância, era prática normatizada a prevenção das faltas disciplinares e das fugas dos meninos (p. 87).

Quando retomamos o contexto de assistência à infância no século XX e a forte influência que o discurso médico-higienista e a filantropia exerceram sobre esse campo, a ideia de construir instituições de internato como os Patronatos Agrícolas em localidades afastadas dos centros urbanos nos parece bastante coerente, uma vez que o sistema de internato e vigilância que existiu nesses estabelecimentos poderia ser facilitado quando estivesse em um local mais afastado. Além da preocupação com possíveis fugas, havia também uma necessidade, por parte dos responsáveis, em manter os menores afastados dos “males e perigos” que poderiam ser encontrados nos grandes centros urbanos, uma vez que havia uma grande preocupação de que esses sujeitos ingressassem na criminalidade, além da ideia de que a vivência nas cidades poderia ensinar maus hábitos.

Conforme foi debatido até aqui, os Patronatos Agrícolas foram instituições destinadas para atender crianças que se encaixassem no conceito de menor que havia sido cunhado social e juridicamente durante o século XX. Assim como em

outras instituições desse mesmo modelo, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo teve como seu público alvo meninos que poderiam ser enquadrados nessa categoria, uma vez que os alunos da instituição, por diferentes motivos, foram identificados como indivíduos que necessitavam de intervenção por parte do governo local. A composição desse público escolar também é abordada no livro sobre o histórico do local, no qual podemos ler o seguinte:

Muitos alunos eram órfãos de pai, mãe ou ambos. Poderiam também ser originários das ruas, isto é, não terem moradias fixas, e julgava-se que se enquadrariam na conformação social da força de trabalho, que mostrava que o estabelecimento dos patronatos trazia à tona o debate sobre a inserção da infância pobre no mercado de trabalho (TREMARIN et al., 2012, p. 31).

Apesar de ter seu decreto de criação no ano de 1944, o patronato deu início ao seu trabalho de atendimento somente no ano seguinte, o que pode ser identificado inclusive no fato de que o Livro de Matrícula Escolar da instituição tem como ponto inicial o ano de 1945. A respeito desse fato, Tremarin et al. (2012) destacam que:

Inaugurando o prédio, tendo iniciado suas atividades com trinta e um alunos, precisava-se do ingresso de mais alunos para completar o número de vagas para a instrução primária e treinamento agrozootécnico, propósito daquele momento. Então, o novo prefeito, Carlos Souza Moraes, publicou o Decreto nº 50 de 1º de dezembro de 1944, prorrogando o prazo para habilitação e ingresso no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (p. 36).

Após a publicação desse Decreto, o Patronato inicia seu trabalho no ano seguinte: “O Patronato iniciou as suas atividades somente no dia 20 de março de 1945, sob a direção do professor Attiliano Cezar Rostirolla, com 31 alunos, menores, sob regime de internato, que recebiam instrução primária e treinamento agrozootécnico” (TREMARIN et al., 2012, p. 36). A oferta do ensino primário para os alunos internos, assim como é identificado no caso do Patronato de São Leopoldo, também é percebida em outros patronatos espalhados pelo país. Esse elemento é observado por Vicente (2010) no Patronato Agrícola Visconde de Graça de Pelotas. A autora afirma que “Aos alunos do Patronato era ministrado o ensino primário no qual as turmas eram divididas, conforme o seu grau de adiantamento, em elementar, média e complementar” (p. 73). Do mesmo modo, a existência do ensino primário

também é apontada por Santos (2015) ao investigar o Patronato Agrícola de Bananeiras:

O ensino primário correspondia a três cursos distintos: elementar, médio e complementar. Nos casos dos cursos primário elementar e médio, as turmas eram formadas por meninos a partir dos dez anos de idade, a internação só era admitida dos dez aos quinze anos de idade para os cursos primários, sendo muitos menores desligados da instituição ao completar quinze anos. Os que permaneciam continuavam o curso no nível complementar até completar dezessete anos de idade (p. 70).

Ainda sobre a oferta do ensino primário na referida instituição, a autora identifica, no Regimento Interno daquele estabelecimento, o modo como esse ensino era organizado. A respeito disso, nos é informado que:

[...] no curso primário era ensinada a leitura, escrita, noções de gramática reduzidas ao mínimo, que conduzissem os meninos apenas a saber falar e escrever corretamente na língua portuguesa. Também aprendiam a contar, calcular aritmética e noções de geometria prática, história natural, instrução moral e cívica, noções elementares de higiene, desenho, ensino de música com cânticos patrióticos, ginástica sueca, passeio e excursões para a coleta de plantas com a finalidade de formar coleções escolares e trabalhos manuais. Concomitantemente a isso, os meninos ainda trabalhavam nos campos de cultivo, nas oficinas e instalações da própria Instituição (SANTOS, 2015, p. 71).

Como foi debatido anteriormente, os Patronatos Agrícolas possuíam, em sua organização e funcionamento, elementos muito semelhantes, visto que esses estabelecimentos eram planejados a partir de um mesmo modelo assistencial. Sendo assim, é interessante perceber as características identificadas no Patronato de São Leopoldo em relação a instituições desse tipo existentes em outros locais. Em relação ao ensino voltado para a formação agrícola, é possível saber que “De junho de 1945 a dezembro de 1949, sob a direção do professor Attiliano Cezar Rostirolla, a Escola manteve um curso para operários rurais” (TREMARIN et al., 2012, p. 42-43), justamente o período que corresponde ao funcionamento do Patronato Agrícola, antes de sua transformação em um Aprendizado. As características e a organização do ensino agrícola ministrado nos Patronatos Agrícolas serão melhor analisados em outra seção deste trabalho, dedicada a esse modelo de educação.

Assim como ocorreu na trajetória de outras instituições do mesmo tipo, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo passou por um processo de transformação em um Aprendizado Agrícola. As diferenças e semelhanças entre

esses dois modelos de estabelecimentos de ensino agrícola serão debatidas e analisadas no último capítulo.

Uma das principais fontes analisadas nesta Dissertação é o Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, documento que está localizado no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Esse livro abrange a maior parte do período de funcionamento tanto do Patronato quanto do Aprendizado Agrícola e nos traz informações muito importantes a respeito dos menores internados nessa instituição e sobre seus pais ou responsáveis legais, além de possibilitar saber quantos alunos foram matriculados na instituição em cada ano. A utilização desse tipo de documento é apontada por alguns autores como importante para a história da educação, de modo que a análise dessa forma de registro nos permite acessar parte da realidade do público atendido por determinada instituição educacional. A respeito do uso dessa fonte documental, Natália de Lacerda Gil e Joseane El Hawat (2015) consideram que esses livros “Trazem indícios do desenvolvimento das práticas escolares, da racionalização dos tempos de aprender e da constituição e categorização do público infantil ao qual a escola se destina” (p. 26).

Por meio do Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, foi possível compreender a composição do público que foi alvo do trabalho dessa instituição. Sendo assim, esse documento se constituiu como uma importante fonte no desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, a existência desse tipo de registro escolar está atrelada ao desenvolvimento do campo educacional na história brasileira, remetendo a um processo de escrituração das práticas escolares que irão culminar na criação de documentos desse tipo, de modo que “Nos séculos 19 e 20 essas escritas se diversificaram e especializaram, de modo concomitante e articulado ao processo pelo qual a própria escola foi imaginada, institucionalizada e expandida na sociedade brasileira” (GIL, EL HAWAT, 2015, p. 21). Tendo em vista a importância desse tipo de documentação, nos cabe compreender, ao menos em parte, o processo de constituição desse tipo de registro escolar.

Em seus estudos sobre mapas de frequência na Província de São Paulo durante o século XIX, Diana Gonçalves Vidal (2008) analisa a importância que passa a ser conferida às estatísticas sobre a realidade da população nesse período, destacando, assim, que “Os mapas estatísticos despontaram, no início do século

XIX, como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social” (p. 43). Por meio desses registros, surge a possibilidade de estudar mais a fundo a composição da população brasileira e a realidade na qual estava inserida, além de apresentar aos governos uma maneira de auxiliar no controle sobre essa população e conhecer as demandas sobre as quais deveriam ser desenvolvidas formas de intervenção³⁵.

A partir desse contexto, vemos surgir diversos documentos³⁶ educacionais que vão auxiliar no processo de registro e elaboração de estatísticas referentes à vida escolar e à população atendida por determinada instituição de ensino. A existência desses documentos acaba por ser uma importante fonte para estudos da área de história, especialmente para historiadores do campo da história da educação e das instituições escolares. Através dessas fontes, podemos perceber que:

Nesses documentos, podem-se encontrar pistas sobre as maneiras como as normas foram sendo apropriadas no fazer cotidiano da escola. Ao mesmo tempo, localizam-se vestígios de como as categorias constantes dos mapas de frequência foram sendo inventadas pelos professores para organizar o universo da escola e para classificar e hierarquizar alunos e saberes (VIDAL, 2008, p. 53-54).

Esses elementos apontados pela autora, referentes à organização do universo da escola e à classificação e hierarquização dos alunos, possui grande

³⁵ Essa realidade, pautada na preocupação com registros e estatísticas envolvendo a população, exerce influência também no âmbito da educação, resultando em um processo que envolve registros e documentos escritos sobre os alunos das instituições e os diversos setores da vida escolar. Esse processo no meio educacional é analisado por Vidal (2008): “Instados a elaborar mapas de frequência dos alunos como estratégia de comprovação de efetivo exercício docente (documento necessário para o recebimento de salário) e de viabilidade da escola (atestado imprescindível de atendimento ao número mínimo de alunos exigido por lei para manutenção da aula), os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica” (p. 43-44).

³⁶ Um desses documentos utilizados como ferramentas para o registro e controle da vida escolar são justamente os livros de matrícula, tal como é o caso da fonte analisada nesta pesquisa. A respeito da inserção desse tipo de documentação na realidade das escolas brasileiras no século XIX, Gil e El Hawat (2015) estabelecem que “Os mapas de frequência, bem como os livros de matrícula e de frequência, foram instituídos em várias províncias para permitir fiscalizar, por exemplo, a assiduidade de professores e alunos em resposta à determinação legal que atrelava a manutenção da escola e o pagamento do mestre a uma inscrição e frequência mínima de estudantes” (p. 22). Além disso, esses documentos “Correspondiam a um material da escola que deveria servir para registrar o movimento dos alunos na instituição para organização do próprio professor e oportuna conferência das autoridades” (GIL; EL HAWAT, 2015, p. 24). Por meio desses livros de matrícula, é possível identificar preciosas informações a respeito do público que frequentou determinada instituição e aspectos relacionados ao seu funcionamento, possibilitando, desta maneira, a realização de pesquisas que se ocupem de compreender esses elementos.

importância neste trabalho, de modo que os documentos trabalhados remetem diretamente a essas questões. Por meio das fontes presentes no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo referentes ao período de funcionamento do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola (1949-1960), é possível conhecer, ao menos em parte, a realidade dos menores que foram internados no local, de modo que foram identificadas informações importantes sobre algumas de suas características, bem como dados sobre seus familiares e responsáveis. Esses documentos são fundamentais para compreender o perfil dos alunos internos da instituição, tendo em vista que os conjuntos documentais desse tipo propiciam interessantes estudos envolvendo instituições educacionais, de modo que “Tais fontes trazem elementos que permitem, pelo exame do historiador, caracterizar os indivíduos que frequentavam essas aulas” (GIL; EL HAWAT, 2015, p. 22).

Nesta pesquisa, se pretende identificar e analisar o público atendido pelo Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, tarefa para a qual o Livro de Matrícula da instituição será de grande valia. A possibilidade de conhecer esse público por meio desse tipo de documento é destacada por Gil e El Hawat (2015), tendo em vista que “cabe mencionar as possibilidades que eles abrem ao conhecimento e caracterização da população que, efetivamente, chegou à escola em cada período” (p. 25). Essa missão é possibilitada justamente pelos dados referentes ao corpo discente da instituição, que nos leva a um estudo que busca compreender e analisar a composição desse público.

A partir do Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, foram elaboradas tabelas que têm por objetivo realizar uma análise do perfil dos indivíduos que foram alvo do trabalho da instituição, bem como de seus responsáveis. Cabe aqui lembrar que essa análise será dividida entre os períodos de atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado (1950-1960), conforme foi estabelecido na Introdução deste trabalho. A partir desse documento, podemos conhecer, em um primeiro momento, a quantidade de alunos que foram matriculados no Patronato nos seus cinco anos de atuação (1945-1949), dados que podem ser conferidos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de alunos matriculados no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Ano	Número de alunos matriculados
1945	31
1946	52
1947	54
1948	57
1949	58
Total	252

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Por meio dos dados desta tabela, podemos perceber que o número de alunos matriculados na instituição apresentou um crescimento no decorrer do seu período de funcionamento. Entre 1945 e 1946, houve um aumento de 21 alunos matriculados. No restante do período, a quantidade de alunos se manteve mais estável. É importante ressaltar que muitos alunos estão identificados no livro de matrículas em diferentes anos, demonstrando, assim, que suas trajetórias dentro da instituição se estenderam por alguns anos. Embora não exista um registro explicando o porquê do número de alunos ter aumentado consideravelmente do primeiro para o segundo ano de atividades do estabelecimento, é possível aventar algumas considerações. Em primeiro lugar, podemos inferir que talvez a divulgação a respeito do trabalho realizado pela instituição no seu primeiro ano tenha motivado outras famílias a buscarem os serviços do patronato, além de outras instituições que prestavam assistência a menores desvalidos também terem tomado conhecimento sobre a existência do local. Aliado a essa possibilidade, cabe lembrar que a inauguração do Patronato havia sido noticiada por jornais locais, como apontamos anteriormente.

A análise sobre o número de alunos matriculados no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo também nos revela dados que podem ser relacionados ao desempenho dos Patronatos Agrícolas e as críticas ao funcionamento desses locais por parte das entidades envolvidas no gerenciamento dessas instituições. Algumas considerações sobre estas questões podem ser identificadas no trabalho de Nery (2006):

Deve-se ressaltar que o número de internos na maioria dos Patronatos Agrícolas criados não alcançou a marca dos duzentos menores, prevista em seu regulamento de funcionamento. Talvez este fato decorra da falta de investimentos do Governo Federal em alguns desses estabelecimentos. Notadamente havia um maior investimento para aqueles estabelecimentos que conseguiam ter um melhor desempenho no que tange à sua produtividade (p. 18-19).

Apesar de estarmos analisando um Patronato que, até onde sabemos, não era mantido pelo Governo Federal, analisando os dados provenientes do Livro de Matrícula do Patronato, é possível relacionar a realidade do local ao panorama exposto pelo autor. Nos cinco anos de funcionamento da instituição como um Patronato Agrícola, o número de menores matriculados (por ano) não ultrapassou os 100 alunos, sendo que o período com maior número de matrículas é o ano de 1949, com 58 indivíduos. Apesar disso, no período posterior, quando o local já estava em funcionamento como um Aprendizado Agrícola, vemos um crescimento bem considerável desse número, aspecto que será apresentado posteriormente. Conforme foi abordado no Capítulo 1, os Patronatos Agrícolas foram alvos de diferentes críticas em relação ao seu funcionamento e à eficiência do seu trabalho na formação de trabalhadores agrícolas, de modo que essas instituições foram mais identificadas, muitas vezes, pelo seu elemento de assistência e regeneração da infância do que pelo aspecto de formação profissional. Como foi possível constatar, o número de alunos matriculados nesses estabelecimentos também foi um argumento utilizado para sinalizar que essas instituições não teriam alcançado todos os objetivos pelos quais haviam sido criadas. Além disso, devemos destacar que, na tabela em questão, consideramos o número total de matrículas que a instituição teve em seus anos de funcionamento como um Patronato Agrícola, desconsiderando, assim, o fato de que muitos alunos estiveram matriculados em diferentes anos, resultando assim em um número total de 252 matrículas. Contudo, nas demais tabelas que serão apresentadas neste estudo, foram considerados os registros individuais de cada aluno matriculado no estabelecimento, de modo a estabelecer o perfil desses menores.

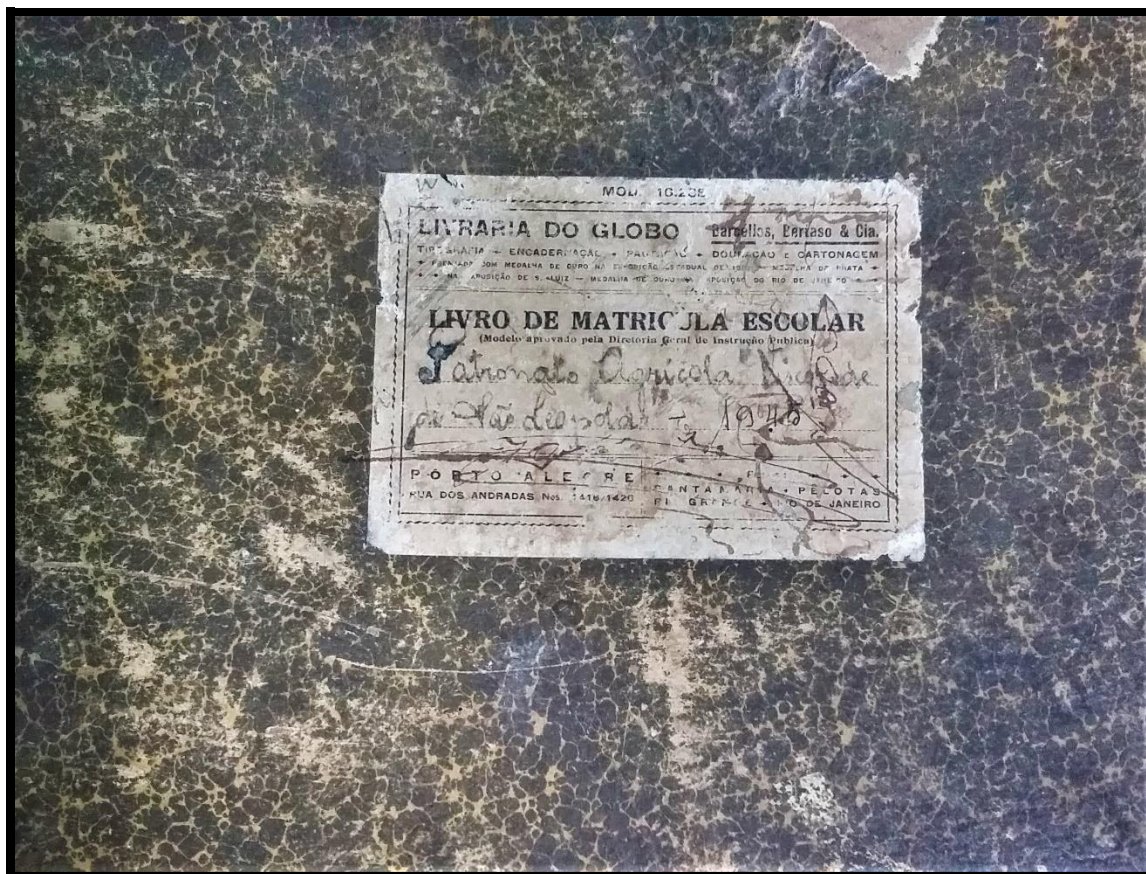
Além de possibilitar conhecer o número de alunos que frequentou o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo em seus cinco primeiros anos de atuação, o estudo do Livro de Matrícula Escolar da instituição nos permite conhecer o perfil dos menores que ficaram internados no local, uma vez que esse documento possui diversas informações a respeito desses indivíduos. A possibilidade de identificar o

perfil dos alunos que frequentaram uma instituição educacional é lembrada por Gil e El Hawat (2015), de modo que as autoras afirmam que:

Para além da verificação do contínuo aumento da quantidade das matrículas - aspecto marcante na escola brasileira, principalmente no século 20 - torna-se viável investigar quais grupos populacionais estão representados nas estatísticas de ampliação do acesso à escolarização (p. 25).

A partir do trabalho de análise que foi realizado utilizando o Livro de Matrículas do Patronato, será delineado um perfil dos menores que estiveram internados na instituição no decorrer do seu período de atuação. Além disso, também foi elaborado um estudo sobre o perfil de pais, mães e responsáveis desses indivíduos, uma vez que podem ser identificadas informações a respeito deles. Nessa documentação, constam os seguintes campos para identificação dos alunos internos: *Número, Data da matrícula, Nome, Data de nascimento, Apresentou Certidão (sim ou não?), Idade, Sexo, Nacionalidade, Religião, Classe ou ano que vai frequentar, Promovido repetente n. de vezes, Residência, Cancelamento (data/motivo) e Observações*. No espaço destinado à identificação de pais, mães e responsáveis pelos menores, os campos que constam são: *Nome do pai ou responsável, Nacionalidade, Grau de instrução, Profissão, Religião, Nome da mãe, Nacionalidade, Grau de instrução, Profissão, Religião e Observações*. Para definir o perfil dos menores da instituição, foram elaboradas tabelas baseadas no Livro de Matrícula Escolar, fazendo uso dos seguintes dados: *Idade, classe ou ano que vai frequentar e residência*. Para elaborar o perfil dos pais e responsáveis, foi utilizada a mesma metodologia, dessa vez fazendo uso das informações *Grau de instrução e profissão* (tanto para os pais quanto para as mães e responsáveis).

Figura 6 - Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo



Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Foto: Maurício Pereira.

Figura 7 - Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, ano de 1947

MATRÍCULA											CANCELAMENTO		OBSERVAÇÕES
Seção a) - Página destinada aos alunos											DATA	MOTIVO	
DATA DO NASCIMENTO	Atividade (sem ou não)	IDADE	SEXO (M - F)	NACIONALIDADE	RELIGIÃO	CLASSE DE ANOS que vai frequentar	Patronato (inscrição N.º de ordem)	RESIDENCIA					
2-4-936	Sim	10	M.	Bras.	Protet.	2º	P	Car	Leopoldo				
20-6-935	Sim	11	"	"	Catolico	1º A	P	Car	Leopoldo				
22-8-935	"	11	"	"	"	1º B	P	Car	Leopoldo				
27-4-936	"	10	"	"	"	1º B	P	Car	Leopoldo				
5-6-933	"	13	"	"	"	3º	P	Car	Leopoldo				
24-6-935	"	11	"	"	"	1º	P	Car	Leopoldo				
21-8-935	Sim	12	M.	Bras.	Catolico	1º A	-	Car	Leopoldo				
24-10-935	Sim	11	M.	Bras.	Catolico	2º	-	Car	Leopoldo	10-11-944	Graduação		
12-5-937	"	10	"	"	"	1º B	-	Car	Leopoldo				
13-1-937	Sim	10	M.	"	"	1º B	-	Car	Leopoldo				
17-12-933	"	13	"	"	"	1º B	-	Car	Leopoldo				
			"	"	"	1º A	-	Car	Leopoldo				
6-2-935	Sim	12	M.	Bras.	Catol.	2º	-	Car	Leopoldo				
-9-933	"	13	"	"	"	2º	-	Car	Leopoldo				
7-1-937	"	10	"	"	"	1º A	-	Car	Leopoldo	25-3-947	Doença mental.		
1-12-935	Sim	9	M.	Bras.	Catol.	1º A	-	Car	Leopoldo				
1-9-935	"	11	"	"	"	1º A	-	"	"				
						1º B	-	Car	Leopoldo	26-6-947	Transf. residência		
						1º A	-	Car	Leopoldo				
1-937	Sim	11	"	"	"	2º	P	Car	Leopoldo				
						2º	-	Porto Alegre					
						1º B	-	Porto Alegre					
						1º A	-	Car	Leopoldo				
						1º A	-	Car	Leopoldo				
					Protet.	1º A	-	Car	Leopoldo				
					Catol.	2º	-	Car	Leopoldo				

Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Foto: Maurício Pereira.

Discutiremos, agora, o perfil elaborado a respeito dos menores que foram alunos internos da instituição. O primeiro elemento a ser debatido é a cidade em que os menores residiam, informação que pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 2 – Cidade em que os alunos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo residiam (1945-1949)

Cidade em que reside	Número de alunos
São Leopoldo	101

Porto Alegre	05
Caxias do Sul	02
Campo Bom	01
Esteio	01
Osório	01
São Sebastião do Caí	01
Sapiranga	01
Não informado	05
Total	118

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Conforme é possível perceber, a imensa maioria dos alunos da instituição residia na própria cidade de São Leopoldo, onde o Patronato estava localizado. Além da questão geográfica da proximidade com a instituição, é importante situar que, inicialmente, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo estava inserido na esfera da administração municipal, tendo sido criado no mandato do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Esse fato nos possibilita uma explicação sobre o porquê de tantos menores internos da instituição serem moradores de São Leopoldo, uma realidade que apresenta algumas mudanças quando analisamos o segundo período de atuação do estabelecimento, como um Aprendizado Agrícola. O perfil dos menores que ficaram internados no local durante esse segundo período será abordado no último capítulo deste trabalho.

Embora outras cidades apareçam entre os locais de residência/origem dos menores, é importante destacar que alguns desses locais eram, na realidade, distritos de São Leopoldo. Esse é o caso de Campo Bom, que se emancipou de São Leopoldo em 1959³⁷, assim como da cidade de Esteio, emancipada em 1955³⁸. O

³⁷ GEVEHR, Daniel Luciano; CASTRO, Érisson Fernando da Silva de. A cidade e o rio: a produção do espaço urbano de uma cidade industrial no extremo sul do Brasil (Campo Bom, Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX). **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 22-49, maio-nov. 2019. p. 31.

³⁸ BERZAGUI, César. **Metropolização, industrialização e urbanização**: o processo de configuração espacial de Esteio / RS. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2017. p. 27.

mesmo processo aconteceu com a cidade de Sapiranga, que teve sua emancipação de São Leopoldo em 1955³⁹. Tendo em vista que as cidades mencionadas tiveram suas emancipações na década de 1950 e que o período aqui abordado está situado entre os anos de 1945 e 1949, vemos que, na verdade, havia ainda mais alunos que residiam em localidades que pertenciam ao território leopoldense. Sendo assim, os únicos que vinham realmente de fora eram aqueles alunos que residiam nas cidades de Caxias do Sul, Porto Alegre, Osório e São Sebastião do Caí.

O segundo elemento que constitui o perfil dos menores internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo é a idade em que os meninos ingressavam na instituição. Ao analisar o Livro de Matrícula Escolar, identificamos que diversos alunos estiveram matriculados no local em diferentes anos, o que denota que sua trajetória no estabelecimento durou algum tempo. A partir disso, optamos por considerar somente o primeiro registro de cada aluno no livro, de modo a compreender qual a idade dos menores quando internados na instituição. As informações sobre a idade de ingresso desses indivíduos estão na tabela a seguir:

Tabela 3 – Idade de ingresso dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Idade	Número de alunos
08 anos	02
09 anos	12
10 anos	27
11 anos	17
12 anos	16
13 anos	13
14 anos	05
15 anos	03
17 anos	01
Não informado	22

³⁹ SOUZA, José Edimar de; COSTA, Valesca Brasil. Escolarização em Sapiranga/RS nas primeiras décadas do Século XX: a presença dos grupos escolares. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 13, n. 2, p. 489-503, jul./dez. 2020. p. 490.

Total	118
-------	-----

Fonte: Livro de Matrículas do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Analisando os dados da tabela, podemos perceber que a idade de ingresso dos alunos se estendia dos 08 aos 17 anos de idade, o que é uma diferença bastante considerável. Além disso, podemos identificar uma presença maior de alunos de determinada faixa etária: o maior número de registros está situado entre 10 e 12 anos de idade, uma vez que essa é a faixa etária com a maior proporção de alunos matriculados em sua entrada na instituição. Contudo, também há um número considerável de alunos cuja idade não foi informada no documento.

Outro elemento que integra o perfil, e que pode ser identificado no Livro de Matrícula Escolar, é o ano que o aluno iria frequentar ao ingressar no estabelecimento. Assim como foi feito em relação à idade, consideramos aqui somente o primeiro registro do menor no Livro de Matrícula Escolar. No campo referente a essa informação, podemos identificar alunos matriculados do 1º ao 4º ano, conforme estabelecido a seguir:

Tabela 4 – Ano em que os alunos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo estavam matriculados (1945-1949)

Ano que vai frequentar	Número	Porcentagem
1º ano	72	61%
2º ano	24	20%
3º ano	12	10%
4º ano	02	2%
Não informado	08	7%
Total	118	100%

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Como é possível perceber, havia um número bem maior de alunos matriculados no 1º ano do sistema educacional encontrado na instituição, seguido de um número considerável no 2º ano e alguns indivíduos que iriam frequentar o 3º e 4º anos. Refletindo sobre esses dados, é interessante perceber que a maior parte dos menores que ingressava na instituição não possuía um grau de instrução além do 1º ano do ensino primário. Ao relacionar essa informação com as informações sobre idade de ingresso apresentada anteriormente, que estava situada entre as idades de 10 e 12 anos, é interessante observar que, embora existissem alunos mais novos, a maior taxa de matrículas está justamente no início do ensino primário. Esse fato nos leva a pensar que, possivelmente, a maior parte dos alunos que ingressavam na instituição não possuía instrução superior ao básico.

Além de traçar o perfil dos menores que ficaram internados na instituição durante o período de funcionamento do Patronato Agrícola, esta pesquisa também se propôs a elaborar o perfil dos pais e responsáveis por esses meninos. No Livro de Matrícula Escolar, encontramos informações importantes sobre as pessoas que eram responsáveis por esses alunos, algo que nos ajuda a compreender melhor a realidade na qual os menores estavam inseridos. Como foi debatido anteriormente, era comum, durante o século XX, que famílias que não possuíssem condições de prover o sustento de seus filhos buscassem instituições de internato para realocá-los. Essa realidade é identificada no contexto do Patronato Agrícola de São Leopoldo, uma vez que grande parte dos menores internos possuíam pais, mães e responsáveis identificados no Livro de Matrícula Escolar. Sendo assim, é de interesse para este trabalho conhecer o perfil dessas pessoas, uma vez que nos ajuda a compreender melhor o público atendido pela instituição.

No Livro de Matrícula Escolar da instituição, existe uma seção destinada à identificação dos pais e responsáveis dos menores que estavam sendo matriculados. Nessa página em questão, existe um espaço destinado aos dados sobre os pais e outro espaço reservado para os dados sobre as mães. É importante destacar que existem alunos que possuíam somente a mãe ou o pai registrado, além de haver casos de tutores⁴⁰ registrados como os responsáveis pelo menor. Existem,

⁴⁰ No desenvolvimento desta pesquisa, não identificamos informações concisas em relação ao processo de tutela de menores nesse período, tampouco os critérios e situações que resultavam na designação de um tutor para esses alunos. Entretanto, para obter informações a respeito do processo de tutela de menores no início do século XX, recomendamos a seguinte referência: CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos tutelares**: o Juizado de Órfãos e a (re) organização da família porto-

ainda, casos de menores que não possuíam nenhum responsável identificado no livro, sendo que os campos destinados a essas informações estavam em branco. A partir disso, essa estrutura nos permite investigar o número de alunos que possuía a) somente a mãe ou o pai registrado, b) ambos os pais registrados, c) tutores registrados e d) aqueles que não possuem nenhum responsável identificado. Para compreender melhor essa realidade, podemos verificar essas diferentes situações na tabela a seguir:

Tabela 5 – Registro de pais/responsáveis dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Registro	Número de alunos
Pai e mãe vivos	28
Somente a mãe viva	23
Somente o pai vivo	02
Somente a mãe identificada	30
Somente o pai identificado	11
Tutor (a) como responsável	05
Sem responsáveis identificados	19
Total	118

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Por meio da leitura das informações referentes ao registro de pais/responsáveis dos menores internados no Patronato de São Leopoldo, podemos relacionar o perfil desses menores ao público que era atendido pela rede de Patronatos Agrícolas disseminada pelo Brasil. Conforme já debatemos anteriormente, essas instituições foram projetadas visando trabalhar com menores em situações consideradas vulneráveis, especialmente meninos de famílias pobres e

sem condições de prover o sustento do seu filho, bem como crianças e adolescentes órfãos e/ou abandonados.

De fato, foi observada a existência de um número considerável de alunos que possuíam o pai ou a mãe já falecidos, além de menores que eram criados por tutores, que poderiam ou não ser familiares desses meninos. Retornando à leitura da tabela, é importante perceber a grande presença de alunos que possuíam somente a mãe identificada na página destinada aos responsáveis. Dentro desse contexto, vemos muitos alunos cujos pais já haviam falecido, sendo que, em muitos casos, o nome do pai é identificado no livro seguido da informação de seu falecimento, mas sem outras informações a respeito. Além desses casos, também existem outros em que somente a mãe estava identificada no livro, sem nenhuma informação se o menor possuía ou não pai.

Para estabelecer o perfil dos pais e responsáveis dos menores internos do Patronato, iremos, em primeiro lugar, apresentar o perfil relacionado aos pais dos alunos da instituição, tomando como base as informações presentes no Livro de Matrícula Escolar, que são: Grau de instrução e Profissão. Esse mesmo esquema será utilizado para delinear o perfil das mães e dos tutores dos menores. No total, foram identificados 35 pais (que estavam vivos)⁴¹ registrados no livro de matrículas. O primeiro elemento sobre esses indivíduos que será apresentado é o grau de instrução que eles possuíam, sendo exposto na tabela a seguir:

Tabela 6 – Grau de instrução dos pais dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Grau de instrução	Número	Porcentagem
Primário	24	68%
Analfabetos	08	23%
Não informado	03	9%

⁴¹ Na análise do perfil dos pais dos menores internos, foram considerados somente os pais que estavam vivos, uma vez que não havia nenhuma informação sobre os pais que já haviam falecido, exceto seus nomes e a menção ao fato de que eles já eram falecidos. Além disso, foram identificados na análise do Livro de Matrícula Escolar registros de pais que possuíam mais de um filho internado na instituição, o que resultou nos números que foram apresentados na Tabela 5, uma vez que existiam alguns alunos que possuíam os mesmo pais ou responsáveis. Essa mesma situação se encaixa no perfil das mães dos menores internos, que será analisado mais adiante, assim como no período de análise referente ao Aprendizado Agrícola.

Total	35	100%
-------	----	------

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Conforme pode ser lido nessa tabela, a maior parte dos pais havia cursado o ensino primário, enquanto alguns não haviam sido alfabetizados. Para um número menor de indivíduos, esta informação não estava presente. É interessante perceber também que, nesse período, não foi identificado nenhum pai que possuísse um grau de instrução mais elevado do que o ensino primário. Como podemos ver, a taxa de pais que possuíam ensino primário é realmente elevada, representando 68% dos indivíduos registrados, enquanto 23% não haviam sido alfabetizados e somente 9% não tiveram o seu grau de instrução registrado no livro de matrículas.

O segundo elemento que constitui o perfil dos pais é a profissão que esses indivíduos exerciam, uma informação que é especialmente interessante para a pesquisa. Na tabela abaixo, podemos conferir quais eram as profissões identificadas:

Tabela 7 – Profissões dos pais dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Profissão	Número
Operário	20
Agricultor	02
Aposentado	02
Bombeiro	01
Funcionário municipal	01
Garçom	01
Jornaleiro	01
Inválido	01
Não informado	06
Total	35

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Ao analisar as profissões indicadas na tabela, o primeiro aspecto que nos chama atenção é o fato de que a maior parte dos pais dos alunos era composta de operários, seguidos de um número bem menor de agricultores e de aposentados, além de outras profissões identificadas no documento. No primeiro capítulo desta dissertação, foi discutido o processo de extinção dos Patronatos Agrícolas, em grande parte motivado pelas diversas críticas de que essa rede foi alvo por parte dos órgãos do governo que geriam o ensino agrícola no país. Uma das críticas direcionadas ao trabalho dos Patronatos era o fato de que muitos dos menores internos eram provenientes de áreas urbanas e não possuíam contato ou experiência com as práticas agrícolas e o trabalho em ambientes rurais. Essa realidade foi abordada por Nery (2006) em seu trabalho sobre o Patronato Agrícola de Sergipe, alegando que:

Desse modo, o diretor do Ensino Agrícola mostrava-se contra a atual funcionalidade do Patronato, que respondia quase como uma entidade acessória no sentido de promover uma “higienização urbana”, visto que sua maior clientela era de menores advindos dos grandes centros urbanos, que não guardavam qualquer vínculo com as questões do meio rural (p. 129).

Partindo do exposto pelo autor, percebemos, no contexto do Patronato, que essa situação provavelmente se repetia aqui, visto que a maioria dos alunos eram filhos de operários, e não de agricultores. Outro elemento que nos leva a pensar essa situação é o fato de que a maioria dos menores residia na cidade de São Leopoldo e seus distritos, além de alunos de Porto Alegre, não tendo sido identificados meninos que vinham de cidades localizadas em zonas rurais.

O próximo grupo de responsáveis que iremos analisar são as mães dos menores internos que foram identificadas no Livro de Matrícula Escolar do Patronato. Assim como foi realizado em relação aos pais dos meninos, as informações que iremos abordar serão: Grau de instrução e Profissão. Ao todo, foram identificadas 73 mães (vivas) registradas no período de atuação do Patronato Agrícola. Essa informação já nos chama atenção pelo número maior de mães registradas, existindo uma diferença de 38 mães a mais em comparação aos 35 pais identificados na documentação. Em muitos casos, o menino possuía somente a mãe

como responsável identificada e o pai era registrado como já sendo falecido, não existindo informações a respeito dele. Em outros casos, temos somente a mãe identificada como sendo responsável pelo menor, não existindo informações se o aluno em questão possuía ou não pai. Para dar início ao perfil das mães dos menores internos do Patronato, vamos analisar o grau de instrução dessas mulheres, que pode ser conferido na seguinte tabela:

Tabela 8 – Grau de instrução das mães dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Grau de instrução	Número	Porcentagem
Primário	46	63%
Analfabetas	26	36%
Não informado	01	1%
Total	73	100%

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Por meio dessa tabela, percebemos que a maior parte das mães dos menores internos possuía o ensino primário como grau de formação. Contudo, temos também um grande número de mães que não haviam sido alfabetizadas. Em geral, podemos perceber que, percentualmente, os índices encontrados para pais e mães no que se refere ao grau de instrução eram bastante semelhantes, tendo em vista que 63% das mães possuíam ensino primário e 36% eram analfabetas, enquanto que 68% dos pais tinham ensino primário como grau de instrução e 23% eram analfabetos. No caso dos pais, houve uma proporção um pouco maior de indivíduos que não tiveram seu grau de instrução informado (09%), o que poderia ocasionar uma diferença maior nesses dados.

A segunda característica abordada para delinear o perfil dessas mães são as profissões registradas no documento, uma informação bastante importante para entender o perfil dessas mulheres e de suas famílias. Na tabela abaixo, apresentamos as profissões identificadas:

Tabela 9 – Profissões das mães dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Profissão	Número
Doméstica	51
Operária	12
Funcionária municipal	03
Costureira	02
Agricultora	01
Não informado	04
Total	73

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

No processo de análise do Livro de Matrícula Escolar, foram identificadas cinco profissões exercidas pelas mães dos menores internos. Dentre as ocupações mencionadas, a que possuía o maior número de registros era a de doméstica⁴², com 51 das 73 mães identificadas na documentação. Além disso, percebemos também um número considerável de operárias, seguido de um número menor de funcionárias municipais, costureiras e somente uma agricultora, o que novamente nos leva a pensar que boa parte dos menores internos não possuía grande familiaridade com o trabalho no campo. Além disso, podemos relacionar o perfil dessas mães e pais, que se constituía de muitos operários e operárias, ao cenário de industrialização crescente em São Leopoldo nesse período, conforme foi abordado anteriormente neste capítulo.

⁴² Na documentação analisada, não é especificado se essas mulheres seriam empregadas domésticas ou trabalhadoras domésticas, no âmbito do lar. Na leitura de outros documentos, como os relatórios sociais e fichas individuais, foram localizados tanto casos de empregadas domésticas quanto de trabalhadoras do lar. Para maiores discussões sobre essa categoria, recomendamos a seguinte referência: ALMALEH, Priscilla. **Ser mulher: cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular** (Porto Alegre 1889 – 1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7285> Acesso em: 07 mar. 2021.

Além das mães e dos pais identificados no Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, também é possível encontrar alguns alunos que possuíam tutores identificados como responsáveis. Embora não tenhamos localizado maiores informações sobre a situação desses menores (se eram órfãos ou qual o motivo para possuírem tutores), esse elemento é muito interessante para compreender o perfil dos menores internos do local, visto que nem todos possuíam familiares e alguns poderiam ser órfãos ou abandonados, assim como é identificado na realidade de outros Patronatos Agrícolas. No livro de matrícula da instituição, identificamos 05 tutores, sendo que esses indivíduos eram 03 homens e 02 mulheres. Este número é pequeno, se comparado ao de menores que possuíam mães e/ou pais identificados. Apresentaremos as características desses tutores por meio das tabelas a seguir:

Tabela 10 – Grau de instrução dos tutores dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Grau de instrução	Número
Primário	03
Analfabetos	02
Total	05

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Nesse aspecto, vemos que os dados a respeito do grau de instrução desses indivíduos eram bem divididos. Mais especificamente, os três tutores homens possuíam ensino primário, enquanto as duas tutoras não eram alfabetizadas. A seguir, podemos conhecer as profissões que esses sujeitos exerciam:

Tabela 11 – Profissões dos tutores dos alunos internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1945-1949)

Profissão	Número
Operário	03
Doméstica	02
Total	05

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Analisando a tabela, podemos estabelecer que as profissões registradas seguem o mesmo padrão identificado anteriormente, havendo três operários e duas domésticas.

A composição do público que formava o corpo discente da instituição nos remete fortemente aos objetivos de criação dos Patronatos Agrícolas, de modo que esses estabelecimentos surgem em um contexto de desenvolvimento de instituições que visam trabalhar com a infância desvalida e “encaminhar” menores que eram vistos pelas autoridades como motivo de preocupação. O público alvo dos Patronatos Agrícolas é evidenciado no trabalho de Vicente (2010), que afirma que:

Tendo por função a educação de alunos oriundos da zona urbana e rural, os Patronatos serviam para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: formar mão de obra voltada às atividades agrárias e solucionar problemas sociais advindos do crescente processo de urbanização, propiciando um futuro melhor para os chamados “órfãos, desvalidos da sorte e pobres”, ou seja, aqueles que atrapalhavam as expectativas do desenvolvimento capitalista emergente (p. 32).

Analisando a composição do perfil dos menores internados no Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, identificamos justamente a presença desses menores citados pela autora, de modo que muitos eram provenientes de famílias pobres, além de meninos órfãos de pai, mãe ou ambos. A existência desses meninos, assim como ocorreu em outras regiões, possivelmente influenciou o projeto de um Patronato Agrícola na cidade de São Leopoldo, uma vez que o perfil dos menores internos da instituição evidencia a presença dessa infância desvalida na região. O fato de que os Patronatos Agrícolas tivessem como foco esse público fez com que esses estabelecimentos ficassem conhecidos na localidade em que estavam instalados por esse tipo de trabalho, o que concedia, inclusive, uma espécie

de prestígio à instituição. Esse elemento é abordado por Nery (2006) em sua pesquisa, nos informando que:

Todos aqueles que se dirigiam ao Patronato valorizavam o seu aspecto regenerador, de correção da juventude. Outro aspecto levantado era o de preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho agrícola. Embora possam ser vistos como objetivos diferentes, os dois têm por intuito a formação de cidadãos úteis à sociedade (p. 33).

No caso do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, foi possível identificar alguns documentos no arquivo da instituição que evidenciam a imagem divulgada a respeito do trabalho realizado pelo local. Ao analisar esses documentos, é interessante perceber o discurso de regeneração da infância, uma vez que vemos exaltado o trabalho que a instituição realizava com os menores internos. É possível inferir que houvesse, por parte da instituição, o interesse em promover tal imagem. Um dos documentos em que esse discurso pode ser identificado é um Ofício da Câmara Municipal de São Leopoldo datado de 29 de dezembro de 1951⁴³, no qual é realizado um pedido de matrícula para um menor órfão de 09 anos. O conteúdo do Ofício pode ser conferido a seguir:

Reconhecendo os grandes serviços prestados a infância deste município, vimos a presença dessa direção, solicitar a concessão de uma matrícula para o menino J.A.O⁴⁴, de 9 anos e órfão.
Com esse internamento terá esse estabelecimento contribuído mais uma vez na recuperação e na readaptação de um futuro cidadão brasileiro.
Confiado na grande compreensão e alto espírito de patriotismo dessa direção, espero ser atendido.
Sem outro particular, atenciosamente nos subscrevemos. (Ofício n. 1513 da Câmara Municipal de São Leopoldo, 1951. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Na leitura desse documento, é possível identificar a forte presença do discurso de regeneração que marcou o século XX. No texto, vemos destacada a ideia de que a instituição estaria contribuindo para a “recuperação” e “readaptação” de um menor órfão, lembrando que esses menores (assim como de outros grupos que compuseram o público do Patronato) eram identificados como sendo passíveis de intervenção por parte do governo e das autoridades, de modo que a Câmara

⁴³ Apesar dos documentos que serão utilizados neste momento serem da época em que a instituição já havia sido transformada em um Aprendizado Agrícola, decidimos utilizar essas fontes pelo fato de elas evidenciarem o discurso que estava atrelado à instituição.

⁴⁴ No desenvolvimento desta pesquisa, se optou por utilizar somente as iniciais dos nomes das pessoas citadas nos documentos, de modo a preservar a identidade desses indivíduos, seguindo uma orientação que foi observada em outras pesquisas na área da História da Educação.

Municipal de São Leopoldo entrevistou nesse caso. Ainda no conteúdo desse documento, é possível identificar a imagem da instituição atrelada ao seu trabalho de regeneração da infância, um fator que podemos relacionar a uma ideia que pretendia ser difundida sobre o local. Ao analisar esse discurso, percebemos com mais clareza o papel de regeneração e assistência à infância que foi atribuído aos Patronatos Agrícolas. Além disso, percebemos ainda um destaque para o “espírito de patriotismo” mencionado no documento, retomando, assim, o fato de que o ensino ministrado dentro dos Patronatos Agrícolas (assim como em outras instituições escolares) possuía a função de desenvolver nos alunos um sentimento de amor à pátria.

Além desse documento, também foram identificadas outras fontes que evidenciam a valorização do Patronato pelo trabalho que objetivava a regeneração dos menores assistidos em suas dependências. No trabalho de pesquisa realizado no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, foram localizados alguns ofícios com pedidos de desligamento de menores internos por parte de seus pais e responsáveis, normalmente alegando que, naquele momento, eles já possuíam condições de prover o sustento dos seus filhos, além de outras situações que também podem ser verificadas. Esses casos podem ser observados nos seguintes documentos que estão presentes no arquivo do local:

São Leopoldo, 27 de outubro de 1953

Ilmo Sr. Diretor do A.V.S.L

Eu, G.G, mãe de J.M.G, venho a V.S solicitar o seu desligamento desta Escola, em vista de o ter colocado como empregado na casa de ferragens do Sr. Edgar Feltmann em S. Leopoldo.
Sinceramente grata por tudo que foi feito por meu filho acima referido, empenho a minha gratidão. (Pedido de desligamento, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Nesse caso que foi aqui exposto, nos deparamos com a situação de um menor que estava internado no local, mas que, a pedido de sua mãe, se pretendia que fosse retirado para trabalhar em uma ferragem. A partir disso, podemos observar que as internações no estabelecimento poderiam ser decorrentes de condições financeiras da sua família, sendo que esses poderiam pedir o seu desligamento com o intuito de empregá-los em alguma atividade, possivelmente

para contribuir no sustento da família. Além do caso aqui exposto, identificamos outro bastante parecido:

São Leopoldo, 5 de setembro de 1952

Senhor Diretor

Tendo falecido meu esposo, venho por intermédio deste, apelar ao vosso alto espírito compreensivo, a-fim de que se digne desligar meu filho, J.U.P, ora internado neste Educandário.

Para tanto, tenho a salientar a V.S que consegui um emprego numa oficina mecânica de um compadre e amigo de minha família.

Certa de que serei atendida nesse pedido, valho-me da oportunidade para agradecer os relevantes serviços prestados à meu filho, ao apoio moral e educacional que dispensaram até o presente momento os orientadores que se acham sob vossa orientação, subscrevendo-me. (Pedido de desligamento, 1952. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Em primeiro lugar, esses documentos são importantes por reforçarem o fato de que muitos dos alunos internados no local eram oriundos de famílias pobres, sendo que a internação desses meninos no Patronato de São Leopoldo era uma alternativa considerada por suas famílias. Além disso, no texto dessa documentação, podemos observar, mais uma vez, um discurso que busca elogiar o trabalho desempenhado pela instituição, ressaltando suas práticas de assistência e regeneração da infância. Como foi debatido até aqui, podemos inferir que possuir esse discurso de regeneração atrelado à imagem do local era de interesse da instituição, uma vez que os Patronatos Agrícolas eram estabelecimentos que funcionavam sob o comando de órgãos públicos do governo, dependendo dos recursos que eram providos por essas entidades. Além disso, possuir algum tipo de status ou prestígio na localidade em que a instituição estivesse instalada era importante para o funcionamento do local, tanto pela divulgação de seu trabalho e possível captação de recursos e apoio para a sua manutenção e funcionamento quanto para a obtenção de um número maior de alunos para a instituição, visto que esse foi um dos elementos que gerou críticas ao desempenho dos Patronatos Agrícolas no cenário de formação de trabalhadores nacionais.

Além disso, cabe lembrar que, conforme foi exposto no Capítulo 1, o desligamento de um menor interno de um Patronato Agrícola só poderia ser realizado por alguma autoridade responsável, não sendo uma simples escolha de seus pais ou responsáveis. Sendo assim, podemos refletir que esse discurso de

exaltar o trabalho desempenhado pela instituição também era de interesse dos responsáveis pelos alunos. Conforme foi debatido no Capítulo 1, a tarefa de autorizar o desligamento de um menor que estivesse em um Patronato Agrícola cabia às autoridades envolvidas com a rede de assistência em que os Patronatos estavam inseridos. Contudo, alguns autores apontam a importância do diretor nesse processo, de modo que essa figura também possuía poder decisório. Esse fato foi abordado por Nery (2006) em seu trabalho sobre o Patronato Agrícola de Sergipe:

Mesmo a pena do desligamento, que deveria caber somente ao Presidente do Estado, tinha como principal articulador o Diretor do Patronato, já que era ele quem encaminhava todo o processo para a apreciação do Governo, deixando este com a responsabilidade pela autorização ou não da exclusão do educando (p. 72-73).

Em outras pesquisas que investigaram Patronatos Agrícolas, podemos observar a importância atribuída ao papel do diretor dentro do sistema existente nessas instituições, sendo esse o cargo mais alto da hierarquia, conforme foi exposto no primeiro capítulo. A partir disso, percebemos que era de interesse dessas instituições que o diretor detivesse uma imagem de reconhecimento na localidade em que o Patronato estivesse inserido, uma vez que, conforme foi apontado, era necessário garantir a inserção da instituição no cenário político e cultural da região, além de possibilidades de inserção dos alunos no mercado de trabalho local. A existência da influência do diretor para estabelecer contatos com proprietários de terra e possíveis contratantes que forneceriam trabalho para os menores egressos da instituição é analisada por Santos (2015) em seu trabalho sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras, atestando que:

Como um cargo de poder de grande importância, o de diretor permitia ao seu ocupante relacionar-se com os proprietários de terra e comerciantes da região para encaminhar os jovens egressos do Patronato para o trabalho no campo ou nas cidades, bem como estabeleciam relações de proximidade com as autoridades políticas e policiais do estado (p. 45).

No Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, o cargo de diretor foi ocupado pelo professor Attiliano Cezar Rostirolla, que permaneceu na direção da instituição durante todo o período de sua existência, tendo, inclusive, permanecido no cargo durante o período que o local já havia sido transformado em um Aprendizado Agrícola e, posteriormente, em uma escola agrícola. No livro sobre a

trajetória histórica da instituição, encontramos algumas informações a respeito do trabalho desempenhado por esse profissional:

O Patronato iniciou com o professor Attiliano Cezar Rostirolla. Ele foi nomeado como diretor da instituição, cargo que ocupou por 23 anos. Homem simples, disciplinador e de fala mansa, era muito querido pelos alunos. Natural de Soledade. Em Viamão, como interno, cursou a escola Canadá e depois a escola Técnica Agrícola. Após formar-se como Técnico Rural na ETA, fez concurso público, iniciando suas atividades profissionais em Lajeado, RS, como Diretor de Instrução Pública do Município (TREMARIN et al., 2012, p. 69-70).

Nesta trajetória exposta pelos autores, podemos observar alguns elementos que merecem nossa atenção. Primeiramente, é interessante avaliar a imagem propagada a respeito do diretor, caracterizado aqui como uma pessoa responsável e que sabia como lidar com os menores da instituição. Como debatemos anteriormente, a imagem do Patronato na região em que estava localizado possuía importância para a sua manutenção e funcionamento e, sendo assim, disseminar uma imagem positiva sobre o principal responsável pelo estabelecimento também contribuiria para o prestígio local. Em segundo lugar, sabemos, por meio dessas informações, que o diretor do Patronato possuía formação agrícola, de modo que ele havia se formado como técnico rural. Conforme foi analisado no Capítulo 1, o diretor dos Patronatos Agrícolas deveria possuir formação no campo da agricultura para gerir uma instituição desse tipo e, como pode ser constatado, o professor Attiliano Rostirolla atendia essa exigência. Ainda no mesmo livro, podemos localizar outras informações a respeito do diretor do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo que merecem análise, tendo em vista que:

Além de professor, Attiliano foi um progressista empenhado no desenvolvimento de sua comunidade. Como tal, foi presidente do Clube Mauá, da Feitoria; foi sócio fundador do Rotary Club Leste, de São Leopoldo, e pertenceu à Loja Maçônica Inconfidência, também de São Leopoldo, onde alcançou o grau máximo daquela instituição (TREMARIN et al., 2012, p. 71).

Por meio dessas informações, podemos perceber que o diretor do Patronato possuía inserção na comunidade local, de modo que ele participou ativamente do cenário político e cultural da cidade. Através dessas observações, entendemos que a figura do diretor está inserida em uma realidade permeada por relações de influência, hierarquia e interesses em prol da própria existência da instituição. Além

disso, é interessante perceber o modo como o trabalho exercido por esse profissional, assim como pelos professores e demais funcionários dos patronatos, contribuíam para a reprodução dos modelos e projetos de regeneração da infância pobre, órfã e abandonada, que tomam forma nas propostas educacionais e nas instituições de internato.

Embora não tenhamos localizado informações a respeito dos professores que lecionaram na instituição, podemos conhecer um pouco sobre o trabalho de uma das professoras da escola, Haydée Mello Rostirolla⁴⁵, que lecionou no período de funcionamento da instituição e foi casada com o professor Attiliano Rostirolla. No livro sobre a história da escola, vemos a atuação da professora contextualizada da seguinte forma:

No período de 1945 a 1959, em que o Colégio foi assistencial, fez o levantamento socioeconômico de toda a comunidade, bem como das famílias de todos os alunos internos, ocasião em que tomou contato, pessoalmente, através de visitas e entrevistas, com toda a sorte da grande Porto Alegre, pois percorreu as favelas e vilas de onde provinha a maioria dos alunos, e, durante essas visitas, aproveitou e fez várias palestras e deu cursos, onde procurava conscientizar os seus colegas, dirigentes e a comunidade sobre o drama do menor abandonado (TREMARIN et al., 2012, p. 75-76).

Analisando a realidade exposta pelos autores, cabem algumas considerações a respeito desse contexto. Em primeiro lugar, no trabalho de pesquisa desenvolvido no arquivo da instituição, foram identificados documentos que possuem um estudo social sobre os menores internos do local e suas famílias, conforme foi mencionado anteriormente. Dentre esses documentos (relatórios sociais e fichas individuais dos menores internos), localizamos alguns produzidos pela própria instituição nos quais podemos identificar alguns desses estudos, com informações muito importantes a respeito da realidade de onde os alunos do local eram provenientes, além de dados sobre sua saúde e comportamento dentro da instituição. No panorama exposto anteriormente, podemos observar o envolvimento de profissionais da instituição (no caso, a professora Haydée) no desenvolvimento desses estudos, de modo que existem documentos onde essas informações estão impressas. Além disso, também observamos, no trecho destacado, o trabalho de divulgação das práticas de

⁴⁵ Embora não possua relação com a pesquisa, é interessante mencionar que existe uma escola estadual em São Leopoldo, também localizada no bairro Feitoria, que foi batizada com o nome dessa professora, além de esse ser também o nome da biblioteca do atual CEEPRO Visconde de São Leopoldo.

assistência, regeneração e formação que eram realizadas na instituição, o que podemos relacionar à importância do reconhecimento e disseminação do trabalho do Patronato Agrícola na região em que estava situado.

Assim como ocorreu com outros Patronatos Agrícolas que existiram no Brasil, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, após alguns anos de funcionamento, foi transformado em um Aprendizado Agrícola, mais precisamente no ano de 1949. Esse processo de transformação e as mudanças e continuidades no funcionamento da instituição serão analisados no último capítulo desta Dissertação.

2.3 A educação pelo trabalho

Entre os muitos elementos que serviram ao processo de educação, regeneração e higienização dos menores internos dos Patronatos Agrícolas brasileiros, a educação implementada nesses estabelecimentos é um tópico que merece nossa atenção. Sendo instituições que objetivavam a formação de trabalhadores para o campo, os Patronatos possuíam o ensino agrícola em sua base, servindo como uma importante ferramenta para o emprego do modelo de assistência e formação que embasou as instituições para internato de menores no século XX. A presença do ensino agrícola nos Patronatos e o modo como esse era organizado e implementado dentro dessas instituições foi alvo do trabalho de análise de alguns pesquisadores. Na investigação de Nery (2006), o autor situa a importância que essa modalidade de educação teve para o sistema de funcionamento dos Patronatos Agrícolas:

A educação oferecida pelos Patronatos Agrícolas Federais, marcadamente agrícola, deveria ter sua maior carga horária destinada às atividades práticas, nas quais os menores aprendessem o fazer a partir da experimentação. Este direcionamento do ensino nessas instituições guardava uma estreita relação com os pressupostos divulgados pelos reformistas educacionais que atuaram em diversos estados brasileiros ao longo da década de vinte do século XX (p. 20).

Tal como foi mencionado pelo autor, a educação que vemos implementada nos Patronatos Agrícolas possuía por finalidade não só a formação desses indivíduos como profissionais agrícolas, mas também para reforçar os processos de

construção de cidadãos obedientes, trabalhadores, educados e higienizados, de modo que o ensino ministrado nos Patronatos acaba por ser um complemento a todo o sistema de controle, vigilância, disciplinarização e hierarquia que era construído nos domínios dessas instituições. Corroborando ainda essa ideia, o autor aponta que:

Os instrumentos educativos do Patronato Agrícola visavam a uma padronização dos menores internos, a partir da imposição de um rigoroso código disciplinar e a otimização dos seus corpos em função do aprendizado das práticas agrícolas (NERY, 2006, p. 83).

Dessa forma, os ensinamentos disseminados nas aulas dos Patronatos não tinham somente o propósito de educar os meninos da instituição nas lidas do campo e do trabalho agrícola, mas também de atuar no processo de regeneração desses menores desvalidos. A funcionalidade do ensino agrícola na realidade educacional dos Patronatos Agrícolas foi abordada por Santos (2015), uma vez que a autora atesta que:

Para que os alunos pudessem desenvolver o autogoverno, era necessário dar-lhes o “ferramental”, ou seja, o conhecimento técnico-científico para que eles, através da prática de procedimentos racionais de trato com a terra, pudessem realizar as suas ações de forma “correta” (p. 163).

A partir das questões mencionadas, podemos relacionar o ensino e a realização de práticas agrícolas ao ideal de regeneração e promoção de autodisciplina e responsabilidade que se pretendia desenvolver junto aos alunos internos. No sistema educacional desenvolvido nas dependências dos Patronatos, havia uma importante ligação entre as disciplinas e conhecimentos teóricos que deveriam ser ensinados aos alunos e as aulas práticas que tinham com propósito educar os menores no trabalho agrícola. A respeito desse entrelaçamento, podemos observar que:

Os cursos do Patronato eram voltados ao ensino primário e profissional. O intuito da Instituição era formar um trabalhador apto física, moral e disciplinado para o trabalho assalariado, para tanto era necessário educar-lhes nas primeiras letras, ensinar a escrever e a contar e, concomitantemente, inseri-los no que considerava-se ser o mais importante do Patronato: o trabalho agrícola (SANTOS, 2015, p. 70).

A partir disso, percebemos a importância que o ensino das práticas agropecuárias ocupa no cenário educacional de um Patronato Agrícola, servindo

para aprimorar os conhecimentos disseminados em aulas de caráter teórico, assim como as práticas de disciplina e higienização física e moral dos indivíduos que viviam nesses lugares. Assim como foi debatido no Capítulo 1 desta Dissertação, o ensino agrícola serviu de ferramenta para os governos brasileiros do século XX, como uma maneira de promover a assistência e regeneração de menores desvalidos, tendo como base um rigoroso conjunto de códigos de regras e condutas que tinham como objetivo enquadrar esses indivíduos no modelo de cidadão e trabalhador projetado pela influência da eugenia e da filantropia. A respeito dessa questão, Vicente (2010) nos informa que:

Os discursos da época preconizam uma educação prática e civilizatória aos pobres. Os alunos do Patronato deveriam aprender a parte prática do plantio, com o diferencial de saberem mais do que os agricultores sem instrução. O ensino profissional era visto como uma maneira de superar o atraso agrícola da nação e também de qualificar a mão de obra do setor primário (p. 81).

A partir disso, os Patronatos Agrícolas faziam uso da aprendizagem agrícola por meio de atividades práticas, sendo esse um dos elementos de grande importância no sistema em que esses estabelecimentos funcionavam. Para melhor compreender o modo como esse ensino era administrado nesse contexto, é interessante observar a forma como o ensino agrícola foi implementado em outras instituições que pertenceram à rede de Patronatos Agrícolas do país. Tomando como exemplo outro Patronato localizado no estado do Rio Grande do Sul, o Patronato Agrícola Visconde da Graça, situado na cidade de Pelotas, é observado que:

No Patronato, os alunos exerciam diariamente as práticas agrícolas às quais a Instituição objetivava. A parte da educação dos alunos chamada de Ensino Profissional era composta por 3 oficinas: Ferraria, Carpintaria e Selaria (VICENTE, 2010, p. 77).

No cenário educacional dos Patronatos Agrícolas, o chamado ensino profissional possuía grande importância no desenvolvimento das práticas educativas e também na manutenção desses estabelecimentos. Complementando as informações sobre o funcionamento educacional do Patronato de Pelotas, Vicente (2010) estabelece:

Quanto ao Ensino Prático de Agricultura, esse parece exercer um maior destaque na Instituição, enquanto as oficinas serviam muito mais para suporte financeiro, reparação e conserto dos objetos internos do Patronato, a Agricultura era descrita nos Relatórios como uma das atividades que os alunos mais gostavam de exercer e também a que obtinham melhores notas (p. 79).

Uma vez estabelecida a existência do ensino e das práticas de Agricultura, é importante compreender os conteúdos e técnicas ministrados nessa área. Ainda observando a realidade identificada em Pelotas, Vicente (2010) atesta que:

O conteúdo administrado em Agricultura era relativo a composição e aproveitamento da terra, identificação de plantas e solo. Também fazia parte do currículo o conhecimento sobre maquinaria agrícola, como arados, grades e semeadeiras (p. 79).

Tomando como exemplo outro desses estabelecimentos - o Patronato Agrícola de Anitápolis/SC, analisado por Boeira (2011) -, encontramos outras informações a respeito do funcionamento do ensino agrícola nessas instituições. Discutindo os ensinamentos que deveriam ser desenvolvidos, o autor estabelece que:

No cumprimento de suas finalidades, os patronatos eram definidos como núcleos de ensino profissional destinados a habilitar seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, dependendo da região onde o patronato fosse instalado e da necessidade agroeconômica da região (BOEIRA, 2011, p. 8).

Corroborando com as informações apresentadas anteriormente, observamos, novamente, a grande ênfase em atividades práticas que deveriam ser disseminadas na rotina educativa dos patronatos, de modo que observamos conteúdos e práticas relacionados aos conhecimentos agrícolas sendo trabalhados. É possível identificar, também, a tentativa de aproximar os menores internos da vida e das lidas do campo, além de atuar sobre a realidade local do Patronato, de modo que “A aprendizagem adquirida no Patronato Agrícola modificava o meio circundante do núcleo colonial e a relação dos alunos com a natureza, transformando-a e adaptando-a as necessidades deles” (BOEIRA, 2011, p. 8).

No Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, o ensino agrícola também foi empregado no cotidiano da instituição, de modo que podemos identificar a presença de cursos e conteúdos direcionados à formação agrícola e aprendizagem do trabalho no campo: “De junho de 1945 a dezembro de 1949, sob a direção do

professor Attiliano Cezar Rostirolla, a Escola manteve um curso para operários rurais” (TREMARIN et al., 2012, p. 42-43). O recorte de 1945 a 1949 corresponde justamente ao período de funcionamento do Patronato, lembrando que no ano de 1949 ele foi transformado em um Aprendizado Agrícola. Na matéria do *Jornal Correio de São Leopoldo* a respeito da inauguração do Patronato, é possível localizar algumas informações sobre os cursos que deveriam ser ministrados no local, que podem ser conferidas a seguir:

Nesse estabelecimento, será professado varios cursos, entre os quais os de agricultura, apicultura, avicultura, [...], carpintaria e marcenaria, adequados sempre a idade, capacidade, aptidão dos menores e as condições didaticas dos cursos. Na escolha da profissão a adotar, levar-se a em conta a informação médica, a procedencia do menor, as aptidões vocacionais, a aprendizagem adquirida anteriormente e o seu provavel destino. (Recorte do *Jornal Correio de São Leopoldo*, n 623, 12 de outubro de 1944. Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Embora não tenham sido localizadas maiores informações a respeito do funcionamento e da organização do curso para operários rurais, tampouco se os cursos mencionados na reportagem foram de fato ministrados, podemos inferir que os conteúdos ministrados nas aulas do Patronato e as atividades agrícolas realizadas nas aulas práticas seguiam, possivelmente, os mesmos modelos observados em outros patronatos agrícolas. Contudo, podemos observar a existência dessa importante relação com as lidas do campo e as práticas que circundavam os conhecimentos agrícolas por meio de algumas fotografias existentes no acervo da escola, podendo ser conferidas a seguir:

Figura 8 - Alunos trabalhando na plantação



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Fonte:
<http://www.ceepro.com.br/historia/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Figura 9 - Alunos trabalhando na plantação (2)



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Fonte:
<http://www.ceepr.com.br/historia/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Figura 10 - Alunos trabalhando no campo



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Fonte:
<http://www.ceepr.com.br/historia/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Figura 11 - Lida com os animais



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Fonte:
<http://www.ceepto.com.br/historia/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Figura 12 - Lida com os animais (2)



Fonte: Acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Sem data. Fonte:

<http://www.ceepr.com.br/historia/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Nas imagens apresentadas, podemos identificar alguns elementos referentes ao ensino agrícola estudado em outros patronatos. Por meio das fotografias, observamos o desenvolvimento de atividades práticas que deveriam ser aprendidas e desempenhadas pelos menores internos do local, em especial as técnicas relacionadas ao plantio e cultivo dos produtos nas plantações internas e as práticas de lida e trato com os animais criados no terreno do Patronato. Embora o elemento da educação pelo trabalho tenha desempenhado um papel fundamental no cenário dos Patronatos Agrícolas, essa realidade pode ser identificada em outros contextos educacionais do século XX. Em primeiro lugar, é importante compreender o papel que o trabalho atrelado à infância ocupava na sociedade brasileira desse período. Em sua dissertação sobre crianças operárias na cidade de Caxias do Sul, Ramon Victor Tisott (2008) analisa a presença da infância no mundo do trabalho desta localidade durante o fim do século XIX e início do século XX, destacando que “O trabalho durante o período da infância, no qual a dependência dos familiares é uma

característica fundamental, tinha na família sua origem e destino do seu produto” (p. 118). A partir do conhecimento desse contexto, percebe-se a necessidade, por parte de diversas famílias, de empregar seus filhos em atividades laborais, de modo a buscar um complemento para a renda e o sustento da família, tendo em vista que “A família promovia ou autorizava o trabalho dessas crianças, e a renda gerada por ele era incorporada ao orçamento familiar” (TISOTT, 2008, p. 118).

Como é possível averiguar, a inserção de crianças no mundo do trabalho não era algo incomum no decorrer do século XX. Pelo contrário, a presença de menores em cargos e ocupações no mundo laboral era um elemento bastante presente nesse período, em especial no início do século passado. Apesar dessa realidade, Ramon Victor Tisott (2017) destaca a importância de mais pesquisas no campo da história que englobem essa temática, definindo, assim, que:

No interior da história da infância, a relação entre crianças e o trabalho é um tema relativamente pouco explorado no Brasil, principalmente quando comparado aos temas do abandono e das políticas públicas, com destaque à educação e à assistência social (p. 35).

Desta maneira, é interessante a possibilidade de desenvolver pesquisas que englobem a relação da infância com o mundo do trabalho, uma vez que esse tema abre margem para um grande número de abordagens e problemáticas. Retomando o histórico da atuação de crianças em atividades de trabalho na sociedade ocidental, Tisott (2017) aponta para uma importante divisão entre o mundo rural e o mundo urbano no que se refere à presença de crianças, destacando que:

Uma divisão relevante no trabalho de crianças na história é entre as atividades rurais e urbanas. O trabalho na terra é muito associado às rotinas laborais familiares, que vão desde a “ajuda” dada por crianças de ambos os sexos em atividades pouco complexas, passam por tarefas auxiliares no trabalho sazonal nas colheitas, mas compreendem também longas jornadas de trabalho solitário e em condições adversas nos campos (p. 43).

Em contraponto a essas atividades características da vida no campo, marcada por um trabalho mais focado no universo familiar e na produção de pequenas propriedades, temos o trabalho no meio urbano, vinculado ao contexto de industrialização, visto que “Era nas cidades que o emprego de aprendizes caracterizava o trabalho infantil e onde o trabalho das crianças nas fábricas tornou-se massivo” (TISOTT, 2017, p. 43). A partir dessa percepção, vemos que a presença

da infância no mundo do trabalho, apesar de se dar de formas diferentes, dependendo do contexto em que ele era empregado.

No contexto mais específico da história do Brasil, Silvia Maria Fávero Arend (2015) ressalta que, para as crianças provenientes das camadas mais pobres da sociedade, a inserção no mundo do trabalho foi uma realidade bastante presente, de modo que “A socialização das crianças, adolescentes e jovens por meio das relações de trabalho tornou-se, ao longo da trajetória histórica da sociedade brasileira, quase uma regra para meninas e meninos pobres no mundo rural e urbano” (p. 41). Essa realidade - de menores exercendo atividades laborais, tanto nos contextos rurais, de trabalho com a terra, quanto no universo urbano de indústrias e produção em massa - só apresentaria mudanças mais significativas já no século XIX e início do século XX, por meio de leis e projetos que visavam a transformação da infância. A respeito desse processo de mudanças, Tisott (2017) descreve que:

Foi apenas no século XIX e início do XX que essa realidade se transformou profundamente na Europa e nos EUA, por meio de legislação restritiva ao trabalho infantil e da educação compulsória, a ponto de representar um marco na presença do trabalho na infância (p. 42).

Essas transformações são influenciadas também, em grande parte, pelas mudanças na concepção de infância que passam a ser disseminadas na sociedade ocidental do final do século XIX e início do século XX; as crianças passaram a ser vistas sob uma nova perspectiva. Com a ascensão de movimentos que visavam a formação de futuros cidadãos e a construção da noção das crianças como indivíduos que necessitavam de novas formas de investimento, Arend (2015) estabelece que:

A noção de infância burguesa tem como uma de suas premissas básicas a assertiva segundo a qual a criança é um ser em formação. Nesta perspectiva, a produção do corpo do infante de maneira saudável é vital, especialmente quando esta população necessita trabalhar (p. 38).

A partir dessas mudanças em relação às visões acerca da infância, percebe-se uma tentativa de afastamento desses indivíduos do trabalho precoce e maiores cuidados em relação à saúde e educação das crianças, de modo que “A educação compulsória e a legislação sobre o trabalho das crianças procuravam aumentar o período de dependência a seus pais, buscando protegê-las do mundo dos adultos” (TISOTT, 2008, p. 128). Contudo, a presença de crianças no contexto de atividades

laborais não desaparece por completo, uma vez que esse contexto sofre importantes mudanças. Nesse momento, o surgimento de instituições profissionalizantes de internato propicia o uso do trabalho e da educação como meio de regeneração de crianças identificadas como um problema pelas autoridades governamentais. Tomando novamente como exemplo os estudos de Tisott (2008) sobre a cidade de Caxias do Sul/RS, percebe-se que:

O ensino profissional passa a fazer parte da história da cidade como um instrumento de “recuperação” da infância. O trabalho, no período estudado, ganha força como meio de inclusão das crianças na sociedade que se formava (p. 140).

Por meio do quadro exposto pelo autor, observamos a transformação da realidade do trabalho atrelado à infância, que dessa forma assume um caráter regenerador e de formação de futuros trabalhadores e cidadãos. Ainda que existam contextos diferentes e particularidades em cada instituição de internato, os Patronatos Agrícolas acabam por atender a essa resolução de educação por meio do trabalho no campo, uma vez que se buscava a construção de conhecimentos relativos às lidas agrícolas e a promoção de comportamentos saudáveis e disciplinados para os menores, futuros trabalhadores.

Ao refletir sobre a inserção da infância no mundo do trabalho em termos internacionais, Arend (2015) identifica alguns marcos, no decorrer do século XX, relativos à proteção da infância, em especial a Declaração dos Direitos da Criança (elaborada em 1959)⁴⁶, tendo sido esta promovida pela Organização das Nações Unidas. No caso do Brasil, um marco mais expressivo da consolidação desse processo viria somente no ano de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴⁷, importante legislação que direcionou as leis referentes à proteção às crianças e adolescentes brasileiros até os dias atuais.

⁴⁶ Sobre essa Declaração, Arend (2015) atesta que “Esta normativa internacional começou a ser gestada, em 1978, a partir de um texto inicial apresentado pelos representantes do governo da Polônia à Organização das Nações Unidas. Neste texto inicial, estavam expressos os preceitos dos Direitos Humanos aplicados ao universo infanto-juvenil” (p. 32). Debatendo sobre os preceitos e transformações em prol das crianças instituídos na Declaração dos Direitos da Criança, a autora nos informa que: “Dentre os direitos de alcance heterogêneos, o direito a não trabalhar está associado a uma perspectiva de socialização das crianças, adolescentes e jovens a partir de outra ótica, a da escola. A introdução deste direito por muitos considerado radical, implica em mudanças significativas em práticas sociais vigentes” (AREND, 2015, p. 33).

⁴⁷ Ao analisar algumas das medidas validadas pelo ECA, Arend (2015) certifica que: “O Título II do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao abordar os denominados ‘Direitos Fundamentais’, refere-se

Sendo assim, o mundo do trabalho brasileiro, que contava com a presença de menores desempenhando diferentes funções e atividades, uma vez que essa era uma alternativa bastante utilizada por famílias pobres para prover o sustento de seus lares, sofre transformações importantes no decorrer do século XX. Por meio dos projetos e legislações que visavam a proteção da infância (e também daqueles que buscam disciplinar e higienizar menores para formar trabalhadores ideais), vemos uma mudança nessa realidade. O trabalho exercido por crianças e adolescentes é reconfigurado e recebe novas roupagens de cunho social e filantrópico, até que as legislações de proteção à infância se desenvolvam e restrinjam a idade de ingresso no mercado de trabalho e atuem no sentido de melhorar as condições para os menores brasileiros.

Embora o trabalho desenvolvido nas aulas práticas fosse um elemento fundamental para o sistema educacional vigente nos Patronatos Agrícolas, os conteúdos desenvolvidos nas aulas teóricas eram igualmente importantes no intuito de regeneração existente nessas instituições. Direcionando os debates em torno dessa questão, Nery (2006) discorre que:

No entanto, não era somente através da aplicação do código disciplinar que se dava a educação dos menores; esta se concretizava, sobretudo, através do entrelaçamento desse código com as demais práticas educativas, como, por exemplo, as aulas do ensino primário, a educação física, o ensino profissionalizante, dentre outras (p. 88).

Conforme foi mencionado anteriormente, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, assim como os outros estabelecimentos desse modelo, oferecia ensino primário e ensino profissionalizante voltado à formação agrícola. Tendo em mente essa realidade, é interessante observar o modo como as disciplinas ministradas na educação primária se entrelaçavam ao sistema de funcionamento dessas instituições e aos seus objetivos de formação de cidadãos úteis para a sociedade. Em primeiro lugar, é importante analisar os motivos que fazem com que

à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e à profissionalização e à proteção no trabalho" (p. 43). A partir da promoção dessas novas orientações em prol da infância e adolescência de nosso país, a relação da infância com o mundo do trabalho passa por significativas transformações. No que se refere, por exemplo, as condições de trabalho envolvendo menores de idade, podemos identificar no Artigo V do ECA algumas dessas orientações: "Os temas presentes no Artigo 32, da Convenção dos Direitos da Criança, tais como a delimitação da faixa etária para o ingresso no mercado de trabalho (14 anos) e a interdição de horários e locais para a realização das atividades laborais, estão presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente nos Artigos 60 e 67" (AREND, 2015, p. 43).

determinadas disciplinas sejam lecionadas, identificando o contexto social, político, cultural e econômico que influenciavam na composição dessas matérias escolares. Contribuindo para essa discussão, Aquino (2013) analisa que:

A exposição das disciplinas nos remete a alguns questionamentos do porquê de a instituição ensinar o que ensina, a função de cada disciplina ou matéria, sabendo que a escola faz uma seleção cultural identificando o que é, em determinada época, importante para ser ensinado e aprendido (p. 175).

A partir dessa percepção, observamos que os conteúdos teóricos ensinados nos Patronatos Agrícolas eram outra ferramenta importante para a disseminação de hábitos saudáveis e a construção de noções de cidadania e comportamento que esses estabelecimentos almejavam. Infelizmente, não foram localizados documentos referentes às disciplinas lecionadas na instituição aqui estudada no período referente ao funcionamento do Patronato Agrícola. Contudo, foram encontrados alguns boletins escolares que correspondem ao período posterior, do Aprendizado Agrícola e, embora não seja o recorte trabalhado nesse capítulo, esses documentos apresentam as disciplinas lecionadas no ensino primário da instituição. Esses boletins serão apresentados a seguir:

Figura 13 - Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo

N. de Ordem	N. de Matrícula				Classificação Teste ABC							
	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1.º Exame	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	2.º Exame	M. Geral	OBSERVAÇÕES
Linguagem		52	56	15		70	50	57		76		
Matemática		12,5	22	10		46	34	34		48		
Estudos Sociais		45	30	70		52	68	68		65		
Estudos Naturais		60	30	50		50	70	70				
Higiene												
Comportamento												
Religião		100	-	80		70	60	70		70		
Desenho			50	50		50	60	78		60		
Música						7						
Educação Física		77	77	77		75	65	74		70		
Trabalhos Manuais												
MEDIA		57,7	43	50		53	45	64		63		
GERAL:			24%	11%		12%	13%	14%		14%		

Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Foto: Maurício Pereira.

Figura 14 - Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1958)

N. de Ordem	N. de Matrícula				Classificação Teste ABC							
	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1.º Exame	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	2.º Exame	Média Geral	OBSERVAÇÕES
Linguagem	80	50	55	65	70	63	77	77	57	66	60	
Matemática	58	75	60	63	55	65	50	46	59	65	59	
Estudos Sociais	65	50	50	55	70	75	50	50	57	77	65	
Estudos Naturais	75	70	50	68	80	67	50	50	63		66	
Higiene	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Comportamento	100	100	95	100	100	100	90	90	95	90	95	
Religião		100		100	100	100	60	60	78		74	
Desenho		100	50	80	95	95	100	65	81	90	83	
Música												
Educação Física	90	85	95	78	50	80	95	90	86	93	83	
Trabalhos Manuais												
MÉDIA	80	78	69	76	78	81	70	70	73	88	67	
GERAL:	5%	4%	7%	4%	2%	2%		7%	5%	11%	10%	

Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Foto: Maurício Pereira.

Por meio dessas fontes, é possível identificar quais eram as matérias ministradas no ensino primário da instituição, sendo elas: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Higiene, Comportamento, Religião, Desenho, Música, Educação Física e Trabalhos Manuais. Em pesquisas que se dedicaram ao estudo de outros Patronatos Agrícolas, podemos encontrar contribuições

significativas a respeito do papel desempenhado por algumas dessas disciplinas no funcionamento desses locais. No Patronato Agrícola de Bananeiras, Santos (2015) identificou a organização do ensino primário naquela instituição, que se assemelha em alguns pontos ao estabelecimento de São Leopoldo. Sobre essa questão, a autora enfatiza que:

[...] no curso primário era ensinada a leitura, escrita, noções de gramática reduzidas ao mínimo, que conduzissem os meninos apenas a saber falar e escrever corretamente na língua portuguesa. Também aprendiam a contar, calcular aritmética e noções de geometria prática, história natural, instrução moral e cívica, noções elementares de higiene, desenho, ensino de música com cânticos da patrióticos, ginástica sueca, passeio e excursões para a coleta de plantas com a finalidade de formar coleções escolares e trabalhos manuais (SANTOS, 2015, p. 71).

Conforme é possível observar, alguns dos conteúdos ministrados na instituição de Bananeiras são semelhantes aos identificados no contexto da instituição alvo desse estudo, sendo esses os elementos relacionados à escrita e à linguagem, à matemática, higiene, música e educação física. A partir disso, é interessante relacionar a organização desses conteúdos escolares ao sistema de regeneração da infância desenvolvido nos Patronatos, uma vez que, conforme foi exposto pela autora, cada uma dessas disciplinas servia aos propósitos desse sistema. Enfocando os conteúdos relacionados à Linguagem, podemos localizar algumas análises no trabalho de outros pesquisadores. Nery (2006), por exemplo, discorre que:

[...] além do direcionamento para decifrar os códigos, ou seja, as palavras, havia também a intenção de levar os menores à compreensão do que estavam lendo, isto é, não era só ensinar a ler, era, também, fazer as crianças entenderem o que estavam lendo. O ensino da cópia e do ditado também eram práticas muito frequentes, seguindo o mesmo direcionamento da leitura e da interpretação, tornando-se atividades complementares e indissociáveis (p. 103-104).

Além da preocupação em alfabetizar os menores que ingressavam nessas instituições e proporcionar um ensinamento direcionado à interpretação de texto, o ensino focado nessa área do conhecimento estava relacionado ao cotidiano de regras e atividades desses locais, de modo que “A cópia e o ditado seriam uma forma de treinar as crianças através das repetições e da prática da escrita (NERY, 2006, p. 103-104)”. Analisando, por sua vez, os conteúdos disseminados na disciplina de estudos sociais, podemos observar que essa área do conhecimento

deveria desenvolver, nos alunos internos, sentimentos de patriotismo e pertencimento à nação brasileira, ensinando sobre eventos e fatos que denotavam forte inclinação à exaltação de uma história oficial. Essas reflexões podem ser identificadas nos estudos de Nery (2006), visto que:

A Geografia e a História debruçavam-se sobre aspectos locais e nacionais com o intuito de criar uma identidade no aluno de pertencimento à nação; ou seja, ambas, através de seus conteúdos, buscavam valorizar o país, seus grandes nomes, inculcando nos menores valores morais e cívicos (p. 140).

Assim como já foi averiguado anteriormente neste trabalho, os Patronatos Agrícolas possuíam um discurso vinculado à construção de futuros cidadãos brasileiros, influenciado pelos preceitos republicanos que ecoaram nos projetos e ideais disseminados no decorrer do século XX, em especial na primeira metade desse século. Sendo assim, o fato de que os Patronatos Agrícolas buscavam construir, junto aos menores internos que estudavam em suas dependências, um sentimento de amor à pátria denota, mais uma vez, o modo como o funcionamento dessas instituições foi fortemente influenciado por esse contexto de preocupação com a formação de cidadãos úteis à nação. Indo ao encontro dos debates em torno desse elemento do ensino primário nos Patronatos, Vicente (2010) informa:

Também os alunos deveriam ser devotos à Pátria, aprendendo noções de História e Geografia, com destaque para grandes heróis e datas importantes à República. As datas festivas e eventos comemorativos como desfile dos alunos eram parte das práticas educativas e buscavam atender a esses objetivos (p. 95).

Além dessas considerações elencadas pela autora, cabe lembrar que a participação dos alunos da instituição em eventos e comemorações que ocorriam na localidade onde o Patronato estava instalado se configurava também como forma de inserir a instituição na vida cultural e política local, de modo que o reconhecimento perante o trabalho desempenhado por esses empreendimentos era uma peça importante para a existência e manutenção dos Patronatos Agrícolas. Por fim, devemos investigar a importância da disciplina de educação física para o funcionamento do sistema educacional dos Patronatos. Essa matéria escolar teve uma contribuição bastante significativa para a implementação da educação higienista disseminada nas escolas brasileiras durante o século passado e, no caso

dos Patronatos Agrícolas, essa realidade não foi diferente. Dentro desse contexto, é observado que:

No tocante ao Patronato, pode-se dizer que a Educação Física tinha como fim precípua a correção, já que a ginástica sueca trazia em si elementos como disciplina, reconhecimento corporal e movimentos rígidos, embora não se possa negar que a prática da Educação Física poderia contribuir para uma racionalização e otimização dos movimentos, propiciando a eficiência, principalmente no que concerne ao trabalho agrícola (NERY, 2006, p. 101).

A partir da elucidação dos elementos presentes na composição dessa disciplina, a Educação Física se destaca como uma das principais matérias que disseminavam, no contexto educacional dos Patronatos Agrícolas, as medidas higienistas que embasavam o funcionamento desses locais. Através da preocupação com os corpos saudáveis e disciplinados dos alunos internos, essa disciplina vai ao encontro dos projetos de criação de trabalhadores ideais em sua saúde e comportamento. Analisando a composição do currículo escolar existente nos Patronatos Agrícolas, podemos averiguar a maneira como cada conteúdo a ser ministrado possuía seu próprio papel dentro do sistema de controle, formação e regeneração de crianças e jovens que foi executado nessas instituições.

CAPÍTULO III – O APRENDIZADO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1950-1960)

No último capítulo desta Dissertação, nos debruçaremos sobre a transformação ocorrida na instituição no final da década de 1940, quando o então Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo passa a ser o Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. A partir disso, pretendemos estabelecer um debate sobre o processo de mudança, que ocorreu em outros estabelecimentos de mesmo tipo, averiguando as diferenças entre esses dois modelos de instituição e a maneira como eles acabam por se entrelaçar. Partindo dessa ideia, analisaremos, então, a atuação da instituição neste segundo momento de seu funcionamento, discutindo, em especial, o perfil dos menores internos e de seus pais e responsáveis, sinalizando mudanças significativas que podem ser observadas a partir dessa transformação e elementos que expressam semelhanças e continuidades entre esses dois períodos.

3.1. De Patronato a Aprendizado: mudanças e permanências

Quando nos debruçamos sobre o estudo da trajetória dos Patronatos Agrícolas que figuraram, durante o século XX, entre as instituições de ensino e assistência, percebemos algumas semelhanças que aproximam os diferentes estabelecimentos dessa rede espalhada pelo Brasil. Além da estrutura de funcionamento e do público-alvo dos Patronatos, percebemos outro elemento que relaciona essas instituições: o fato de que muitos Patronatos foram transformados em Aprendizados Agrícolas no decorrer do seu período de atuação. O processo que levou a essa mudança está relacionado a uma série de modificações que ocorrem ao longo do século XX, vinculadas ao desenvolvimento das leis que regiam o ensino agrícola e às preocupações que se destacam no cenário nacional. Uma das razões que levaram as autoridades a decidir pela transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados foram as críticas persistentes das quais os Patronatos foram alvo, uma vez que essas instituições foram consideradas pouco eficientes quanto ao seu caráter de formação de trabalhadores agrícolas, tal como foi debatido no Capítulo 1.

Para esse trabalho de análise, é importante compreender as diferenças que delimitam esses dois modelos de estabelecimentos de ensino agrícola, uma vez que os objetivos que orientavam o funcionamento dos Aprendizados Agrícolas apresentam discordâncias quando comparados aos que embasavam o trabalho dos Patronatos. Contudo, deve ser destacado que, apesar dessas diferenças, o processo de transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados também apresentou muitas semelhanças e continuidades em relação ao trabalho desenvolvido por essas instituições e ao perfil de alunos atendidos. A partir disso, buscamos não somente delimitar as diferenças que podem ser identificadas entre os dois modelos de estabelecimento, mas também as semelhanças que marcam esse processo, analisando, assim, a forma como essa realidade se deu no caso do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo.

Em primeiro lugar, devemos destacar que, embora os Aprendizados Agrícolas possuam destaque na trajetória histórica dos Patronatos Agrícolas, essas instituições possuem uma história própria, até mesmo anterior à criação dos Patronatos. Os Aprendizados Agrícolas são criados no ano de 1910, por meio do Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910 (NERY, 2010), buscando atender alguns anseios relacionados à população do campo. Discorrendo a respeito das orientações que embasaram o surgimento desses estabelecimentos, Nery (2010) apresenta o seguinte panorama:

[...] a lei dispunha que esses estabelecimentos teriam a finalidade de formar trabalhadores aptos aos diversos serviços da propriedade rural, explorando-as, tendo em vista as modernas técnicas agrícolas. Nota-se a ênfase de um discurso cientificista como “mola mestra” para o desenvolvimento agrícola (p. 95).

A partir dessas características expostas pelo autor, podemos perceber que, desde sua fase inicial, os Aprendizados Agrícolas apresentavam uma preocupação com a formação de trabalhadores e com o ensino agrícola, justamente o elemento que foi alvo de críticas quando falamos dos Patronatos. De fato, podemos observar, na criação e funcionamento de Aprendizados Agrícolas, alguns elementos que podem ser relacionados ao cenário de discussões em torno da modernização da agricultura e da introdução dos conhecimentos e tecnologias proporcionados pelas ciências agrárias, um debate que foi realizado no primeiro capítulo deste trabalho. Tomando como base essas reflexões, Nery (2010) argumenta:

Parto, também, da hipótese de que os Aprendizados responderam a um certo ideal “civilizador do campo”. Assim como nos centros urbanos tentava-se forjar o “homem republicano” através da educação, no campo, os Aprendizados refletiram este tipo de pensamento, vislumbrando a formação de um “novo homem”, que estabeleceria uma relação diferenciada com a terra. Penso, portanto, que estas instituições atendiam a uma visão de progresso, de homogeneização das práticas e técnicas agrícolas, enfim, era um olhar civilizador do campo (p. 21-22).

Por meio das ideias expostas, é possível pensar nos Aprendizados Agrícolas enquanto instituições que buscavam atender a uma demanda de formação de profissionais do campo, sendo esse um setor da economia no qual eram identificados diversos problemas. Conforme exposto no Capítulo 1, o setor agrícola brasileiro, no início do século XX, era considerado economicamente atrasado e os trabalhadores desse mundo rural foram percebidos como ignorantes e despreparados, realidade que deveria ser transformada com a introdução de novos conhecimentos agrícolas. Sendo assim, a criação dos Aprendizados Agrícolas, tal como foi analisado por Nery (2010), poderia ser uma resposta a essa preocupação em torno da modernização da agricultura e da capacitação dos futuros profissionais agrícolas. Mais do que isso, essas instituições poderiam ser uma tentativa de trazer a modernização para o mundo rural. Buscando conhecer o trabalho que deveria ser desenvolvido por esses estabelecimentos com seus alunos, podemos fazer uso das informações fornecidas por Nery (2009), que apresenta os conteúdos ministrados nesses espaços:

As atividades desenvolvidas nos Aprendizados deveriam ter um caráter eminentemente prático, com cursos de dois anos, tendo por clientela alunos entre 14 e 18 anos. O ensino destes estabelecimentos deveria debruçar-se sobre as artes manuais ou mecânicas relacionadas à agricultura, a métodos racionais de exploração do solo, práticas referentes à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos e sobre as indústrias rurais (27).

A partir do quadro exposto, podemos perceber que, assim como ocorreu nos Patronatos Agrícolas, o ensino agrícola era um pilar de grande importância para o funcionamento dos Aprendizados Agrícolas. Contudo, ao analisar os objetivos que orientavam esses dois modelos de instituição de ensino, percebemos um ponto importante que os distingue: enquanto os Patronatos Agrícolas possuíam um caráter assistencial e de regeneração da infância, os Aprendizados Agrícolas eram focados na formação de profissionais para o mercado agrícola. Esse elemento, focado no aspecto de formação, pode ser percebido também na composição do público-alvo

que deveria ser atendido por cada uma das instituições. Desse modo, sabemos que os Patronatos eram destinados a menores órfãos, abandonados e de famílias pobres, ao passo que os Aprendizados seriam direcionados para filhos de agricultores e trabalhadores rurais, de modo que “havia um direcionamento no ensino para aqueles que já tinham relação com a terra, ou seja, que vivessem no meio rural, pois a eles seria destinada uma educação que lhes internalizasse práticas agrícolas modernas” (NERY, 2010, 96). Em relação aos Patronatos Agrícolas, vimos que o fato de que os menores internados nessas instituições não serem, em sua maioria, provenientes de ambientes rurais e nem possuírem contato com a vida do campo foi um dos fatores de críticas a esses estabelecimentos. Nos Aprendizados Agrícolas, por sua vez, os alunos já deveriam ter uma experiência prévia com a vida e o trabalho rural, uma vez que se buscava aprimorar esses conhecimentos com uma formação baseada em preceitos técnicos e científicos, atentando para o fato de que “o ensino ministrado nos Aprendizados atenderia, sobretudo, à preparação dos futuros ‘homens do campo’, que, diferentemente dos seus pais, aproveitariam a terra de forma mais racional” (NERY, 2010, p. 96).

Uma vez que existia essa preocupação com a formação de profissionais agrícolas, é possível identificar, na realidade dos Aprendizados Agrícolas, um direcionamento maior na organização do ensino e do cotidiano de trabalho dessas instituições. Abordando essa questão, Santos (2015) destaca que “Diferentemente dos patronatos agrícolas, os aprendizados agrícolas possuíam maior hierarquização e organização de conteúdos escolares, além de gerar maiores lucros com o trabalho agrícola” (p. 67). A respeito da obtenção de lucro por parte do trabalho gerado nesses estabelecimentos, cabe ressaltar que as atividades desempenhadas pelos alunos dos Aprendizados eram revertidas em um valor adquirido pela instituição. A existência dessa prática e sua organização são expostas por Nery (2010) em seus estudos, argumentando que “Os Aprendizados deveriam ser organizados segundo os preceitos de uma pequena propriedade agrícola, procurando-se obter lucro, ou seja, ser autossustentável, sendo que parte desta lucratividade deveria ser repartida com os seus trabalhadores, isto é, os alunos” (p. 102). A relação que se procurava estabelecer entre os alunos e o cotidiano do trabalho no campo nos possibilita uma amostra dessa mentalidade, uma vez que se pretendia que esses jovens obtivessem uma experiência mais aprimorada nas lidas agrícolas, quando comparado aos

conhecimentos tidos como rudimentares e atrasados que marcavam a realidade de onde eles eram provenientes.

Apesar dos aspectos expostos até aqui, é importante sublinhar que esse contexto delineado pela preocupação com a formação de trabalhadores, isenta de medidas assistenciais e de regeneração, caracterizou os Aprendizados Agrícolas somente em um primeiro momento da atuação desses locais. No decorrer do século XX, a configuração dos Aprendizados Agrícolas sofre transformações significativas, especialmente a partir do momento que essas instituições passam a ser atreladas à trajetória dos Patronatos Agrícolas. Sendo assim, nos cabe aqui compreender outros elementos que definiam esses estabelecimentos no período inicial, para depois analisar as mudanças que iriam ocorrer em seu funcionamento. Em sua tese, Nery (2010) estabelece uma divisão dos Aprendizados Agrícolas em dois períodos de funcionamento, sendo o primeiro compreendido entre 1910 e 1934 e outro estabelecido de 1934 a 1946, destacando, a partir disso, que “enquanto no primeiro momento (1910-1934) as políticas de ensino agrícola primário sustentavam-se no discurso de modernidade e desenvolvimento, no segundo, a ênfase do discurso recai sobre a eficiência e o rendimento (1934-1946)” (NERY, 2010, p. 250).

No primeiro período de funcionamento dos Aprendizados, podemos observar que a clientela atendida por esses estabelecimentos não era composta somente de crianças e adolescentes, mas também abrangia o público adulto. A existência de cursos pensados para a preparação desse grupo foi observada por Nery (2010), que determina que “Os Aprendizados, como visto no período entre 1910 e 1934, também auxiliavam na qualificação técnica dos adultos através da adoção de cursos especiais, geralmente noturnos, com carga horária e temporalidade diferenciadas” (p. 211). A partir do que foi exposto, percebemos a preocupação, por parte dos envolvidos nessas instituições, com a transformação do meio rural em que os Aprendizados estavam inseridos, buscando qualificar não somente os jovens filhos de agricultores e trabalhadores rurais, mas também o público adulto que, possivelmente, já estava inserido no trabalho do campo. Além disso, os Aprendizados Agrícolas apresentaram propostas voltadas para a formação de meninas, uma característica que não ocorreu nos Patronatos, voltados exclusivamente para a formação de meninos. Essa realidade é evidenciada por Nery (2010) a partir da presença do ensino primário nessas instituições, que foi implementado pensando na realidade de alunos que não possuísem

conhecimentos básicos para ingressar nos cursos de formação agrícola. Tendo estabelecido a presença desse tipo de ensino nas dependências dos Aprendizados Agrícolas, é observado que “Convém salientar que tais cursos poderiam ser frequentados por homens e mulheres; ou seja, havia a prerrogativa legal da coeducação, o que não ocorria nos centros urbanos no início do século passado” (p. 100). De fato, a existência dessa coeducação salientada pelo autor é um elemento interessante, uma vez que muitas instituições do início do século XX eram divididas quanto ao gênero do seu público-alvo, em especial as instituições de caráter assistencial.

Apesar de sua organização voltada para a formação de trabalhadores rurais e para a modernização do setor agrícola, os Aprendizados Agrícolas receberam diferentes críticas, assim como ocorreu no caso dos Patronatos. O primeiro ponto alvo de contestações foi o baixo número de matrículas que os Aprendizados Agrícolas obtiveram, com taxas ainda menores que as dos Patronatos. A existência dessa disparidade entre esses dois modelos de estabelecimentos é analisada por Nery (2009), que explica o seguinte:

Com relação ao número de alunos matriculados, os Aprendizados tiveram uma quantidade bem menor que o dos Patronatos. Isto pode se dever ao fato de que nos Patronatos os alunos eram obrigados a permanecer na instituição, muitas vezes seguindo determinação da autoridade judicial. No caso dos Aprendizados havia uma grande variação no número de alunos, sobressaindo-se o Aprendizado de Barbacena que conseguia manter uma média acima de 100 alunos matriculados (p. 30).

Somado ao fato de que os Aprendizados Agrícolas obtiveram uma procura menor por parte do seu público-alvo, podemos destacar que os Patronatos Agrícolas possuíam um número maior de estabelecimentos espalhados pelo país. Sendo assim, consideramos que a existência de um número maior de Patronatos também possa ter, de alguma forma, influenciado na questão do número de alunos. Outro ponto que merece nossa atenção é em relação ao regime de internato que esteve presente nas duas instituições, mas que se deu de formas diferentes. Enquanto os Patronatos Agrícolas fizeram uso do internato como regra para a admissão dos seus alunos, fator que contribuiu de forma fundamental para o estabelecimento do sistema de controle e regeneração dos menores internos, os Aprendizados Agrícolas ofereciam a opção de internato juntamente com a possibilidade de externato. A coexistência dessas duas modalidades é detalhada por Nery (2010):

O regime de ensino previsto na legislação para os Aprendizados poderia ser de internato ou externato. Caso o regime adotado fosse o de internato, havia a previsão de que o número não poderia exceder a cinquenta alunos, sob pena de atentar contra as condições higiênicas dos estabelecimentos. Esta ressalva da legislação está relacionada às preocupações e demandas que uma escola com internato tem (p. 101-102).

De fato, uma vez que os Patronatos Agrícolas faziam uso exclusivo do regime de internato, e lembrando que muitos menores eram internados por meio de decisões judiciais, é possível estabelecer uma relação entre esses fatores e o número de alunos nesses locais. Ainda nos debruçando sobre as características do regime de internato existente nos Aprendizados, podemos identificar os critérios na seleção (ou não) dessa possibilidade:

Segundo a legislação, a escolha pelo regime de internato ou externato dar-se-ia pela densidade populacional da região onde estivessem instalados os Aprendizados, ou seja, caso houvesse um grande contingente de alunos residindo próximo às instituições não seria necessária a adoção do internato (NERY, 2010, p. 102).

Apesar da possibilidade de existir ou não o regime de internato dentro da instituição, o que de fato ocorreu foi a predominância da adoção do regime de internato por parte dessas instituições, visto que “todos os Aprendizados criados pelo governo federal adotaram o regime de internato” (NERY, 2010, p. 102). Em um cenário ocasionado pelos problemas que ambas as instituições enfrentaram para comprovar sua eficiência, tanto pela predominância da assistência em detrimento da formação profissional por parte dos Patronatos quanto pela falta de um número considerável de educandos dos Aprendizados, vemos esses dois modelos de estabelecimento sofrerem mudanças significativas em suas estruturas de funcionamento. A partir disso, observamos que “tanto os Aprendizados quanto os Patronatos chegaram ao ano de 1934 combatidos pelas críticas recebidas à falta de eficácia dos dois modelos de ensino agrícola” (NERY, 2010, p. 188). Em decorrência das críticas e da “falência” desses dois modelos, ocorre um processo em que essas duas instituições acabam por se encontrar, de modo que uma é inserida na continuidade do trabalho da outra, gerando, assim, uma interessante situação em que os Aprendizados Agrícolas desempenham sua tarefa de formação de profissionais do campo influenciados pelo histórico de assistência e regeneração à infância que foi a marca dos Patronatos Agrícolas.

O ponto inicial do processo de fusão entre os Patronatos e os Aprendizados se dá durante a década de 1930, tendo em vista que “No ano de 1934 vemos um redirecionamento do MAIC no sentido de transformar a muitos dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados Agrícolas” (SANTOS, 2015, p. 67). Essa decisão se consolidou por meio do Decreto nº 24.115, que data de 12 de abril de 1934, através do qual os Patronatos Agrícolas passaram a ser transformados em Aprendizados Agrícolas. Conforme foi debatido até aqui, esses dois modelos possuíam diferenças importantes em seus objetivos, de modo que os Patronatos eram caracterizados pela dupla missão de assistência e formação agrícola, enquanto os Aprendizados tinham como trabalho somente a segunda tarefa. Porém, a partir do início do processo de transformação dos antigos Patronatos em Aprendizado, vemos um contexto no qual os elementos desses estabelecimentos se mesclam, formando, desta maneira, novas instituições de ensino. Neste sentido, Nery (2010) afirma que:

A reformulação ocorrida resultou na criação de dois tipos de Aprendizados, aqueles “nascidos” como tal e os derivados dos Patronatos Agrícolas e, por isso, muitas vezes herdeiros dos ideais regeneradores sociais daqueles estabelecimentos, inclusive permanecendo a mesma clientela composta por crianças abandonadas ou com dificuldades de ajustamento social, as quais eram encaminhadas às instituições pelo chefe de polícia, juiz de menores, autoridades e pessoas de influência (p. 214).

Refletindo sobre essas duas categorias de Aprendizados Agrícolas mencionadas, podemos considerar que a maioria dos Aprendizados se encaixava no primeiro tipo, uma vez que a transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados foi um processo que ocorreu com diversos desses estabelecimentos. Tomando como foco o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, que é alvo desse estudo, percebemos que esse também foi o caso da instituição, uma vez que o Patronato foi transformado em Aprendizado no ano de 1949. Nesse contexto em específico, o processo de transformação em um Aprendizado se deu acompanhado da inserção da instituição na rede do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul (SESME), conforme é evidenciado por Tremarin et. al (2012), destacando que:

Em 1º de agosto de 1949, foi incorporada à rede assistencial do Serviço Social de Menores, com o nome de Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. A partir desta data propiciava aos menores uma aprendizagem agroindustrial de nível primário, objetivando melhor integração social (p. 42-43).

É possível localizar algumas informações a respeito do SESME nos estudos de Marina Haizenreder Ertzogue (1999). Esse órgão atuou entre os anos de 1945 e 1964 (ERTZOGUE, 1999), tendo surgido justamente no mesmo período de criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. Além da própria instituição que é tema deste trabalho, existiam ainda outros estabelecimentos que se encontravam sob gerenciamento desse mesmo órgão, como é o caso da Escola Profissional Padre Cacique, instituição “concebida para ser um reformatório com a finalidade de recuperação de menores infratores do sexo masculino sob a tutela do Estado” (ERTZOGUE, 1999, s. p.). A partir disso, é possível estabelecer que existiam instituições variadas de assistência e internamento de menores no Rio Grande do Sul durante o período de funcionamento do Patronato e do Aprendizado Agrícola, conforme podemos identificar nas contribuições de Ertzogue (1999):

Em 1946, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul incorporou o patrimônio da Fundação Imperial Padre Cacique, que reunia um conjunto de instituições filantrópicas. Por meio da intervenção, o Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul passou a administrar o Asilo de Mendicidade São Joaquim, transformado no Educandário Pré-Vocacional São Joaquim e o Asilo Santa Teresa, que foi adaptado para o funcionamento da Escola de Reforma (s. p.).

Infelizmente, não foram localizadas outras referências e maiores informações a respeito do funcionamento do SESME, tampouco o modo como se dava a atuação desse órgão em relação ao Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. No arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, foram identificados alguns ofícios e relatórios sociais que mencionam essa instituição, existindo, assim, a possibilidade de que alguns menores que foram internados no local tivessem sido enviados pelo SESME. Contudo, não foram encontrados outros documentos que atestassem o modo como esse processo funcionava.⁴⁸

3.2 O Aprendizado Agrícola e a infância assistida

A incorporação do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo à rede do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul teve como consequência mudanças significativas na composição do perfil dos menores internos do local, tanto

⁴⁸ Relembramos que, em decorrência da pandemia, não foi possível buscar fontes relacionadas a essa instituição em outros arquivos.

em relação às origens desses alunos quanto de suas condições familiares. A partir da elucidação desses elementos, iremos nos empenhar no desenvolvimento de uma análise das mudanças que ocorreram na instituição quando da sua transformação em Aprendizado, atentando para as consequências desse processo na composição do público atendido pelo estabelecimento e no sistema de assistência do local.

Para dar início à tarefa proposta, apresentaremos os dados relativos ao número de matrículas que foram realizadas durante a maior parte do período de atuação do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. No Capítulo 2 desta dissertação, foi utilizada esta mesma metodologia em relação ao período de funcionamento do Patronato Agrícola, evidenciando o número de menores matriculados em cada ano que compreende aquele recorte (1945-1949). Sendo assim, os dados expostos naquele capítulo também serão utilizados aqui, buscando uma comparação entre os períodos a fim de analisar as diferenças que podem ser observadas entre eles. Assim como foi feito anteriormente, as tabelas e os gráficos apresentados neste capítulo foram elaborados a partir do Livro de Matrícula Escolar da instituição, que possui registros dos alunos matriculados entre os anos de 1945 e 1957. Infelizmente, o livro em questão não nos traz informações sobre os últimos anos de funcionamento do local em seu período de atuação como um Aprendizado Agrícola, delimitando, desta maneira, nossa análise ao recorte mencionado anteriormente. Sendo assim, podemos visualizar os dados relacionados ao número de matrículas do Aprendizado na tabela a seguir:

Tabela 12 – Número de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Ano	Número de alunos matriculados
1950	61
1951	88
1952	98
1953	112
1954	109
1955	56
1956	103

1957	84
Total	711

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Primeiramente, ao nos depararmos com os dados expostos na tabela, percebemos um crescimento no número de matrículas da instituição quando comparado ao período de funcionamento como Patronato Agrícola. Enquanto no recorte anterior o auge foi de 58 alunos matriculados no mesmo ano (1949), no período do Aprendizado, os anos de 1953, 1954 e 1956 apresentam o registro de mais de cem alunos matriculados. A partir disso, podemos considerar que a transformação pela qual o estabelecimento passou na virada de 1949 para 1950 acarretou, entre outras mudanças que serão apresentadas, em um aumento na taxa de alunos matriculados no local. Conforme foi exposto anteriormente, os Aprendizados Agrícolas tiveram baixa adesão de alunos matriculados quando comparados aos Patronatos Agrícolas. Contudo, devemos recordar que esse estabelecimento em questão faz parte da categoria de Aprendizados que herdaram a estrutura e o legado de um Patronato Agrícola. Dentro disso, deve ser destacado que muitos alunos matriculados nos primeiros anos de funcionamento do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo já eram internos do local na época do antigo Patronato, fato que pode ser identificado na leitura do Livro de Matrícula Escolar da instituição. Sendo assim, vemos que a transformação ocorrida na estrutura da instituição fez com que o novo Aprendizado herdasse também muitos dos menores que eram atendidos pelo Patronato. Assim como foi feito no período de análise anterior, consideramos, ao elaborar essa tabela, o número total de matrículas em cada ano. Contudo, para a elaboração do perfil dos menores do Aprendizado, novamente trabalhamos contando o registro individual de cada aluno da instituição.

Um dos elementos que integram a análise da composição do perfil dos alunos encaminhados ao local é a cidade em que esses menores residiam. No período do Patronato Agrícola, vimos que a imensa maioria dos menores internos eram moradores da própria cidade de São Leopoldo e de seus distritos, havendo um baixo

número de alunos provenientes de outras localidades. Ao analisar o período do Aprendizado Agrícola, nos deparamos com algumas mudanças significativas:

Tabela 13 – Cidade de residência dos alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Cidade em que reside	Número de alunos
Porto Alegre	62
São Leopoldo	53
Sapucaia do Sul	08
Osório	07
Cachoeira do Sul	03
Esteio	03
Gravataí	03
Novo Hamburgo	03
Bagé	02
Campo Bom	02
Canoas	02
Caxias do Sul	02
Flores da Cunha	02
Passo Fundo	02
São Jerônimo	02
Santiago	02
Caçapava do Sul	01
Erechim	01
Estrela	01
Pelotas	01
Portão	01
Santa Maria do Herval	01
Santo Antônio da Patrulha	01
São Francisco de Paula	01
Taquara	01

Taquari	01
Vacaria	01
Santa Catarina	03
Não informado	94
Não identificado	04
Total	270

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Ao analisar a tabela, percebemos que, no caso do Aprendizado, Porto Alegre aparece como principal local de origem dos alunos da instituição (62 alunos), sendo maior até do que o número de alunos que residiam em São Leopoldo (53 alunos). Além disso, ressaltamos a presença de menores oriundos de outras regiões do estado, de cidades mais distantes que não haviam aparecido anteriormente, como é o caso de Santiago, Erechim e Vacaria, por exemplo. Também é possível identificar menores que vinham de cidades do estado de Santa Catarina. Refletindo sobre os fatores que podem ter influenciado essa mudança, podemos retomar o fato do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo ter sido incorporado à rede de assistência do SESME, o que pode ter resultado em alunos de diferentes regiões do estado sendo enviados para a instituição. Relacionando esse cenário à elevação do número de alunos matriculados, é possível inferir que a maior abrangência de localidades (que a incorporação a uma rede de assistência à infância proporcionou) pode ter influenciado no número de menores que passaram a ser matriculados na instituição, uma vez que o estabelecimento passou a receber indivíduos de diferentes regiões. Ademais, é importante ressaltar o elevado número de alunos cuja localidade de origem não foi informada na documentação, de modo que esses dados poderiam ocasionar mudanças importantes no panorama estabelecido por meio da análise.

Outro elemento sobre o qual nos debruçamos para esboçar um perfil dos indivíduos que foram internados na instituição é a idade que estes possuíam quando ingressavam no local. Assim como foi feito em relação ao período do Patronato, consideramos, para essa análise, somente a idade que o aluno possuía no momento do seu primeiro registro no livro de matrícula. Além disso, vale lembrar que muitos

alunos identificados nos primeiros anos de funcionamento do Aprendizado já eram alunos do Patronato, portanto, esses indivíduos não foram considerados nesse momento da análise, uma vez que eles haviam ingressado no período anterior da instituição. Sendo assim, nos deparamos com a seguinte realidade:

Tabela 14 – Idade de ingresso dos alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Idade	Número de alunos
7 anos	01
8 anos	07
9 anos	10
10 anos	36
11 anos	34
12 anos	36
13 anos	26
14 anos	19
15 anos	06
17 anos	02
19 anos	01
Não informado	22
Total	200

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Por meio das informações apresentadas, podemos averiguar que os alunos enviados para a instituição possuíam, em sua maioria, entre os 10 e 12 anos, assim como ocorria no período de funcionamento do Patronato. Além disso, vemos novamente uma grande variedade de idades de ingresso, que se estendem dos 07 aos 19 anos, evidenciando, assim, que existiam tanto alunos bastante novos, ainda na infância, quanto indivíduos já na etapa da vida que atualmente definimos como adolescência, estando alguns, inclusive, próximos de adentrar à vida adulta. Uma

vez que os Patronatos e os Aprendizados buscavam trabalhar na formação e na regeneração dos indivíduos que foram internados nesses estabelecimentos, faz sentido que a instituição buscasse atender alunos tão jovens, de modo que o sistema de trabalho, controle e vigilância pudesse ser melhor aplicado se abrangesse um largo período de tempo.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, e, em especial, ao longo do trabalho de elaboração do perfil dos menores internos, buscamos compreender, também, alguns elementos da realidade da vida dos menores internados na instituição. Procuramos, assim, analisar qual era a composição familiar desses indivíduos e a classificação que esses alunos recebiam quanto à sua situação, uma vez que nos deparamos com menores órfãos de pai, mãe ou ambos, meninos que haviam sido abandonados por seus familiares, menores que vinham de famílias bastante pobres e outros casos mais específicos. A partir disso, podemos conhecer um pouco da realidade familiar e social desses alunos:

Tabela 15 – Registro de pais/responsáveis dos alunos internos no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Registro	Número de alunos
Pai e mãe vivos	65
Somente a mãe identificada	71
Somente o pai identificado	25
Pai e mãe falecidos	04
Pai falecido	16
Mãe falecida	06
Tutor (a) como responsável	28
SESME como responsável	08
Sem responsáveis identificados	47
Total	270

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Através desse quadro apresentado, observamos que a maior proporção de alunos é composta por aqueles que possuíam somente suas mães registradas como responsáveis no Livro de Matrícula Escolar. Em segundo lugar, temos o grupo de alunos que possuíam pai e mãe identificados na documentação, evidenciando que a maior parte dos menores internados na instituição possuíam familiares. Esse mesmo cenário também foi identificado no período correspondente ao Patronato Agrícola, com um número maior de alunos que possuíam somente a mãe identificada e de menores que possuíam ambos os pais registrados no livro. Além disso, identificamos uma quantidade significativa de menores que possuíam tutores e de alunos que não possuíam responsáveis identificados, sendo um número mais elevado do que no período do Patronato, destacando que alguns desses indivíduos eram apontados como sendo de responsabilidade do Serviço Social de Menores. A partir desse panorama, percebemos um aumento na quantidade de alunos internos que não possuíam família ou cujos familiares não são identificados como sendo os seus responsáveis, o que pode denotar uma quantidade maior de menores órfãos e/ou abandonados compondo o perfil de alunos internados na instituição.

Assim como foi realizado no Capítulo 2, buscamos, aqui, traçar o perfil dos pais e responsáveis dos alunos da instituição. Novamente, delineamos essas características por meio das informações apresentadas no Livro de Matrícula Escolar, na seção destinada aos pais e responsáveis desses menores. A partir disso, além de esboçar um perfil das mães, dos pais e tutores dos alunos que estiveram matriculados na instituição no período analisado neste capítulo, é possível estabelecer semelhanças e diferenças em relação à composição desse grupo nos dois períodos estudados. Para dar início a essa tarefa, vamos nos ater ao perfil dos pais que estão registrados no livro de matrícula, começando pelos dados referentes ao grau de instrução que esses indivíduos possuíam:

Tabela 16 – Grau de instrução dos pais de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Grau de instrução	Número	Porcentagem
Primário	45	42%
Analfabetos	29	27%

Alfabetizado	01	1%
Superior	01	1%
Não informado	32	29%
Total	108	100%

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Analisando as informações apresentadas acima, percebemos que a maior parte dos pais dos menores internos do estabelecimento possuía ensino primário (42%), enquanto 27% dos indivíduos desse grupo eram analfabetos e somente 1% possuía ensino superior. Dito isso, esse perfil denota que a maior parte desses menores eram filhos de pais que possuíam formação básica. Para complementar essa análise, podemos elencar as profissões exercidas por esses pais, que nos direcionam para algumas considerações:

Tabela 17 – Profissões dos pais de alunos matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Profissão	Número
Operário	24
Agricultor	06
Funcionário público	06
Aposentado	02
Carpinteiro	02
Inválido	02
Jornaleiro	02
Motorista	02
Açougueiro	01
Agrônomo	01
Bombeiro	01
Botiqueiro	01

Capataz de estância	01
Chacareiro	01
Colono	01
Doente	01
Enfermeiro	01
Entrepasto de leite	01
Funileiro	01
Garçom	01
Guarda noturno	01
Hortelão	01
Mecânico	01
Mineiro	01
Pedreiro	01
Presidiário	01
Servente	01
Não informado	43
Total	108

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Assim como ocorreu na análise referente ao período do Patronato Agrícola, a categoria com maior número de registros no que se refere à profissão dos pais foi a de operário. Conforme já foi debatido anteriormente, o fato de que muitos alunos matriculados em Patronatos Agrícolas não possuíam familiaridade com o trabalho no campo e nem vinham de um contexto de vida rural foi um dos fatores que acarretaram críticas ao funcionamento dessas instituições. Além disso, os Aprendizados Agrícolas, conforme apresentado até aqui, deveriam ser destinados para jovens filhos de trabalhadores do campo, de modo que esses deveriam aprender técnicas modernas relacionadas à agricultura e ao trabalho com a terra. Apesar disso, a transformação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo em um Aprendizado Agrícola não alterou o cenário de menores advindos do meio urbano. Contudo, ao analisarmos esse segundo período, percebemos uma presença

maior de profissões relacionadas ao trabalho no campo, como é o caso do registro de agricultores e também da profissão de agrônomo, colono, chacareiro, capataz de estância e hortelão. Sendo assim, é possível averiguar que, ainda que os filhos de operários e outros profissionais relacionados ao contexto urbano fossem a maior parcela desse público, a transformação do antigo Patronato em um Aprendizado Agrícola resultou em um cenário no qual menores que já possuíam algum contato prévio com a lida do campo estavam mais presentes, atingindo, ainda que em parte, um dos objetivos de implementação dos Aprendizados Agrícolas. Ademais, identificamos, nesse quadro, uma diversidade maior de profissões que eram exercidas pelos pais dos alunos, uma vez que observamos a presença de profissionais que não haviam figurado na lista de profissões na época do Patronato.

Uma vez que as considerações em torno do perfil dos pais dos alunos que foram matriculados no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo foram realizadas, partimos agora para a elaboração do perfil das mães desses menores. Assim como ocorreu no período anterior, foi identificado um número maior de mães registradas no livro de matrícula da instituição do que de pais. Primeiramente, focaremos nossa atenção ao grau de instrução dessas mulheres:

Tabela 18 – Grau de instrução das mães de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Grau de instrução	Número	Porcentagem
Primário	53	34%
Analfabetas	79	50%
Alfabetizada	01	1%
Não informado	24	15%
Total	157	100%

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Diferente do que ocorreu em relação aos pais, no caso das mães dos alunos vemos que a maior parte desse grupo (50%) era composta por pessoas que não

havam sido alfabetizadas. Contudo, existe também uma parcela significativa dessas mulheres que possuíam ensino primário (34%), enquanto outra parcela menor é preenchida por mães que não tiveram seu grau de instrução registrado. Sublinhamos que, no período anterior, essa realidade era inversa, uma vez que a maior parte das mães dos alunos internados possuía ensino primário, enquanto uma parcela menor era composta de mulheres não alfabetizadas. Sendo assim, a realidade apontada pelos dados obtidos na pesquisa demonstra uma mudança na realidade das famílias das quais os menores internos eram provenientes, visto que os alunos do Aprendizado vinham de famílias que, em sua maioria, possuíam um grau menor de instrução, pelo menos no que se refere às mães.

Dando continuidade a esse trabalho de análise, conheceremos as profissões exercidas pelas mães dos alunos da instituição, através dos seguintes dados:

Tabela 19 – Profissões das mães de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Profissão	Número
Doméstica	72
Operária	20
Lavadeira	10
Costureira	09
Cozinheira	04
Colona	02
Enfermeira	02
Onduladeira	02
Agricultora	01
Aposentada	01
Doente	01
Funcionária pública	01
Inválida	01
Não informado	31
Total	157

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Ao observarmos os dados expostos acima, percebemos que a maioria das mães não possuíam profissões relacionadas ao mundo do campo, denotando, mais uma vez, que a maior parte dos menores internados na instituição não possuía familiaridade com as atividades agrícolas. Visto isso, temos um baixo número de mães com profissões relacionadas ao trabalho no campo, o que é expresso nas profissões de agricultora e colona. Além disso, também foi observado um número maior de profissões listadas nesse segundo período - 13 profissões -, ao passo que, no recorte referente ao Patronato, foram identificadas somente cinco. A partir disso, percebemos uma maior diversidade de ocupações exercidas pelas mães que compunham o grupo de responsáveis e familiares dos menores internados na instituição. Observamos, aqui, outras profissões que não haviam sido registradas anteriormente, como é o caso de cozinheira, enfermeira, onduladeira, entre outras. Neste sentido, no período de funcionamento do Aprendizado, a composição familiar e a realidade dos núcleos familiares dos quais os alunos eram provenientes se torna mais heterogênea, sendo identificadas mães que atuavam em diferentes áreas e ocupações, desde o trabalho de doméstica⁴⁹, passando pelo setor da indústria, da área da saúde e profissões de caráter mais informal.

Além dos pais e mães que pudemos identificar por meio dos registros do Livro de Matrícula Escolar, encontramos, nesse documento, a existência de tutores que eram indicados como responsáveis por alguns menores internos da instituição. Em alguns casos, esses indivíduos poderiam ser da própria família do aluno, de modo que observamos casos de tias, avôs, irmãs, entre outros familiares, que estão registrados como responsáveis pelo menor em questão. No que diz respeito ao período referente à atuação do Aprendizado Agrícola registrado no livro de matrícula (1950-1957), localizamos a presença de 25 tutores, sendo 13 mulheres e 12 homens. A partir desse cenário, elaboramos tabelas para compreender o perfil desses tutores e tutoras que constam como responsáveis por alguns dos menores internos do estabelecimento. Para realizar essa tarefa, iniciaremos apresentando os

⁴⁹ Novamente, destacamos que não é possível estabelecer se essa ocupação se refere a empregadas domésticas ou a trabalhadoras do lar.

dados referentes aos tutores do sexo masculino, começando pelo grau de instrução que esses indivíduos possuíam:

Tabela 20 – Grau de instrução dos tutores de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Grau de instrução	Número
Primário	09
Secundário	02
Não informado	01
Total	12

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Analisando os dados estabelecidos, vemos que, entre os 12 tutores do sexo masculino, nove possuíam ensino primário, enquanto dois tinham cursado o ensino secundário e um deles não teve essa informação registrada. Quando cotejamos essas informações aos dados obtidos sobre os pais dos alunos, vemos que, nos dois casos, a maior parcela era composta de indivíduos que possuíam ensino primário. Contudo, entre os tutores não foi identificado nenhum classificado como analfabeto, diferentemente do que ocorreu com os pais dos menores. Além disso, vemos, nesse grupo, a presença de pessoas com ensino secundário, enquanto que, entre os pais, apenas indivíduos com ensino primário e somente um com ensino superior. Dando prosseguimento à nossa análise, iremos apresentar agora as profissões que eram exercidas por esses tutores do sexo masculino, por meio da tabela apresentada abaixo:

Tabela 21 – Profissões dos tutores de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Profissão	Número
------------------	---------------

Operário	04
Aposentado	02
Funcionário público	02
Botiqueiro	01
Desembargador	01
Proprietário	01
Não informado	01
Total	12

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Ao observarmos as ocupações profissionais desses indivíduos, nos deparamos com um quadro que, embora em proporções bem menores, se assemelha ao cenário que encontramos no que se refere às profissões dos pais dos menores da instituição, uma vez que, nesses dois grupos, a profissão com o maior número de registros é a de operário. Ademais, temos ainda em comum as profissões de funcionário público, aposentado e botiqueiro, ao mesmo tempo em que vemos a presença de um desembargador e um proprietário. Cabe lembrar também que, no período correspondente ao Patronato Agrícola, os três tutores homens identificados no Livro de Matrícula Escolar eram operários. Sendo assim, mais uma vez percebemos que a maioria dos responsáveis pelos alunos da instituição não eram pessoas que tinha sua profissão atrelada às lidas do campo, de modo que, ao menos entre os tutores, não foi identificado nenhum agricultor ou trabalhador do campo, enquanto essas profissões do meio rural surgem entre os pais dos alunos, ainda que em menor número.

Uma vez estabelecido o perfil dos tutores do sexo masculino no período referente ao Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, iremos delinear o perfil das tutoras que foram registradas no livro de matrículas. Para dar início a essa missão, começaremos apresentando o grau de instrução dessas mulheres:

Tabela 22 – Grau de instrução das tutoras de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Grau de instrução	Número
Primário	06
Analfabetas	05
Não informado	02
Total	13

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Analisando os dados, verificamos um cenário no qual seis tutoras haviam cursado o ensino primário e outras cinco não haviam sido alfabetizadas, enquanto duas não tiveram essa informação registrada no livro. Retomando as informações registradas sobre as mães dos alunos, observamos que essa realidade de mulheres que possuíam ensino primário e outras que não haviam sido alfabetizadas era bastante presente, de modo que os números em relação a esses dados eram bastante divididos. Prosseguindo com essa investigação, focamos nossa análise agora nas profissões que eram exercidas por essas tutoras, por meio das informações expostas abaixo:

Tabela 23 – Profissões das tutoras de alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1957)

Profissão	Número
Doméstica	06
Operária	03
Costureira	01
Lavadeira	01
Não informado	02
Total	13

Fonte: Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Mais uma vez, é possível perceber que as profissões aqui listadas seguem o padrão observado nas ocupações das mulheres que estão identificadas no livro. A maior parcela das tutoras era registrada como doméstica, existindo também três operárias, uma costureira e uma lavadeira, profissões que também figuraram no perfil das mães dos alunos internos. Novamente, não encontramos, entre as tutoras, pessoas cujas ocupações estivessem vinculadas ao mundo rural.

Para complementar nossa análise a respeito do perfil dos menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, decidimos utilizar outras fontes localizadas em nossa pesquisa no acervo da instituição, que nos fornecem informações mais específicas a respeito de alguns alunos. Para realizar essa tarefa, faremos uso de dois tipos de documentos: relatórios sociais dos menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e as fichas individuais desses alunos. Em relação ao primeiro conjunto documental mencionado, os relatórios sociais são documentos que contêm informações a respeito da vida dos menores enviados ao Aprendizado, em sua maioria tendo sido confeccionados por outras instituições que enviaram meninos para a instituição de São Leopoldo, principalmente o Departamento Estadual de Saúde, mencionado no segundo capítulo. Embora esses relatórios não sejam uniformes quanto aos dados apresentados, por meio dessas fontes foram localizadas informações que remetem à vida que os menores internos possuíam antes de serem enviados ao Aprendizado, incluindo dados sobre as condições socioeconômicas de suas famílias, informações relativas à saúde do indivíduo e, em alguns casos, de seus familiares, as condições de moradia e alimentação a que essas crianças e jovens estavam submetidos e, em casos particulares, as motivações que culminaram no internamento desses meninos.

O segundo tipo de documento analisado são as fichas individuais dos alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. Esses documentos, em especial, foram produzidos pelo próprio estabelecimento, o que nos possibilita ainda o acesso a algumas informações a respeito da vida dos menores dentro da instituição, pontuando, assim, como era o comportamento desses alunos no local e sua relação com os demais menores internos. Além disso, essas fontes nos proporcionam algumas informações acerca do contexto socioeconômico desses menores e de suas famílias, indicando, ainda, em alguns casos, o motivo que levou

esses meninos a serem internados. As informações que deveriam ser preenchidas nessas fichas são evidenciadas na imagem abaixo:

Figura 15 - Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953

APRENDIZADO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO			
Ano letivo	1953	Número da matrícula	88
Nome do aluno	[REDACTED]		
	Data e lugar do nascimento		
Idade	10	Cor	preta
Registrado	<input checked="" type="checkbox"/>	Religião	
	Classificação		
	abandonado		
	a) - versão do aluno Estava perdido em época de carnaval e foi recolhido ao Abrigo Femenino, p/policia		
	b) - versão do informante		
	c) - investigação a respeito		
Motivo de internamento			
Data do internamento	7/3/53		
Recebe visitas?	não	De quem?	
Quais os seus passatempos prediletos?	Brinquedos em geral		Quais as leituras preferidas?
Quais os seus problemas e queixas?	briga constantemente com os colegas		
Qual o nível mental em relação a idade?	Carater e temperamento		Qual o teste aplicado
Conduta e hábitos ou braçal?	Demonstra propensão especial para trabalho artistico, científico		
CONDIÇÕES PEDAGOGICAS			
Quais as escolas que frequentou ?	Que graus cursou ?		
Ano que vai cursar	1º	atraz.	Repete ?
	Quantas vezes ?		Situação no fim do ano: promovido ?
Reprovado ?	Lugar do classe:		
CONDIÇÕES PSICO-SOCIAES			
É órfão?	(De pai? Há quanto tempo?	Tem padrasto?	Há quanto tempo
	(De mãe? Há quanto tempo?	Tem madrastra?	Há quanto tempo
É filho adotivo?	Há quanto tempo?	Adotado por parentes ou estranhos?	
	Há outras pessoas no lar?		Quais?
Pais psicopaticos?	(Pai?	Pais alcooltras? (Mãe?	
	(Mãe?		
Condições de nascimento: A termo?	Prématureo?	Condição do parto:	
Desmame:	Outras informações:		

Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Foto: Maurício Pereira.

Neste tipo de documento, é possível conhecer as informações a respeito dos menores internos que a instituição se preocupava em registrar. Observando os campos a serem preenchidos na ficha, identificamos dados a respeito das características dos menores internos do local, tais como idade, cor, classificação (que no caso do menor em questão, era a de abandonado) e o motivo do internamento. Ainda no documento, vemos que a instituição se preocupava em manter registros sobre os passatempos e leituras pelos quais o indivíduo manifestava interesse, além de assinalar reclamações referentes ao comportamento do menor. Havia, ainda, um espaço destinado a descrever os hábitos e condutas desses meninos e como eram seu caráter e temperamento, evidenciando, desta maneira, uma preocupação que se estendia a questões

comportamentais dos alunos internos. Nessa fonte, podemos averiguar, também, a existência de um espaço destinado às condições pedagógicas do menor, onde deveriam ser registradas informações acerca do grau de escolaridade do menino e o desempenho alcançado por ele. Por fim, há uma seção reservada para as condições psico-sociais, na qual se observa a necessidade em manter registros sobre a composição familiar dos menores internos, espaço onde deveria ser indicado ainda se o aluno em questão era órfão, quando fosse o caso. Além disso, percebemos dados referentes a possíveis problemas que afetassem os pais dos alunos, o que denota a atenção que o Aprendizado Agrícola direcionava às questões de saúde física e mental dos familiares de seus alunos, denotando uma preocupação em manter um registro sobre o cenário do qual os meninos eram provenientes.

Antes de fazermos uso dessas fontes documentais, consideramos importante discutir o contexto de criação e utilização desse tipo de documento. Embora não tenha sido possível localizar referências a respeito dessas fichas e relatórios em específico, podemos recorrer às contribuições de outra pesquisa que se empenhou em analisar documentações semelhantes a essas que foram apresentadas. É possível identificar, nos estudos de Silvia Maria Fávero Arend (2009) sobre o uso dos relatórios sociais de menores em Florianópolis/SC no período de 1930 a 1940, alguns elementos importantes para analisarmos a confecção desses relatórios e os objetivos que permeavam a sua composição. Ao estabelecer o contexto de formulação desses documentos, a autora relaciona essa prática ao trabalho desempenhado pelo Juizado de Menores daquele local, averiguando assim que:

Os funcionários do Juizado de Menores, além de executarem ações relativas ao registro civil, cujo saber acerca dos pobres urbanos seria obtido posteriormente através das análises demográficas, produziam os chamados relatórios sociais (ARENDA, 2009, p. 100).

Partindo das colocações da autora, podemos vincular a confecção dos relatórios sociais a uma rede de assistência à infância que existia no século passado, de modo que a elaboração desses documentos ficava a cargo de funcionários do Juizado de Menores, órgão diretamente vinculado aos processos de assistência, correção e regeneração da infância. Dando continuidade à investigação em torno das finalidades desses relatórios, podemos observar que

esses registros faziam parte de uma documentação utilizada em processos jurídicos que envolviam menores, de modo que eram importantes para decisões relacionadas à tutela desses indivíduos e seu encaminhamento para determinadas instituições, tendo em vista que:

No Brasil, os autos de Processo Crime ou de Informações, diferentemente de outros países que haviam implementado o sistema tutelar nas duas primeiras décadas do século XX, nasceram contendo esses documentos. Esses relatórios não eram considerados como uma peça processual anexa, mas, sim, como parte integrante dos autos, uma vez que esses dados eram utilizados, muitas vezes, pelo magistrado, pelo Promotor Público ou pelos Advogados das crianças e jovens para justificar suas tomadas de decisões (AREND, 2009, p. 100).

Tomando como base as informações estabelecidas, percebemos um cenário em que os relatórios sociais constituíam um aporte para a classificação e direcionamento do trabalho com esses indivíduos, retomando aqui a realidade, já debatida neste estudo, em que os menores eram vistos enquanto crianças e jovens passíveis de intervenção do Estado. A partir dessa constatação, relacionamos a utilização dos relatórios sociais como ferramentas de controle das autoridades e validação do discurso de poder sobre a tutela e os cuidados desses menores, mesmo em casos nos quais esses indivíduos possuísem familiares, nos proporcionando, assim, o entendimento de um contexto em que:

[...] o saber apreendido nesses relatórios era fundamental porque tinha o poder de tornar socialmente legítimas as ações levadas a cabo pelas autoridades judiciárias de suspensão ou de destituição do pátrio poder dos pais pobres. A partir dessas informações, era possível demonstrar cientificamente, para além das salas do Palácio de Justiça, que essas mães e esses pais consanguíneos não tinham capacidade de educar seus filhos, sendo então necessária a intervenção do Estado nessas famílias pobres (AREND, 2009, p. 105).

Quando nos debruçamos sobre as problemáticas que giram em torno da assistência à infância, nos deparamos com relações de poder entre as autoridades e a tutela de pais e responsáveis sobre seus próprios filhos, de modo que, por meio dos discursos e legislações vigentes, era possível que instituições do Estado tomassem para si o poder e a responsabilidade sobre menores atendidos por esse sistema de assistência. No panorama apresentado por Arend (2009), averiguamos que um dos pilares de sustentação dessa prática se dava por meio dos discursos e preocupações em torno da pobreza da população, de modo que a precariedade

de condições financeiras e materiais que impediam cidadãos de proverem o sustento de seus filhos era utilizada como um dos principais motivos para a retirada dessas crianças e jovens de seu meio familiar.

Relacionando esses elementos a discussões já apresentadas até aqui, vale lembrar que a suspensão do poder dos pais sobre seus filhos ocorria no contexto dos Patronatos Agrícolas, uma vez que essas instituições passavam a ter a tutela dos meninos que eram internados em suas dependências. Além disso, em diferentes fichas e relatórios com que trabalhamos nesta pesquisa identificamos a condição de pobreza da família como o motivo de internamento de seus filhos no local que estudamos.

Prosseguindo com a tarefa de compreender, ao menos em parte, os elementos que compunham esses documentos, podemos observar, ainda, nas contribuições de Arend (2009) os critérios de organização desses relatórios, que podemos associar a itens localizados na análise dos relatórios sociais do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, estabelecendo, assim, que:

O funcionário público, por sua vez, necessitava preencher os itens da Ficha Médico-Pedagógica, itens que seriam respondidos a partir da visita domiciliar. Esse volumoso inquérito, que tinha por função fornecer subsídios para uma posterior classificação médico-pedagógica do comportamento do indivíduo, pode ser dividido em dois momentos. Na primeira fase, temos a investigação relativa ao meio social em que vivia a criança ou o jovem e, na segunda, os exames clínicos e psiquiátricos (p. 107).

A partir dos aspectos expostos na pesquisa da autora, é possível identificar relação com elementos localizados durante nossa pesquisa no acervo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, de modo que tanto os relatórios sociais quando as fichas individuais dos alunos internos do período do Aprendizado Agrícola apresentam uma divisão entre a realidade social e familiar dos menores internos, suas condições pedagógicas e o seu desempenho escolar (bem como sua capacidade intelectual). Além disso, há dados referentes à saúde dos menores, onde constam exames e testes realizados com os meninos, bem como aspectos relativos ao seu estado de saúde e o de seus familiares. Embora o estudo de Arend (2009) aborde a região da capital catarinense, e esteja situado em um recorte temporal um pouco anterior ao que trabalhamos, é interessante estabelecer as relações que podemos identificar quanto à composição desses relatórios sociais e suas finalidades no cenário de assistência à infância com os

documentos que localizamos em nossa própria pesquisa, uma vez que esses registros foram fontes importantes para a realização desta dissertação. Feito isso, passemos à análise da documentação.

O primeiro documento a ser discutido é um Relatório Social do ano de 1953 referente a um menor enviado ao Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo pelo Departamento Estadual de Saúde. As informações sobre esse menor são as seguintes:

Recolhido, em 6.2.51, por ordem do Juizado de Menores. Ignora o nome de seus pais.

Pesquisa social: foi criado por uma senhora de nome V.G.B, viuva, residente em São Gabriel, agricultora. O menor está familiarizado com os trabalhos agrícolas.

Exame clínico: retardamento da puberdade. Verminose (Necator e Ascaris). Sopro pré-diastólico no foco pulmonar.

Exame odontológico: 28 dentes, 4 caries. Esta em tratamento.

Exame psicológico: Binet: Debilidade mental. Rorschach: Tendência a neurose de angústia. Reatividade fortemente depressiva. Fundo hipocondríaco. Possível dificuldade no terreno sexual.

Orientação profissional: recomendado tipo de trabalho de natureza concreta predominantemente e com base automatizável.

Orientação escolar: cursa o 1º ano primário. Poucas possibilidades de concluir o curso primário.

Exame neurológico: sem diagnóstico neurológico.

Exame psiquiátrico: Diagnóstico: Oligofrenia (debilidade mental. Imaturidade social e emocional. Neurose reacional.

Recomendações: Aprendizado de profissão semi-automatizável, compatível com o seu nível mental. Tomar parte em atividades de grupo. Por sua experiência deve ser encaminhado a ambiente rural. Por ser debil mental é facilmente sugestível podendo ser levado a prática de atos antisociais, por companheiros e amigos. Suas amizades devem ser vigiadas. (Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Através desse relatório, podem ser encontradas informações interessantes a respeito desse interno em questão, tanto em relação à sua realidade social quanto

sobre a sua saúde física e mental (principalmente). Em um primeiro momento, podemos perceber que o menino não havia sido criado por seus pais e tampouco sabia os seus nomes, o que já indica que o garoto poderia ser enquadrado na categoria de menores abandonados ou órfãos (uma vez que não há maiores informações sobre os seus pais) que integram os projetos de assistência à infância do século XX. Embora não sejam explicitados no documento os motivos que levaram o menor a ser recolhido pelo Juizado de Menores, podemos perceber elementos que justificariam a sua internação no Aprendizado de São Leopoldo, uma vez que o menino estava acostumado ao trabalho no campo, sendo, inclusive, recomendado pelo Departamento Estadual de Saúde que ele fosse enviado a uma instituição de ambiente rural. Contudo, o que mais chama atenção nesse documento são as diversas informações a respeito do estado de saúde desse menor, sendo possível localizar dados sobre seu estado físico (exame odontológico e a menção a um problema no pulmão) e, principalmente, sobre sua saúde mental, que indicavam que o menor possuía problemas mentais que afetavam o seu desenvolvimento, com uma avaliação detalhada do seu quadro mental.

Outro elemento importante localizado nesse relatório são as orientações em relação ao trabalho que deveria ser desempenhado por esse menor, o que demonstra uma preocupação relacionada à ideia do trabalho como meio de regeneração da infância e, também, a elaboração de um sistema que determinava o tipo de trabalho ao qual determinado menor deveria ser encaminhado. Estes aspectos vão ao encontro dos debates sobre a atuação de diversos profissionais que se envolveram com as medidas de assistência à infância. Além do mais, é interessante destacar as orientações que são dadas em relação ao convívio do menino com outros menores, sendo alertado que ele poderia sofrer má influência de outros meninos e que esse era um aspecto que deveria ser vigiado.

O segundo documento a ser analisado consiste na ficha individual de outro menor interno do Aprendizado, sendo que essa fora elaborada pela própria instituição. Nesse caso, temos as seguintes informações:

SUMARIO DO CASO

FAMILIA – Os pais de A. são legitimamente casados. O pai é operário de uma fábrica de calçados em Campo Bom. Ganha Cr. \$ 6,00 a hora e mora numa casa de propriedade do dono da referida fábrica. Tem mais 2 filhos. Sua esposa cuida do arranjo do lar. Todos gozam perfeita saúde. Vivem com Bastante dificuldade, por este motivo pediu o internamento de seu filho. – Todos os domingos visitam o filho, digo, todos os domingos de visita. Nas férias pequena o levaram para passar em casa. Família boa, bem equilibrada, pobre mas honesta.

RESUMO DAS OBSERVAÇÕES FEITAS SOBRE O ALUNO:

PERSONALIDADE – Calmo e controlado. Pouco expansivo. Limpo e ordeiro. Obediente. Alegre. Boa saúde. Não tem deformidades ou sinal que o caracterize. Fala pouco na família. Fica radiante quando seus pais e irmãos o visitam. Nada reclama e tudo o que mandam fazer faz de boa vontade. É muito cuidadoso para com quem é seu. Gosta de futebol e de cinema, mas é difícil que o vemos fazer comentários. Bom companheiro, aceita as zombarias como brincadeira. Troçam dele por ser “naricudo” e ele acha graça, não se incomoda. Ótimo comportamento.

DOENÇAS DE INFÂNCIA – Sarampo, catapora, coqueluche e pneumonia. (Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Nesse documento, podemos localizar dados sobre a vida do menor em questão dentro do Aprendizado, sendo fornecidas informações interessantes para essa análise. Primeiramente, vemos que o menino possuía uma família, não sendo, então, órfão ou abandonado. Porém, conforme pode ser identificado na fonte, sua família era pobre e enfrentava dificuldades financeiras, motivo que levou à internação do menor na instituição. Para além da caracterização do contexto socioeconômico, podemos identificar observações sobre o seu comportamento dentro do internato, apontando que o menino possui um comportamento calmo, controlado e obediente, além de indicar que ele também é “limpo e ordeiro” e que goza de boa saúde.

Essas informações presentes na ficha do menino podem ser relacionadas aos discursos sobre o modelo de infância almejado no período, constituído por crianças saudáveis, obedientes, instruídas e moralizadas. Além disso, estão presentes informações sobre as doenças de infância que o garoto teve, o que denota, mais uma vez, uma preocupação com a saúde dos meninos que ingressavam nas instituições desse tipo. Por fim, também é possível perceber alguns indícios do convívio com os outros meninos do Aprendizado, onde ele é descrito como sendo um “bom companheiro” e, ainda que os outros meninos zombassem dele, é relatado como tendo um ótimo comportamento.

Outro documento com o qual nos deparamos em nossa pesquisa é um relatório social de um menor interno, onde podemos identificar algumas informações a cerca do contexto familiar desse menino:

Idade: 12 anos

Côr: Preta

Escolaridade: 2º ano

Condições de família:

Filho de família legalmente constituída. Porém, atualmente seus pais estão separados. Ele vivendo em Cruz Alta. Ela reside nesta Capital. Esta vivendo com um companheiro, aposentado, do qual já tem 2 filhos e em vésperas do 3º. É doente. Seu mal é de origem luética. Faz tratamento no DES. Vivem pauperramente numa maloca. As crianças dormem em promiscuidade com os pais.

O menor possui outro irmão por nome I., que também está internado neste Educandário.

Preferência profissional

Segundo fomos informadas por sua mãe e pelo próprio menor, sempre demonstrou muita inclinação para a mecânica, desejando fazer dela sua profissão. (Relatório social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Analisando o conjunto de informações descritas nesse relatório, percebemos pontos importantes quanto à caracterização da família desse menor. Além de relatar que o menino em questão era fruto de uma união legal, o que denota uma preocupação quanto aos aspectos de moralidade do contexto familiar, encontramos, nesse relatório, ainda, dados sobre as condições de saúde da mãe do menino e as condições econômicas da família, que vivia em uma habitação bastante simples e com poucos recursos. O fato de essas informações estarem registradas em um documento desse tipo não se dá por acaso. De acordo com Silvia Maria Fávero Arend (2009),

As indagações das rubricas “Antecedentes Hereditários” e “Meio Familiar/Habitações” foram elaboradas a partir do ideário da família nuclear burguesa e dos discursos médico-higienistas e sobre a “patologia da raça”, vigentes na época. O investigador procurava conhecer as condutas relativas ao matrimônio, à sexualidade, à limpeza, ao mundo do trabalho do homem e da mulher, à relação de filiação, à afetividade, ao lazer, à disciplina, à composição familiar, etc. Consideramos que esses dados tinham o poder de demonstrar o quanto essa população pobre não possuía suas práticas e valores pautados pela norma, ao invés de realizar a alegada descrição de seu modo de ser (p. 109).

Relacionando os elementos apresentados pela autora às informações registradas nas fichas e nos relatório dos menores internos do Aprendizado, percebemos referências que indicam uma realidade de pobreza e condições precárias de saúde e higiene em que os menores em questão viviam. A partir disso, há um interesse das instituições que elaboravam esses relatórios (no caso, o Serviço Social de Menores e o DES) em ressaltar os problemas identificados no meio familiar e habitacional desses meninos, sublinhando, ainda, informações sobre a moralidade desses familiares, de modo que “quando as autoridades judiciárias se utilizavam do discurso da moral para retirar o pátrio poder dos progenitores, essas informações, muitas vezes, entravam em cena” (AREND, 2009, p. 109). Sendo assim, a necessidade em manter registros sobre essas questões acabam indo ao encontro da autoridade do Estado sobre as crianças consideradas como menores, visto que essas informações serviriam como argumento para que as instituições de assistência ficassem responsáveis pela tutela desses menores no lugar de suas famílias. Algumas dessas informações podem ser observadas em outro relatório social, que apresentaremos a seguir:

Idade: 12 anos
Côr: Branca
Escolaridade: 2 ano

Condições de família

Filho de união ilegal. O pai já falecido. A mãe trabalha como doméstica. Mora no emprego, É muito doente e está sempre em tratamento, Tem mais duas irmãs, que estão em bõa colocação familiar.

Preferência profissional

Segundo o resultado do teste de Goodenough:
Gosta de plantar e da vida ao ar livre, digo de campo. Já expressou o desejo de ser médico. Presentemente deseja ser mecânico. (Relatório social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Mais uma vez, localizamos, neste documento, informações a respeito das condições familiares do menor interno, ressaltando que o jovem em questão era filho de união ilegal, sendo, ainda, órfão de pai e cuja mãe trabalhava como empregada doméstica e era descrita como sendo muito doente e estando sempre em tratamento. A partir disso, observamos novamente um discurso em torno das condições em que o menor vivia dentro do seu meio familiar, destacando, ainda, as condições de saúde de sua mãe, elementos que poderiam justificar a retirada do menor de sua família e sua internação em uma instituição assistencial, tendo

em vista que “o saber apreendido nesses relatórios era fundamental porque tinha o poder de tornar socialmente legítimas as ações levadas a cabo pelas autoridades judiciárias de suspensão ou de destituição do pátrio poder dos pais pobres” (AREND, 2009, p. 105). Além dos elementos mencionados, identificamos, na documentação, uma possível explicação para o encaminhamento do menor para um internato agrícola, uma vez que ele se identificava com a prática de plantio e se interessava pela vida no campo. Retomamos, aqui, que os Aprendizados Agrícolas deveriam, ao menos em teoria, receber indivíduos que tivessem interesse por essas atividades.

A próxima fonte a ser apresenta é um relatório social do ano de 1953 referente a um menor órfão que vivia com a avó materna e uma tia. Por meio da leitura desse relatório, localizamos alguns elementos que mereceram nossa atenção:

II) Histórico Social do Caso:

Sra. A. S., é viúva há 13 anos. Seu marido faleceu, segundo afirma de pontada de pneumonia, deixando-a com 5 filhos. Os 4 filhos mais velhos de D. A., são casados. Vive em sua companhia a filha mais moça, A., é operária, trabalha na Tipografia Comercial, é chefe das oficinas. É uma moça muito decidida, é quem mantém a casa e a dirige, parece ter mais idade, tem aparência e temperamento um tanto másculo. Moravam até o início do ano passado em Porto Alegre, a rua M. G., n 296. A filha mais velha de D. A. era viúva, o esposo havia falecido em 1947, tuberculoso, deixando-a com os 4 filhos: C., J. C., D., e G. Esta também depois de algum tempo, adoeceu da mesma doença, tbc. D. A. foi cuidar da filha que passava “muito mal”, viúva, pobre, sem ter possibilidade de pagar empregada. Como as crianças passassem o dia na rua, sem que a mãe ou a avó pudesse cuidá-los, D. A., a Avó, dirigiu-se ao Sr. Juiz de menores e ao SESME, solicitando internamento para os netos, tendo conseguido internamento para o menor C., na EVAI, em Novo Hamburgo. Iam todos os domingos visitar o menino, um dia D. A., outro srta A., que tem especial predileção pelo sobrinho C. Morrendo a filha de D. A., mãe dos referidos menores, D. A. mudou-se para o endereço atual, a Rua B. S. n 729 (É uma pequena casa de madeira com 3 peças, sendo 1 dormitório, varanda e cozinha), levando os órfãos para sua companhia e da filha A. Sempre que iam visitar C. na Escola este se queixava que estava com saudades da mãe e que queria voltar para casa. D. A. e A. ficavam com o “coração cortado” pois o “pobrezinho é órfão e doentinho desde pequeno” sic. Desde 5 anos o menino sofre dos ouvidos, não tendo feito um tratamento conveniente, é muito “quietinho e Humilde, por isso toda a gurizada, abusavam com ele no grupo escolar, sendo que “sempre ele voltava chorando para casa, e não queria mais voltar pro colégio” sic.

Sempre que D. A. ou a srta A. iam visitar C., chorava e lhes implorava que lhe tirassem dali, se assim não fizessem que fugiria, pois os guris lhe “judiavam muito” dando-lhe tapas e “cascudo na cabeça” sic, especialmente quando falavam com ele e ele não respondia. Na escola andava sempre separado dos outros porque “eram malvados”. (Relatório social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Ao nos debruçarmos sobre a leitura desse relatório, identificamos informações significativas para entender o contexto familiar e sócioeconômico em que o menor em questão vivia antes de ser enviado para o Aprendizado. Primeiramente, percebemos que o menino se encaixa na categoria de órfão, uma vez que tanto sua mãe quanto seu pai já haviam falecido. Porém, o menor era criado por sua avó e por sua tia, o que denota que ele também poderia ser enquadrado na classificação de menores que possuíam familiares, mas que haviam passado por um processo de internamento em alguma instituição (que, antes de sua vinda para o Aprendizado de São Leopoldo, havia sido a EVAI de Novo Hamburgo).⁵⁰ Outro aspecto que devemos ressaltar é a preocupação, observada mais uma vez, em registrar as condições de saúde de sua responsável, que, no caso, era sua avó, identificada como uma mulher idosa e doente. Além disso, vemos que a mãe do menino havia falecido de tuberculose. Também podemos localizar alguns dados sobre as próprias condições físicas e de saúde do menino, descrito como sendo “doente dos ouvidos” e um menor de condicionamento físico frágil, considerado inapto a trabalhos grosseiros. Outro trecho que nos chamou a atenção se refere à situação dos netos da senhora mencionada no documento. Somos informados que esses menores passavam o dia nas ruas e que seus familiares não podiam tomar conta deles, o que motivou a avó a buscar internamento para esses indivíduos, recorrendo ao Juiz de Menores e ao SESME. Esta situação é semelhante a outra, observada em relatório social localizado no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, datado do ano de 1950, do qual destacamos o trecho a seguir:

Em 16 de agosto do corrente exercício compareceu ao Sesme a senhora acima citada, solicitando internamento para seus filhos.

Efetuada a pesquisa, conseguiu-se saber que se trata de uma senhora que está separada do esposo por motivo de doença: êle, segundo sua esposa, é tuberculoso da laringe e aqui junto dela e dos filhos, não teria como tratar-se, por insuficiência de recursos, assim foi para o Interior, onde residem seus velhos pais.

Aqui em Pôrto Alegre, ficou ela e seus 2 filhos mantendo-se apenas de seu trabalho, como doméstica, que pouco ou nada lhe rende. As crianças, que passam o dia entregues a si mesmos, não a obedecem e vêm, ultimamente, praticando levianidades que bastante a preocupou.

⁵⁰ A EVAI era a Escola Vocacional Agro-Industrial. Segundo informações encontradas na internet, a instituição foi inaugurada em dezembro de 1950 e planejada para ser um “educandário a serviço do menor abandonado”: “O estabelecimento foi equipado com lavanderia, tipografia, alfaiataria, aprendizagem industrial, sapataria, marcenaria, seção rural, entre outros espaços disponibilizados para que a juventude aprendesse atividades técnicas e desenvolvesse habilidades manuais”. Disponível em: <https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/3327/titulo/em-1950-governador-do-estado-esteve-em-novo-hamburgo-inaugurando-a-evai-atual-pasqualini>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Ela é natural de Santa Catarina, lá onde residem seus pais com quem o S. Social pretende iniciar correspondência no sentido de conseguir que ela e seus filhos voltem para lá.

Diante da situação que se encontram as crianças, de momento, é caso para serem internados. (Relatório social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1950. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Na leitura deste documento, identificamos outra situação em que menores que possuíam familiares (mãe e pai, sendo que este estava doente) foram encaminhados a uma instituição de internato a pedido de sua própria família. A internação é justificada, neste caso, a partir do comportamento dos meninos, que passavam o dia nas ruas, não obedecendo a sua responsável e tendo atitudes inadequadas e preocupantes. A partir disso, vemos que esse indivíduo (a ficha pertence a um dos irmãos) estava enquadrado na categoria de menor, além de ser ressaltada a suposta impossibilidade e incapacidade por parte de sua família em manter o controle sobre a criação desse jovem, tarefa que passou a ser responsabilidade do Estado e de instituições de assistência. A partir do exposto, retomamos, mais uma vez, a discussão apresentada anteriormente, sobre a importância dos relatórios sociais e da apresentação de argumentos que concediam validade ao discurso regenerador e de controle sobre os menores, usado, dessa forma, para legitimar o poder das autoridades sobre a tutela dos pais e responsáveis. Além disso, cabe ressaltar ainda que a mãe do menor possuía a profissão de doméstica, sendo que essa era a ocupação com o maior número de registros identificados no perfil das mães dos menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo.

Analisando os documentos mencionados, identificamos uma quantidade significativa de informações relacionadas ao comportamento dos alunos registradas na documentação, embora nem todas as fichas e relatórios sociais possuíssem esses dados. A partir disso, podemos retomar a discussão estabelecida por Santos (2015) em torno da importância da disciplina para os objetivos dessas instituições, atestando que:

A disciplina projetada nos patronatos agrícolas servia aos dois propósitos: para aumentar as forças do corpo em termos de produtividade e ao mesmo era de interesse diminuir as forças do corpo em termos de obediência, um corpo bem disciplinado era aquele que conseguia extrair um bom emprego do tempo, ao mesmo tempo que realizava o mínimo gesto (p. 62-63).

Destacando o contexto de disciplinarização dos corpos⁵¹ dos indivíduos internados nesses locais, percebemos a preocupação com esta questão através dos registros localizados, uma vez que era de interesse do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, com sua própria base pautada na formação e regeneração, que os seus menores internos seguissem as normas de bom comportamento. A presença desse controle, visando moldar a conduta dos alunos, era bastante presente na rotina de estabelecimentos como esse, de modo que:

O poder disciplinar transmitido através das normas rígidas, sanções e olhares hierárquicos permitiram fabricar indivíduos obedientes, por meio do controle político das pequenas coisas, desde o horário de se levantar até a forma como deveriam sentar. O indivíduo a ser docilizado passava por várias etapas de formação, esse processo foi aplicado cotidianamente por diversas provas e melhorado por exercícios (SANTOS, 2015, p. 63).

As discussões que surgem com o estudo dessas instituições agrícolas de internato nos possibilitam vincular, ainda, esses debates às importantes contribuições de Michel Foucault em sua célebre obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, na qual o autor reflete sobre o papel da disciplina na constituição de corpos controlados e obedientes: “A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (FOUCAULT, 2009, p. 158). A partir dessa reflexão elaborada pelo autor, consideramos que a função que a disciplina exerceu no funcionamento de instituições como a que estamos estudando neste trabalho se deu justamente em prol de moldar os meninos que foram alunos desses locais em indivíduos obedientes, higienizados, controlados e comportados. A partir dessa missão, o controle sobre a disciplina dos menores foi uma ferramenta de extrema importância, considerando, assim, que “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2009, p. 164). A leitura da atuação dos Patronatos a partir de pressupostos elaborados por Foucault é debatida por Nery (2006):

Michel Foucault atentava para o fato de que na época clássica viu-se surgir

⁵¹ De acordo com Michel Foucault, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p. 80).

a preocupação com o corpo como um objeto, que poderia ser manipulado, moldado, tornando-o hábil, redirecionando suas forças, multiplicando-as (2004). Fazendo um paralelo com o exposto por Foucault, percebe-se que no Patronato Agrícola havia a necessidade de se moldar os corpos de forma a prepará-los para o trabalho agrícola que se almejava racional e otimizado (NERY, 2006, p. 82).

Sendo assim, analisar as tentativas de controle sobre os hábitos e o comportamento dos menores internos, o que inclui a prática de manter registros sobre essas informações, se faz necessário para que possamos desenvolver esse estudo, levando em consideração que esse controle era apresentado como “uma forma de civilizá-los, passando-lhes bons hábitos que serviriam para que eles pudessem viver em sociedade” (NERY, 2006, p. 137). Desse modo, pretendemos ainda abordar algumas fontes de nossa pesquisa nas quais podemos destacar informações referentes a questões comportamentais. Prosseguindo com nossa análise, apresentaremos outros dois documentos significativos para esse estudo, sendo que ambos consistem em fichas individuais de dois menores internos do Aprendizado. O primeiro desses documentos é uma ficha do ano de 1955, que apresentamos a seguir:

CAUSAS DO INTERNAMENTO – Morava com a avó muito pobre e o pai não a ajudava

RELIGIÃO – Católica

FAMILIA – Filho de mãe solteira, o pai parece nem ter conhecimento de sua existência. A mãe morreu e a avó tomou conta dele e mais uma irmanzinha. A avó já bem velhinha e muito pobre, trabalhava na roça para sustentar os netos. O pai parece trabalhar no município de Santo Antonio, nunca esteve aqui.

PERSONALIDADE – Bôm e comportado. Esforça-se para fazer suas tarefas bem direitinho. Muito pequeno tem sido a mascote da Escola. Está sempre contente. Gosta de cinema e de foot-bool. Fica radiante quando sai a passeio.

ESCOLARIDADE – Está cursando o primeiro ano escolar com muito aproveitamento. Bem comportado em aula. (Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1955. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Primeiramente, podemos extrair informações a cerca do contexto familiar do menor, de modo que vemos que o menino era órfão de mãe e, aparentemente, não possuía contato algum com seu pai, sendo criado por sua avó, que não possuía mais condições de prover o sustento de seus netos. Ainda no documento,

obtemos registros a respeito de traços de sua personalidade, onde são destacados elementos positivos sobre sua conduta, como o bom comportamento em sala de aula e o fato de ele estar sempre contente. Além disso, observamos que sua avó trabalhava na roça, o que indica que o menor poderia possuir algum contato prévio com o trabalho no campo, ao contrário do perfil da maioria dos alunos da instituição.

Para finalizar, o último documento discutido neste trabalho é outra ficha individual elaborada no ano de 1953, da qual é possível obter algumas informações que contribuem com essa discussão. A fonte em questão pode ser conferida abaixo:

DADOS DA FAMILIA – União legal. Sua mãe fugiu com o amante deixando os filhos trancados num quarto (versão do próprio pai) Eram eles A. e J. que também está interno aqui. Seu pai faleceu este ano no Sanatório. Afecção pulmonar.
É assistido por uma tia que mora em P. Alegre e que o visitava e o leva em férias.

PERSONALIDADE – Calmo até no andar. Pouco expansivo. Sua timidez empresta-lhe ares de humildade. Tudo o que faz é vacilando como se temesse errar. Pouco caprichoso para seu corpo. Não tem deformidades ou sinal que o caracterize. Bom menino, bem comportado. Muito obediente. Nada reclama e de nada se queixa. Boa saúde. Não fala na família. Nunca falou na mãe.
É econômico, moderado, Entrega seu dinheiro na Caixa da Escola, e aos domingos, quando retira, é o mínimo que pode gastar. É muito amigo do irmão. Não tem o menor entusiasmo pelo futebol. Faz poucos comentários sobre cinema e lhe é indiferente o film que assiste.
Parece não ter conhecimento da morte do pai tal é a sua indiferença. Ou então aceitou como natural pela natureza da doença.

CAPACIDADE – Inteligencia pouco desenvolvida. 2 ano primário. Não é repetente. (Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Realizando a leitura do documento, nos deparamos, mais uma vez, com informações que nos permitem entender o meio familiar do qual o menor era proveniente. Diferente do caso exposto anteriormente, aqui o menor havia sido, segundo relatado por seu pai, abandonado por sua mãe, tornando-o, assim, mais um caso que podemos inserir nas discussões sobre a classificação de menores enquanto abandonados, ainda que eles possuíssem familiares. Ademais, é exposto que o pai do aluno havia falecido de afecção pulmonar enquanto estava internado em um sanatório.

No que se refere à personalidade do educando, vemos mais uma vez

ressaltados o bom comportamento e obediência. Porém, são destacados também traços de sua personalidade que remetem à insegurança e falta de cuidado pessoal, denotando, assim, que havia certa preocupação em identificar possíveis problemas passíveis de serem trabalhados, lembrando que essas instituições almejavam a missão de moldar os indivíduos de acordo com padrões de saúde e comportamento que seriam importantes para a nação.

A análise do Livro de Matrícula Escolar do Patronato, bem como dos relatórios sociais e das fichas individuais, nos revela que os alunos atendidos pelo Patronato/Aprendizado se encaixavam na categoria de menor que foi desenvolvida no século XX, especialmente em relação aos meninos que eram membros de famílias pobres. Além disso, existem determinados casos que apresentam outros elementos da realidade desses indivíduos, como a situação de menores que tinham outros familiares como tutores ou responsáveis (tias, avós, irmãos, etc.) e também de menores que eram identificados como sendo abandonados, mesmo que possuíssem familiares. A existência dessas diferentes realidades demonstra que o estudo sobre o perfil de um grupo exige atenção no que se refere aos elementos que envolvem a sua composição. Sendo assim, podemos identificar, entre os alunos que foram atendidos pelo patronato, menores considerados abandonados, órfãos e, principalmente, menores cujas famílias não possuíam condições financeiras para prover o seu sustento, o que motivou seus familiares a solicitarem o internamento desses meninos na instituição.

Após anos atuando como um Patronato e, posteriormente, como um Aprendizado Agrícola, sendo um local de internato e assistência para menores pobres, órfãos e desvalidos, a instituição sofre uma importante mudança em seu funcionamento, uma vez que “Em 25 de maio de 1960, foi transformada em Escola Técnica Rural Visconde de São Leopoldo, através do Decreto Estadual nº 1.134” (TREMARIN et. al, 2012, p. 48). A partir de então, essa entidade encerra suas atividades assistenciais, passando a ser uma escola com ênfase na formação técnica agrícola, papel que exerce até os dias atuais. Do período de criação do colégio até então, a Escola Agrícola (denominação pela qual a instituição ficou conhecida popularmente na cidade) passa por diferentes mudanças em sua estrutura e seu ensino, principalmente pela criação dos cursos Técnico em

Agropecuária (1967)⁵² e Técnico em Florestas (1979)⁵³, existentes até hoje. Atualmente, a instituição é denominada Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo, uma escola pública de ensino técnico, onde os alunos cursam o ensino médio integrado a um dos cursos técnicos mencionados. Embora o caráter assistencial do estabelecimento tenha desaparecido com as transformações ocorridas, ainda hoje o ensino e a formação agrícola permanecem como um importante elemento da realidade da instituição.

⁵² No ano de 1967, a instituição “Recebe autorização de funcionamento do curso de Técnico Agrícola, através da Portaria da SEC de nº 11.684, de 17 de maio de 1967, Parecer nº 33/67 do Conselho Estadual de Educação” (TREMARIN et. al, 2012, p. 48).

⁵³ Em 1979, “É autorizado o funcionamento do curso de Técnico Florestal através da Portaria nº 4.176, de 5 de março de 1979, Parecer nº 170/79 do Conselho Estadual de Educação, com validade estadual. Pelo Parecer nº 184/82 do Conselho Estadual de Educação, passa a ter validade nacional” (TREMARIN et. al, 2012, p. 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, buscamos analisar a atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1960) na assistência à infância da região no período delimitado, com ênfase na discussão sobre os menores atendidos pela instituição (perfil e realidade familiar na qual estava inseridos), buscando verificar se houve permanências e/ou transformações a partir da mudança de patronato para aprendizado.

Como discutimos, o período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX é caracterizado, na sociedade ocidental, por profundas transformações em diversas esferas, em especial no campo da assistência à população pobre e na área da saúde. Por meio da ascensão de movimentos como a filantropia e a eugenia, os governos passam a elaborar projetos de modernização e higienização das cidades e das pessoas, através de medidas desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas.

Na história de nosso país, o final do século XIX é marcado pela abolição do regime escravista e pela proclamação do governo republicano, eventos que irão influenciar diretamente nos rumos tomados a partir de então. Instigado pelos movimentos citados anteriormente e por medidas que já eram adotadas em outros países, o novo governo passa a trabalhar em prol da criação de uma nação saudável, higienizada, moralizada e trabalhadora. Nesse processo, as antigas formas de assistência baseadas na piedade e na caridade, características das ordens religiosas, passam a conviver com novos projetos de cunho científico e social, buscando, assim, melhorar a saúde e os hábitos da população e criar uma força de trabalho composta por cidadãos que seriam úteis à nação.

Dentro desse contexto de transformações, a assistência à infância sofre uma reconfiguração em seu modelo. Nesse momento, as crianças brasileiras passam a ser alvo de diversos profissionais e especialistas, uma vez que as medidas adotadas em relação à população também são direcionadas à infância, estabelecendo, assim, um modelo no qual as crianças do nosso país deveriam se enquadrar. A partir disso, as crianças que não se encaixassem nesses novos moldes passaram a constituir uma nova categoria e a ser percebidas como menores, sendo alvo de políticas de intervenção por parte do Estado e, em alguns casos, encaminhadas a instituições de internato que surgem nesse período. Entre

esses estabelecimentos, vemos surgir os Patronatos Agrícolas, instituições caracterizadas pelo regime de internato e pelo ensino agrícola que irão abrigar e trabalhar com esses menores, buscando, por meio do trabalho e da disciplina, educar e regenerar essas crianças de acordo com os moldes estabelecidos no período.

Na década de 1940, surge, na cidade de São Leopoldo/RS, município originado de uma antiga colônia germânica, o projeto de instalação de um Patronato Agrícola, que viria a ser construído no bairro Feitoria, região vinculada à própria história de desenvolvimento da localidade. A partir da análise das informações disponíveis no Livro de Matrícula Escolar da instituição, que contém dados sobre os menores internados no local (tais como idade, ano que frequentaria e local de residência), bem como de seus pais e responsáveis (profissão e grau de instrução), foi possível refletir sobre a infância assistida pelo Patronato, elaborando um perfil dos alunos internos e de seus pais e responsáveis.

No final da década de 1940, o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo foi transformado em um Aprendizado Agrícola, caminho seguido por diversos outros patronatos. Apesar de esses dois modelos possuírem algumas diferenças significativas, de modo que os Patronatos Agrícolas estariam mais voltados para a assistência e a regeneração da infância enquanto os Aprendizados tinham como foco inicial a formação de trabalhadores agrícolas, essas duas instituições acabaram se mesclando no decorrer do século XX. Além dessa mudança, o estabelecimento em discussão neste estudo passou a integrar a rede do Serviço Social de Menores. Buscamos, novamente, refletir sobre a infância assistida pelo Aprendizado, elaborando um perfil dos alunos internos e de seus pais e responsáveis. A inserção da instituição na rede de assistência mencionada nos proporcionou fontes importantes para a elaboração do trabalho: os relatórios sociais e as fichas individuais dos menores internados no local. Nesses documentos, foi possível localizar informações sobre o contexto familiar e sócioeconômico dos alunos, além de registros sobre o comportamento e as condutas desses meninos. A partir disso, observamos que preocupações em torno dos ideais de saúde e comportamento dos menores internos, que fazia parte do sistema de vigilância e regeneração dos Patronatos e Aprendizados Agrícolas, estiveram presentes, pelo menos em parte, nessa instituição que nos dispomos a

analisar.

Ao desenvolvermos uma análise a partir de uma divisão entre os períodos de atuação do Patronato Agrícola (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1960), nos deparamos com importantes transformações no que se refere ao perfil dos alunos atendidos pela instituição e de seus familiares. Além de um acentuado aumento no número de menores matriculados, observamos uma maior diversidade de locais de onde esses jovens eram provenientes. Ao estabelecer o perfil desses indivíduos, constatamos que o primeiro período é caracterizado por um público majoritariamente da cidade de São Leopoldo e seus distritos, enquanto o período posterior é marcado por uma grande quantidade de menores que vinham de diferentes cidades e regiões do estado (sendo Porto Alegre a cidade com o maior número de alunos), além da presença de alguns meninos provenientes do estado de Santa Catarina. Essa mudança de cenário pode ser relacionada à incorporação da instituição à rede de assistência do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul, uma vez que essa transformação pode ter ocasionado uma atuação mais abrangente em termos geográficos.

Além dessa mudança relacionada às regiões de onde os alunos da instituição vinham, percebemos um número maior de menores que não possuíam responsáveis identificados no livro de matrículas, bem como uma maior quantidade de alunos que possuíam tutores registrados como responsáveis. Uma parcela dos menores registrados na documentação havia sido enviada ao Aprendizado por intermédio do SESME, sendo que localizamos, ainda, indivíduos que eram provenientes de Educandários e outras instituições de ensino, como é o caso dos menores que haviam sido transferidos da Escola Vocacional Agroindustrial (EVAI) de Novo Hamburgo. A partir disso, percebemos a atuação de uma rede de assistência à infância que existia no Rio Grande do Sul, bem como a inserção da instituição que é objeto deste estudo nesse cenário de assistência regional.

Analisando o perfil dos menores que estabelecemos neste trabalho, nos chamou atenção o fato de que a maioria dos alunos internados na instituição, tanto no período do Patronato quanto do Aprendizado, eram filhos de pessoas que possuíam ocupações que não estavam vinculadas ao mundo rural, de modo que foi identificada uma quantidade pequena de mães ou pais que fossem agricultores ou trabalhadores rurais. A partir disso, é possível relacionar esse elemento do

perfil desses indivíduos ao panorama de críticas que foram direcionadas à atuação dessas instituições, de modo que elas deveriam ser voltadas para a formação agrícola. Mesmo com a transformação do Patronato em Aprendizado, vemos que essa característica permaneceu, o que vai de encontro aos propósitos originais dos Aprendizados Agrícolas, uma vez que esses estabelecimentos deveriam ser voltados para filhos de trabalhadores do campo.

Em relação aos elementos que compõem o perfil dos menores internos da instituição e seus responsáveis, identificamos dados que caracterizam esses indivíduos em ambos os períodos de funcionamento do local. Analisando a composição familiar dos alunos, percebemos que, embora muitos alunos possuíssem ambos os pais vivos e identificados no Livro de Matrícula Escolar, havia um grande número de meninos que possuíam somente a mãe registrada no documento, havendo, ainda, vários casos de meninos que eram órfãos de pai. Essa realidade pode ser relacionada a um dos principais objetivos de criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (e também dos Patronatos Agrícolas de modo geral), de modo que a situação familiar desses indivíduos parece indicar que, possivelmente, muitos alunos vinham de famílias com dificuldades financeiras, o que justifica o fato de seus responsáveis buscarem a instituição para interná-los. A composição desse grupo pode ser relacionada, ainda, ao discurso em torno do projeto de construção do Patronato, divulgado nas matérias do Jornal *Correio de São Leopoldo*, uma vez que é professado que a instituição seria destinada aos menores da localidade desprovidos de recursos. Além do mais, há uma parcela, ainda que pequena, de menores que eram órfãos de pai e mãe, outro grupo ao qual a criação dos Patronatos Agrícolas foi destinada, além da presença de meninos que possuíam tutores identificados como sendo seus responsáveis.

Outro ponto que mereceu nossa atenção nessa análise foram as cidades em que os menores internos residiam, de modo que esse foi um elemento que apresentou uma mudança expressiva nos dois períodos em que dividimos este trabalho. No primeiro período, referente ao Patronato (1945-1949), a grande maioria dos meninos era composta de moradores da própria cidade de São Leopoldo. Mesmo os que residiam em outras localidades eram, em grande parte, moradores de distritos do município de São Leopoldo na época. Já no período posterior à transformação do local em Aprendizado (1950-1957), vemos surgir

uma diversidade muito maior de cidades de origem, com alunos oriundos de diferentes regiões do estado, além de alguns, inclusive, de fora do Rio Grande do Sul. A cidade com o maior número de alunos registrados passa a ser Porto Alegre, e não mais São Leopoldo. A respeito dessa questão, levantamos a hipótese de que a inclusão do Aprendizado na rede de assistência à infância do Serviço Social de Menores teve influência nesse novo panorama, uma vez que a atuação desse órgão pode ter resultado no encaminhamento de menores de diferentes localidades do estado para a instituição sobre a qual pesquisamos.

Ao elaborarmos o perfil dos pais, mães e responsáveis dos menores, nos debruçamos sobre o grau de instrução e a profissão desses indivíduos, o que nos permitiu fazer algumas considerações a respeito do contexto familiar dos alunos do local. Em relação ao grau de instrução, observamos que boa parte dos pais (e também dos tutores) possuía ensino primário, mas também foram identificados muitos pais e mães (principalmente) que eram registrados como analfabetos. Quanto à profissão desses pais e responsáveis, identificamos um cenário no qual a profissão com o maior número de registros entre os pais era a de operário, sendo encontradas ainda outras sete ocupações no período referente ao Patronato Agrícola. Com a transformação da instituição em um Aprendizado Agrícola, temos uma quantidade maior de profissões registradas no livro de matrícula do estabelecimento. Embora a ocupação com o maior número de pais identificados ainda fosse a de operário, nos deparamos com outras 26 profissões listadas na documentação, de modo que essas atividades variavam entre diferentes setores da economia.

Ao nos depararmos com as profissões exercidas pelas mães dos menores internos, constatamos que, em ambos os períodos de análise, a ocupação com o maior número de registros atribuídos era a de doméstica, mas havia ainda um número expressivo de mulheres operárias. Assim como no caso dos pais, vemos uma variedade maior de profissões exercidas pelas mães dos alunos internos com o processo de transformação do Patronato em Aprendizado, passando de cinco ocupações listadas para treze. Porém, o número de mães vinculadas ao trabalho no campo era ainda menor, identificado na pequena quantidade de mulheres agricultoras ou colonas. A partir desse trabalho de análise, percebemos que a instituição recebeu, em sua maioria, meninos que não possuíam familiaridade com a vida e o trabalho no campo, de modo que, até onde nos é possível averiguar,

tanto o Patronato quanto o Aprendizado Agrícola de São Leopoldo acabaram servindo principalmente à tarefa de assistência a menores pobres, oriundos de famílias com poucos recursos financeiros e, em sua maioria, vinculadas ao contexto urbano. Desse modo, é possível afirmar que, se considerarmos a realidade dos demais Patronatos Agrícolas do Brasil, nos quais a assistência acabou prevalecendo sobre a missão de formação de trabalhadores agrícolas para o mercado, este parece ter sido também o caso dessa instituição da cidade de São Leopoldo.

Ao finalizar esta investigação, apontamos algumas possibilidades de pesquisa que nos parecem importantes com relação à instituição. Em um trabalho de análise de documentos que podem ser encontrados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, como as fichas individuais e os relatórios sociais dos menores que ficaram internados na instituição, foi possível obter diversas informações relacionadas ao contexto socioeconômico em que esses meninos estavam inseridos, além de dados importantes sobre sua saúde física e mental e que evidenciam a influência das medidas higienistas adotadas nesses estabelecimentos. Além disso, podemos encontrar, nessas fontes, registros sobre o comportamento dos alunos e avaliações sobre seus hábitos e condutas, além de nos depararmos com orientações médicas e profissionais em relação ao encaminhamento que deveria ser dado ao menor em questão, um elemento que indica a atuação de diferentes profissionais em um sistema de atendimento à infância, aspectos que merecem, em nosso entendimento, uma maior investigação. Além disso, a existência e o funcionamento do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul se apresenta como uma possibilidade para a realização de pesquisas futuras, uma vez que esse Serviço nos parece uma entidade de importância no cenário de assistência à infância no Rio Grande do Sul do século XX.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo:

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Livro de Matrícula Escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1945 a 1957.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1955.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 05 de julho de 1953.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, sem data.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, sem data.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1950.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, sem data.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Boletim de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1958.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Ofício n. 1513 da Câmara Municipal de São Leopoldo, 29 de dezembro de 1951.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Pedido de desligamento de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 27 de outubro de 1953.

Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Pedido de desligamento de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 05 de setembro de 1952.

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo:

Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. SÃO LEOPOLDO Vibrará Hoje de Intenso Entusiasmo! **Correio de São Leopoldo**, n. 623, 12 de outubro de 1944.

Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. PATRONATO Agrícola de São Leopoldo. **Correio de São Leopoldo**, 23 de outubro de 1943.

Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. PATRONATO Agrícola de Feitoria Velha. **Correio de São Leopoldo**, n 611, julho de 1944.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos Cesar. **A emergência do código de menores de 1927**. Uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/11508920/A_EMERG%C3%AANCIA_DO_C%C3%93DIGO_DE_MENORES_DE_1927_uma_an%C3%A1lise_do_discurso_jur%C3%ADdico_e_institucional_da_assist%C3%Aancia_e_prote%C3%A7%C3%A3o_aos_menores. Acesso em: 30 jan. 2020.
- ALVES, Gabrielle Werenicz. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na Era Vargas (1928/1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2372> Acesso em: 15 nov. 2020.
- AREND, Silvia Maria Fávero. A Lei e a Construção da Noção de Menor: em cena os relatórios sociais (Florianópolis, 1930 – 1940). In: SCHREINER, Davi Félix et al. **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 95 - 111.
- _____. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338139485003.pdf> Acesso em: 15 out. 2020.
- ARENDDT, Isabel Cristina. História da educação no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 101-116.
- AQUINO, Luciene Chaves de. Ensino agrícola e formação disciplinar para meninos: aspectos da prática pedagógica do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros” em Bananeiras/PB (1924-1934). **Revista Lugares de Educação [RLE]**, v. 3, n. 7, p. 164-178, dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/17398> Acesso em 17 out. 2020.
- BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014049> . Acesso em 24 out. 2020.
- BERZAGUI, César. **Metropolização, industrialização e urbanização: o processo de configuração espacial de Esteio / RS**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Instituto de Geociências,

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172502> . Acesso em: 04 mar. 2021.

BOEIRA, Daniel Alves. Menoridade, historiografia e cultura escolar no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). In: *XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307738959_ARQUIVO_TextofinaIAnpuh2011-Daniela.Boeira.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

_____. Modernidade e Criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In: SCHREINER, Davi Félix et al. **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 35 - 47.

_____. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/daniel_alves_boeira.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRUM, Cristiano Enrique de. **O “interventor da saúde”**: Trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (1938-1943). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo/RS, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656> Acesso em: 14 nov. 2019.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX)**: trajetória educativa-institucional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em: <http://quaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2809> Acesso em: 01 jun. 2020.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como se fosse meu filho?”** As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860 – 1899). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Escolas de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4998/JOS%C9+CARLOS+DA+SILVA+CARDOZO_.pdf;jsessionid=12A1FC209418B15D7A27E46F12AF875F?sequence=1. Acesso em: 30 nov. 2019.

_____. et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967). **Revista de História**, v. 2, n. 1, p. 80-99, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27692>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CRUZ, Lisiane Ribas. “**A infância abandonada é a sementeira do crime**” – O julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo/RS, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6895>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 43-54.

DUARTE, Ariane dos Reis. A nacionalização do ensino nas páginas do Correio de São Leopoldo (1937-1945). **DIÁLOGO**, Canoas, n. 27, p. 85-96, dez. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113487> Acesso em: 10 ago. 2020.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.37, Set. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100008 Acesso em: 07 mar. 2021.

FERNANDES, Doris Rejane. Pelos caminhos da Rua Grande: da Colônia à Cidade. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 31-42.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Da liberdade que brilha em raios fúlgidos dos tempos do Império à liberdade que abre as asas sobre nós da República* – um ensaio sobre histórias que se entrelaçam (século XIX). In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 13-30.

_____. Desonras, enfermidades e travessuras próprias da idade: infância, violência urbana e saúde pública (Porto Alegre, 1880-1920). In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. 2 ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020, p. 415-443.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GARCIA, Frederico Brittes Nordin. **Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2287> Acesso em: 09 mar. 2021.

GERTZ, René E. República Velha, emancipações, Estado Novo. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 89-100.

GEVEHR, Daniel Luciano; CASTRO, Érisson Fernando da Silva de. A cidade e o rio: a produção do espaço urbano de uma cidade industrial no extremo sul do Brasil (Campo Bom, Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX). **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 22-49, maio-nov. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/91834> . Acesso em 04 mar. de 2021.

GIL, Natália de Lacerda; EL HAWAT, Joseane. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **Hist. Educ. [Online]**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, maio/ago. 2015, p. 19-40. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/50877> Acesso em: 10 ago. 2020.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, n.1, p. 47-52, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/929/92900109.pdf> . Acesso em: 30 mar. 2020.

HARRES, Marluza Marques; RUCKERT, Fabiano Quadros. A conquista e o controle das águas do Rio dos Sinos. In: WITT, Marcos Antônio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História (s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 55-66.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **“É melhor prevenir do que curar”**: A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 – 1928). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de; AREND, Sílvia Maria Fávero. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 37-57.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São

Cristovão/SE, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/559>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2201/1872>. Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. **Pelos caminhos de Deméter: os aprendizados agrícolas federais e a políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910 – 1947)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11910>. Acesso em: 10 jan. 2020.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 nov. 2020.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13470>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). **Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UfPel**, v. 8, n. 15, p. 129-142, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30283/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula et al. **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 19-40.

_____; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 145 - 181.

SANTOS, Maicon Lopes dos. **“Úteis a si mesmos e a pátria”**: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2372> Acesso em: 06 jun. 2020.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Educação brasileira para formar bons brasileiros: concepções educacionais na plataforma política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 170-188, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/56164> Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, durante o Estado Novo (1937-1945). **MÉTIS: história & cultura**, v. 14, n. 27, p. 217-231, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/56164> Acesso em: 01 mar. 2021.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924 – 1947)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba - UFB, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8080>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da Infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.

SOUZA, José Edimar de; COSTA, Valesca Brasil. Escolarização em Sapiranga/RS nas primeiras décadas do Século XX: a presença dos grupos escolares. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 489-503, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5714>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 328 – 355.

STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 4, p. 131 – 141, set. 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30717/pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/83586> Acesso em: 20 jan. 2021.

TISOTT, Ramon Victor. **Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre/RS, 2017.

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188252>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. **Pequenos trabalhadores**. Infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542>. Acesso em: 20 nov. 2019.

TREMARIN, Antônio Cladir; COELHO, Carlos Dinarte; ROSTIROLLA, Flávio Luís; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **68 anos Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2010. Disponível em: http://quaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1602/1/Magda_Abreu_Vicente_Dissertacao.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____; AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 123-133, mar.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639669/7237> Acesso em: 13 nov. 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 17, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38576> _Acesso em: 12 set. 2020.

ZANELLA, Ana Paula. A justiça frente aos delitos de menores em Porto Alegre (1927 -1933). In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 234-258.

_____. A justiça frente aos delitos de menores em Porto Alegre (1927 -1933). In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. 2 ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020, p. 234-258.